



República Federativa do Brasil

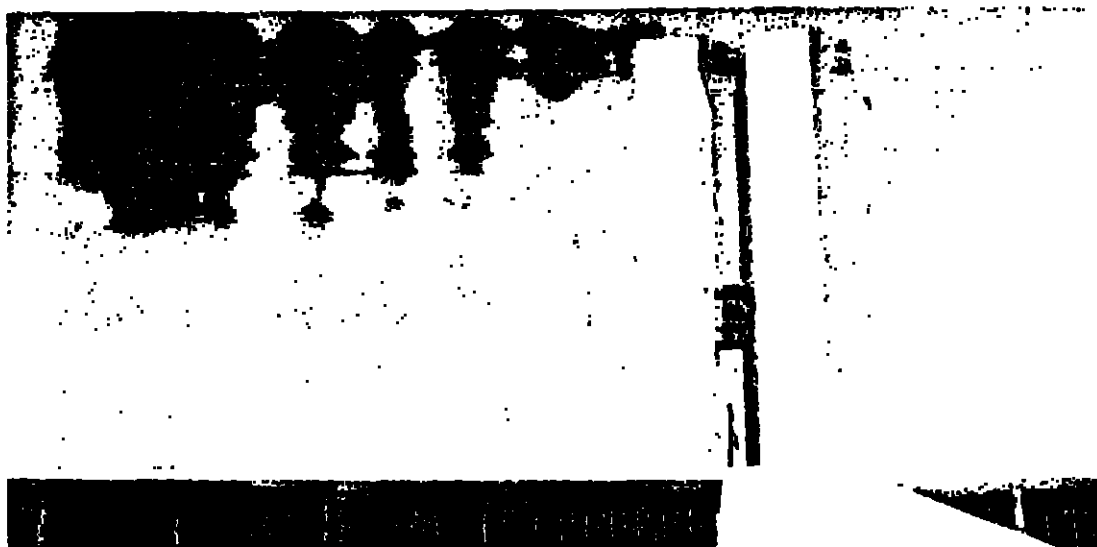
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 167

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 3 DE DEZEMBRO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 225ª SESSÃO, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.2 — Discursos do Expediente

**SENADOR SALDANHA DER-
ZI** — Protesto contra a importação
de carne bovina pelo País.

SENADOR DINARTE MARIZ
— Manifesto encaminhado ao Pre-
sidente do PDS, Senador José Sar-
ney, fixando posição contrária a
qualquer alteração da Constituição
restabelecendo as eleições diretas
para Presidente e Vice-Presidente
da República.

SENADOR CID SAMPAIO —
Análise da atual situação brasilei-
ra.

**SENADOR GABRIEL HER-
MES** — Considerações sobre a
crescente desnacionalização da
produção de medicamentos no
Brasil.

1.2.3 — Comunicação da Presi- dência

— Convocação de sessão ex-
traordinária a realizar-se hoje, às
18 horas e 30 minutos, com Ordem
do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº
28/70, que cria o Serviço Nacional
Obrigatório e dá outras providên-
cias. **Aprovado** o prosseguimento
de sua tramitação.

— Projeto de Lei do Senado nº
46/75, que proíbe o uso dos pas-
seios públicos do Distrito Federal,
e dá outras providências. **Aprovado**
o prosseguimento de sua trami-
tação.

— Projeto de Lei do Senado nº
26/79, que acrescenta parágrafos
ao art. 517 da Consolidação das
Leis do Trabalho. **Aprovado** o pros-
seguimento de sua tramitação.

— Projeto de Lei do Senado nº
74/79, que introduz alterações na
Consolidação das Leis do Traba-
lho, para o fim de substituir a for-
ma mensal de pagamento de sa-
lários pela forma quinzenal. **Apro-
vado** o prosseguimento de sua tra-
mitação.

— Requerimento nº 852/83, de
autoria do Senador Martins Filho,
solicitando tenham tramitação
conjunta os Projetos de Lei da Câ-
mara nºs 236/83 (nº 6.064/82, na
Casa de origem, e 198/83 (nº
803/83, na Casa de origem), que
dispõem sobre a realização de con-
cursos públicos e determinam ou-
tras providências. **Votação adiada**
por falta de quorum.

— Requerimento nº 867/83, de
autoria do Senador Lourival Bap-
tista, solicitando transcrição, nos
Anais do Senado Federal, das "Or-

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o congresso Nacional aprovou, nos
termos do art. 44, inciso III, da Constituição, e eu Mo-
acyr Dalla, Presidente do Senado Federal, promulgo o se-
guinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 101, DE 1983

Autoriza o Senhor Vice-Presidente da República a
ausentar-se do País no período compreendido entre 10
a 25 de março de 1984, em viagem aos Estados Uni-
dos da América.

Art. 1º É o Senhor Vice-Presidente da República au-
torizado a ausentar-se do País no período compreendido
entre 10 a 25 de março de 1984, em viagem aos Estados
Unidos da América.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na
data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — Moacyr
Dalla, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos
termos do art. 55, § 1º, da constituição, e eu, Moacyr
Dalla, Presidente do Senado Federal, promulgo o se-
guinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 1983

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de se-
tembro de 1983, que "dispõe sobre alienação de mer-
cadorias sujeitas à pena de perdimento, em especial
nos casos de calamidade pública, e dá outras provi-
dências".

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº
2.061, de 19 de setembro de 1983, que dispõe sobre alie-
nação de mercadorias sujeitas à pena de perdimento, em
especial nos casos de calamidade pública, e dá outras
providências".

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — Moacyr
Dalla, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos
termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Moacyr
Dalla, Presidente do Senado Federal, promulgo o se-
guinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 1983

Aprova o texto do decreto-lei nº 2.062, de 4 de ou-
tubro de 1983, que "autoriza a dispensa de obrigações
tributárias acessórias, consideradas desnecessárias ao
interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos
federais".

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº
2.062, de 4 de outubro de 1983, que "autoriza a dispensa

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

dens do Dia" baixadas pelos Ministros do Exército General Walter Pires Carvalho e Albuquerque, da Aeronáutica, Brigadeiro Dêlio Jardim de Mattos e do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra, José Calvente Aranda, lidas em 27 de novembro de 1983, alusivas à passagem do 48º aniversário da Intentona Comunista no Brasil. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 139/80, de autoria do Senador Aloysio Chaves, que dá nova redação ao art. 836 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devem integrar tribunais com jurisdição em todo o território nacional. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, de autoria do Senador Henrique Santillo que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietário de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 127/82, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que aprova as conclusões e recomendações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69 de 1978. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 159/83, de autoria do Senador Passos Porto, que institui o 1º de ou-

tubro como "Dia Nacional do Vereador". **Aprovado.** À Câmara dos deputados.

1.4. — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Análise da situação sócio-econômica do País.

SENADOR PASSOS PORTO — Palestras sobre as perspectivas econômicas brasileiras, proferida ontem, pelo Senador Albano Franco, no Instituto Rio Branco.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Necrológio do Dr. Marcos Ferreira de Jesus.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Denúncia do Sindicato da Indústria de Construção Civil de João Pessoa-PB: a respeito de discriminações que estariam sofrendo as empresas construtoras do Estado da Paraíba, em decorrência de cláusula contida no edital de Concorrência Pública para construção do edifício-sede dos Órgãos Fazendários Federais, na capital daquele Estado.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Reivindicações dirigidas ao Sr. Presidente do INCRA, por membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Félix do Araguaia-MT.

SENADOR ITAMAR FRANCO — "Carta de Valadares", consubstanciando o quadro atual das Prefeituras mineiras das regiões Leste e Nordeste do Estado de Minas Gerais.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Apelo aos Srs. Ministros da Agricultura e do Interior, em favor da alocação de recursos

às cooperativas agrícolas do Estado do Amazonas.

SENADOR DERVAL DE PAIVA — Sugestões de apoio ao setor agrícola nacional.

SENADOR JOÃO CALMON — Agradecimento aos membros do Congresso Nacional, pela aprovação da proposta de emenda à Constituição de iniciativa de S. Exª, que vincula nunca menos de 13 por cento do orçamento da União e 25 por cento dos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios à manutenção e desenvolvimento do ensino.

SENADOR JOSÉ LINS — Viagem realizada pelo Senhor Presidente da República a países africanos.

1.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Término do prazo para oferecimento de emendas aos Projetos de Resolução nºs 119 e 120, de 1983.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 226ª SESSÃO, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal

— Nº S/31/83, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Penal nº 276.0, do Distrito Federal, do qual consta a decisão de inconstitucionalidade do art. 1º da Resolução nº 13, de 4 de

de obrigações tributárias acessórias, consideradas desnecessárias ao interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos federais".

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — Moacyr Dalla, Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu Moacyr Dalla, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 365, DE 1983

Susta, nos termos do art. 32 da Constituição Federal, os processos em curso perante o Supremo Tribunal Federal contra o Senador Fábio Lucena.

Art. 1º São sustados, nos termos do art. 32, §, 3º da Constituição Federal, os processos em curso perante o Supremo Tribunal Federal contra o Senador Fábio Lucena.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Senado Federal, 1º de dezembro de 1983. — Moacyr Dalla, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 366, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 4.761.276.256,08 (quatro bilhões, setecentos e sessenta e um milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis cruzeiros e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado de Santa Catarina autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro fixado pelo item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, alterada pela de nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 1.127.052 Obrigações do Tesouro do Estado de Santa Catarina — Tipo Reajustável — ORTC, equivalentes a Cr\$ 4.761.276.256,08 (quatro bilhões, setecentos e sessenta e um milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis cruzeiros e oito centavos), considerado o valor nominal do título de Cr\$ 4.224,59 (quatro mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros e cinquenta e nove centavos), vigente em ju-

maio de 1983, da Câmara dos Deputados, na parte em que deliberou sustar o processo criminal em curso no STF., contra o ex-Deputado Domingos Antonio de Freitas Diniz, designado nos autos da citada Ação como Domingos de Freitas Diniz Neto.

2.2.2 — Requerimentos

— Nº 889/83, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 269/83, que altera a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.

— Nº 890/83, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 272/83, que dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Redação Final do Projeto de Resolução nº 116/83, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 288.037.264,28 (duzentos e oitenta e oito milhões, trinta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte e oito centavos). *Aprovada.* À promulgação.

2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 269/83, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 889/83, lido no Expediente. *Aprovado*, após pareceres das comissões competentes. À sanção.

Projeto de Lei da Câmara nº 272/83, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 890/83, lido no Expediente. *Aprovado*, após pareceres das Comissões Técnicas. À sanção.

2.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR SALDANHA DERZI — Homenagem póstuma a Teófilo Vilela.

SENADOR GABRIEL HERMES — Centenário de nascimento do Dr. Avertano Rocha.

2.6 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 46 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.7 — ENCERRAMENTO.

3 — ATA DA 227ª SESSÃO, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1983

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Requerimentos

— Nº 891/83, de urgência, para o Projeto de Resolução nº 113/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Sumaré (SP), a elevar em Cr\$ 1.746.558.000,00, o montante de sua dívida consolidada interna.

— Nº 892/83, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 267/83, que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Artífice de Confeção de Roupas e Uniformes, e dá outras providências.

3.3 — ORDEM DO DIA

— Redação final do projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1983 (nº 128/82, na Câmara dos Deputados) que autoriza a adesão do Brasil à convenção que institui uma organização internacional de Metrologia Legal, concluída em Paris, a 12 de outubro de 1955, e emendada em 12 de novembro de 1983. *Aprovada.* À promulgação.

3.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 113/83, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 891/83, lido no Expediente. *Aprovado.* À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 113/83, em regime de urgência. *Aprovada.* À promulgação.

— Projeto de Lei da Câmara nº 267/83, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 892/83, lido no Expediente. *Aprovado*, após pareceres das comissões competentes. À sanção.

3.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADORA EUNICE MICHILES — Necessidade de alterações no modelo da Zona Franca de Manaus.

SENADORA IRIS CÉLIA — Participação da mulher no progresso da humanidade e a segregação por ela sofrida nos diversos setores da sociedade.

3.6 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.7 — ENCERRAMENTO.

4 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador José Lins, proferidos na sessão de 30-11-83.

5 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL.

— Ns 118, 119 e 120, de 1983.

6 — PORTARIA DO SR. DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

— Nº 53, de 1983.

7 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

— Ata de reunião da Comissão Diretora.

8 — MESA DIRETORA

9 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

do pelo item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, alterada pela Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa permitir sua intervenção como garantidor de empréstimos de interesse da Campanha do Metropolitano do Rio de Janeiro, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, no limite de Cr\$ 12.657.535.300,00 (doze bilhões, seiscentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e trezentos cruzeiros), dos quais Cr\$ 8.391.221.600,00 (oito bilhões, trezentos e noventa e um milhões, duzentos e vinte e um mil e seiscentos cruzeiros) já liberados e Cr\$ 4.266.313.700,00 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e treze mil e setecentos cruzeiros) a liberar, que deverão ser utilizados totalmente no exercício de 1983, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — **Moacyr Dalla**, Presidente.

Ata da 225ª Sessão, em 2 de dezembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla, Milton Cabral e Raimundo Parente.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Humberto Lucena — Milton Cabral — Cid Sampaio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Passos Pôrto — João Calmon — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE PARECERES

PARECERES Ns 1.099, 1.100 e 1.101, DE 1983
PARECER Nº 1.099, DE 1983

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 152, de 1982 (nº 284/82 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Varzelândia (MG) a elevar em Cr\$ 29.454.950,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Jorge Kalume.

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Varzelândia (MG), autorizada a elevar em Cr\$ 29.454.950,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cin-

nho/83, destinada à complementação do giro de sua dívida consolidada interna intralimite mobiliária, vencível durante o presente exercício, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — **Moacyr Dalla**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 367, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 12.657.535.300,00 (doze bilhões, seiscentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro fixa-

quenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 17.500 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.683,14, vigente em abril de 1982.

2. Características das operações:

“OPERAÇÃO I:

A — Valor: Cr\$ 25.247.100,00 (correspondente a 15.000 UPC de Cr\$ 1.683,14, em Abr/82);

B — Prazos:

1 — de carência: até 36 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 360 meses;

C — Encargos:

1 — juros:

a — durante a carência: até 1% a.a.;

b — após a carência: até 1,6% a.a.;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada liberação;

D — Garantias: primeira e especial hipoteca dos lotes de terreno e das habitações a serem construídas, bem como a vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: construção de 50 unidades habitacionais de interesse social, com valores unitários limitados ao máximo de 300 UPC, destinadas a trabalhadores com renda de até 3 salários mínimos, aos quais o financiamento será transferido após a comercialização de tais imóveis.

OPERAÇÃO II:

A — Valor: Cr\$ 4.207.850,00 (correspondente a 2.500 UPC de Cr\$ 1.683,14, em Abr/82);

B — Prazos:

1 — de carência: até 36 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 360 meses;

C — Encargos:

1 — juros: 1% a.a. pelo repasse;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada liberação;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: execução de obras de infra-estrutura urbana necessária à construção das 50 unidades habitacionais, objeto da Operação I.”

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, as operações de crédito sob exame são viáveis econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei nº 347, de 22-3-82, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 126/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, favorável ao pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que não seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III do art. 2º da Res. nº 62, de 1975.

6. Além da característica das operações — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

7. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 127, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Varzelândia (MG), a elevar em Cr\$ 29.454.950,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Varzelândia, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 29.454.950,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzeiros), correspondentes a 17.500 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.683,14 vigente em abril de 1982, a fim de contratar empréstimos que perfazam o valor acima, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinados à construção de 50 unidades habitacionais de interesse social e execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias à construção, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 1983. — Severo Gomes, Presidente em exercício — Jorge Kahme, Relator. — Gabriel Hermes — Luiz Cavalcante — Marcondes Gadelha — Pedro Simon — Fernando Henrique Cardoso.

PARECERES Nºs 1.100 E 1.101, DE 1983

Sobre o Projeto de Resolução nº 127, de 1983, da Comissão de Economia que “autoriza a Prefeitura Municipal de Varzelândia (MG), a elevar em Cr\$ 29.454.950,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna”.

PARECER Nº 1.100, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Murilo Badaró

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 152/82 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Varzelândia (MG), a contratar operações de crédito somando Cr\$ 29.454.950,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) correspondentes a 17.500 UPC de Cr\$ 1.683,14 vigente em abril de 82, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinadas à construção de 50 unidades habitacionais de interesse social e execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias à construção, no Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Reso-

lução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1983. — José Fragelli, Presidente em exercício. — Murilo Badaró, Relator. — Helvídio Nunes — Odacir Soares — Guilherme Palmeira — Carlos Chiarelli — Hélio Guelros — Marcondes Gadelha.

PARECER Nº 1.101, DE 1983

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Alfredo Campos

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do Projeto de Resolução, em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Varzelândia (MG) nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operações de crédito no valor de Cr\$ 29.454.950,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) correspondentes a 17.500 UPC, considerando o valor nominal de UPC de Cr\$ 1.683,14, vigente em abril de 1982, junto a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, na qualidade de agente financeiro do BNH, destinadas à construção de 50 unidades habitacionais de interesse social e execução de obras de infra-estrutura urbana, no Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a atendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada atenderá a interesses de alcance social nos campos habitacionais e de saúde.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 1983. — Passos Pôrto, Presidente — Alfredo Campos, Relator — Jorge Bornhausen — Almir Pinto — Marcelo Miranda — João Lúcio — Galvão Modesto — Eneas Faria — João Lobo.

PARECERES Nºs 1.102, 1.103 E 1.104, DE 1983

PARECER Nº 1.102, DE 1983

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 160, de 1983 (nº 290/83, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Parobé (RS) a elevar em Cr\$ 11.131.140,00 (onze milhões, cento e trinta e um mil, cento e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Albano Franco

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Parobé (RS) autorizada a elevar em Cr\$ 11.131.140,00 (onze milhões, cento e trinta e um mil, cento e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à CRE-FISUL S.A. Crédito Financiamento e Investimento.

2. Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 11.131.140,00;

B — Prazos:

1 — de carência: nãil;

2 — de amortização: 15 (quinze) meses;

C — Encargos:

1 — juros: 160% a.a.;

2 — correção monetária: nãil;

D — **Garantia:** vinculação das cotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — **Destinação dos recursos:** aquisição de dois caminhões "OKM".

3. Segundo o parecer apresentado pelo Órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei nº 10/83, de 25-3-83, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 108/83), do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Desenvolvimento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários — DEMOB, favorável ao pleito.

5. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do DEMOB, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

6. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 128, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Parobé (RS) a elevar em Cr\$ 11.131.140,00 (onze milhões, cento e trinta e um mil, cento e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 11.131.140,00 (onze milhões, cento e trinta e um mil, cento e quarenta cruzeiros), a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à CREFISUL S.A. — Crédito, Financiamento e Investimento, destinado à aquisição de dois caminhões "OKM" para o Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salu das Comissões, 20 de outubro de 1983. — Roberto Campos, Presidente — Albano Franco, Relator — José Lima — João Castelo — José Fragelli — Gabriel Hermes.

PARECERES NºS 1.103 E 1.104, DE 1983

Sobre o Projeto de Resolução nº 128, de 1983, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Parobé (RS), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 11.131.140,00 (onze milhões, cento e trinta e um mil e cento e quarenta cruzeiros)".

PARECER Nº 1.103, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Carlos Chiarelli.

Encaminha o Senhor Presidente da República ao exame do Senado Federal, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição Federal, proposição, a fim de que seja a Prefeitura Municipal de Parobé autorizada a elevar em Cr\$ 11.131.140,00 (onze milhões e cento e trinta e um mil e cento e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, com o objetivo de contrair empréstimo junto à CREFISUL S/A — Crédito, Financiamento e Investimento.

Consoante informação do Banco Central do Brasil, o valor da operação é de Cr\$ 11.131.140,00; a amortização será feita em 15 anos; os juros são de 160% ao ano, inclusive correção monetária; com vinculação de cotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias; destinando-se a operação à aquisição de dois caminhões zero quilômetro.

Há necessidade de autorização específica do Senado Federal porque, em se tratando de Município estruturado a partir de 1º de fevereiro de 1983, não dispõe de balanço geral relativo ao exercício anterior.

A matéria foi apreciada pela douta Comissão de Economia desta Casa Legislativa, que, examinando os pareceres técnicos constantes do Projeto de Resolução, especialmente a Lei autorizadora da operação, exposição de motivos do Ministro da Fazenda e Parecer do Banco Central do Brasil, e tendo em conta a viabilidade econômica e financeira, opinou favoravelmente ao acolhimento da Mensagem, mediante oferecimento de Projeto de Resolução específico.

No âmbito desta Comissão, verificamos que os elementos constitutivos do Projeto estão conforme e que o Projeto de Resolução aprovado pela douta Comissão de Economia não incide em nenhuma hipótese de ofensa aos princípios de nossa Carta Magna.

Sendo assim, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Resolução, nos termos em que foi proposto pela Comissão de Economia, pela sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 1983. — Murilo Badaró, Presidente — Carlos Chiarelli, Relator — Helvídio Nunes — Odair Soares — Guilherme Palmeira — José Ignacio Ferreira — Hélio Gueiros — Marcondes Gadelha — José Fragelli.

PARECER Nº 1.104, DE 1983

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Eneas Faria

A Comissão de Economia, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 161, de 1983, do Senhor Presidente da República, apresentou projeto de resolução que autoriza a "Prefeitura Municipal de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 42, item VI da Constituição Federal, a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 11.131.140,00 (onze milhões, cento e trinta e um mil, cento e quarenta cruzeiros), a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à CREFISUL S.A. — Crédito, Financiamento e Investimento, destinado à aquisição de dois caminhões "OKM" para o Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo".

2. Na forma do art. 2º, item IV, da Resolução nº 132, de 1979, do Senado Federal, as proposições que envolvam operações de crédito internas e externas, de qualquer natureza, em que um ou mais municípios sejam parte interessada, deverão merecer estudo e parecer desta Comissão.

3. As condições da operação são as seguintes:

"A — Valor: Cr\$ 11.131.140,00

B — Prazos:

1 — carência: nihil;

2 — de amortização: 15 (quinze) meses;

C — Encargos:

1 — juros: 160% a.a.;

2 — correção monetária: nihil;

D — **Garantia:** vinculação das cotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — **Destinação dos recursos:** aquisição de dois caminhões (OKM)."

4. Para que possa ser efetivada a operação pretendida, haverá necessidade de autorização específica do Senado Federal, uma vez que, em se tratando do Municí-

pio estruturado a partir de 1-2-83, não dispõe a Prefeitura, de balanço geral relativo ao exercício anterior, que seria o de 1982, base de cálculo para os parâmetros fixados pela Resolução nº 62, de 1975, modificada pela Resolução nº 93, de 1976, ambas do Senado Federal. Haverá de outra forma, necessidade de intervenção da empresa comercial vendedora, através de instrumento de adesão, nos termos do item V da Res. nº 45, de 31-12-66, em obediência ao disposto no Res. nº 763, de 14-9-82, ambas do Banco Central do Brasil.

5. Por outro lado, a margem de poupança real de Prefeitura Municipal de Parobé (RS), para o presente exercício (Cr\$ 178.028,0 mil), mostra-se bastante superior ao maior dispêndio (Cr\$ 28.590,7 mil) que a sua dívida consolidada interna apresentará (em 1984), após a realização da operação em exame.

6. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução apresentado pela Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala da Comissão, 1 de dezembro de 1983. — Passos Porto, Presidente — Eneas Faria, Relator — Jorge Bornhausen — Almir Pinto — Marcelo Miranda — João Lúcio — Galvão Modesto — João Lobo — Alfredo Campos.

PARECERES NºS 1.105, 1.106 E 1.107, DE 1983

PARECER Nº 1.105, DE 1983

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 161, de 1983 (nº 291/83, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Parobé (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros).

Relator: Senador Albano Franco

Com a Mensagem nº 161/83, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Parobé (RS) que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, a seguinte operação de crédito:

Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 23.000.000,00

B — Prazos:

1 — de carência: nihil;

2 — de amortização: 18 (dezoito) meses;

C — Encargos:

1 — juros: 10% a.a.;

2 — correção monetária: mensal, idêntica à das Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável (ORTN);

3 — taxa de abertura de crédito: 3%;

D — **Garantia:** vinculação das cotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — **Destinação dos recursos:** aquisição de máquinas rodoviárias.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se pelo acolhimento do pedido por entendê-lo técnico e financeiramente, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o financiamento de máquinas rodoviárias se enquadra naquelas atividades que têm merecido o acolhida deste órgão, tendo em vista tratar-se de investimento reprodutivo com largo alcance sócio-econômico para o município em questão.

Assim, opinamos pelo acolhimento da mensagem, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 129, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Parobé (RS) a elevar em Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 42, item VI,

da Constituição Federal, autorizada a devar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros), a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, destinado à aquisição de máquinas rodoviárias para o município, obedecendo as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de outubro de 1983. — **Roberto Campos**, Presidente — **Albano Franco**, Relator — **José Lins** — **João Castelo** — **José Fragelli** — **Gabriel Hermes**.

PARECERES Nºs 1.106 E 1.107, DE 1983

Sobre o Projeto de Resolução nº 129, de 1983, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Parobé (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros)".

PARECER Nº 1.106, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Carlos Chiarelli

Através da Mensagem nº 161, de 1983, encaminha o Senhor Presidente da República pleito da Prefeitura Municipal de Parobé, no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando contratar junto à Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul, empréstimo no valor de Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros), destinados a custear a aquisição de máquinas rodoviárias.

A amortização do empréstimo está prevista para um prazo de dezoito meses; os juros são de 10% ao ano, acrescidos de correção monetária mensal, na base da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional; com vinculação de cotas, como garantia, pelo imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

Submetida a matéria à apreciação da douta Comissão de Economia desta Casa Legislativa, esta se pronunciou pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução oferecido, tendo em conta que o processo está devidamente instruído, inclusive com pareceres técnicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

De nossa parte, entendemos que o financiamento de máquinas rodoviárias se justifica pela necessidade que tem a Prefeitura de bem aparelhar-se, bem como há necessidade de aprovação por parte do Senado Federal, por se tratar de Prefeitura nova, estruturada depois de 1º de fevereiro de 1983.

Dai a necessidade do veredito do Senado Federal, nos termos do inciso VI do art. 42 da Constituição Federal. Para tanto, a douta Comissão de Economia já reduziu a termo seu pronunciamento, oferecendo Projeto de Resolução específico, autorizando o empreendimento.

A solicitação está posta em termos judiciosos e reveste-se das formalidades essenciais, não havendo o que obstar, no que concerne aos aspectos constitucionais ou regimentais.

Por isso, somos a favor da aprovação do pedido, nos termos do Projeto de Resolução aprovado pela Comissão de Economia, em face de sua constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e oportunidade.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1983. — **Murilo Baduró**, Presidente — **Carlos Chiarelli**, Relator — **Helvídio Nunes** — **Odacir Soares** — **Guilherme Palmeira** — **José Ignácio Ferreira** — **Hélio Gueiros** — **Marcondes Gadelha** — **José Fragelli**.

PARECER Nº 1.107, DE 1983

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Jorge Bornhausen

A matéria sob a nossa apreciação objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Parobé (RS), nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) des-

tinado a financiar a aquisição de máquinas rodoviárias, para aquela edilidade.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada propiciará grandes benefícios para o município em questão.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 1983. — **Pasos Porto**, Presidente — **Jorge Bornhausen**, Relator — **Almir Pinto** — **Marcelo Miranda** — **João Lácio** — **Galvão Medeiros** — **Enfas Faria** — **João Lobo** — **Alfredo Campos**.

PARECER Nº 1.108, DE 1983

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 1983 (nº 1.479/83, na Casa de origem).

RELATOR: Senadora Iris Cêla

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 1983 (nº 1.479/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a reorganização da estrutura da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1983. **Saldanha Derzi**, Presidente — **Iris Cêla**, Relator — **José Lins**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.108, DE 1983

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 1983 (nº 1.479/83, na Casa de origem) que dispõe sobre a reorganização da estrutura da Justiça Federal e Primeira Instância e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CCJ)

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º A reestruturação do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e a classificação dos cargos que o integram far-se-ão por deliberação do Conselho da Justiça Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 6.026, de 9 de abril de 1974, observada a escala de níveis constante do Anexo do Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981, inclusive com o acréscimo dos níveis 4 e 5 a que se refere o art. 3º do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976."

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2-CCJ)

Suprima-se o art. 6º do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Saldanha Derzi.

O SR. SALDANHA DERZI (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A imprensa publica um artigo que passo a ler:

MANOBRA DO BORDON FOI DENUNCIADA

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas de São Paulo, Manoel Henrique Farias Ramos, classificou como "uma verdadeira manobra" o anúncio feito esta semana pelo vice-presidente dos frigoríficos Bordon sobre a importação de 18 mil toneladas de carne bovina da Espa-

nha. Segundo Júlio Bordon, "a metade dessa carne será destinada ao consumo interno da população enquanto a outra metade será processada para posterior exportação".

Para o representante dos açougueiros paulistas, "a verdadeira intenção dos frigoríficos é forçar a haixa do preço do boi de modo a diminuir os custos de estocagem para implementar ainda mais as exportações no ano que vem".

Farias Ramos admitiu que a colocação da carne espanhola no mercado poderá provocar uma estabilidade nos preços a nível de consumidor, lançando dúvidas, no entanto, sobre a qualidade do produto a ser importado "uma vez que essa carne foi estocada em 79 quando uma violenta seca na Espanha provocou um grande abate do gado, gerando um volume que não pôde ser absorvido nos anos seguintes".

A mesma opinião foi manifestada pelo presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC), João Carlos Meirelles, que além de se mostrar "descrente quanto à confirmação dessa importação", não vê "a menor possibilidade de se destinar ao consumo humano uma carne estocada há tanto tempo".

A carne foi estocada em 1979, uma carne de péssima qualidade, quando animais de qualidade inferior, magros, doentes, foram abatidos para que não morressem de fome e sede, quando daquela grande seca que assolou o território espanhol.

Concordou também que "o objetivo do pool de frigoríficos é segurar os "preços visando uma maior estocagem".

Sr. Presidente, é suspeitíssima essa importação, pelo Sr. Geraldo Bordon, do grupo frigoríficos Bordon, de carne da Espanha quando a Espanha não era exportadora de carne. Sr. Presidente, ao contrário, ela é importadora de carne. Agora vemos o Sr. Bordon importar 18 mil toneladas de carne para o Brasil, numa operação suspeita, permitida, autorizada pelo suspetíssimo Sr. Carlos Viacava, diretor da CACEX, que permite importar carne neste momento em que o Brasil se torna um dos maiores exportadores de carne e superou a Argentina e a Espanha, este ano, no volume de exportação de carne bovina, Sr. Presidente.

Ora, se temos carne de sobra para exportar, podemos exportar até 500 mil toneladas, como vem agora a CACEX, através do Sr. Geraldo Bordon, autorizar a importação de 18 mil toneladas de carne? Essa importação é para permitir que não suba a carne no mercado interno, mas, quando essa carne chegar, Sr. Presidente, já estaremos em plena safra novamente, não na entressafra que está acanhando neste momento.

Sr. Presidente, ainda agora vemos, aqui, denunciado pelo Jornal Nacional, da TV Globo, que está no porto de Santos um navio com 3 mil toneladas de carne de origem uruguaia, carne essa cuja importação foi recusada pelo Iraque e que está passeando pelo mundo para ser vendida aos incautos que queiram importá-la. No entanto, a CACEX autoriza a importação dessa carne uruguaia, anteriormente recusada pelo Iraque, está no porto de Santos, Sr. Presidente, o respeitável laboratório do Instituto Adolpho Lutz já declarou que ela é imprópria para o consumo humano, vem, neste momento, o Ministério da Agricultura, em defesa suspetíssima, dizer que a carne pode ser industrializada.

O Sr. Marcelo Miranda — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. SALDANHA DERZI — Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Marcelo Miranda.

O Sr. Marcelo Miranda — Nobre Senador Saldanha Derzi, V. Exª traz, neste dia, ao conhecimento da Casa, um problema muito importante para a pecuária brasileira, chamando a atenção do Senado Federal, e através dele dos órgãos do Governo Federal, para dizer do significado dessa importação tão danosa para a economia do País, em especial para o nosso Estado do Mato Grosso do Sul. Nós vimos, e eu gostaria de repetir, através da televisão, essa importação absurda, dessa carne, recusada pelo Iraque, e que teria sido feita do Uruguai: uma carne que não poderá ser consumida pelo homem, pela qualidade naturalmente, e pelo tempo. V. Exª chama atenção exatamente para a qualidade da carne espanhola que deve estar chegando ao Brasil, pelo motivo principal que essas reses foram abatidas em consequência da grave seca que assolou o país no ano de 1979. Fiz, há pouco tempo, neste plenário, um discurso a respeito da pecuária brasileira, e neste momento em que o Governo brasileiro deveria fortalecer este setor da economia, que é a pecuária, ele vem através do Frigorífico Bourdon, através do Sr. Geraldo Bourdon, fazer essa importação que vai sacrificar muito, e nós sabemos disso, porque temos conhecimento do ramo — V. Exª chamou a atenção com conhecimento de causa, para a danosa importação que o Governo acaba de fazer da Espanha. Não é só para impedir o preço da carne, nós somos impedidos e as barreiras contra o Brasil são tremendas quando tentamos fazer exportação; pouco a pouco, temos melhorado a nossa performance no setor de exportação da carne bovina. Chamava eu atenção naquele pronunciamento, exatamente, para a necessidade de o Governo Federal fazer uma vacinação em termos globais, nacionais, com repercussões no exterior, para que pudéssemos ter a nossa carne aceita no mercado externo e para não encontrarmos a barreira que aí está. E o que vemos hoje, Senador Saldanha Derzi, é o Governo atender, talvez, à solicitação da Espanha, para nós, os brasileiros, os grandes produtores pecuários do mundo que somos, consumirmos a carne da Espanha, estocada em 1979. Realmente é um absurdo. Cumprimento V. Exª nesta tarde que, em defesa do pecuarista brasileiro, vem aqui denunciar essa importação que achamos absurda e que vem provocar neste setor da economia, que é a pecuária, um desastre nacional.

O SR. SALDANHA DERZI — Muito obrigado pelo aparte, nobre Senador Marcelo Miranda, V. Exª realmente fez um magnífico, extraordinário discurso nesta Casa sobre a pecuária e a agricultura nacionais.

O Sr. José Fragelli — V. Exª me permite um aparte?

O SR. SALDANHA DERZI — Com muito prazer concedo o aparte a V. Exª

O Sr. José Fragelli Senador Saldanha Derzi, poucos podem falar sobre os problemas da pecuária no Brasil como V. Exª

O SR. SALDANHA DERZI — Muito obrigado a V. Exª

O Sr. José Fragelli — V. Exª é um dos pecuaristas mais avançados de Mato Grosso e acredito que até do Brasil. Mas é estranho tudo isso, por uma série de razões. V. Exª e o nobre Senador Marcelo Miranda já destacaram pontos importantes no que se refere ao problema da pecuária bovina. Mas estamos, por exemplo, numa grande crise que afeta o setor de fornecimento de carne de aves. Vimos lá no Estado do nobre Senador Hélio Gueiros que a matança de pintos,...

O Sr. Hélio Gueiros — Foram incendiados!

O Sr. José Fragelli — ...incendiados, não só por falta de alimentação para as aves, como também por falta de mercado. Este é outro setor, ligado ao problema de for-

necimento de carne, que está sendo atingido. Não só a carne suína, também a carne bovina. O Brasil está numa crise tremenda para fazer dólares e estamos importando carne do exterior, paga em dólar...

O SR. SALDANHA DERZI — Quando temos carne para exportar.

O Sr. José Fragelli — ...quando temos carne aqui no Brasil, sem nenhum problema. Na agricultura, os Estados de produção primária são sacrificados, deixam de receber impostos sobre os produtos que saem das mãos laboriosos dos seus lavradores e das suas terras, para que o Brasil possa exportar e fazer dólares. Pois bem, agora fazemos importação de carne, sem nenhuma necessidade, paga em dólar. Não dá para entender essa política.

O SR. SALDANHA DERZI — Perfeito.

O Sr. José Fragelli — Como existem essas firmas exportadoras que estão dando esses escândalos todos, porque ganham grossas comissões, perguntaria se não tem algum importador que esteja ganhando alguma grossa comissão para essa importação de carne? Não só importador, mas quem sabe até altos funcionários, porque a corrupção está lavrando de tal maneira que todos nós, hoje, temos o direito de suspeitar de negociações como essa.

O SR. SALDANHA DERZI — Muito bem.

O Sr. José Fragelli — Será que não há corrupção nisso aí também?

O SR. SALDANHA DERZI — Há e eu vou mostrar a V. Exª

Muito grato, nobre Senador José Fragelli, pela contribuição do brilhante aparte de V. Exª

Mas, Sr. Presidente, a Espanha é uma das grandes importadoras de carne da Argentina e da Austrália, carne de primeira qualidade. Nós exportamos para as Canárias, para a Espanha, praticamente, agora como vamos importar 18 mil toneladas de carne sob uma operação altamente suspeita? E verifique V. Exª o superfaturamento dessa importação, tanto dessa carne espanhola quanto da carne uruguaia, que foi recusada pelo Iraque. Há um superfaturamento, Sr. Presidente. O importador vai ganhar muito dinheiro, somente na diferenciação do dólar. Com essa diferença ele paga todos esses desmandos e nós, os produtores, nós, os brasileiros, é que vamos pagar essa inocuidade que está sendo cometida por elementos desse Governo. É de frisar a posição do Sr. Carlos Viacava, altamente suspeita pelas suas ligações com o Sr. Geraldo Bourdon.

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. SALDANHA DERZI — Tem V. Exª o aparte.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Saldanha Derzi, noto que as críticas que V. Exª faz, que em certo sentido são justas, porque somos um país produtor e exportador de carne.

O SR. SALDANHA DERZI — Grande exportador.

O Sr. José Lins — Sim, grande exportador de carne. Mas noto que as críticas, pelo menos em parte, decorrem da falta de conhecimento das causas dessas importações. É o que posso depreender, por exemplo, do que disse em aparte a V. Exª o nobre Senador José Fragelli. V. Exª sabe que a economia tem realmente os seus mistérios, que é preciso conhecer para poder julgá-la. Pintos são queimados no Pará; são doados pelos produtores em São Paulo, enquanto o povo passa fome. São contradições que nos chocam, mas que têm um fundamento econômico. A Espanha é um grande importador de carne mas, no momento, funcionou como exportador.

O SR. SALDANHA DERZI — Exportador de uma carne estocada em 1979, nobre Senador.

O Sr. José Lins — Que seja essa a verdade. Nós somos um grande exportador de castanha do caju. Agora, os industriais do Ceará, e note bem V. Exª os próprios industriais estão pedindo que a CACEX autorize a importação de castanha da África em função da possibilidade que o mercado externo lhes oferece. A castanha não está sendo importada para ser consumida aqui, mas para ser industrializada e reexportada. O Japão é um grande consumidor de carnes e de sucos de frutas, mas ele às vezes os exporta. Ora, o Dr. Viacava é um excelente técnico e tem feito o maior esforço no sentido de acertar. Digo isto porque o conheço com profundidade, o esforço que ele tem feito. A ajuda que tem dado ao País, nesse campo. Essas operações atendem a objetivos que não são o de coibir a oferta interna. Elas se destinam exatamente à industrialização em geral, em regime *draw back*. V. Exª teria razão ao defender os produtores nacionais de carne se as operações os prejudicassem, mas não é o caso. É preciso notar que o País está fazendo a maior economia em divisas, e que tem, por isso, interesse em reduzir as suas importações. Não está importando carne apenas pelo bel-prazer de prejudicar a produção nacional, ou os seus produtores.

O Sr. José Fragelli — Gostaríamos de saber por que está-se fazendo isso. É altamente suspeito.

O Sr. José Lins — V. Exª sabe, e o nobre Senador Saldanha Derzi já o disse há pouco: esta carne vai ser industrializada e vendida para fora.

O Sr. José Fragelli — Tem gente interessada nisso.

O SR. SALDANHA DERZI — Nobre Senador, muito grato pelo aparte de V. Exª V. Exª vai me desculpar. A importação de castanha do caju, produto de primeira qualidade, perfeito. Mas autorizar a importação de uma carne estocada desde 1979, na Espanha, de animais de péssima qualidade, mortos pela extraordinária seca que assolou aquele País, não está certo. V. Exª acha justo autorizar a importação de uma carne uruguaia que o Iraque recusou por ser deteriorada? Uma carne podre, deteriorada, que o Iraque proibiu a entrada no seu país. E nós vamos importar à custa de dólar, nobre Senador.

O Sr. José Lins — Nobre Senador, eu visitei a Austrália e vi o quanto eles abatem seus rebanhos na ocasião da seca. Essa carne é estocada. Não pense V. Exª que essa carne já está apodrecida.

O SR. SALDANHA DERZI — O Iraque não permitiu a entrada porque a carne estava deteriorada; era carne podre.

O Sr. José Lins — V. Exª deve ter alguma razão para estar enganado nisso.

O SR. SALDANHA DERZI — É o Instituto Adolpho Lutz, então, quem está enganado, pois é a maior autoridade no assunto neste país.

O Sr. José Lins — Os industriais não são loucos. Eu compreendo perfeitamente a defesa que V. Exª faz dos produtores de carne nacionais, e estou do lado de V. Exª

O SR. SALDANHA DERZI — Eu estou defendendo o Brasil e não os produtores.

O Sr. José Lins — Eu apenas defendo o ponto de vista de que o País tem o direito de comercializar bem. Se ele comprar em regime de *draw back* ou para exportar, está tudo certo.

O SR. SALDANHA DERZI — Se fosse uma carne em condições sanitárias perfeitas, ainda vai, mas uma carne

condenada por um serviço de saúde de um País como o Iraque, e que percorreu todo os portos do mundo, foi oferecida e nenhum país quis importar. E o Brasil autoriza a importação a dólar, com superfaturamento, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — V. Exª está menosprezando a inteligência do povo brasileiro.

O SR. SALDANHA DERZI — Não, estou pondo em dúvida as autoridades brasileiras. Infelizmente, vem o Ministério da Agricultura em defesa dessa carne, quando sabemos que quem tem autoridade nesse assunto, no País, é o Instituto Adolpho Lutz, que não pode ser retrucado por um funcionário do Ministério da Agricultura, que não tem autoridade para condenar aquela entidade. O Instituto irá apresentar um relatório, nestes dois dias, e verá V. Exª que essa carne não tem condições para ser consumida.

O Sr. José Lins — V. Exª me merece o maior apreço. Todavia, prometo a V. Exª que esse assunto será esclarecido.

O SR. SALDANHA DERZI — Nós aguardamos.

O Sr. José Lins — Porque sei, nobre Senador, que o País não vai comprar carne podre simplesmente para jogar fora. Essa é que é a verdade.

O SR. SALDANHA DERZI — Tenho certeza de que o Senhor Presidente da República, tomando conhecimento desses fatos, irá mandar punir os responsáveis.

O Sr. José Lins — Concordo com V. Exª em que sejam punidos, se realmente isso aconteceu.

O SR. SALDANHA DERZI — Acredito no Senhor Presidente da República.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exª um aparte?

O SR. SALDANHA DERZI — Com muito prazer, nobre Senador, meu compadre e meu amigo.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Saldanha Derzi, tenho razões para crer que essa importação de carne se destina ao sistema *draw back*. Mas, de qualquer forma, é lesiva aos interesses brasileiros, porque, não há como discutir: no momento em que a pecuária começa a se recuperar, começa a dar os primeiros passos no sentido da capitalização, faz-se essa importação para, como que numa ameaça, forçar o achatamento do preço do boi. V. Exª, que é um experimentado pecuarista, sente na própria pele as agruras por que vem atravessando a pecuária por todo esse tempo, há de estar lembrado que, em 1974, quando o dólar custava Cr\$ 6,00, a arroba de boi custava Cr\$ 125,00, vale dizer, 25 dólares por arroba. No entanto, agora, que começamos a caminhar para a paridade do preço verificado em 1974, não chegamos a conseguir isso, até mesmo porque teremos que considerar a erosão que sofreu o dólar nesse período. Hoje, vê V. Exª, com o boi a Cr\$ 16.500,00 por arroba, lá na fonte, ele não está atingindo, e se estiver atingindo está por volta de 18 a 19 dólares, o preço do câmbio de hoje; vale dizer, mesmo com o dólar erodido, inflacionado, nós estamos recebendo muito menos dólar por arroba de boi do que aquilo que se alcançava em 74.

O SR. SALDANHA DERZI — É verdade.

O Sr. Benedito Ferreira — Eis por que, nobre Senador Saldanha Derzi, nesse meu trabalho de hoje, nesse modesto trabalho que trago à consideração de V. Exªs, eu procuro identificar o chamado fenômeno da concentração de renda. Mas, de tudo aquilo que eu pude encontrar nas pesquisas, que eu aqui trago, é que no Brasil sempre houve uma estratégia de preços políticos nos alimentos. É essa política de preços políticos, para agradar

o povo das grandes cidades, tem redundado, invariavelmente, em prejuízo dos produtores, porque, na realidade, até mesmo aquele ópio, aquele engodo que sempre se utilizou para esmagar a agricultura e a pecuária, que é o maldito do crédito subsidiado, que nunca atendeu nem 20% dos produtores, esses chamados subsídios que gravavam sobremaneira o orçamento monetário da União, eles sempre voltavam para a cidade, nunca ficaram lá na roça, visto que, através dos preços baixos que eram pagos aos produtores, esses subsídios redundavam em benefício do consumidor da cidade. De sorte que é louvável a posição de V. Exª, até mesmo porque está faltando adubo, adubo que não se deixou importar. E nós estamos com muita terra preparada, com sério risco de não ser plantada porque não permitiram a importação de adubo e, no entanto, está aí a importação de carne.

O SR. SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Exª V. Exª é autoridade nesse assunto, nobre Senador Benedito Ferreira. Mas admito a importação da carne pelo *draw back* vá lá! Querem acabar com os produtores brasileiros, com os homens que trabalham pela grandeza deste País, num esforço permanente e perseguido pelo Governo, pelas autoridades financeiras deste Governo? A produção hoje é sacrificada, mas, importar carne deteriorada da Espanha, que não é tradicional exportador, e essa carne do Uruguai que foi recusada pelo Iraque, nós não aceitamos. O Brasil está sendo roubado, neste momento, nobre Senadores, porque essa carne está sendo importada a preço de dólar e superfaturada verifiquem lá. Vai acontecer o que aconteceu há poucos dias, quando exportamos o milho a 92 dólares a tonelada e estamos importando a mais de 170 dólares a tonelada.

É este País que nós estamos assistindo acabar com os homens que ainda produzem, nobre Senador. Mas espero que Sua Excelência o Senhor Presidente da República, tomando conhecimento desses fatos, mande apurar e punir aquelas autoridades que permitiram essa importação danosa e criminosa para a economia nacional. Muito grato Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mocyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trago ao conhecimento desta Casa um documento do qual me fiz portador, pelo nosso Partido, o Partido Democrático Social, fazendo entrega hoje ao Presidente, Senador José Sarney. De antemão, eu quero pedir desculpas aos meus companheiros por não ter acertado uma hora, que merecesse a honrosa companhia, para a entrega do referido documento. Houve um desencontro de horário, e o Presidente me telefonou dizendo que a imprensa e a televisão estavam aguardando. Então, tive que proceder à entrega do documento.

Vou passar a ler, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o documento do qual fui um mero coordenador, porque a ideia, a redação, o apoioamento foi de todos os companheiros signatários do mesmo.

É o seguinte:

Exmº Sr.

Senador José Sarney

DD. Presidente do Diretório Nacional do PDS

Pedimos vênias para manifestar a V. Exª nossa posição contrária a qualquer tentativa de modificação da Constituição Federal, no capítulo referente ao processo sucessório, já em pleno andamento.

Em 15 de novembro de 1982, quando se realizaram eleições gerais, precedida de amplo debate, através das quais foram eleitos vários Governadores da Oposição, nos comícios e nas praças públicas de todo o Brasil buscamos o apoio popular com a límpida e clara advertência de que aspirávamos conseguir a maioria do Colégio Eleitoral que elegeria o Presidente da República em 15 de janeiro de 1985.

Sem embargo de reconhecer que o princípio das eleições diretas, em todos os níveis, é dos postulados principais do programa de nossa agremiação, entendemos que seria frustrar as bases do partido e a opinião majoritária no País, que outorgou ao nosso partido ampla maioria, aceitar qualquer modificação do quadro constitucional que estabeleceu as regras da sucessão, iniciada, de fato e de direito, com as eleições gerais de 1982.

São estas as ponderações que nos permitimos fazer a V. Exª como inequívoca manifestação política de nossa parte.

Sr. Presidente, este é o documento do qual fui portador, entregue ao Presidente do meu Partido. Não desejaria deixar esta tribuna sem fazer algumas considerações sobre a situação política que estamos vivendo. A crise financeira já está mais ou menos detida, podemos assim dizer, e a crise econômica, ela, naturalmente, há de perdurar ainda por algum tempo. Mas ninguém pode, neste País, quem nasceu aqui, quem conhece a nossa Pátria, ninguém pode ser pessimista. Tenho a certeza de que nós venceremos essa crise, brilhantemente. E, no futuro, todos irão reconhecer o trabalho ingente que estamos fazendo, para que o sofrimento, que ora está sendo exigido da nossa população, tenha uma compensação através das gerações mais moças que irão chegar para cuidar da vida pública.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Exª diz que não se deve ser pessimista, mas, eminente colega, a verdade é que nunca foi tão difícil ser otimista como agora.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte de V. Exª. Talvez eu seja uma exceção, talvez porque estou em véspera de deixar a vida pública. (Não apoiado!) E devo deixá-la com saudade, porque ela tem sido toda dedicada aos interesses do meu Estado, do meu País e do seu povo. Consequentemente, o que eu vejo é que são encargos fortes para realizar obras que não tinham condições de dar retorno para alcançar os compromissos assumidos, que estão pesando para esta geração, que não é mais a minha, porque a minha já passou, mas para a geração que está me sucedendo. Os que vierem depois serão os beneficiários dos sacrifícios de hoje. Eles vão, naturalmente, colher os frutos daquilo que estamos construindo e que está nos custando sangue, suor e lágrimas.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Pois não.

O Sr. Humberto Lucena — Não ouvi bem a sua leitura e gostaria que V. Exª me informasse quantos signatários tem o seu manifesto contra as eleições diretas?

O SR. DINARTE MARIZ — Do documento que entreguei hoje ao nobre Senador José Sarney constam de trinta, ou melhor, vinte e seis assinaturas.

O Sr. Humberto Lucena — Vinte e seis?

O SR. DINARTE MARIZ — Vinte e seis, sendo que três devem assinar ainda hoje. Então, calculo que o documento se componha de vinte e nove assinaturas.

É uma demonstração nossa, combatendo aqueles que querem realmente concorrer para um golpe de Estado dentro do sistema político que estamos vivendo, porque, mudar a regra do jogo a esta altura, dentro de uma situação já definida, quando já estamos em campanha para uma sucessão Presidencial, já feita em eleições livres, limpas, corretas, representa um golpe de Estado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Permite-me V. Ex^a outro aparte? (Assentimento do orador.) Data venia de V. Ex^a e do apreço que lhe tenho, considero profundamente decepcionante essa manifestação assinada por Senadores da República, homens de alta responsabilidade na vida política do País. Sem dúvida alguma, nobre Senador, esse manifesto é que frustrará terrivelmente a opinião pública brasileira, porque 87% do nosso povo, ouvido em pesquisa de opinião pública por empresa especializada, opinou favoravelmente às eleições diretas. Tivemos há pouco o exemplo da Argentina que se redemocratizou através de um pleito popular belíssimo. E já agora, no dia dez, vamos ter a posse do Presidente Raul Alfonsín. Enquanto isto, nós insistimos em manter um processo de escolha que nem sequer se pode dizer que seja propriamente indireto, porque, na verdade, os Senadores e Deputados que foram eleitos no ano passado, e os demais delegados ao chamado Colégio Eleitoral, não foram escolhidos durante uma campanha em que estivessem presentes nomes que disputassem a Presidência da República. Quer dizer, a campanha do ano passado não teve nenhuma ligação com a sucessão presidencial. Daí nós julgarmos ilegítimo esse Colégio Eleitoral. Portanto, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, que sempre foi um homem do voto popular, e que, pela primeira vez, na sua vida foi escolhido pelo voto indireto, a V. Ex^a, que sempre foi eleito pelo povo do Rio Grande do Norte, em debates memoráveis...

O SR. DINARTE MARIZ — Tenho a impressão de que foi o que já mereceu a confiança mais longa do seu povo, pois teve quatro eleições seguidas pelo voto majoritário. Não sei se aqui no Senado tem alguém que tenha conseguido isso.

O Sr. Humberto Lucena — Por isso mesmo é que eu me surpreendo e me admiro que V. Ex^a lidere o movimento no Senado contra a reforma constitucional que estabelece a eleição direta, inclusive contrariando as simpatias pessoais do próprio Presidente João Figueiredo.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Eu gostaria de primeiro responder ao aparte do nobre Colega, representante da Parafra, o meu querido amigo Humberto Lucena, que está realmente me chamando a atenção sobre assunto que responderei para ele com a maior satisfação. É que o PMDB chamado, naturalmente, a opinar dentro do sistema nacional, eu até pensei que ele já estivesse convencido da situação exata e legal do nosso sistema político, porque pensei que ele tivesse ido fazer política na Argentina. Eu vi o seu Presidente, do PMDB, acompanhado de alguns elementos que seriam os seus Ministros de Estado irem à Argentina, mas soube que houve uma decepção muito grande, porque aqui, a grande tese deles era a eleição direta e quando chegaram na Argentina encontram um Presidente eleito por eleição indireta.

O Sr. Hélio Gueiros — Mas aqui, desse jeito, nós não queremos eleição direta. Se nós tivermos eleição indireta igual a da Argentina será uma maravilha.

O SR. DINARTE MARIZ — Então, eu fiquei assim...

O Sr. Humberto Lucena — Está V. Ex^a enganado! Lá o povo votou também no Presidente da República; o sistema é misto: votam no Presidente e votam no Colégio Eleitoral, mas numa campanha em que, ao mesmo tempo que o povo escolhe o delegado, sabe quem é o candidato a Presidente; ouve a sua campanha, escuta as suas idéias e há enfim um debate em torno de plataformas. É muito diferente, nobre Senador. Se V. Ex^a quiser — já disse isso aqui e repito — com o seu Partido subscrever a reforma constitucional estabelecendo, agora, o pleito de Presidente da República nos mesmos termos da Argentina, estamos de acordo. V. Ex^a aceita?

O SR. DINARTE MARIZ — Acho que V. Ex^a deve aguardar que o fim do mandato do candidato à Presidência da República.

O Sr. Humberto Lucena — Então é porque...

O SR. DINARTE MARIZ — É válida a idéia de V. Ex^a.

O Sr. Humberto Lucena — Veja V. Ex^a que o pleito na Argentina não é tão indireto como pensa V. Ex^a.

O SR. DINARTE MARIZ — Sr. Presidente, lá as eleições não foram diretas. É uma questão de o modo de como fazer as eleições. Mas foram indiretas, Sr. Presidente, como indiretas são mais de 90% das eleições de todos os países democráticos. Só não é indireta na Rússia. A Rússia não; a Rússia não precisa de ser indireta: a Rússia é imposta.

Ninguém mais do que eu tem admiração por aqueles que fazem vida pública neste País. Gozo do privilégio de poucos políticos talvez neste país, de merecer a atenção de muitos companheiros, de muitos amigos da vida pública pertencendo a outras legendas partidárias. Acho que é um privilégio, as amizades que tenho, o reconhecimento dos homens públicos da Oposição, mas eu gostaria, neste fim de mandato, neste fim de vida pública, poderia aspirar-se a uma coisa e fazer um apelo a esta Casa: era que não procurássemos destruir os homens públicos. Quantas vezes já fui vítima, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Nesta Casa já chegou pedido para que eu fosse processado, sendo que me antecipei pedindo para que dessem o consentimento, pois eu fazia questão de comparecer perante o Tribunal mais alto da Justiça do meu País para realmente fazer a minha defesa. E não seria uma defesa, Sr. Presidente, seria um libelo acusatório.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Quero fazer um apelo, principalmente aos nobres componentes do Partido da Oposição que perseguem a mesma coisa que nós perseguimos: uma democracia autêntica! É o que nós queremos. Os caminhos não são os mesmos mas a aspiração é a mesma. Então, eu noto que há ainda, nesta altura da vida pública deste País, uma divergência de opiniões que leva a querer se destruir àquelas figuras que se projetam politicamente, fazendo politicagem, procurando inutilizar a vida pública daquele que se projetou para os cargos mais altos do meu País. E como sou um homem que dou nome aos bois, devo dizer que li, com muita tristeza, ontem, na Folha de São Paulo, que o Governo Franco Montoro está processando o Deputado Paulo Maluf, porque mandou ele imprimir alguma coisa de propaganda na Imprensa Oficial.

Ora, Sr. Presidente, isso é até irrisório, porque o próprio Franco Montoro, por quem eu tenho até uma certa admiração pelo seu talento, pela sua capacidade de luta, como Líder do seu Partido nesta Casa, mandou imprimir aqui na gráfica do Senado, elementos para toda a sua campanha.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Ex^a vai me consentir o aparte, Senador Dinarte Mariz?

O SR. DINARTE MARIZ — Um momento, nobre Senador.

É isso não era novidade, porque todos o faziam e não era um privilégio dele. Todos o faziam, mas o dele naturalmente foi um volume que valeu por todos os outros, porque o Estado de São Paulo sendo maior — porque a sua propaganda chegava a todos os seus correligionários — teve que se imprimir uma quantidade muito maior do que a dos outros Estados pequenos, como os do Nordeste onde o eleitorado é pequeno.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Dá licença de um aparte, Senador?

O SR. DINARTE MARIZ — Mas isso nunca foi motivo e nem nunca foi delegação para que se procurasse destruir a imagem de um dos homens públicos mais interessantes do País que é, inegavelmente, o Governador Franco Montoro.

É lamentável que isso aconteça. O Sr. Paulo Maluf está sendo marcado, porque naturalmente pelas suas posições de Ex-governador de São Paulo, pelos outros cargos públicos que exerceu na sua terra, ele se categorizou a pleitear a Presidência da República. Então, ao invés de se combater as suas idéias, ao invés de combater aquilo que ele realmente poderia representar como uma falha para governar o nosso País, vai-se em busca das coisas menos importantes, mais mesquinhas, para procurar manchar a imagem de um homem que se candidata à Presidência da República. Isso eu lamento, Sr. Presidente, ter chegado à minha idade, à velhice e ainda ver isso dentro do meu País.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Peço mais uma vez o aparte a V. Ex^a, Senador.

O SR. DINARTE MARIZ — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Benedito Ferreira — Eu já estava inscrito, nobre Senador Dinarte Mariz.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Pois não, se V. Ex^a quiser falar primeiro...

O Sr. Benedito Ferreira — O critério é do orador. Eu já estou inscrito há mais tempo.

O SR. DINARTE MARIZ — V. Ex^a me perdoue. Darei o aparte em seguida ao Senador Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Dinarte Mariz, quem conhece a sua história e sobretudo a sua experiência, o seu sofrimento para encaminhar este País ao regime democrático — não a essas chamadas democracias populares, dos partidos únicos — mas quem sabe como V. Ex^a já foi cominado a fazer, a pegar em armas para impedir esse tipo de "democracia" aqui em nosso País, há de reconhecer a autoridade com que V. Ex^a fala e manifesta a sua preocupação para o estabelecimento de uma democracia efetiva no Brasil. Até mesmo porque a sua experiência e a sua argúcia levaram-no a essa providência, em tão boa hora tomada, que é a manifestação da maioria que, muitas vezes, silenciosa, pensa como V. Ex^a. Agora, o que há, na realidade — e nisso temos a reserpear a habilidade do PMDB na manipulação da panacéia milagrosa da constituinte, já agora abandonada, visto que a miraculosa panacéia do momento para resolver todos os problemas do Brasil, é a eleição direta para Presidente da República, embora eles não a queiram para prefeito das capitais, mas isto é outra história — é a manipulação do PMDB, a exemplo do que ocorreu — e V. Ex^a está lembrado — com o divórcio, onde até as crianças de 5 anos, pesquisadas, eram divorcistas no Brasil, e o Senador Nelson Carneiro, muito habilidoso e contando com os recursos dos meios de comunicação, falava em centenas de milhares de casais que precisavam regularizar a sua situação de fato, e assim foi instituído o divórcio. É o caso de se perguntar, onde as centenas de milhares que procuraram os tribunais para regularizar a sua situação, através do divórcio? Não há nem dezenas de milhares, quanto mais centenas de milhares. De sorte que V. Ex^a, Senador Dinarte Mariz, fez muito bem em demonstrar à nobre Oposição, que está querendo, inteligentemente, ganhar o poder através daquilo que lhe seja possível lançar mão, e uma delas é a de que abdicássemos do direito de uma parte integrante do mandato, que recebemos do povo em 1982, que é a de eleger o Presidente da República — neste instante em que o povo está

realmente amargurado pelas dificuldades que o País atravessa — o que eu desejo: manipular e induzir o povo a votar na Oposição, que promete, como prometeu antes de 1982, resolver todos os problemas do Brasil. Agora os Governadores do PMDB estão recebendo a lei do retorno, isto é, o feitiço virou contra o feiticeiro: prometeram milhões de empregos, e ótimos salários. Pelo contrário estão desempregando, não estão dando melhores salários, estão achutando os salários dos seus servidores, porque, em realidade, combateram tanto o chamado milagre econômico brasileiro, que agora querem, certamente, o milagre teológico, o milagre da multiplicação dos pães. Com estas observações, louvo a posição de V. Ex^a, e, tenho certeza, entrará para a história pela sua longa folha de serviços prestados ao Brasil e à democracia, tendo assinalado mais esta posição corajosa, viril e, sobretudo oportuna, impedindo que o Brasil seja arrastado para os desatinos e as conseqüências que nos propõem os elementos da Oposição, que repito, com habilidade.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado a V. Ex^a. Antes de conceder o aparte ao Senador Fernando Henrique Cardoso, gostaria primeiro de responder ao aparte do nobre Senador Benedito Ferreira não faço nenhuma restrição à campanha feita pelo nosso nobre colega Nelson Carneiro, em relação ao divórcio. Votei contra, mas ninguém pode negar o idealismo com que ele advogou esta idéia, ao longo da sua vida pública, toda ela dedicada na defesa desse princípio. Louvo e admiro a pertinácia e a competência com que ele advogou e conseguiu, realmente, essa vitória. Mas o PMDB é um partido de Oposição. Ele está certo, quando procura embarçar a vida política do outro Partido, só que ele perdeu-se no caminho. Tenho a impressão de que, quando foi à Argentina, encontrou uma estrada que bifurcou-se, indo além daquele país, passando por algum outro diferente.

Sr. Presidente, quantas vezes vi o nosso colega Franco Montoro do PMDB, na tribuna, lendo os recortes de jornais que ele gostava muito — os jornais atacavam o Governo e S. Ex^a lia da tribuna era, motivo para um discurso — sempre fazendo oposição aqui, nesta base. Agora partido de S. Ex^a, o PMDB, perdeu essa oportunidade, quando admitiu, primeiramente estando eleito em vários Estados, ser recebido pelo Presidente da República, e isto não poderia deixar de ser. Antes, eles diziam que não tinham nenhuma condição de apertar a mão do Presidente. Depois, quando chegaram aos governos Estaduais correram para o Palácio do Planalto, e o Presidente recebeu a todos, tratou-os democraticamente, como era o dever dele. Hoje o PMDB desfigurou-se, o PMDB aceitou o mandato tampão, aceitar a prorrogação de mandato.

Desejo felicitar daqui, desta tribuna, o Presidente da República, porque todas as teses que afrontavam um pouco a idéia democrática o PMDB hoje as aceita, com tanto que haja uma certa...

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral. Fazendo soar a campanha.) — Lembraria ao nobre Senador que o tempo de V. Ex^a se aproxima do término.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado a V. Ex^a. Vou terminar o meu discurso.

Então, o PMDB perdeu a oportunidade. Felicito o Presidente Figueiredo porque, daqui por diante, ninguém do PMDB terá a autoridade para subir a tribuna e acusar o Presidente da República de qualquer coisa que apresente e que não seja democrática. S. Excelência foi o homem da abertura, foi o homem combatido pelo Partido da oposição, mas este mesmo Partido admitiu tudo que é anti-democrático a troco de uma concessão para colaborar numa coisa que o Presidente recusou, que significaria um golpe de estado, mudar a regra do jogo para fazer as eleições diretas, neste País, quando as eleições já estão feitas. Então, o PMDB aceita tudo que é anti-democrático a troco de uma concessão. Já o idealismo

do PMDB — e isto pode até representar uma habilidade — não mais existe.

Hoje, a grande figura deste País continua sendo, e sempre achei, o Presidente João Baptista Figueiredo, que nos deu anistia, que fez a abertura política, e se responsabilizou por ela. S. Excelência representa realmente um homem de coragem, e está se mantendo: tanto que, quando querem explorar o Presidente, dizem que S. Excelência é pelas eleições diretas. Ora, o meu Partido não é infenso às eleições diretas, mas o que não podemos é abdicar do nosso direito de indicar o Presidente da República, que já foi eleito nas eleições de 1982.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Pois não.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Queria, em primeiro lugar, me referir a situações de fato. Disse V. Ex^a aqui que o Governador Franco Montoro fez toda a sua campanha nas gráficas do Senado. Eu fui, por circunstâncias, o Chefe...

O SR. DINARTE MARIZ — Não disse que ele fez toda a sua campanha, mas que ele imprimiu propaganda na gráfica do Senado e, V. Ex^a me permita, fui o 1º Secretário da Mesa.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Fui, por circunstâncias, o chefe da campanha eleitoral ao Governo de São Paulo, pelo PMDB. Posso lhe assegurar que a campanha eleitoral do PMDB não foi feita nas gráficas do Senado. Poderá ter usado o Senador Montoro, como todos os Senadores usam, dentro dos limites da gráfica do Senado, a quota que lhe corresponde, e se assim não foi, se foi mais além, o Senado deveria ter coibido o abuso. Com relação à questão em tela do ex-Governador Paulo Maluf, atual Deputado Paulo Maluf, não se trata de pecado venial. Trata-se de abuso no uso da utilização da máquina do Estado, durante a campanha eleitoral. Não é o Governador Franco Montoro quem o está processando. O processo se realiza a partir da Procuradoria do Estado, por denúncia que não partiu do Governador Franco Montoro.

O SR. DINARTE MARIZ — Lá o sistema é bem diferente, estou vendo, é um Estado que se distancia de todos os outros. Lá tem uma máquina à parte, o Governo organiza essa máquina.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Não, não tem, mas há o respeito à lei, pelo menos neste Governo. E quando alguém faz uma denúncia ela tem que ser apurada. Devo dizer a V. Ex^a que na qualidade de chefe da campanha do Governador Montoro, eu próprio estive numa gráfica que pertencia à Associação Comercial, onde não se fazia propaganda eleitoral. Usava-se recursos de organizações paraestatais para fazer propaganda difamatória, quando fizeram panfletos difamatórios relativos a Franco Montoro e ao PMDB. De modo que não quero prejudicar por respeito à Justiça. A Justiça dirá qual é a responsabilidade do Deputado Paulo Maluf, se a Câmara dos Deputados autorizar, se ele tem alguma ou não. Numa democracia assim se atua. Não há ânimo algum de cortar as chances do Deputado Maluf à Presidência da República. Isso não é problema nosso, isso será problema do Colégio Eleitoral, se ele for mantido, ou do povo, que é o nosso desejo, ou do Presidente da República se o indicar. Eu quero até dizer a V. Ex^a que eu não conheço outro mecanismo para se democratizar um país, senão o de insistir na importância do voto. Fez V. Ex^a alusão à Argentina; se V. Ex^a quiser propor que no Brasil se utilize o mesmo sistema, o PMDB não terá restrições; ou que se utilize o sistema americano, não poremos restrições. Não está em causa a eleição direta ou indireta, está em causa a legitimidade do órgão que escolhe o Presidente. É outra discussão. Nós estamos apenas pe-

dindo que se legitime o processo. V. Ex^a fez considerações sobre o Presidente da República, algumas das quais até o Presidente do meu Partido já o declarou, que, num dado momento, pelo menos, ele teve em consonância com a Nação, quando ele disse ser favorável ele próprio à eleição direta, como opinião pessoal dele. Um homem que V. Ex^a elogia tanto tem essa mesma opinião, e declarou mais de uma vez, reiterou, que não depende dele, que por ele a eleição seria direta. Sendo indireta ele teria um candidato, parece ter, pelo menos a ler nos jornais, que é o Cel. Mário Andreazza. Não sei se é o candidato de V. Ex^a. Parece-me que é um pouco fora de contexto acusar a nós do PMDB de estarmos fazendo um jogo de habilidade. Não. Também não aceito o que diz o meu preclaro Senador por Goiás, Benedito Ferreira, a respeito do nosso comportamento com relação às eleições nas capitais. Não. As emendas são nossas. Ainda agora, nessa emenda relativa ao Armando Pinheiro, eu estive presente à sessão toda, disposto a votá-la, embora me pareça, não sendo eu um técnico na matéria, jurídica. Mas, ainda assim, por uma razão política maior que é a do voto, nós estamos dispostos a apoiar. Eu estou pessoalmente disposto, e disse lá que falava por mim, pelo meu partido em São Paulo e pelo Governador de São Paulo: queremos eleição, sim, para prefeito da Capital de São Paulo, já, a qualquer momento. E vou dizer, para finalizar, que quem não deu quorum não fomos nós; foi o PDS que lá não compareceu. Queria também dizer a V. Ex^a que me parece que nas circunstâncias da vida brasileira não há que prejudicar. Eu não sei quem vai ganhar as eleições. V. Ex^a está dando, me parece, um pouco antecipadamente, como resultado certo, a vitória do PMDB e a derrota do PDS. Não é o meu ponto de vista. Pode ser que seja: talvez, sim; talvez, não. Mesmo que não seja, se alguém for eleito pelo seu Partido, PDS, só terá o meu respeito, porque terá sido eleito legitimamente pelo povo. E eu não estou antecipando. O momento, como já foi mencionado por V. Ex^a, não é um dos mais favoráveis ao PMDB, em particular, porque tem governo na oposição. A questão aqui é mais geral, é institucional. Então, a nossa luta é absolutamente por ideais e não por habilidades.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — (Fazendo soar a campanha.) — Lembro ao nobre orador que já se esgotou o tempo de que dispunha.

O SR. DINARTE MARIZ — Sr. Presidente, V. Ex^a há de convir que o meu tempo foi tomado por apartes e eu gostaria de responder ao aparte do nosso colega por São Paulo. S. Ex^a foi bastante contraditório no seu aparte, pois, defendeu com tanta ênfase o Direito, a Lei, e ao mesmo tempo condenou a nós outros que elegemos um Presidente da República num pleito absolutamente legal. S. Ex^a quer negar o direito que tivemos para eleger o futuro Presidente da República. E eu pergunto: se o PMDB tivesse feito a Maioria, ele estaria aqui fazendo campanha para eleição direta? Ora, temos que verificar e discutir as coisas realmente como elas são. Não estou aqui para acusar o Governador de São Paulo, que é meu amigo particular, estou apenas registrando um equívoco. Também fui vítima, nobre colega, de coisa semelhante, já fui vítima de injúrias, de atitudes que eu repeli até com risco de vida. Depois, aqueles que me acusaram — é bom que se lembre disso — aqueles que me acusaram depois foram cassados por desonestos.

Então, o que cabe é se ter uma linha retilínea, para que amanhã equívocos na vida pública do País não se repitam, envolvendo aqueles que se acham na graça do poder. Sempre fui homem de oposição. Se tive quatro mandatos de Senador e um de Governador do meu Estado, quatro pelo voto direto e um pelo voto indireto, o que mais me enaideceu, porque fui eleito pela quase unanimidade dos Vereadores do meu Estado, quando o meu companheiro de partido, que era um homem mais moço

e de menos prestígio do que eu, se elegeu com uma maioria imensa para o Senado da República.

Não sei, Sr. Presidente e meu nobre colega, se a minha vida, toda ela intercalada por lutas políticas na oposição, correndo risco de vida, levando cadeia como levei, ameaçado de ser assassinado dentro das prisões, não sei se aprendi, para servir ao meu País, não sei se aprendi errado, mas aprendi dentro dos meus princípios, defendendo os meus princípios e, sobretudo, nunca mudei de partido, nunca. Dentro do meu partido tenho sido minoria muitas vezes, mas defendendo sempre as minhas idéias. Quando sou vencido, somo-me aos demais, para defender os ideais que eles representam. Democracia é isso: discussão, lutas, mas, quando vêm a deliberação majoritária, os minoritários têm que se somar para apoiar os vencedores. Esse foi o meu princípio, essa tem sido a minha vida. Jamais me cansarei, nem aceitarei jamais, na minha vida pública, neste resto de vida que Deus tem me concedido, jamais transigirei com os princípios que defendo, embora, amanhã, se eu tiver um candidato a Presidência da República, dentro do meu Partido, e a assembléia indicar outro nome, eu vou me somar aos companheiros vitoriosos, para ajudar na eleição do companheiro vitorioso. Isso é que eu chamo democracia, essa é a minha cartilha cívica, e ela indica que democracia é isso.

Agora não deixo de chamar a atenção dos que chegam no poder, porque pelo poder eu passei, para que amanhã, no fim dos seus governos, não sejam também acusados e venham perante a opinião pública do País prestar esclarecimento, recebendo injustiça e injúrias.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sampaio.

O SR. CID SAMPAIO (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Reingresso na vida pública em difícil momento da história da Nossa Pátria

Substituo o Senador Nilo Coelho. Homem de um partido diferente do meu e ligado ao sistema que há vinte anos ocupa o Poder. Ele, pela grandeza do seu espírito, no desempenho do mandato popular, ao presidir pela última vez o Congresso Nacional, dignificou-o, marcando, com o seu gesto, o início de uma nova era na vida da Nação.

No dia 19 de outubro, o Parlamento brasileiro revestia-se, por sua autodeterminação, da prerrogativa de fazer prevalecer sua vontade, independentemente do arbítrio do Poder Central. No exato momento, ao exercer a sua vontade livre, a maioria dos representantes do povo, que então se constituía, viu-se ameaçada por um ato de violência.

Nessa hora decisiva para a Nacionalidade e para a democracia, o Senador Nilo Coelho, fazendo-se intérprete dos sentimentos de liberdade e de altivez do povo brasileiro, como Presidente do Senado da República e do Congresso Nacional, reagiu à prepotência, não permitiu a violação da lei e o esbulho da vontade da maioria, fez prevalecer a Justiça e, pela vontade de Deus, entrou na História

Srs. Senadores:

Falo-vos pela primeira vez. Antes, no entanto, da análise que irei apresentar da atual situação brasileira, que angustia, preocupa e inquieta a todos, pretendendo caracterizar o que julgava, na mocidade, no início da minha vida política, constituir em um povo as virtualidades indispensáveis, para que ele pudesse livremente construir a sua própria História.

Permitam V. Exs. reproduzirei o trecho da oração que pronunciei em uma convenção do meu Partido, quando, embora convivendo com as distorções econômicas e sociais que já então prevaleciam, havia, no entanto, liberdade política do Brasil.

Dizia então:

"Os povos sem objetivos, que são vazios de aspirações coletivas, não têm condições para viver livres. Eles se subordinam, sempre, às forças políticas ou econômicas de outros povos. Só se afirmam as comunidades que encontram, na terra onde trabalham, na sua própria vida, na sua história, nos conceitos filosóficos morais e políticos que defendem, um sentido que identifique a todos. E todavia lutam e são capazes de sacrifício por este ideal comum. Só assim os povos crescem, marcando as civilizações e as culturas. De outro modo, se às suas vidas falta este sentido que possa constituir a aspiração geral, o interesse subalterno torna-se a medida do desejo dos grupos que aspiram viver à sombra do Governo.

A luta pelo poder se desvirtua, já não busca o bem comum, o desenvolvimento social e econômico, a defesa de um direito, do direito a uma vida que não seja indigna da condição humana, a defesa da equidade e da Justiça. E então, sem um princípio a preservar, ela se avilta de concessão em concessão. E os que a sustentam, não representando o povo, no seu sentido dignificante e sublime de pátria e de comunidade, disputam os privilégios que se negociam e se trocam, os lugares vitalícios, o agasalho gordamente remunerado para a família e a clientela. Vê-se, assim, a Lei, a Constituição, a moral, até a miséria e o sofrimento das populações não mais poderem conter o interesse, a princípio de grupos, e depois, dos indivíduos, no delírio do uso do poder pelo proveito e do mando pelo desmando, com a postergação do bem da coletividade, do progresso social e do enriquecimento comum."

Srs. Senadores,

Por vinte anos o povo brasileiro não opina, foi contido e violentado nas suas divergências, não participa. Tutelado, viveu à margem da sua própria História.

Hoje, quase ao completar os 37 anos de idade, ao chegar ao Senado representando Pernambuco, sinto-me, à luz dos mesmos princípios, com a responsabilidade de integrar-me na árdua tarefa em que hoje se empenham todos os brasileiros, para vencer não só a alienação política que lhes foi imposta, mas o retrocesso econômico, a insolvência financeira, o desemprego, a fome, a pobreza extrema que faz resvalarem para a miséria expressivos contingentes da população brasileira.

1 — A crise mundial

Nos períodos da História economicamente prósperos, em que melhoram cada dia as condições de vida das criaturas humanas e no exercício de sua atividade diária, o homem se sente capaz de afirmar-se pelo seu trabalho, assegurando o bem-estar para a sua família e, com isto, a sua continuidade como ser e como espécie. Nesses períodos há paz, o "status quo" é preservado, a inquietação não aflige as coletividades.

Ao contrário, nos períodos da História marcados pelas grandes crises, quando as preocupações substituem as ocupações e o inconformismo domina o espírito do homem, as transformações sociais tornam-se inelutáveis.

O Mundo de hoje divide-se em dois: uma terceira parte rica, que viveu a primeira Revolução Industrial, realizou um extraordinário desenvolvimento tecnológico, aperfeiçoou os equipamentos e processos e expandiu exponencialmente a produção e o consumo.

Nessa terça parte do Mundo, foi possível às nações que a integram banirem a pobreza externa, proclamarem e fazerem prevalecer a Carta dos Direitos Humanos, impondo a preservação de condições de vida dignas para todas as criaturas que nelas vivem.

Nos dois terços restantes, convivem a abundância e a miséria, o conforto e o bem-estar com a carência absoluta, até o essencial à sobrevivência. E o mais grave, é uma pequena minoria que se beneficia da primeira alternativa. E, portanto, nesse pedaço do Mundo, onde o Brasil

se situa, que vão surgir as turbulências e o inconformismo com o "Status quo", no evoluir das crises que se desencadeiam.

Crise que hoje envolve o Mundo como um todo. Crise muito mais séria do que se pode supor, pois não é exclusivamente uma crise econômica e financeira, cíclica, ou simplesmente gerada do choque do petróleo, em decorrência do surgimento de um novo cartel (OPEP). É uma crise energética, da qual os países desenvolvidos há muito perceberam e que Nicholas Georgescu e H. Odum e O. C. Odum analisaram nos seus livros: "Entropy Law and Economic Process" e "Energy Basis for Man and Nature."

Em 1950, o Relatório da Comissão Paley, em estudo solicitado por Truman, informava que "...Em 20 anos os Estados Unidos perderão sua independência estratégica e serão forçados a ir buscar petróleo no Oriente Médio."

Em 1960, o Professor Hubert, do mesmo modo, afirmava: "Antes de 1970, a produção de petróleo do continente norte-americano terá começado a declinar e sua dependência em face do exterior não deixará de crescer."

Na mesma década de 60, em Relatório da CIA ao governo americano, era anunciado que a Rússia iria transformar-se em importadora de petróleo e que suas necessidades, na década de 80, estimavam-se em 4,5 milhões de barris diários.

O Clube de Roma, em 1970, prevê o esgotamento das reservas de petróleo no ano 2000.

Ainda em 1970, John MacCloy, delegado americano na Alemanha ocupada, advertia às companhias americanas que a OPEP era irreversível e que a nova realidade devia ser seriamente encarada.

E o mais grave, caracterizando o eclodir de uma crise bem maior da que poderia decorrer da pressão econômica de um cartel de países produtores de petróleo: o Relatório do Presidente Carter ao Congresso americano alerta que, no início do século, gastava-se o equivalente em energia a um barril de petróleo para se obter 40 barris, enquanto que nos dias atuais gasta-se o equivalente energético de um para produzir apenas seis barris de petróleo.

Esta dramática redução do saldo energético vai impor a reformulação da economia, dos hábitos de consumo e do estilo de vida, em um mundo que se desenvolveu apoiado na multi-utilização do petróleo como matéria-prima, subdividindo, craqueando ou sintetizando suas moléculas em um sem-número de produtos, solventes, resinas e, ainda, degradando-o predatoriamente no seu desregrado consumo como combustível.

O desencadeamento dessa crise energética degenerou, como não poderia deixar de ser, na crise econômica atual.

Esta grave crise mundial, no entanto, não foi encarada com a necessária seriedade pelo Governo brasileiro.

O Mundo advertia-se, desde 1950, da iminência da sua eclosão. O governo dos Estados Unidos, em 1971, já enviava o embaixador Jack Ervin para negociar com a OPEP.

No Brasil, o monopólio estatal do petróleo, sofrendo da mesma síndrome megalomaniaca que contaminou todo o governo brasileiro, pretendia dar à PETROBRAS a estatura das sete irmãs. Engolfava-se no refino, na distribuição, no transporte, no seguro, na pesquisa fora do Brasil e reduzia os gastos com perfuração. A produção caiu de 1969 para 1970. As reservas de Petróleo continuavam estacionárias. Em 1971 os investimentos em pesquisa produção decresceram para 24,1%, enquanto gastavam-se 42,8% em refinação. Criavam-se subsidiárias para as mais diferentes atividades. Procurar petróleo não era prioritário.

Enquanto o mundo estava atento e despertava para a crise nascente, o Brasil perdia-se em sonhos delirantes.

2 — A crise brasileira

É desnecessário analisar com maior minúcia os números representativos da crise que abala as estruturas nacionais. O Brasil inteiro os conhece.

Débito externo — Pelos dados do próprio Banco Central, teríamos, em 1983, compromissos externos totais de 24,8 bilhões de dólares, os quais foram acrescidos de mais 2,4 bilhões que o Club de Paris informou-nos que devíamos ao BIS, porquanto não tínhamos conhecimento perfazendo, então, o total do débito de 27,2 bilhões de dólares.

Ainda pelos dados do Banco Central, teremos um saldo, na balança comercial, de 6,3 bilhões de dólares e um déficit de 4,3 bilhões no balanço de pagamentos nos serviços, (seguros, fretes, remessas de lucro, etc.) resulta um saldo de 2 bilhões de dólares. Esses 2 bilhões de dólares constituem o único pagamento efetivo que fazemos para liquidar nossas obrigações de juros e amortizações de 1983, do valor total do nosso débito de 27,2 bilhões de dólares.

Informa, ainda, o Banco Central que obtivemos 19,0 bilhões de dólares para cobrir nossas obrigações de 27,2 bilhões. Remanesce, assim, um buraco de 8,2 bilhões de dólares.

Precisamos nos advertir de que, com o resultado de todo esse esforço, amortizamos 10 bilhões de dólares e aumentamos o nosso endividamento em 18,5 bilhões (tivemos 0,5 bilhões de investimentos diretos) que, somados ao buraco de 8,2 bilhões de dólares, jogamos para o futuro, em cima das nossas obrigações anuais, 26,7 bilhões de dólares.

É interessante salientar que fizemos uma festa no Brasil com a grande vitória que objetivamos no Fundo Monetário Internacional para regularizarmos as nossas contas. V. Ex^{as} viram os números. Essa regularização significou o seguinte: nós amortizamos 10 e aumentamos o nosso endividamento em 18. É uma vitória de Pirro. Quando nós vamos pagar esta dívida?

Estes números evidenciam que o pagamento dos nossos débitos, como está programado, é irrealizável e que a insistência em admitir a sua viabilidade da maneira como estão programados, há de atender a outros propósitos, não o de pagar.

É notório que os bancos emprestadores estavam como o mesmo interesse que nós no fechamento de suas contas. Isto porque, se levassem a "lucros e perdas" o nosso débito e os de alguns países devedores do Terceiro Mundo que iriam de arrasto, os seus prejuízos seriam assustadores. Estes prejuízos, somados aos resultados desfavoráveis de um ano de crises nos países desenvolvidos, resultariam balanços de tal modo comprometedores, que conduziram a um desastre, com a fuga dos depósitos e o desmoronamento das cotações das suas ações em bolsa. A regularização das contas do Brasil e a receita dos elevados juros e ~~aprenda~~ que essa regularização propiciaria, vestiriam os balanços dos bancos, nossos credores, em um ano difícil para as finanças mundiais.

O Brasil porém, evidentemente, não pode usar o poder de barganha decorrente da situação.

A falta de credibilidade nos responsáveis pela condução dos negócios do País, decorrente dos erros, da manipulação das contas e da onda de denúncias e de escândalos que transbordam as fronteiras nacionais, não nos permitiu uma negociação global de país para país. Isto só poderia alcançar um governo respaldado no apoio da sociedade brasileira e em um projeto nacional realista e sério, posto em prática com a adesão consciente da coletividade. Assim, teríamos nos livrado dos juros e ~~aprenda~~, só igualados pelos financiamentos aos menores e mais atrasados países africanos. Do mesmo modo, não estaríamos nos submetendo para nada, a uma política recessiva, socialmente perversa e economicamente desastrosa, que terminará com o sucateamento do parque industrial brasileiro, comprometendo o futuro do País.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Pois não, com muita honra.

O Sr. José Lins — Meu caro e prezado amigo Senador Cid Sampaio, quero ser o primeiro a cumprimentá-lo neste dia em que V. Ex^a estreia na tribuna desta Casa. Não comentarei é claro, o discurso de V. Ex^a, tão substancial e de tanta significação, embora tenhamos divergências nas nossas interpretações. Mas quero ser o primeiro, meu caro e nobre Senador Cid Sampaio, a cumprimentá-lo como amigo e como admirador. Vejo, na tribuna da Casa, hoje, o homem de empresa, o administrador sério, o político admirado por tantos, o espírito combativo, o homem que arrasta opiniões e tem o apoio de tantos de sua comunidade e que hoje, sem dúvida, vem emprestar o brilho e a capacidade da sua inteligência ao Parlamento. Nós o acolhemos, da parte do PDS, nobre Senador Cid Sampaio, com prazer, muito grande, e eu, de minha parte, acolho V. Ex^a o amigo de tantos anos, e às vezes, até, de confidências, muitas vezes dos contactos que tivemos sobre os problemas da nossa região, acolho V. Ex^a como amigo dileto que certamente há de prestar grandes serviços ao Parlamento nacional.

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço a V. Ex^a o aparte com que acaba de me honrar. Realmente, vivemos na mesma Região, e dadas as funções que V. Ex^a exerceu na direção do órgão maior de planejamento do Nordeste, discutimos e conversamos longamente sobre os graves problemas que afligem a nossa Região. Muito obrigado a V. Ex^a

Continuo, Sr. Presidente.

Perdida a oportunidade, resta-nos encontrar na história e na cultura brasileira, nos conceitos filosóficos morais e políticos que lhes fundamentam, a força capaz de unirmo-nos todos em torno de um novo projeto nacional. União nacional alcançada com respeito à ética e ao espírito de equidade e justiça das leis. União nacional sem a interpretação cavilosa e casuística do significado de democracia, de representatividade e de Federação, que a Constituição do Brasil fundamentalmente estabelece. União nacional sancionada pela expressão da vontade livre do povo em eleições diretas, sem a imposição de projetos pessoais de continuísmo.

3 — A crise interna

Para consolidar politicamente o sistema, para angariar e agasalhar adeptos civis e militares, o totalitarismo e o arbitrio evoluem sempre para a centralização, a princípio, das decisões e depois, dos organismos da administração e da produção.

O processo é, todavia, compulsivamente expansivo.

É tanto maior a força de cada órgão e de quem o dirige quanto é maior o controle que exercem e a atividade que absorvem. Por outro lado, o crescimento das atribuições e do poder geram o absolutismo e a prepotência. Estes facilmente resvalam para a auto-atribuição de privilégios que, em círculo vicioso, se inter-estimulam, suportam e expandem.

No tempo, sem a alternância do mando, consolidam-se as estruturas intermediárias que, de concessão em concessão, degradam todo o sistema, enfraquecem os conceitos morais e, na busca do maior proveito e perpetuação das vantagens, ultrapassam todas as barreiras, da falsificação, do embuste até ao assassinio e a todos os crimes.

Em tese é esse o quadro do absolutismo.

OS TEMPOS APÓS 1968

Dentro desse processo, tanto mais compensador quanto maior soma de poder e de recursos envolve, o Brasil foi-se embrenhando em empreendimentos faraônicos. Os recursos mobilizados na tributação crescente, em financiamentos de todo tipo e nas emissões sem controle, para sua consecução, precisaram desfigurar os instrumentos

legais e a própria constituição que o primeiro governo revolucionário promulgara.

Os colegiados responsáveis pela fixação das políticas econômico-financeiras das diferentes autarquias que subordinam as atividades nos diversos setores normativos e produtivos, outrora integrados por membros eleitos dos diferentes segmentos da sociedade, perderam as suas atribuições ou passaram a ser de nomeação e todos demissíveis "ad-mutuum".

A ineficácia arrogante dos dirigentes dos serviços e das empresas estatais e os seus déficits consequentes, bem como os custos monumentais de obras improdutivas ou de retorno remoto, foram levando o Estado brasileiro a um endividamento externo e interno superior a sua capacidade de pagamento.

Os gastos desregados, os investimentos desastrosos e uma política financeira inconsistente foram exacerbando o processo inflacionário, que hoje ameaça a própria estabilidade econômica e social do País.

Tendo contraído uma dívida interna que, em outubro, atingiu 22 trilhões de cruzeiros, cerca de 20% do PIB de 1983, o Governo, para amortizar as parcelas que se vencem, para as quais não dispõe de recursos no orçamento tributário, mantém uma oferta permanente de ORTNs e LTNs, captando as poupanças das pessoas físicas e jurídicas, às custas de taxas elevadíssimas de juros, que inviabilizam as operações comerciais e a reposição do capital de giro das empresas privadas, erodido por uma inflação de mais de 200% ao ano.

A DANÇA DO CRIOULO DOIDO

Presa à imposição do FMI de não emitir, a Fazenda Federal é compelida a resgatar ORTNs, LTNs e OTNs.

Por outro lado, é pressionada pelo déficit das empresas estatais, que, hoje, são responsáveis por cerca de 60% do PIB nacional.

Envolvida com os gastos em projetos monumentais, como Itaipu, Carujás, Tucuruí, Plano Nuclear, Ferrovia do Aço, metrô, trens de superfície, aeroportos, etc., há de socorrer, por imperativo da ordem pública e por decorrência da hierarquia de responsabilidades constitucionais, as calamidades, e os Estados e Municípios. Os Estados, endividados até o pescoço, em dólares, deixando, na sua maioria deteriorarem-se os serviços sociais, até os mais essenciais, como os de atendimento médico de urgência, onde falta tudo, do algodão à vacina antitetânica e aos antibióticos. Os Municípios, afogados nos compromissos dos projetos "cura", muitos deles têm a totalidade de suas receitas de ICM retidas nas Fazendas Estaduais, não podendo pagar sequer os funcionários. A triste herança do desregramento e da irresponsabilidade na última campanha eleitoral, onde todos os pecados eram permitidos.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Pois não, com toda a honra.

O Sr. Benedito Ferreira — É muito bom para o Senado, como de resto, para todos nós, ter homens da sua estirpe nesta Casa. E com a autoridade de empresário, de político experimentado numa região sofrida, realmente da investidura à tribuna parlamentar nesta Casa. Mas eu gostaria de fazer uma observação, porque bem sei que V. Ex^a busca um caminho — sinceramente busca um caminho para as dificuldades em que nós nos encontramos e bem sei, por conhecê-lo e admirá-lo há tanto tempo, que V. Ex^a não usa outro mecanismo que não a verdade, e não estou enxergando inverdades no pronunciamento de V. Ex^a mas talvez, questão de enfoque, e aí V. Ex^a poderia correr o risco — prejudicando o seu legítimo propósito e até como que desservindo à verdade. V. Ex^a aludiu a obras faraônicas, realmente algumas delas, enumeradas por V. Ex^a, não haveria como realmente justificá-las. O

fato, por exemplo, de estarmos fazendo dois metros para cortejar as populações urbanas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Dir-se-ia que seria para resolver o problema daquelas populações; mas onde existe no Brasil problema mais grave que aquele experimentado pelos trabalhadores desses dois centros em relação ao transporte urbano? Queria que V. Exª refletisse, oportunamente, quando coloca Itaipu e Tucuruí dentre esses projetos faraônicos: considerasse que o Brasil, àquela altura, se encontrava asfixiado pelo problema energético, não só pelo problema da energia líquida para máquinas e para essa avalanche de automóveis que estamos fabricando a cada dia, colocando em circulação no Brasil, mas tendo em vista que tínhamos que buscar energias alternativas. E o crescimento, a demanda de energia elétrica no Brasil, àquela altura, realmente aconselhava que cometêssemos esse sacrifício, para implantação de Tucuruí e, de modo especial, a grande hidrelétrica de Itaipu. Era esta observação que gostaria que V. Exª, oportunamente, se debruçasse sobre a realidade das estatísticas, dos índices de crescimento de demanda, que experimentávamos até então e relevasse esse aspecto que era o índice vertiginoso de crescimento de consumo, que efetivamente recomendava as duas grandes obras. Muito obrigado a V. Exª

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço a V. Exª o aparte, mas queria esclarecer que há oportunidade para tudo num País. Na situação em que nos encontramos, o desequilíbrio econômico completo, o caos social e o endividamento deviam ter provocado em quem dirigiu o Brasil, uma análise mais profunda dos investimentos que faziam. Quanto à Itaipu, quero dizer a V. Exª que o engenheiro Marcondes Ferraz, um dos maiores engenheiros de barragem do Brasil, havia projetado a barragem acima da cachoeira, nós não precisávamos fazer um lago nas proporções de Itaipu para ganhar uma barragem exatamente à mesma altura que a cachoeira tinha, aquele mar de água é morto, a água corre por cima, não está acumulado para gerar energia, gera altura; em cima a barragem sairia muito mais barata e seria nossa e não dividíamos energia com o Paraguai — mas fizemos a maior barragem do mundo. É a idéia faraônica: a maior barragem do mundo!

Tenho em mãos um relatório da Escola Superior de Guerra que mandou os seus estagiários visitarem Itaipu. E este relatório diz: "aproveitados os diferentes cursos d'água da região seria possível gerar a mesma quantidade de energia a preços muito mais baratos", como muito mais barato seria o preço da barragem feita talvez por Marcondes Ferraz, com um pouco mais de dez metros de altura, acima da cachoeira, com a mesma queda, com a mesma potência. Portanto, foi o desejo faraônico de fazer "a maior barragem do mundo", foi a megalomania que invadiu o Brasil, esquecidos os dirigentes de que para isso estávamos gastando recursos que talvez levassem o País ao que realmente o levou.

Hoje, não podemos pagar os nossos débitos, estamos oscilantes entre o calote, a moratória e a benevolência dos nossos credores; estamos com um débito interno de 23 trilhões de cruzeiros, que, a juros de 165% ao ano, nos obrigarão, ano que vem, só pagando serviços desse débito interno, a gastar cerca de 45 trilhões de cruzeiros. Isto sem computar os juros das Obrigações com correção cambial, porque ninguém sabe exatamente o número, mas talvez esse serviço chegue a 50 trilhões de cruzeiros. De quem vamos tirar? Dessa grande parte da população que hoje, talvez a nível de 50%, ganha menos, ganha até um salário-mínimo? Quem vai pagar isso?

Essa é a grande dificuldade e a crítica que se pode fazer aos grandes projetos brasileiros. Quem tem sobra, quem não precisa tomar dinheiro emprestado, quem vai muito bem, quem pode desperdiçar, pode dar-se ao luxo de ostentar projetos os maiores do mundo. (Muito bem!)

Dentro desse emaranhado, pressiona ainda o Tesouro a liquidação em cruzeiros dos cambiais de exportação,

cujo saldo de 6,3 bilhões de dólares corresponde, a câmbio de hoje, a 5.630 trilhões de cruzeiros, ou seja, a aproximadamente o montante dos meios de pagamento do País.

Para cumprir todos esses compromissos, para pagar o saldo dos cambiais de exportação, pagar os juros correspondentes ao endividamento interno (que vai corresponder, considerado a números de dezembro, a aproximadamente 36,6 trilhões de cruzeiros ao ano, sem considerar-se os títulos com correção cambial, que elevarão essas obrigações às proximidades de 50 trilhões), para cobrir o déficit das estatais, enfrentando um déficit público de mais de 20 trilhões, não há como, sem uma reformulação total de tudo, pensar-se que é possível combater a inflação comprimindo salários.

Em outubro, a correção cambial chegou, contando doze meses, a 279,82%. O FMI deseja que os custos de serviços e de combustível sejam reajustados pela correção cambial.

Já pensaram V. Exªs, a pressão que hoje se exerce no custo de tudo que se produz no Brasil, o que vai representar o reajustamento do valor da energia, do valor dos combustíveis, do valor das transportes, do valor das comunicações — tudo à base de correção cambial, que se elevou a 290 e tanto por cento ao ano? Será elevar a inflação a níveis astronômicos. E se se for comprimi-la à custa dos salários, é melhor, desde logo, proibir de comer, porque então nós faremos alguma reserva para pagar o que devemos. (Muito bem!)

Temos a acrescentar que, somando-se a esses débitos, a agricultura exige, como imperativo do crescimento das safras, a importação de cloreto de potássio, que o Brasil não produz, em quantidades que atingirão 1.200.000 toneladas e custarão alguns milhões de dólares. E sem isso a produção agrícola do Brasil mingua, porque todos os Srs. Senadores sabem que potássio é um dos elementos indispensáveis para suprir as plantas dos elementos necessários ao seu crescimento.

O País é forçado, ainda, a importar algodão e alimentos, por ter exportado, no maior exemplo de irresponsabilidade, todos os seus estoques reguladores.

Diante desse quadro, pensar-se em combater a inflação, abaixar os preços pressionados para cima por toda a ação governamental, à custa da compressão do ganho de uma população, na sua grande maioria carente, em um país no curso de franca recessão econômica, deixa de ser ilusório para tornar-se criminoso.

O Governo comporta-se no mercado interno como o faz no externo, endividando-se para pagar as dívidas, inflando as taxas de juros.

Na realidade, esta política conduzirá fatalmente à liquidação da indústria privada nacional. Não há empresa, não trabalhando em regime monopolista ou cartelizado e que não disponha de capital de giro para eximir-se do ônus financeiro de desconto de títulos (posição difícil quando a inflação chega a 200%) que possa suportar o efeito multiplicador dos juros incidentes sobre os custos e os tributos pagáveis no faturamento das mercadorias.

Essa situação já foi agravada pela aprovação da emenda Pussos Porto, que faz incidir o ICM sobre o Imposto de Produtos Industrializados. Hoje, o ICM, o IPI, o PIS e o FINSOCIAL representam, em média, 30,1% do preço de venda de um produto. Se for aumentado o ICM nos 2%, previstos — que já o foram — essa situação será ainda mais agravada, e mais desesperadora a situação das indústrias, que terão um ônus de 32,05% de tributos na ocasião em que faturam os seus produtos.

Para descontar uma duplicata representativa de uma venda, paga-se hoje o custo da correção monetária mais 24% de juros, regulamentação do Banco Central.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª aceitaria uma colaboração?

O SR. CID SAMPAIO — Com todo o prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — Lastimo interromper V. Exª, mas esta realmente é uma colaboração. Vejo que V. Exª traz um trabalho em que lhe foi exaustivo elaborar os cálculos; eu que sou realmente familiarizado a esta área e a este tipo de trabalho, sei o quanto V. Exª se penalizou para chegar a essas conclusões. Percebo que o trabalho de V. Exª foi elaborado antes da madrugada de ontem, quando aprovamos aqui o ICM não nos 2%, como V. Exª assinalou no seu pronunciamento, mas, na realidade, 1%. Esta contribuição que trago é para que V. Exª, fazendo a correção, tenha o discurso, um trabalho sério, um trabalho que vai instruir a muitos de nós quanto às realidades que V. Exª constatou, escusado deste pecado, porque V. Exª, realmente, laborou na perspectiva de que se aprovassem aqui os 2%. Mas, 1 ou 2%, é mais do que preocupante a enormidade da carga tributária que aí está. Só mesmo para colaborar com V. Exª, lembrando que precisam merecer esse reparo os números laborados por V. Exª

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço a V. Exª — já tinha sido elaborado antes da aprovação. Mas, essa diferença de 1% pouco alterará os números finais — sem 1%, os tributos representam 30,1%; com a incidência sobre o IPI e com mais 2, representariam 32,05. Ao final passa a representar, aproximadamente, 31%.

Para descontar uma duplicata representativa de uma venda, paga-se hoje o custo da correção monetária mais 24% de juros e uma retenção na caução de títulos de 20% do valor descontado. Isto cobram, inclusive, os bancos oficiais, inclusive o Banco do Nordeste, exceção do Banco do Brasil. Isto corresponde, para um prazo médio de 90 dias, um custo de operação de 46,25% do valor faturado.

Desse modo, para cada cruzeiro que se eleve no custo de produção de uma mercadoria, pela majoração seja ele de energia, salário, transporte ou qualquer insumo ou matéria-prima, pelo efeito multiplicador dos juros sobre os custos e tributos, essa elevação de um cruzeiro representará, no custo de venda do produto, um acréscimo de 2,66 cruzeiros, ou 2,74 cruzeiros — no caso dos 2, que deve dar, aproximadamente, 2,70 no caso do 1, porque há uma incidência bruta de tributo e juros. Então, cada cruzeiro representa 2,74 vezes o seu valor, no preço final.

É de acrescentar-se que eu considere o efeito multiplicador exclusivamente nos tributos. Se nós considerarmos o efeito multiplicador sobre, por exemplo, a comissão de vendas, que é paga, também, dentro do preço final e que, portanto, inclui o valor da mercadoria e o montante de juros, e o montante do ICM, e o montante do IPI, a taxa de aumento seria de 2,95%, praticamente três vezes.

A elevação que se processou no correr do ano, em média de cerca de 180% nos custos de produção da indústria, decorrentes das altas de preço de energia, frete, combustível, mão-de-obra, comunicação, dos insumos básicos na sua maioria produzidos pelas multinacionais sempre atualizadas acima das taxas de inflação, representou no preço final um incremento de 493,2% contados sobre os incrementos dos custos.

É aí que está a causa da inflação. Não há outro remédio. Se sob o preço do combustível, sobe o preço do dólar, sobe o preço dos juros importados, se ajustam tributos, se ajusta o preço da energia, que vem se ajustando no valor do preço do combustível, esses valores são multiplicados por 2,7 ou por 3, e repercutem no preço final, cerca de três vezes, como acabei de demonstrar. Esta é a grande causa da inflação brasileira. E isto é produzido pelos níveis dos juros e ainda pela retenção que o sistema financeiro faz quando desconta qualquer título, de 20% do valor das duplicatas descontadas.

Torna-se claro que o poder aquisitivo do brasileiro, com seus salários reajustados à base de 80%, 40% e até 35% do INPC, não pode absorver estes custos.

Assim, à indústria privada nacional restam as alternativas de fechar as suas portas, endividar-se — o que, aos

juros atuais equivale a encurtar o caminho da insolvência — ou torna-se inadimplente para com o Fisco e a Previdência. (Eles não podem deixar de pagar os salários nem tão pouco os insumos, cuja cobrança pode ser feita nos cartórios de protesto). Porque a indústria não pode deixar de pagar as folhas, não pode deixar de pagar as faturas para pagamento dos insumos, porque as folhas provocam a grita, a paralisação do operariado e o não pagamento das duplicatas de insumo leva os títulos ao cartório. Portanto, resta à empresa, antes de fechar as portas, num desespero de não apurar o suficiente para pagar o que deve, retardar, atrasar-se nos débitos fiscais e nos débitos previdenciários. Isto está acontecendo em Pernambuco, onde os débitos fiscais atrasados se elevam, agora, a 30 bilhões de cruzeiros. Nos outros Estados deve ser equivalente, e a arrecadação do Estado, mensal, não chega a isso.

As empresas industriais estatais não monopolistas encontram-se também presas ao mesmo dilema. A sua sobrevivência é assegurada pela fazenda, que cobre os seus déficits. Em 1981 as suas despesas globais se elevaram a 6.100 trilhões de cruzeiros para uma receita de 1.888 trilhões. Em 1982, essas despesas já foram de 16.239 trilhões e a receita de 4.441 trilhões. Em 1983, os dispêndios de 26 trilhões evoluirão se a inflação se mantiver acima de 200% como parece inevitável, em 1984, para a casa dos 55 a 60 trilhões, gastos com empresas estatais.

Os recursos necessários à cobertura desses débitos, desde que a fonte de dólares secou, originam-se ou dos tributos, que o Governo vem procurando aumentar permanentemente — como fez com o ISOC, com as alíquotas e a correção do Imposto Sobre a Renda, com o FIN-SOCIAL, a Previdência e, agora, com o ICM — ou, provém dos lançamentos de ORTNs, LTNs e OTNs que, pressionando os juros e canalizando todos os recursos disponíveis no País para o Tesouro, inviabilizam a empresa privada nacional, insatisfatoriamente capitalizada.

Torna-se, desse modo, evidente que a política posta em prática pelo Governo aniquilará a atividade privada no Brasil. As empresas caminharão para a falência, serão entregues na bacia das almas às multinacionais capitalizadas, ou serão encampadas pelo Estado. E vão engrossar a sangria dos recursos que correm do saco sem fundo das atuais estatais.

O estatismo brasileiro, no entanto, sem beneficiar a sociedade no seu conjunto, estruturou-se para assegurar àqueles que se integram em todos os escalões do sistema dirigente, que se expande e amplia em novas empresas, toda sorte de privilégios, riquezas e bem-estar. Aliás, como tese, é o que acontece sempre aos governos totalitários. No resto do Brasil, cresce o desemprego e as desigualdades entre as regiões e as criaturas, cresce o bolsão de miséria. Cresce a fome e cresce a insegurança.

Assim a área econômico-financeira do Governo, que não foi atingida pela política de abertura democrática a que se comprometeu o Presidente, está no setor que lhe é afeto, marchando em sentido contrário ao político.

Não creio que a sociedade brasileira, que lutou pela democracia e pela reconquista da liberdade política, aguarde o desmoronamento de suas estruturas social e econômica, caminhando passivamente para a desnacionalização e para a estatização, assistindo crescer no país o número dos desempregados e dos subempregados, que se espalham pela periferia das cidades que incham. Uma massa marginalizada, sem recursos e em promiscuidade, gera novos brasileiros nascidos, no físico e na mente, com o estigma da carência. É essa massa social que se expande, que levada ao desespero, criará a turbulência ou a convulsão que pode comprometer uma civilização, que tantos sacrifícios custou a gerações sucessivas de brasileiros.

É esse o quadro que hoje mantém apreensiva e em tensão a sociedade brasileira, que leva homens afastados da política, como os empresários de São Paulo, capitanea-

dos por Antônio Ermírio de Moraes, como Gustavo Queiroz, Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, a levantarem a sua voz e clamarem por um programa coerente de Governo.

É esse quadro que faz com que brasileiros da respeitabilidade, capacidade e seriedade de Olavo Setúbal, proclamem o seu temor da ruptura iminente do tecido social.

AS RESPOSTAS

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Fazendo soar a campainha.) — É constrangido, nobre orador, que interrompo o discurso de V. ex^a para adverti-lo de que o tempo de V. Ex^a já excedeu 20 minutos.

Encareceria a V. Ex^a que abreviasse o seu pronunciamento, tendo em vista que temos mais 14 oradores inscritos, e a Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. CID SAMPAIO — Sr. Presidente, pederia a tolerância de V. Ex^a As conclusões e as propostas alternativas que vou fazer, dentro em pouco, acho que interessam aos Senadores, e interessam ao próprio País. De forma que pederia que me fosse possível concluir. Eu não poderia analisar problemas como estou analisando, para concluir como vou concluir, sem descer a detalhes. Peço a tolerância de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — V. Ex^a terá toda a colaboração da Presidência. Mas, compreenda, é o Regimento, nobre Senador.

O SR. CID SAMPAIO — Constrange-me, no entanto, com a experiência de uma longa vida de trabalho no setor produtivo, com a vivência na direção de órgão de classe e na política, onde, como governador do meu estado, liguei o meu nome ao surgimento do movimento de recuperação do nordeste, da sua industrialização e da Sudene, assistir o que vejo hoje.

Constrange-me, diante do quadro brasileiro, as respostas.

Homens de tradição e passado político insistem em proclamar que não admitem modificações no setor político e institucional porque um artifício, uma artimanha casulística, lhes assegura a vitória pessoal ou do partido a que pertencem, no próximo pleito.

Constrange-me ver os responsáveis pela atual desordem se auto-intitular de seus necessários continuadores e beneficiários da continuidade do poder, argüírem, não abrirem mão do dispositivo supostamente legal que eles mesmos armaram para mistificar a vontade do povo.

Constrange-me ver o desmoronamento de todos os princípios, e como sinal dos tempos, o comportamento ético ser considerado nocivo a capacitação política.

Constrange-me os receios, a dubiedade, a omissão, a dependência voluntária de setores sociais que, desfrutando ainda privilégios e vantagens, alguns legítimos e outros impostos e até criminosos, supõem que "a guarda pretoriana", que atual sistema usou e abusou no passado, pode e vai manter privilégios, passando por cima da evidência das leis econômicas, do desmantelamento da estrutura de produção nacional, da insolvência do país, do desemprego, da fome, do descrédito e da evidência da corrupção.

Se me afigura que, nesta hora decisiva para os destinos do Brasil, cumpre-nos unirmo-nos todos, voltados para o futuro.

São tão graves as responsabilidades do hoje e do amanhã, que o país não se pode voltar para trás para desenterrar erros, detectar crimes ou buscar culpados.

Do mesmo modo, diante do trágico quadro que nos é legado, a ninguém, principalmente aos responsáveis e co-responsáveis pelo desastre e pelos desmandos, é legítimo arvorar-se em tutor ou mentor do povo e do país. Ditar regras ou impor soluções.

Cabe aos brasileiros, exclusivamente ao povo brasileiro, escolher os seus dirigentes, julgar suas propostas em um processo de escolha que não comporte subterfúgios, não haja cartas marcadas, em eleições diretas e livres como aspira toda a comunidade brasileira.

O Sr. Severo Gomes — V. Ex^a me permite?

O SR. CID SAMPAIO — Com toda a honra, nobre Senador Severo Gomes.

O Sr. Severo Gomes — Em primeiro lugar, queria cumprimentá-lo pelo discurso que V. Ex^a vem fazendo nesta tarde, e pelas críticas que vem tecendo, e comentar a propósito do tempo que tem V. Ex^a para realizar esse importantíssimo discurso. Há pouco tempo, nesta Casa, no discurso inaugural do Senador Roberto Campos, S. Ex^a falou durante quatro horas sem receber a menor advertência da Mesa, com relação ao seu tempo de discurso. Muito obrigado.

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço a colaboração de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Nobre Senador Cid Sampaio, a intervenção do Senador Severo Gomes obriga a Mesa a prestar um esclarecimento ao Plenário.

Em primeiro lugar, eu não estava presente naquela sessão, portanto quem a presidía era outro membro da Mesa. Neste momento, quem preside a sessão sou eu, Senador Milton Cabral, e tenho comigo o Regimento. Para mostrar a tolerância com que estamos dirigindo os trabalhos, sacrificamos o início da Ordem do Dia para homenagear V. Ex^a — o Regimento manda abrir a Ordem do Dia exatamente uma hora depois do Expediente, às 15:30 hs. — V. Ex^a começou a falar às 15:40 hs.; enderecei a V. Ex^a um apelo para que falasse após a Ordem do Dia, e V. Ex^a respondeu que preferia fazê-lo antes. E em homenagem a sua estréia, esta Presidência concordou que V. Ex^a falasse antes da Ordem do Dia. Sacrificamos a Ordem do Dia e V. Ex^a já excedeu 30 minutos.

Recebi um apelo do Senador Humberto Lucena para que a Mesa continuasse tolerando o excedente do tempo, nós concordamos, e apenas desejamos que o Plenário receba a manifestação de V. Ex^a com o brilhantismo que está fazendo. A Mesa terá o maior prazer e satisfação em colaborar com a passagem de V. Ex^a na tribuna. (Palmas.)

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente. Acelerei meu pronunciamento.

Estas páginas se referem à análise da inconstitucionalidade do Colégio Eleitoral. Na realidade, a Constituição brasileira, no seu cerne, tem dois princípios fundamentais: República Federativa e Representativa e Federação. Não admite, sequer, emendas que alterem esses dois princípios: democracia, República e Federação. Federação tem um sentido, como representatividade tem um sentido. Argüi-se sempre que eleição e indireta são igualmente democráticas. São. Quem não é democrático é o Colégio Eleitoral.

E vou, em síntese, fazer esta análise. A representatividade e a Federação exigem que os eleitores de cada Estado sejam representados proporcionalmente ao que representam em número, dentro do Colégio Eleitoral brasileiro. Então, o Colégio Eleitoral que se compusesse de Senadores e Deputados era legítimo porque os Deputados representavam o povo proporcionalmente aos votos que receberam e ao número de eleitores, e os Senadores representavam os Estados, órgãos da Federação que integram a República.

Mas no Colégio Eleitoral vêm agentes das Assembleias Legislativas representando exclusivamente a Maioria da Assembleia Legislativa. Então, a Minoria da Assembleia Legislativa não é representada nem a As-

semblêia Legislativa que é órgão de Governo de Estado e por isso não pode aquilatar representatividade.

Portanto, quando vêm 6 deputados representando cada Estado, representando Assemblêia Legislativa, fere-se o princípio da Federação porque não se dá à grande massa de eleitores, onde os Estados a população é maior, à representatividade proporcional ao número que representam; fere-se o espírito democrático que a Constituição também estabelece e que faz parte de seu cerne, porque ele representa o partido majoritário dentro da Assemblêia, não representa toda a Assemblêia.

Portanto, o partido majoritário, na Assemblêia, tem duas representações, a representação federal que é proporcional ao número de eleitores e mais seis que não são proporcionais a nada e sim constituem um vício, um abuso, uma violação da constituição. Portanto, se a eleição indireta é democrática? É! O que não é democrático é ferir o princípio básico constitucional de federação, o princípio de representatividade, o princípio de democracia que o Colégio Eleitoral, como está estabelecido, fere e desrespeita.

Continuando, Sr. Presidente:

ELEIÇÕES DIRETAS

Argüia-se frequentemente que o processo democrático admite eleições indiretas. A afirmação é verdadeira, desde que, porém, arranjos e modificações não tenham sido feitos para que sejam asseguradas previamente vantagens a grupos, sacrificando assim, a proporcionalidade entre o número de delegados e os votos dados pelos eleitores nos diferentes estados da federação, contrariando, portanto, os princípios de representatividade e federação.

O colégio eleitoral como foi estabelecido é inconstitucional e estou certo de que o Exmº Sr. Presidente da República, que tem compromissos de honra com a implantação da democracia no Brasil não pretende fazer um desrespeito à carta magna.

Maneira de fazer eleição (se direta, ou indireta) é questão formal, de processo. É meio.

As normas que dispõem sobre a composição e funcionamento do colégio eleitoral que se destina a eleger, de forma indireta, o Presidente da República, são normas processuais eleitorais, evidentemente (art. 47, §§ 1º, 2º e 3º).

Dessarte, devem adequar-se às normas, também inseridas na constituição, e que enunciam o cerne da organização estatal brasileira.

O constitucionalismo moderno se edifica, entre outros, sobre 3 (três) princípios básicos, assim resumidos:

1 — que as constituições, como assinala Paulo Bonavides, são "instrumentos destinados a estabelecer a adequação rigorosa do direito com a sociedade; do estado com a legitimidade que lhes serve de fundamento, da ordem governativa com os valores, as exigências, as necessidades do meio social, onde essa ordem atua dinamicamente, num processo de mútua reciprocidade e constantes prestações e contraprestações, característicos de todo sistema político com base no equilíbrio entre governantes e governados";

2 — que a constituição, quando pretende alcançar um fim, outorga os meios para consegui-lo, donde se infere, como axioma de ordem lógica e de universal aplicação, que o meio deverá sempre adequar-se ao fim;

3 — que a constituição é um "cosmo jurídico", nela havendo regras que definem a sua "substância", encontrando-se, aí, o seu "cerne".

Ora, a constituição atual (como, de resto, todas as nossas constituições republicanas) proclama que "o Brasil é uma república federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios" (art. 1º, caput), que "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido" (art. 1º, § 1º) e que "o sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta constituição" (art. 118, caput).

Em termos expressamente imperativos, prescreve, ainda: "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República" (art. 47, § 1º), vedando "à União, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uma dessas pessoas de direito público interna contra outra" (art. 9º, I).

A Federação e a República constituem, no mais rigoroso sentido técnico-jurídico da expressão, o cerne da constituição brasileira, tanto que, sequer, podem ser objeto de emenda.

Federação não é conceito vazio. Federação é forma de organização estatal, através da qual se reparte a competência originária do estado entre as demais entidades intrastatais. É o pacote federativo. As partes que a integram (estados-membros) devem estar igualmente representadas, em função do corpo eleitoral de cada uma delas, se se trata de uma democracia, constituída, "sob o regime representativo", como está definido o Estado brasileiro.

No entanto, que preceitua o art. 74 e respectivos parágrafos da Constituição, ao tratar da eleição para Presidente da República? Estabelece um processo (indireto) de eleição, através do qual cria um "colégio eleitoral", "composto dos membros do Congresso Nacional" (Deputados Federais e Senadores — art. 27) e "Delegados das Assembléias Legislativas dos Estados". "Cada Assemblêia terá seis delegados indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros (art. 74, § 2º).

Ora, os Deputados Federais são "representantes do povo" (art. 39, caput), sendo o seu número, por Estado, para cada legislatura, proporcional à população (art. 39, § 2º), enquanto os Senadores são "representantes dos Estados, eleitos segundo o princípio majoritário" (art. 41, caput) elegendo "cada Estado três Senadores, com mandato de oito anos" (art. 41, § 1º).

Então, para eleger-se, por meio indireto, o Presidente da República e da Federação, nada mais adequado com as normas que consagram a "essência" da constituição do que um "Colégio Eleitoral", composto de Deputados Federais e de Senadores. Uns e outros são representantes formais de dois elementos básicos que integram a República e a Federação: o "povo" (corpo eleitoral) e os Estados-Membros. Ambos portadores de mandatos outorgados por esse mesmo corpo eleitoral (o povo), fonte originária de onde todo poder emana.

A aberração começa, quando se inclui nesse "Colégio Eleitoral" os seis Delegados que, na realidade, são "Delegados" do "Partido Majoritário" e não, das Assembléias Legislativas.

Consequentemente, o "Partido Majoritário" passa a contar, aludido "Colégio Eleitoral", com duplicidade de representantes: Deputados Federais, eleitos sob sua legenda, proporcionalmente aos votos obtidos, e mais seis "Delegados", indicados pela sua bancada, na Assembleia Legislativa. Por esse artifício, excluem-se os Deputados representantes das minorias, nas Assembléias Legislativas de cada Estado-Membro, viciando-se, irremediavelmente, o referido "Colégio Eleitoral" que deixa de ser representativo, quando não espelha com exatidão a vontade do corpo eleitoral originário (eleitores inscritos em cada circunscrição estadual); que viola o dogma democrático, quando cria privilégio para determinada categoria de vontades ("Delegados" do partido majoritário), postergando o direito das maiorias reais; que fratura o pacto federativo, na medida em que, para aferição da vontade do eleitorado nacional considera-se como "partido majoritário" aquele que tem maior número de Deputados estaduais na Assemblêia Legislativa de cada Estado-Membro, como se estivesse em jogo eleições estaduais, e não, eleições federais, para escolha do chefe da Federação e da República.

Na eleição direta o corpo eleitoral originário (eleitor) sufraga imediatamente o candidato a Presidente da Re-

pública, enquanto na eleição indireta o corpo eleitoral originário sufraga eleitores especiais que se encarregam de eleger o Presidente. Nesta última, há intermediários ("Colégio Eleitoral"). No entanto, tais intermediários têm forçosamente de representar o eleitorado originário, em sua exata proporção. Sob pena de a eleição transmutar-se numa gritante farsa.

O § 2º do artigo 174 desnatura a constituição e, como regra de processo eleitoral, não pode evidentemente eludir os princípios fundamentais no tocante à República, e ao regime representativo. É um meio que não se adequa ao fim a que se propõe.

O Colégio Eleitoral em apreço, de modo como está composto, com "Delegados" indicados pela bancada do partido majoritário, dentre seus membros em cada Assemblêia Legislativa, não passa, na verdade, de uma tentativa de burlar os princípios essenciais da constituição "Cerne", para permitir que uma reconhecida minoria se perpetue no poder.

E esse intento, além de antipatriótico, é manifestamente contra o espírito da constituição brasileira.

AS CRISES, MUNDIAIS E INTERNA

Estamos no limiar do Século XXI, vislumbrando o início do terceiro milênio e, entretanto, assistimos a humanidade dividida em dois grupos, empenhar-se em terrível luta hegemônica, política e economicamente discutindo as idéias de Adam Smith e Karl Marx, dois pensadores que viveram há duzentos anos atrás.

Somos contemporâneos dos circuitos integrados, dos computadores, dos Robôs, da automação, da desintegração do átomo, da gênese de espécie vivas, com novos caracteres obtidos pela associação de genes com memórias genéticas diversas, micro isolados no âmago das células, e continuamos, ainda, discutindo idéias econômicas da época das primeiras navegações a vapor.

O grande desafio deste fim de século, consiste em programar o novo mundo. A nós no Brasil incumbe vencermos a crise que hoje nos destrói e buscarmos, nas experiências vividas pelos povos e pelos sistemas que se degladiam, elementos para construir uma nova sociedade. Sociedade que seja próspera, que assegure a dignidade do homem e onde prevaleçam a justiça e, simultaneamente, a liberdade e a igualdade. Estas, os radicalismos, alternadamente, têm sacrificado quando em seus nomes, alguns grupos empalmam o poder e, quase sempre, em seu próprio benefício, não preservar nem uma nem outra, nem mesmo a própria justiça.

Quem quer que observe no mundo de hoje, dividido entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, capitalistas, sociais e democracias e comunistas, conclui que um maior quinhão de igualdade que se possa obter, é todos às custas do sacrifício de um quinhão de liberdade.

Nos Países desenvolvidos do oeste, onde é maior o quinhão de liberdade, é mais alto o nível de vida e de bem-estar, é mais elevada a produtividade humana.

Se dermos um balanço no mundo capitalista, no qual o Brasil está inserido, podemos observar que os países que enriqueceram, puderam com mais justiça distribuir a sua renda, conquistando para a maioria dos que trabalham mais bem-estar. Eles foram, ao longo do tempo, integrando a força do trabalho na estrutura produtiva do País. No terceiro mundo, todavia, que não alcançou expressivo nível de desenvolvimento, a integração não teve curso.

A competição que foram obrigados a sustentar com os países desenvolvidos, a manipulação dos mercados, a reserva de tecnologia, e a pressão financeira que lhes foram impostas não lhes permitiu alcançar o horizonte da prosperidade e do bem-estar.

O imperativo de investir e crescer para expandir a oferta de emprego a nível de um incremento populacio-

nal excessivo e o próprio domínio do poder político pela classe detentora do poder econômico, mantiveram a propriedade da estrutura produtiva dos países, em poucas mãos.

No Brasil, com o crescimento da economia, as desigualdades se foram acentuando. Fixaram-se bolsões de miséria.

O antagonismo de interesses, comprometendo a produtividade dos assalariados e de toda a estrutura econômica das áreas mais pobres, alargaram cada vez mais o fosso entre as Regiões e pressionaram para baixo o nível de vida.

A falta de integração social, a elevação, nas épocas de crise, do nível de desemprego, gerando a necessidade e a fome, um contraste com o lucro fácil e a ostentação, conduzirão fatalmente a uma confrontação, inclusive nas áreas mais ricas do País. Isto pode vir a perturbar o crescimento econômico do Brasil e retardar a criação de uma outra estrutura social, capaz de propiciar a toda a população brasileira níveis de bem-estar compatíveis com a dignidade humana e com legítimo anseio de conquistas de felicidade peculiar a todos os seres.

Como no Brasil tem sido o estado, indiretamente através de políticas econômicas e diretamente com empréstimos e subsídios, o maior propulsor da economia, é legítimo que nessa sua função procure democratizar-se, também, economicamente, fazendo participar a força do trabalho na estrutura produtiva do País.

A SUDENE através de seus incentivos, inicialmente sob a forma dos artigos 34/18 e depois do FINOR, poderia ter sido o ponto de partida para o desencadeamento do processo.

Já em 1964 sugeri que os recursos, de origem tributária, dos incentivos fiscais que eram transformados em ações das empresas instaladas no Nordeste, se destinassem aos operários ou a força do trabalho e não às empresas que, com o recolhimento do seu imposto de renda, o houvesse gerado.

Como Deputado encaminhei um projeto de lei no mesmo sentido, que morreu na Comissão de Justiça da Câmara, com a interpretação de tratar-se de assunto privativo a iniciativa do Executivo.

No Governo de Pernambuco para desencadear o programa de industrialização construí a fábrica pernambucana de borracha sintética, fazendo todo o povo do estado acionista do empreendimento pela devolução, em ações, que lhe assegurava, do adicional de imposto criado para constituir o capital da empresa.

Os governos que me sucederam não deram segmento ao processo.

Se naquela época teria sido útil e fundamental ao processo de crescimento econômico do País, a integração da força do trabalho na estrutura produtiva, hoje, por diversas razões, ela se impõe.

No momento atual, como vimos de apontar, a estabilidade das empresas nacionais está ameaçada, seu endividamento assume proporções alarmantes e crescem as perspectivas de um colapso generalizado, principalmente entre as de pequeno e médio porte.

O Estado, responsável pelo nível de juros, pelos tributos excessivos, ou corrige as distorções ou as consequências serão imprevisíveis.

Restrinjo-me a citar dois exemplos em pernambuco, para que se possa perceber a que grau chegou esse endividamento.

O endividamento dos setores têxtil e açucareiro, responsáveis pelo maior contingente de emprego no estado.

Setor Açucareiro —

Débito do setor: 1964 - 82,7 milhões de Cr\$ 1973 - 501,1 milhões de Cr\$ 1982 - 114.953,8 milhões de Cr\$.

Débitos em sacos de açúcar: 1964 - 4.238.251 sacos de 50 kg 1973 - 16.206.338 sacos de 50 kg 1982 - 40.829.281 sacos de 50 kg

Em 1982 o setor devia cerca de duas vezes a sua produção anual, por saco de açúcar produzido.

O endividamento era: 1964 - 0,416 sacos/saco produzido 1973 - 1,062 sacos/saco produzido 1982 - 1,803 sacos/saco produzido

Setor Têxtil —

Débito do setor em outubro de 1982 Cr\$ 13,4253 bilhões outubro de 1983 Cr\$ 45,243 bilhões

Esta situação é generalizada. Impõe medidas de emergência para salvar a atividade privada.

É mister porém, que o Estado, que no regime capitalista acumula as funções de preservar o capital, assegurar a sua reprodução e estimular a sua rentabilidade, beneficiando a sociedade como um todo em termos, busque uma solução que alcance ao mesmo tempo o objetivo de preservar o funcionamento das empresas e iniciar a marcha da integração da força do trabalho na estrutura produtiva. Na conjuntura atual, sugiro que os débitos tributários e fiscais, para as empresas que assim o desejam, sejam transformados em ações preferenciais e sem direito a votos que passem a pertencer: no montante de 20% a um fundo que se constituíssem para os operários de cada empresa e de 80% a um fundo comum que fosse instituído, beneficiando a totalidade da força de trabalho brasileira.

Deste modo, salvando as empresas porque aliviado-as dos seus débitos fiscais e previdenciários, esses recursos eram transformados em capital. Capital de quem? Capital da classe operária brasileira, da força do trabalho do Brasil, que vive hoje marginalizada e que, com a compressão dos salários, não sei se suportará a desesperança, a falta de objetivo, a fome, quando não participando do Brasil que cresce, como nunca participaram, participarem agora com maior quinhão do sacrifício para pagamento de débitos, para reequilíbrio de uma situação que praticamente e muito pouco as beneficiou.

O SR. JOSE FRAGELLI — Isso é uma contribuição construtiva que V. Ex.^a está dando e o Governo está pedindo.

O SR. CID SAMPAIO — Muito obrigado a V. Ex.^a

Para tornar mais distributivamente justa a divisão individual entre a força do Trabalho, deveria ser feito proporcionalmente a raiz cúbica dos ganhos de cada um beneficiando os assalariados até o teto de 25 salários mínimos.

AS EMPRESAS ESTATAIS

O Estado quando exerce atividades econômicas só deve fazer tendo em vista o interesse da coletividade.

Se o Brasil não teve, nos 500 anos de sua existência, condições de propiciar a sua força do trabalho a acumulação de uma poupança que permitisse a sua integração na economia do País, gerando condições de maior solidariedade, de maior estímulo ao esforço produtivo indispensável a paz social, deve agora, nas condições que venho de propor, destinar 80% das ações de todas as sociedades estatais a força do trabalho nacional.

Analisem, Srs. Senadores, se nós olharmos para os Estados Unidos, onde há prosperidade e relativa paz social, para a Alemanha onde a situação é a mesma, para os países desenvolvidos do ocidente, o que é que nós vemos? Vemos a força do trabalho participar das empresas, como, por exemplo, os acionistas da General Motors, da Ford, e quase a totalidade das empresas. Lá, os operários americanos, no curso do desenvolvimento do país, puderam poupar alguma coisa, e investir na própria empresa ou nas diferentes empresas, participando da estrutura produtiva do país.

Nos países onde não existe esta participação, existe mal-estar, existe desordem, ou existem opressão, violência, e quase escravidão. Portanto, é a oportunidade do País integrar essas forças, sem choque, sem ferir os inte-

resses de ninguém. As empresas estatais representam hoje, no Brasil, cerca de 60% do PIB. O débito atual das empresas privadas é volumoso. Se esse débito ao fisco, somado a 80% do capital das estatais, fosse para um fundo que passasse a pertencer à força de trabalho, toda a comunidade brasileira estaria integrada à força produtiva, melhoraria o rendimento do trabalho. (Muito bem! Palmas) nós teríamos outras condições, até de melhor nos apresentarmos lá fora, porque não apresentaríamos esse quadro desolador de uma porção de ricos, que moram em apartamentos luxuosos, com revestimento de granito, de mármore, com toda a sorte de bem-estar, justo, legítimo, mas não ao lado de uma população que nem sequer pode matar a fome e tratar da saúde de seus filhos, não pode instruí-los, e vê-los morrer (Muito bem! Palmas) por não poderem satisfazer as suas necessidades imediatas.

Portanto, impõe-se ao País uma solução desse porte.

O Governo de união nacional a que me referi anteriormente, nascido da vontade do povo, incorporando a estrutura produtiva brasileira, toda a comunidade, toda a força do trabalho, salvando as empresas, principalmente a pequena e a média, preservando a livre iniciativa, que tem propiciado ao mundo, além de maior liberdade, os maiores índices de produtividade e de bem-estar, terá condições de, com todo o povo brasileiro, suportar os sacrifícios necessários à superação da crise que nos envolve.

A alegação de que os créditos fiscais e previdenciais, que proponho incorporar ao capital das empresas democratizando-as, será indispensável aos tesouros federal, estaduais e da previdência, é um argumento falacioso.

As empresas que se endividaram com o fisco e com a previdência, enfrentando as correções e o juros exponencialmente incidentes, o fizeram na falta de qualquer outra alternativa e não vão, de modo algum, quitar esses débitos, irão à falência. Cessarão as suas atividades e irão engrossar a massa dos desesperados e dos desempregados cuja convulsão pode comprometer a própria Nação.

No curso da crise de 1930, o Governo revolucionário, para conter a derrocada econômica, pelos Decretos nºs 23.533, de 1º de dezembro de 1933, 23.981, de 09 de março de 1934, 24.056 de 28 de março do mesmo ano, e outros decretos, decretos-leis, leis que foram sendo assinados e promulgados até 1944, anulou débitos integralmente, parcialmente, concedeu reajustes econômicos e salvou a economia abalada pela crise e pela guerra. Portanto, não seria caso único no Brasil. Isso foi feito no passado duas vezes.

Medidas de natureza econômica e social, adotadas por governo que tenha a confiança do povo, podem hoje restituir ao Brasil a segurança de ter passe e a colaboração dos brasileiros para reencontrar o seu caminho.

Essas medidas de emergência terão, no entanto, um efeito transitório e paliativo se os juros continuarem os mesmos, se a inflação não for contida e a recessão impuser a segmentos da comunidade nacional sacrifícios que atinjam o ser humano no que é nele essencial, a preservação da sua estrutura física, da sua capacidade intelectual e da sua dignidade.

A INFLAÇÃO E A RECESSÃO

A inflação brasileira não tem origem no excesso de demanda decorrente de excesso de capacidade aquisitiva da massa populacional, gerada pelos salários pagos aos que produzem. Esses recursos se vêm tornando cada vez menores e insuficientes para a aquisição do que produzimos. Essa insuficiência está gerando a recessão e paralisando as fábricas que, em círculo vicioso, promove o desemprego e reduz cada vez mais a demanda. A alta dos preços, no Brasil de hoje, vem de elevação diária dos custos que, pressionados pela correção cambial, pela ele-

vação dos preços dos serviços públicos, do petróleo, dos insumos importados e submetidos ao efeito multiplicador dos juros incidentes também sobre os tributos assustadoramente crescentes, não permitem que os preços, e consequentemente a inflação, se reduzam. A tudo isso se somam os efeitos psicológicos do ganho fácil no terreno da atividade especulativa, dos escândalos, das mordomias e da corrupção, denunciados exaustivamente e nunca suficientemente explicados. Generalizou-se no Brasil a maior distorção sobre o conceito de capital. A sua função, associada à força do trabalho para produzir bens, produzir riquezas, justifica em todo o mundo a sua remuneração. No Brasil de hoje, a grande renda do capital vem do seu emprego em papéis, sem o menor vínculo com a atividade produtiva, sem gerar nada a não ser o lucro especulativo, desvinculado da força do trabalho e canalizado para um mercado de papéis, que não tem relação alguma com qualquer atividade econômica.

É este giro de dinheiro crescente que multiplica-se por um, por dois e por três, que mantém esses recursos fora da massa populacional que cada dia perde seu poder aquisitivo em face da compressão dos salários. Não são esses salários que estão fazendo a inflação, é o agravamento dos custos por tudo que sobe e pela especulação financeira e principalmente pelo nível dos juros.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre Senador, V. Exª sabe da velha estima que tenho por V. Exª. Posso até dizer que somos velhos companheiros neste campo político, e bons companheiros. Estou ouvindo o discurso de V. Exª com o maior respeito. Acho que a crítica cabe hoje e cabe em todos os tempos e sempre foi necessária. Nós temos até o exemplo deste país, que temos que respeitar, apesar das críticas, que é, realmente, um país que nos ensinou e ensina ao mundo ainda, às vezes, um pouco de democracia, cometendo, também, erros, e erros terríveis, a Inglaterra, onde a Rainha pagou ao seu representante no Parlamento para que ele a critique. A crítica realmente é útil. Apenas V. Exª fez uma referência que eu queria que não passasse em branco: sobre o capital e o trabalho, sobre o capital que é empregado, diz V. Exª, acentuadamente, e V. Exª quase que acentuou demais, em especulações. Eu queria apenas deixar a minha observação, dentro do discurso de V. Exª, discurso que eu louvo acho útil e é necessário, que esses discursos cheguem a esta Casa por vezes respeitáveis como a de V. Exª. Eu quero dizer a V. Exª que o capitalismo que está trabalhando, que está lutando, este capitalista, este, digamos, empresário que fez esta indústria que hoje até honra o nosso Brasil, e honra bastante, que faz com que o nosso comércio tenha uma capacidade excepcional, que fez com que nós passássemos de uma exportação mínima para uma exportação máxima, com que nós cobríssemos todas as nossas necessidades internas industriais, este é um herói, também merece o nosso respeito. E que está sofrendo muito. Fique V. Exª certo. E este capitalista, este grande industrial, este pequeno industrial, estes milhões de brasileiros espalhados na pequena e média empresa, esses não têm, Sr. Senador, recursos para a especulação. Eles lutam, sofrem, e sofrem com as dificuldades que vêm atingir aqueles que trabalham com eles, operários, os seus auxiliares. Estes sofrem com a falta de recursos, para que as suas empresas continuem crescendo e muitas até para que não cheguem a desaparecer. É o que eu queria deixar dentro do discurso de V. Exª, apenas este reparo. Merece que se diga que este não especula. O industrial, o comerciante, o empresário, estes não têm tempo para especular. A especulação está em outro setor. Até, talvez, mesmo nos Bancos, que são os grandes beneficiários do atual regime.

O Sr. Albano Franco — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Tem a palavra nobre Senador.

O Sr. Albano Franco — Nobre Senador Cid Sampaio, fizemos questão de estar aqui presentes para assistir a palavra de V. Exª, hoje, aqui, no Senado, porque temos por V. Exª uma grande admiração como homem público, como nordestino e como empresário. E, nessa hora em que V. Exª aborda, no seu discurso, a questão, hoje, da especulação financeira em nosso País, somos daqueles que pensam também nesse assunto, nesse problema, como V. Exª está repetindo aí da tribuna. Nós achamos que o empresário que hoje não corre o risco, nem, também, com o seu suor, promove riquezas, gera empregos, realmente é um desestímulo, e, hoje, é o que ocorre e o que está havendo em nosso País. Quero também não só me congratular com as palavras de V. Exª nesse assunto, como também dizer que estamos ouvindo atentamente ao discurso de V. Exª.

O SR. CID SAMPAIO — Muito obrigado a V. Exª. Gostaria de falar ao caro amigo Senador Gabriel Hermes, e ele concordou inteiramente com o que eu estou dizendo, que só ganha, só lucra a atividade especulativa. Enquanto os outros não têm condição de viver, enquanto os outros não podem investir em nada, enquanto os outros não podem pagar sequer os juros e os descontos dos títulos representativos da sua transação comercial ou da venda dos produtos que fabricam, o especulador canaliza todos os recursos do País. A isso chamamos de poupança, mas não o é. É poupança do indivíduo, da pessoa física que compra o título e o põe no banco ou no open, é poupança da empresa que deixou de gastar, porque não corre o risco louco de investir, porque não está tirando para isso, mas não é poupança porque, os cofres públicos, vai para a despesa de custeio. Portanto é poupança do indivíduo, mas não é poupança da Nação.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª me permite uma observação em socorro a sua tese?

O SR. CID SAMPAIO — Ouço, V. Exª, com honra.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Cid Sampaio, V. Exª está mais do que acobertado de razão quando critica que, neste País, a intermediação financeira já chegou às raízes do deboche, porque, em 1959, quando a agricultura tinha uma participação de 23,9% na renda bruta nacional, a intermediação financeira — os bancos, as Caixas Econômicas, as financeiras, etc — tinha uma participação de 3,5% na renda nacional. Em 1979, o único dado objetivo que tenho, já publicado, a agricultura já estava participando com 10,5% e os coitadinhos dos banqueiros da intermediação financeira, simplesmente, com 9,8%. Vê V. Exª que o setor produtivo teve uma redução para menos da metade...

O SR. CID SAMPAIO — E eles elevaram ao quadrado.

O Sr. Benedito Ferreira — ...e a intermediação financeira vai ao triplo da participação da renda bruta nacional. Logo, V. Exª está realmente coberto de razão, entendi muito bem as colocações de V. Exª parece que o Senador Gabriel Hermes não acompanhou o raciocínio de V. Exª.

O SR. CID SAMPAIO — Muito obrigado a V. Exª. Param as fábricas, cessam as atividades agrícolas, manipulam-se créditos só para alimentar a especulação no mercado de capitais. ORTNs, LTNs, CDBs, são os únicos negócios que remuneram nessa balbúrdia econômico-financeira que se implantou no Brasil.

Alimentado pela poupança das pessoas físicas e jurídicas, o débito interno do País de 23 trilhões, vencendo correção monetária de 145% ao ano, mais juros de 25%, vai significar no próximo ano um dispêndio, só para pagar os serviços, de 39,1 trilhões. Há de somar ainda a

amortização de 1/5 do débito total correspondente a 4,6 trilhões, que a Fazenda Pública tem que ir buscar em novos lançamentos de papéis, mantendo ou elevando as taxas de juros.

Para interromper o processo há de parar-se de emitir ORTNs e LTNs e mudar o rumo do combate à inflação, fixado como se, caso brasileiro, defrontássemos-nos com uma inflação de demanda.

Os meios gerados pela atividade produtiva que remuneram a grande massa que trabalha, estão crescendo a taxas muito inferiores às da inflação. Eles são de todo insuficientes, mesmo somados aos recursos que chegam aos consumidores via tributos e pagamento de funcionários públicos, para manter o nível de atividade em patamar sequer suficiente para assegurar o crescimento zero.

Se o Governo persiste em continuar com as teses do FMI e pelas políticas fiscal e monetária continuar a cortar a demanda agregada, ao mesmo tempo que pela sua presença no mercado de capitais pressiona para o alto os juros, a inflação não cai e o País pára.

Não é asfixiando a economia, não é parando de crescer, que nós encontraremos recursos para pagarmos a dívida externa. Nos últimos três anos, a renda Per Capita a cruzeiros constantes caiu 15%. É evidente que com os 8% a 10% do novo PIB vinculados a exportação nós não manteremos o Brasil, do mesmo modo não podemos imaginar que esse percentual, em face da rarefação de demanda interna, dispare e altere a estrutura de nossa produção industrial. Impõe-se assim mudarmos de caminho.

Deixando de emitir ORTNs e LTNs, a liquidação do débito interno, na sua quase totalidade representado por esses títulos vencíveis no decorrer dos próximos cinco anos, teria que fatalmente ser coberta com recursos tributários e de expansão de base monetária.

Esses recursos reporiam a capacidade aquisitiva da força de trabalho e reaqueceriam a economia.

Com a queda dos juros e com um expurgo expressivo na correção monetária, as taxas inflacionárias forçosamente decresceriam.

Repetindo os reclamos quase que de todo o Brasil com relação as prioridades pelas obras faraônicas, sugiro planos que, fortalecendo o mercado interno, nos ajudem a diminuir as importações ou ampliar as exportações.

PLANO DO ÁLCOOL

Combatido, esvaziado mais de uma vez pelo próprio Governo, não pôde substituir as importações de petróleo, o que poderia ter acontecido quase na sua totalidade há mais de cinco anos.

Se não fora a hostilidade da PETROBRÁS, desejosa de manter a hegemonia da produção e distribuição dos combustíveis líquidos, sempre apoiada pelo poder central, há muito tempo que o equivalente a princípio a 12 bilhões de dólares e hoje a sete ou oito bilhões que enviávamos para o exterior, estariam sendo gastos no Brasil.

Imaginem se no Brasil o poder aquisitivo da população, reforçado ontem, há mais tempo por 12, hoje por 7 ou 8 bilhões de dólares que seriam gastos na implantação de uma indústria que substituiria a importação de petróleo. Em termos técnicos, isso hoje é perfeitamente viável.

Eu deixo de discutir; o Brasil, nesse ínterim, cometeu grandes crimes. Nós podíamos ter exigido que os produtores de veículos a combustão interna, tivessem projetado um protótipo para álcool, para transporte pesado.

Hoje, com a tecnologia existente, projetam-se motores para todos os combustíveis, com maior ou menor poder calorífico.

É a prova é que, agora, quando já está sendo racionalizado o diesel, começam a aparecer os motores pesados a álcool já substituindo o motor diesel. Por que não apareceram antes? Se nós tivéssemos feito isso há 5 anos!...

Quantas vezes propus, levei relatórios a Ministros, escrevi talvez 10 ou 15 artigos propondo soluções. O Governo mudo, a PETROBRÁS intransigente não queriam admitir a possibilidade de pararmos de importar petróleo. O contingente de petróleo, que nós produzimos no Brasil, teria crescido se tivéssemos acordado mais cedo quando, em 1950, o mundo já alertava para a crise de petróleo. E continuamos a importá-lo, sacrificando os nossos créditos lá fora, endividando-nos, sacrificando a população e deixando de criar uma economia que empregaria talvez no setor primário, 4, 5 ou talvez 10, se fizéssemos para toda a produção nacional, milhões de pessoas, dentro de sua especialização, ainda não preparadas para trabalhos mais sofisticados, talvez não tivéssemos devendo o que estamos devendo, pois que originaram-se esses débitos, todos nós sabemos, principalmente do grande déficit das compras vultosas que fizemos de petróleo.

O Sr. José Lins — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Pediria atenção ao nobre Senador José Lins para fazer o último apelo ao nobre Senador que está na tribuna, tendo em vista a necessidade de nós votarmos, ainda nesta tarde, a Ordem do Dia.

O Sr. José Lins — Servi breve, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (Milton Cabral) — Era somente para lembrar-lhe a necessidade da Mesa na urgência da Ordem do Dia.

O Sr. José Lins — Eu atenderei a V. Exª Quero apenas dizer ao nobre Senador Cid Sampaio que o seu discurso merece maior análise. Eu disse, de início, que não apreciaria o conteúdo, a filosofia, os conceitos emitidos por V. Exª Acho que essa não é a oportunidade. É hora de homenagearmos o orador que, pela primeira vez, apresenta-se na tribuna da Casa com tanto brilhantismo. Mas, nobre Senador Cid Sampaio, o discurso de V. Exª merece uma resposta. É pena que estejamos no fim do ano. Não concordo com muitos dos conceitos que emite, por isso buscarei uma oportunidade para comentar o seu pronunciamento. Discordo, por exemplo, da opinião de V. Exª sobre o programa do álcool. O Governo fez um grande esforço do que resultou um excelente programa, que nos ajudou muito. É o maior programa de substituição de petróleo por energia renovável, no mundo. Estamos produzindo hoje mais de 110 mil barris equivalentes. Seria impossível substituímos o petróleo todo, no meu modo de ver. Não é só uma questão de opinião. É também uma questão de análise de possibilidade de investimento. De qualquer modo, peço a V. Exª — já que estamos no fim do ano — que aguarde uma análise mais profunda — que V. Exª tanto merece — para a próxima legislatura. V. Exª merecerá a maior atenção de nossa parte.

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço a V. Exª pelo aparte. Deixo de analisar tecnicamente o assunto, porquanto isso desgostaria profundamente o Sr. Presidente, a quem devo uma grande homenagem pela tolerância que está tendo para comigo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Absolutamente, nobre Senador Cid Sampaio.

O SR. CID SAMPAIO — Se os recursos aplicados na Ferrovia do Aço, em programas irreais de energia nuclear, ou em obras gigantescas como Itaipu tivessem sido, como insistentemente propus, investidos em destilários com 75% do capital pertencentes à força do trabalho, hoje não estaríamos devendo tanto. Teríamos maior campo de manobra, pois haveríamos nos libertado da dependência da importação de petróleo e nos seria mais fácil negociar lá fora.

Se tivéssemos partido para o fortalecimento das empresas nacionais em planos como o do álcool, com aporte de recursos como capital, em nome de todos os que trabalham no Brasil, teríamos aberto o caminho para uma mais justa distribuição da renda, buscando com a consolidação da livre empresa integrar toda a comunidade na estrutura da produção que se desenvolvia.

Paralelamente ao projeto do álcool, cuja viabilidade técnica deixo de analisar por já estar na consciência do Brasil, impunham-se outros planos como o da produção de óleos vegetais, além da soja, a produção de grãos e gêneros alimentícios, farinha panificável de mandioca e milho, buscando nessas áreas enormes, inclusive no Nordeste, encarar o problema fundiário.

Na realidade, se nós partíssemos para planos de produção agrícola, que têm franco mercado internacional, daríamos emprego a um mundo de gente, em lugar de estarmos realizando obras que vão, talvez, reproduzir daqui a 5, 6, 8 anos. Mas, nós chegaremos até lá? Nós resistiremos? Esta gente que está com fome passará sem comer até Tucuruí funcionar? Não creio. Portanto, é indispensável que desviemos a atividade do Brasil para esses outros caminhos, principalmente diminuindo as importações. Na guerra passada comeu-se pão feito com farinha de mandioca e farinha de milho, pelo menos no Nordeste. Farinha de mandioca e farinha de milho são qualificáveis. Por que nós continuamos a importar trigo? Se isso resultasse de trocas com a Argentina, legítimo. Venderíamos para lá, haveria o equilíbrio. Mas, se não resultar, teremos que produzir grãos para substituir as importações. Esses são verdadeiros planos que, se o Governo encaminhar, proporcionarão trabalho, serviço, mão-de-obra e os recursos da ORTN não mais serão multiplicados — os que vencessem nesses cinco anos seriam aplicados nesses programas de fácil recuperação e de rápido retorno.

Estas soluções, orientadas por um plano de governo com a participação dos Governadores dos Estados e por eles e pelas Prefeituras também executados, repõem o nível de emprego e ajudariam o País a botar os pés no chão.

Não julgo que a indústria deva ser secundarizada. No equacionamento do novo Plano Nacional devem ser implementados os projetos que nos ajudem a reduzir a área de importação de produtos que ainda não fabricamos ou precisamos produzir mais para nos suprir.

O ressurgimento do Brasil, hoje apreensivo e desesperançado, só poderá ser alcançado com a participação de todos os brasileiros com os olhos voltados para o amanhã.

Só libertado das tutelas, do que se crêem investidos de poderes superiores à própria vontade do povo, dos que se acreditam intérpretes dos seus interesses.

Só à base de normas leais, claras e sem subterfúgios, será possível encontrarmos os novos caminhos.

O Senhor Presidente da República já declarou que quer, com eleições diretas, devolver aos brasileiros a liberdade de escolher os seus caminhos.

Não acredito que prevaleça a vontade dos que querem para si mesmos o poder, dos que alegam que estão com a faca e o queijo na mão e não transigem.

A ameaça de um País em recessão, insolvente, caminhando para a hiperinflação, entrar em colapso, há de despertar a todos e a todos fazer perceber que há alguma coisa maior, pelas quais gerações passadas já se sacrificaram, do que a possibilidade de desrespeitar a Constituição, alguém ou algum grupo permanecer no poder a qualquer custo.

Por formação, não receio de afirmar o que penso, quando creio no que afirmo. Não me intimida a crítica dos outros. Procurei, pela experiência de 73 anos de vida, na atividade industrial, agrícola, na política e na condução de um Estado difícil como Pernambuco, buscar

alternativas em uma hora que todo o País parece estar atônito e perplexo. Sou dos que lutam pelo que creem e creio em um Brasil mais justo e próspero, onde todos possam aspirar ser felizes.

Termino com palavras de Bernard Shaw

"Há homens que vêem as coisas como elas são e perguntam — por quê? Eu sonho com coisas que nunca vi e digo: por que não?" (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Servir de foro para exposição e debate dos assuntos de interesse da comunidade nacional é uma das funções mais importantes, talvez a mais nobre, entre todas as exercidas por um Parlamento, em qualquer tempo. É atento a isso que abordarei hoje, nesta Casa, alguns aspectos da problemática dos remédios no Brasil.

POR QUE OCORREM OS DESAJUSTES

Os desajustes que ocorrem na vida de uma nacionalidade, Senhor Presidente, são provocados e explicáveis pela ação unitária ou conjugada das duas seguintes causas:

— ausência de legislação adequada que estabeleça justos parâmetros para disciplinar comportamentos no setor observado;

— ou existência de leis ineficazes, por deficiência ou exorbitância, ante assuntos e problemas contidos no mesmo setor.

A falta de leis reguladoras para determinadas questões é fato antigo na vida das sociedades e está ligado à própria contingência da mudança incessante, da dinâmica permanente dos fatores que geram o progresso.

Numa sociedade em processo acelerado de transformação — como é o caso da brasileira — é levada a defrontar-se a cada momento com situações novas, não incluídas na área de abrangência da legislação vigente e esse vazio de normas alimenta deformações e abusos que ferem o interesse coletivo e exigem providências.

Igualmente mau para o interesse coletivo é quando a legislação, embora existente, se mostra desatualizada, face à dimensão e à intensidade dos fatos sobre os quais ela deveria incidir. Isso vem a ocorrer quando a evolução dos ditos fatos escapou à percepção e à ação corretiva do legislador, pela interveniência, não detectada, de causas e agentes circunstanciais que passaram a prevalecer no processo.

Desatualizada, outrossim, também está a legislação que se mostra obscura e excessiva. Um conjunto exorbitante de normas não contribui para assegurar o equilíbrio na área em que assinala sua presença.

O quadro nacional brasileiro, Sr. Presidente, apresenta diferentes ocorrências das duas espécies de distúrbios. Temos legislação quantitativa e qualitativamente precária em vários setores e legislação prolixa e excessiva em outros.

Penso que o problema representado pela produção, comercialização e consumo de medicamentos no Brasil, nas múltiplas faces pelas quais pode ser visto e analisado, reflete uma situação típica de carência de normas legais consubstanciadoras de uma política de Governo. Afinal, aí está uma questão de alto interesse para 125 milhões de brasileiros, não enquadrada ainda na escala devida, na malha de uma legislação que garanta o interesse social e evita as indesejadas distorções que estão havendo e que ninguém desconhece.

ESSENCIALIDADE DO REMÉDIO

É no espaço desta temática, Sr. Presidente, que tecerei, a seguir, algumas considerações.

A primeira delas é sobre a própria essencialidade do remédio para o ser humano, de um modo geral, e para o brasileiro, em particular.

Para o homem, na sua dimensão universal, fraco e vulnerável ante o meio hostil, o remédio é o antídoto da doença e da dor física. Seu uso está invariavelmente ligado à ideia da esperança, de que todos precisam, para anular a angústia e o medo ligados à própria limitação da chamada condição humana.

Para o brasileiro, em particular, o remédio tem a exata essencialidade a que me referi, dentro, todavia, de circunstâncias especiais que elevam ainda mais o grau em que a mesma se manifesta. Isso, pelas particulares condições reunidas pelo quadro nacional.

Somos uma coletividade afetada pela pobreza que atinge em sentido relativo, ou absoluto, a dois terços da população do País. E a presença da pobreza está invariavelmente ligada a alguns corolários lógicos, como a subnutrição e a falta de resistência às doenças que ela propicia; e, ainda, à falta de assistência à maternidade e à infância, causadora de inúmeras consequências negativas a médio e longo prazos.

Compreensível, pois, que uma coletividade comprimida sob a pressão desses fatores viva em permanente estado de pânico ante a ameaça da dor física, da doença e da morte. E ela reage a esse medo, apelando em desespero para o remédio, como se para todas as mazelas houvesse um antídoto infalível.

É uma situação diversa, sem dúvida, daquela desfrutada pela sociedade no mundo desenvolvido, onde o nível médio de alimentação predominante estimula as defesas orgânicas em adultos e crianças, eleva a expectativa de vida e faz com que a medicina preventiva — mais orientada para os cuidados higiênicos do que para o consumo freqüente de medicamentos — prevaleça sobre a medicina curativa, voltada, obsessivamente, para o uso de remédios.

BRASIL, AS MAZELAS DO SUBDESENVOLVIMENTO

O brasileiro é, pois, um incorrigível e insaciável devorador de remédios. E assim acontece porque nosso País, a par de alguns aspectos materiais positivos, até grandiosos, apresenta ainda impressionante conjunto de aspectos típicos de subdesenvolvimento. Cabe referência a alguns deles.

Existem no Brasil, ainda, milhões de pessoas que trabalham sem receber remuneração em dinheiro. Recebem apenas, alimento e abrigo, como se não fossem mais do que simples animais de trabalho. Cerca de 65 milhões de pessoas em nosso País bebem água de qualidade suspeita; 6 milhões pelo menos não dispõem de instalações sanitárias; 5 milhões de famílias, outrossim, têm renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo...

Considerada a população brasileira como um todo, de cada 1.000 crianças que nascem, 720 morrem antes de atingir 5 anos e 105 não chegam mesmo a completar um ano de idade.

Anoto-se, a propósito, que nos Estados Unidos o número de crianças que morrem antes dos 5 anos é de apenas 200.

Segundo a fonte destes dados (um livro americano cuja tradução brasileira, de 1977, tem o título de *Fome e Luta*), a maioria das mortes prematuras são provocadas por moléstias contagiosas, "que proliferam ao lado da subnutrição".

Algumas dessas doenças, como as infecções intestinais, o sarampo, a rubéola, a difteria, a coqueluche, a tuberculose, podem ser evitadas com as vacinas especiais, ou tratadas com o uso de medicamentos próprios. No entanto, a precária condição econômica das classes onde a incidência dessas enfermidades é maior impede o uso oportuno desses recursos. 126.000 casos novos de tuberculose contagiosa ocorrem por ano, no Brasil — é o que

informou o Relatório das Atividades do Ministério da Saúde, divulgado em 1972. Nesse mesmo ano, detetou-se o bacilo da tuberculose em 48% dos jovens convocados para o serviço militar e em 12% das crianças que pela primeira vez ingressavam na escola. Ante tal situação, cabe assinalar que o tratamento quimioterápico então recomendado no País para a tuberculose estava acima do poder aquisitivo das classes por ela mais atingidas.

Faço a um quadro nacional em que tais fatos aparecem, Senhor Presidente, é fácil entender porque somos, como País, um amplo mercado consumidor para produtos farmacêuticos de todos os tipos. E a única circunstância que faz talvez, com que o consumo desses produtos seja menor do que a demanda potencial, ou do que a própria necessidade de consumir, é a debilidade do poder aquisitivo da maioria dos brasileiros.

Convivemos, assim, com duas práticas igualmente errôneas: a do consumo indiscriminado e imoderado de remédios, por parte de um grande contingente de nossa população; e a abstenção desse consumo por um segundo contingente, ainda maior, que carece de medicamentos específicos e não tem o poder aquisitivo necessário para obtê-los e usá-los.

CONSUMO DE MASSA ENVOLVE REMÉDIOS

Sr. Presidente, as duas práticas citadas atingiram grande expressão nos últimos anos, pelo próprio progresso alcançado pelos meios de comunicação. É quase um truismo repetir que vivemos a hora da comunicação, de propaganda e de consumo de massa.

O remédio ocupa em nosso País, na propaganda veiculada por todos os meios de comunicação, um lugar de enorme destaque. É ao contrário do que acontece em outros países, remédios são aqui anunciados sem omissão dos fins a que se destinam e com aviso muito comum de que "não têm contra-indicações". Acrescente-se, outrossim, a facilidade com que se adquire neste País, em qualquer farmácia de esquina, quase todos os preparados medicamentosos existentes no mercado, inclusive aqueles cujo consumo está cercado, em outros países, de cautelas especiais.

Muitos brasileiros, todavia, não têm poder aquisitivo para obter o remédio, presumivelmente, certo para seus males. Apela, então, para soluções emergenciais: remédios menos caros, sugeridos por leigos, preparados caseiros, ajuda de curandeiros, automedicação. São expedientes, ninguém ignora, que a médio e longo prazos vêm a significar um encontro antecipado com a morte.

Há portanto, em nossa sociedade, pessoas que podem tratar-se convenientemente — e outras muitas que não podem. É uma desigualdade de possibilidades que se traduz em evidente e inaceitável caso de injustiça social. De agressão a um direito humano.

É uma situação que precisa ser mudada a bem do interesse público. Sr. Presidente — e, para que isso venha a tornar-se viável; para que o problema possa ser visualizado e equacionado, com a segurança necessária, é preciso que se promova a formação de uma opinião pública bem identificada com os antecedentes históricos e com o quadro conjuntural presente da indústria farmacêutica instalada no Brasil; de sua produção e, ainda, de como é ela comercializada e consumida no País.

BREVE RETROSPECTO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL

As atividades atinentes à produção e consumo de remédios no Brasil tiveram curso, até agora, em duas diferentes fases. A primeira, muito extensa, com os médicos prescrevendo fórmulas e as farmácias aviando receitas. Isso, paralelamente, a uma produção quase artesanal de medicamentos em pequenos laboratórios nacionais; reduzida presença no País de indústrias farmacêuticas de capital estrangeiro; alguma importação de produtos far-

macêuticos acabados, prontos para o consumo; e utilização no território pátrio, em escala inexpressiva, de patentes registradas em outros países, mediante o pagamento de royalties a seus detentores.

A mudança desse quadro tradicionalista começou a operar-se entre as duas guerras e acentuou-se depois da Segunda Guerra Mundial. Os fatores determinantes da alteração nós os encontraremos, justamente, em alguns fatos gerados e estimulados no processo do progresso material desencadeado pela própria situação de guerra.

O primeiro desses fatores reside na extraordinária intensificação da pesquisa científica, dentro do esforço de mobilização dos recursos disponíveis por parte dos diversos países envolvidos no conflito. Reflexo expressivo disso foi, no período em questão, o aparecimento e a difusão do uso dos antibióticos — fato que, destacado de todos os outros, já assinala uma das maiores revoluções da medicina curativa em todos os tempos.

A descoberta da penicilina, por Alexandre Fleming, data de 1928 — mas, a aplicação prática da descoberta só viria mesmo a acontecer durante a Segunda Guerra Mundial.

Sr. Presidente. Utilizo-me, nesta parte de meu discurso, de subsídios colhidos no excelente volume "Indústria Farmacêutica no Brasil", publicado pelo Governo do Estado da Bahia em 1983.

Prossigo, pois, com o auxílio da fonte citada. Dentre todas as drogas introduzidas no mercado norte-americano no período de 1940-1975, perfazendo 971, as incluídas no grupo da classe dos anti-infecciosos representaram cerca de 20% do total, sendo que dentro desse grupo os antibióticos representaram, por sua vez, 45,3% do total das descobertas. Atrás dos antibióticos apareceram os hormônios, os agentes cardiovasculares, as preparações gastrointestinais e os atáxicos.

A partir do início dos anos 60, o ritmo de introdução de novas drogas no mercado registrou um decréscimo.

Ao tempo em que os avanços foram ocorrendo — repito ainda palavras da fonte mencionada —, a produção dos princípios ativos e dos medicamentos que até então tomara lugar em pequenos laboratórios, farmácias ou boticas e se traduzia na manipulação de substâncias naturais, foi-se transformando na que hoje conhecemos por indústria farmacêutica, a princípio timidamente e posteriormente de maneira radical: as relações econômicas e o fenômeno de internacionalização, os aspectos de pesquisa e tecnologia, as características de essencialidade social e o mercado, entre outros itens, guardam, nos dias atuais, pouco do que havia em épocas não muito distantes.

Poucas diferenças se fazem notar na indústria farmacêutica nacional se a compararmos, até o início deste século, com a de outros países, pois os esforços de pesquisadores brasileiros permitiram que nesta época a maior parte das drogas botânicas fossem produzidas internamente, a partir de nossa flora medicinal.

O período compreendido entre 1915/40 caracterizou-se pela preferência terapêutica dos soros, vacinas e outros produtos biológicos, quando a partir de então o País não mais conseguiu acompanhar a indústria farmacêutica norte-americana e européia: que em função de expressivos investimentos em pesquisas, desenvolvimento e produção de novas drogas passou a dominar a vanguarda da tecnologia e, por extensão, o mercado mundial.

NOVOS TEMPOS: COMPETIÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO

O mercado brasileiro era então alimentado pela produção "de um grande número de pequenos e médios laboratórios nacionais, poucos estrangeiros e também pelas importações realizadas pelas casas representantes."

As transformações tecnológicas demandaram um comportamento competitivo maior entre os laboratórios

nacionais, ao tempo em que suas linhas de produção tornaram-se ultrapassadas, obrigando-as a adaptarem-se à nova realidade terapêutica mundial. Ainda nesse período, as casas representantes de laboratórios estrangeiros iniciaram a produção local de seus medicamentos; outras empresas estrangeiras instalaram suas unidades fabris e "ocorrem também as primeiras *joint ventures*" com os laboratórios nacionais. Acrescente-se que a interrupção parcial dos fluxos de importação para o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial imprimiu um ritmo maior à tendência de desnacionalização do setor farmacêutico brasileiro, favorecido pelas instruções 70 (1953-1961) e 113 (1955-1961) da Superintendência da Moeda e do Crédito. A primeira, com o propósito de fomentar o desenvolvimento industrial, estabeleceu as taxas múltiplas de câmbio, instrumento que beneficiou as importações de bens de capital e intermediárias tidos como essenciais, e a segunda, através de licenças especiais para importações de equipamentos, encorajou ainda mais a entrada de capital estrangeiro no setor farmacêutico, como em toda atividade industrial do País.

Nítida veio a tornar-se, da década de 30 para cá, a desnacionalização progressiva da indústria farmacêutica instalada no território brasileiro. Acrescentarei ao texto deste discurso, para publicação, um quadro (1) ilustrativo a respeito, procedente também da publicação a que me referi, promovida pela Governo do Estado da Bahia.

Sobre os fatores condicionantes da desnacionalização, eis o que disse o Coronel Deusdedit Batista da Costa, que presidiu a Comissão de Sindicância para a Indústria Farmacêutica, criada no Governo Jânio Quadros:

"A desnacionalização se deve sobretudo à falida Instrução 113 da SUMOC, preparada sob medida para que o industrial estrangeiro, por vezes com sua indústria obsoleta ou superada no País de origem, procurasse segurança no Brasil.

Houve violentas reações ao processo de desnacionalização de nossa economia, sobretudo no período que vem de 1962 a março de 1964. Pressões populares, principalmente de órgãos de classe se fizeram sentir no Congresso Nacional e na área do Executivo, o que determinou, no campo específico da produção de medicamentos, a criação em 1963 do GEIFAR — Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica".

Cabe também, neste ponto, evocar o que diz Geraldo Giovani, no seu livro "A Questão dos Remédios no Brasil", sobre o GEIFAR:

"Os primeiros efeitos da atuação do GEIFAR vieram em fevereiro de 1964 (Decreto nº 58.584, de 21-2-64), quando se estabeleceu a obrigatoriedade de uniformização dos preços nas grandes cidades e a obrigatoriedade, para a indústria farmacêutica, de apresentação de contas e cálculos de custo para o controle governamental destes".

Em 16-6-64, após a queda do Governo João Goulart, o decreto foi revogado, sob intensa campanha da ABIF (Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica).

Usando novamente informações contidas na já citada publicação do Governo da Bahia constata-se, quanto à origem do capital dos 50 maiores laboratórios farmacêuticos em 1981, correspondente a 82,60% do mercado global, revelou que apenas cinco eram nacionais, e no conjunto representaram 5,38% do faturamento global do setor. O quadro nº 02, que seguirá à publicação do texto deste discurso, mostra a composição do mercado brasileiro, relativamente à indústria farmacêutica, no período 1977-1981.

E o quadro nº 03, por sua vez, que também integrará o documentário deste discurso, relaciona os laboratórios

nacionais que tiveram o controle transferido a grupos estrangeiros até 1963.

AGRESSÃO AO INTERESSE NACIONAL

Sr. Presidente. A desnacionalização que envolveu nestes últimos anos a indústria farmacêutica existente no território nacional tem a conotação de um fato negativo para o interesse nacional, não apenas pela própria ocorrência dessa desnacionalização, mais, por outras consequências que vieram a surgir como efeitos colaterais do fato básico referido.

A verdade é que as multinacionais do remédio transferiram para a área interna de nosso País o empenho pela maximização de lucros que sempre caracterizou suas atividades nos países de origem. Foram, então, aqui, adotados múltiplos expedientes para elevar o preço dos remédios vendidos ao consumidor, estabelecendo-se, também, entre os poucos parceiros que ocupam e dominam o mercado brasileiro uma selvagem competição. Uma competição que, ao contrário do que se poderia supor, em nada veio a facilitar as coisas para o usuário dos remédios, no caso, o oprimido consumidor nacional.

Algumas dessas distorções foram bem focalizadas nesta Casa, ainda em 1963, na justificação de um Projeto de lei — dispondo sobre as atividades da indústria farmacêutica — então formulado pelo saudoso Senador Vasconcelos Torres.

Disse o Senador, na citada justificação, que a calamidade inflacionária presente em nossa economia era responsável, apenas em parte, pelo encarecimento dos remédios. Alguns dos outros fatores desse encarecimento estão representados pelo excesso de amostras gratuitas distribuídas a médicos e hospitais; pela exagerada propaganda por todos os meios de comunicação, onerando em 40% o preço de fábrica dos medicamentos, pela elevação constante do preço das matérias-primas maciçamente importadas pelos laboratórios dos países em que se situam suas matrizes e, ainda, pelas constantes e vultosas transferências de recursos para atender ao pagamento de royalties pelo uso de marcas e patentes estrangeiras — ou para remunerar a chamada assistência técnica prestada, de fora, às indústrias farmacêuticas instaladas no País.

QUANDO 300 REMÉDIOS PODERIAM SUBSTITUIR 15 MIL

Mus, o problema tem, ainda, outras inúmeras faces. Por exemplo: são vendidos hoje, em nosso País, de 12 a 15.000 tipos de medicamentos, sendo que, na opinião de insuspeitos entendidos no assunto, apenas 300 diferentes medicamentos bastariam para atender a 90% de nossas necessidades de consumo no setor.

Quanto ao alegado alto custo da pesquisa, cabe lembrar que pagamos o custo das pesquisas feitas no exterior. Pesquisas que na verdade, quase que se resumem em novas associações de fármacos, para ativar a concorrência, experimentando-os no consumidor dos países importadores.

Entre maio de 1982 e maio de 1983 — conforme dados da Fundação "Getúlio Vargas" — enquanto o custo de vida no Rio de Janeiro subia 113%, o custo de medicamentos subia 295%!

CEME, A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DA ESPERANÇA

A problemática geral do setor é, como estamos vendo, bem grave e o Governo teve disso, em tempo oportuno, exata percepção. Dela decorreu a criação da CEME, a Central de Medicamentos, através do Decreto nº 68.806, de 25 de junho de 1971, no Governo Médici, órgão que, infelizmente, ao contrário do que desejaram fazer alguns de seus dirigentes, não pôde, até agora, implementar na escala necessária a racionalização e o saneamento do setor ocupado no País pela indústria química-farmacêutica.

Pelo Decreto nº 68.806/71, a que me referi, a CEME, como órgão diretamente subordinado à Presidência da República, produziria remédios, coordenando e usando os laboratórios existentes na área oficial, a fim de distribuí-los às camadas mais carentes da população brasileira.

A massa previdenciária, que passou a ser também atendida pela CEME, a princípio estava excluída desse atendimento, por ser considerada população economicamente ativa.

O Decreto nº 69.451, de 1º-11-71, que operacionalizou a Central de Medicamentos, a ela conferiu, também, a função de coordenar a iniciativa da área de pesquisa no País, para nos livrarmos, quanto aos remédios, da dependência externa.

O Decreto nº 73.067/73 estabeleceu a estrutura financeira do órgão para o cumprimento de seus objetivos.

Estava, pois, a CEME delineada como um organismo com duas finalidades principais, uma de caráter assistencial — produção e distribuição gratuita de remédios aos mais pobres — e outra de natureza técnico-econômica, que consistia em servir de instrumento para viabilizar uma política de desenvolvimento tecnológico no País pois, como era sabido, ocorrera o progressivo desaparecimento de indústrias nacionais do setor, absorvidas por empresas multinacionais.

O primeiro dirigente da CEME, o Sr. João Felício Scárdua formulou uma Política Nacional de Medicamentos que incluía entre seus principais objetivos a formação de uma tecnologia nacional na área da indústria farmacêutica, dando ênfase à empresa genuinamente nacional no setor. Com esse propósito, a CEME investiu em pesquisa, em 1973, Cr\$ 2,6 milhões e, em 1974, Cr\$ 11,2 milhões.

Apoio-me, nesta parte do meu discurso, em dados colhidos no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionou na Câmara dos Deputados, em 1980, que investigou as atividades ligadas à Indústria Farmacêutica em todo o Território Nacional.

É dessa fonte a observação de que "apenas o Estado, dono de um mercado cativo, tem condições em nosso País de pesquisar e produzir fármacos, superando a barreira econômica que impede a verticalização da indústria farmacêutica nacional. E as grandes empresas estrangeiras, saídas disso, buscaram de todas as formas inviabilizar a CEME pois tinham, como têm, absoluta consciência de que o caminho que se começava a trilhar fatalmente nos levaria à independência no setor, o que, evidentemente contrariava os seus interesses".

A fonte em referência diz ainda, em prosseguimento, que as multinacionais agiram com publicações na imprensa e outros expedientes mais diretos, "com o temor da presença do Estado na produção e na pesquisa de fármacos, através de uma empresa com vida própria".

NEUTRALIZAÇÃO DA CEME EM DUAS ETAPAS

Houve, portanto um conluio dos interessados para que, discretamente, se promovesse a disfunção da CEME. A manobra prevista — segundo o Relatório da CPI da Indústria Farmacêutica de que me estou valendo — seria conduzida em duas etapas: 1. Subordinação da CEME ao Ministério da Saúde; 2. Esvaziamento progressivo de sua atividade. E foi justamente a que os fatos posteriores vieram a confirmar. Pelo Decreto nº 75.561/75, a parte assistencial da CEME foi transferida para o Ministério da Previdência e as suas atribuições de pesquisa para a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

A CEME investiu em pesquisa, em 1973, Cr\$ 2.612.000,00 e em 1974, Cr\$ 11.200.000,00. Para o período de 1975 a 1979 o Órgão havia elaborado um orçamento com recursos da ordem de Cr\$ 457.800.000,00 — que atenderia a seu Segundo Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que, face ao citado Decreto nº 75.561/75, não foi executado. E a atividade então desen-

volvida pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio esteve longe de ocupar o espaço vazio resultante da inércia forçada do organismo castrado.

RENAME, UMA REALIZAÇÃO POSITIVA

Não obstante estar bloqueada na sua atividade de pesquisa pelo Decreto nº 75.561/75, a CEME marcou sua presença, de forma positiva, através de várias realizações úteis ao interesse público. Uma delas foi a elaboração da primeira RENAME — Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — listando 116 medicamentos em 116 apresentações. A lista preparada para 1982, contém 300 medicamentos em 472 apresentações. A oficialização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais foi feita pelo Decreto de 30 de julho de 1973, o mesmo que dispõe sobre o Plano Diretor de Medicamentos para ser executado entre 1975 e 1978.

Essa Relação Nacional de Medicamentos merece um pequeno comentário. O objetivo colimado através de sua elaboração é eliminar as duplicidades existentes no mercado de medicamentos, onerosa, em termos econômicos, tanto para o consumidor, em particular, como para o País em geral. Há inúmeros exemplos de medicamentos iguais, com nomes diferentes. Novalgina, Comel e Nevulgina são diferentes nomes dados por diferentes laboratórios para o mesmo remédio. O remédio se chama "dipirona". Valium, Dienpax e Diazetard também são nomes diferentes dados pelos laboratórios que os produzem, ao remédio "diazepam".

A verdade é que o número de remédios poderia ser muito menor, segundo os que conhecem o assunto e conhecem, também, o interesse público. Segundo eles, dos 12 mil remédios que existem no mercado brasileiro, bastariam uns 300 ou 400 para tratar de quase todos os problemas de saúde que afligem os habitantes do País, como já acentuei em outra parte deste discurso.

A RENAME permite racionalizar e disciplinar a aquisição de produtos farmacêuticos, melhorar os sistemas de controle de qualidade, facilitar o trabalho de prescrição médica e ainda orientar o estabelecimento de prioridades no tocante à produção, no País, de matérias-primas farmacêuticas. Tudo isso dá à CEME condições para oferecer à população carente remédios a preços baixos, já que ela os adquire a preço de custo.

A RENAME é elaborada a partir de consulta feita pela CEME a especialistas em várias áreas da medicina. As sugestões são analisadas conforme critérios que levam em conta os problemas de saúde identificados como maiores fatores de mortalidade ou morbidade, no que se refere à população brasileira. São também escalonadas as prioridades, a começar pelas crianças com menos de um ano e crianças em idade pré-escolar, vindo em seguida as gestantes e os adultos em geral. E são finalmente levados em conta o custo de fabricação, a produção no País da matéria-prima farmacêutica e obviamente a eficácia do medicamento.

FATOS QUE MERECEM DIVULGAÇÃO

Os medicamentos da CEME atingem, hoje, a 50.000.000 de todos brasileiros. Suas compras são feitas através de concorrência, com preferência dada à produção de empresas oficiais. Uma cesta de medicamentos que a população consome (INAMPS — Secretarias de Saúde) custou à CEME, por licitação realizada entre dezembro de 1982 e janeiro deste ano, a importância de 22 bilhões de cruzeiros. Se adquirida pelas farmácias, essa mesma cesta teria custado a importância de 68 bilhões. E para a população sairia por mais cerca de 30%, ou seja, Cr\$ 100 bilhões.

REMÉDIO, EXPRESSÃO MATERIAL DA ESPERANÇA

Sr. Presidente, que a extensão deste discurso seja considerada em função da própria importância do tema abordado. O remédio, afinal, é sempre o passaporte de que se utiliza o ser humano, para superar a dor, contornar as limitações físicas que o bloqueiam e assegurar, na escala do possível, o objeto permanente da sobrevivência. O remédio é, portanto, para os que o procuram e o consomem, a própria expressão material da esperança. É sob esse ângulo que o problema atinge alto nível de importância no universo interior da nação.

O Brasil, como vimos, é um amplo mercado para os medicamentos. Pelo valor total de vendas, em 1981, ocupa ele o 8º lugar no mundo capitalista, atingindo a 18ª posição em termos de consumo *per capita*, calculado em US\$ 14,52, valor quatro vezes inferior ao do consumo americano e argentino e duas vezes e meia inferior ao do consumo canadense e inglês. O fato é explicável em função da própria inferioridade da renda *per capita* brasileira, face à dos países, em referência. O quadro 4, que também incluirei no documentário, mostra a situação mundial do consumo *per capita* de medicamentos em 1980.

O faturamento global da indústria farmacêutica no País alcançou, em 1981, cerca de US\$ 1,8 bilhão e registrou, na última década, um crescimento de 304%.

PROGRAMA NACIONAL DA INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA

Apesar desses números, perduram distorções no setor e o Brasil está longe de possuir uma indústria farmacêutica que atenda pela constituição empresarial a capacidade de produção aos reais interesses de nossa população. E, por essa razão, os Ministros de Estado da Saúde, da Indústria e do Comércio e da Previdência e Assistência Social constituíram Grupo Interministerial, com a participação de representantes desses Ministérios, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministério da Fazenda, para estudar e propor o Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica.

O trabalho dessa Comissão chegou de há muito ao término, elaborando um documento claro, preciso e objetivo, o Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica no País, a ser implantado através do decreto cuja minuta foi também preparada pelo mesmo grupo.

A proposta encaminhada ao Senhor Presidente da República recebeu as assinaturas dos Ministros da Saúde, da Previdência e Assistência Social; e do Ministro da Indústria e do Comércio. Mas, faltam até hoje, no documento, as necessárias assinaturas dos Senhores Ministro da Fazenda e Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. A opinião pública desconhece as razões do estranho impasse, lesivo ao interesse nacional.

O texto do plano elaborado desdobra-se em quatro partes: Objetivos — Diretrizes — Linhas de ação — Das condições de Enquadramento e Execução do Programa. Os quatro objetivos nele indicados são os seguintes:

- incrementar a produção interna de fármacos essenciais, notadamente os do RENAME, por empresas de capital e efetivo controle nacionais;
- fortalecer a capacitação econômico-financeira e tecnológica da indústria químico-farmacêutica nacional;
- reduzir o elevado grau de dependência do setor a fontes externas de suprimento de tecnologia e

produtos, com implicações que afetam a Segurança Nacional:

d) aprimorar o controle de qualidade e a fiscalização do setor de produtos farmacêuticos, no sentido de minimizar os riscos à saúde do consumidor e de contribuir para a redução do custo de aquisição de medicamentos pelo sistema oficial de saúde e pela população em geral.

CONCLUSÕES

Sr. Presidente, chego, aqui, à parte conclusiva destas considerações que procurei alinhar sobre a grave situação a que chegamos, no que diz respeito à produção de remédios e sua comercialização no País. Aí, como em muitos outros setores, estamos sob o efeito de pressões e de interesses — que não são os nossos, os da Nação brasileira.

Precisamos incrementar sem demora um programa amplo de pesquisa na área ocupada pela indústria químico-farmacêutica, para logarmos criar a indispensável tecnologia nacional, com remédios elaborados, inclusive, a partir de elementos existentes em nossa flora. Urge recuperar, no setor, o precioso tempo que deixamos de aproveitar até agora.

Precisamos reduzir o número de preparados médicos comercializados no País e baratear a todos, no limite do possível. É objetivo que não me parece difícil de ser alcançado, desde que estimulemos uma vigorosa produção nacional de medicamentos — em laboratórios do Estado ou particulares, de capital nacional; desde que nos livremos das impatrióticas e desnecessárias remessas de lucros e de pagamento de *royalties*, pelo uso indiscriminado de marcas e patentes, a matrizes estrangeiras dos laboratórios que aqui operam. E, ainda, caberia combater os abusos que oneram pesadamente os remédios, oferecidos ao consumidor brasileiro, pelo exagero publicitário que os cerca e pelo luxo descabido de algumas embalagens, fatores ambos geradores de despesas transferidas, depois, ao indefeso consumidor.

Tudo isso é simples e fácil de fazer, a partir do momento em que se tomar a decisão de modificar as regras do jogo. De alterar, no setor sob enfoque, o curso do processo, para que o interesse nacional prevaleça sobre os outros. Que está faltando, afinal, para isso?

O atual Governo já encontrou criado, pelo menos nos seus elementos básicos e gerais, o problema — que tentei analisar — da indústria químico-farmacêutica existente no Brasil. De nada pode ser acusado e de nada o acusamos. Pelo contrário, pode ser alegado o seu crédito à determinação — já bem cumprida — da elaboração de um oportuno Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica.

O que está faltando unicamente, para que o interesse público seja atendido no assunto, uma vez que o problema já foi, a meu ver, bem equacionado e que o referido Programa Nacional atende à conveniência do País, é sua pronta formalização. O interesse nacional está a exigí-la.

Que ela seja feita, portanto, sem demora. É o apelo que dirijo ao Presidente João Figueiredo, ao Ministro Jarbas Passarinho, certo de que serei ouvido.

Sr. Presidente, concluo, hoje, esta abordagem. Voltarei logo que recomece o próximo período legislativo em 1984, consciente de, assim, estar procurando servir à Nação, ao povo brasileiro e oferecendo colaboração aos setores responsáveis. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
GABRIEL HERMES EM SEU DISCURSO:

QUADRO 1
Laboratórios Nacionais Que Tiveram o Controle Transferido a Grupos Estrangeiros 1936/82

Ano	Empresa Negociada	Empresa Compradora	origem do Capital da Empresa Compradora
1936	Silva Araújo	Roussel	França
1949	Fontoura	Wyeth	EUA
1957	Laborterápica	Bristol Myers	EUA
1957	Pravaz	Recordati	Itália
1958	Moura-Brasil	Merrel	EUA
1959	Sánitas	Leo do Brasil	Dinamarca
1960	Endochímica	Mead Johnson	EUA
1961	Novoterápica	Bracco	Itália
1962	Mytornil	Immuno	Áustria
1963	Torres	Silva Araújo — Roussel	França
1965	Exactur	Midy	França
1967	Sintético	Searle	EUA
	Cyrillo Mothe	A.H. Robins	EUA
1968	Lafi	U.S. Vitamin Revlon	EUA
	Laboral	syntex	EUA
1969	Prociex	Byk	Alemanha
	Haemo Derivados	Hoechst	Alemanha
1970	Hormoquímico e Derivados	rorer	EUA
1971	Yatropan	Recofarma	Itália
	Usafarma	ICN	USA
1972	Kerato-Loil	Allergan	EUA
	Quimiofarma	Boehringer	Alemanha
	Maurício Villela	Beecham	Inglaterra
	Instituto Pinheiros	Syntex	EUA
1973	Enila-Lutécia	Smith-Klein	EUA
	Labonobel	Ferrer	Espanha
	Cisa	Alcon	EUA
	Delfos	Alcon	EUA
1974	Quimioterápico	Mundifarma	EUA
	Scil	C.B.C. Internacional	EUA
	Panquímica	Emusa	Espanha
	Pelosi	Uriach	Europa
	Procampo	Schering	EUA
1975	Vermaco	Eaton	EUA
1976	Baldassari-Alciate	Mediprop	Europa
1977	Hiplex	Fresenius	Alemanha
	Riedel	Zabinka	Itália
1980	Laborati	Searle	EUA
1982	Biosintética	Nestlé/Alcon/Synthelabo	Suíça
	Buller	3M-Riker	EUA

FONTES: ABIFARMA e ver referência (?)
(Indústria Farmacêutica no Brasil/Medicamentos essenciais)

QUADRO Nº 02
Indústria Farmacêutica — Composição do Mercado por
Origem de Capital
1977/81

Unidade: %

Ano	Empresas		
	Nacionais	Estrangeiras	Total
1977	21,35	78,65	100,00
1978	22,46	77,54	100,00
1979	22,18	77,82	100,00
1980	21,97	78,03	100,00
1981	21,12	78,88	100,00

FONTE: ABIFARMA
(Indústria Farmacêutica no Brasil/Medicamentos essenciais)

QUADRO 03

Origem do Capital e Ano de Instalação dos 50 Maiores Laboratórios Farmacêuticos Brasileiros

1981

Ano de instalação	Empresas	Origem do Capital	Participação no mercado (%)	Observações
1890	Bayer	Alemanha Ocidental	1,99	A Bayer comprou o Miles (EUA) em 1982.
1919	Rhodia	França	2,17	—
1920	Sydney Ross	EUA	2,88	—
1923	Merck S.A	Alemanha	1,50	—
1926	Schering	EUA	2,96	Outras fontes bibliográficas indicam 1944 como ano de instalação da Schering. Em 1974 comprou o laboratório Procampo (nacional); em 1980 o Dr. Scholl (EUA) e em 1981 o Norwich Eaton (EUA).
1928	Andrômaco	Espanha	1,83	Comprado pela Searle (EUA) em 1982.
1931	Roche	Suíça	4,39	—
1936	Johnson & Johnson	EUA	2,54	—
1936	Sarsa	França	1,56	O Sarsa constituiu-se em 1936 através compra do laboratório Silva Araujo pelo Roussel; em 1964 o Sarsa comprou o laboratório Torres.
1936	Glaxo	Inglaterra	0,89	—
1937	Biogalência (Ciba-Geigy)	Suíça	3,22	Em 1979 a Divisão Farmacêutica da Ciba-Geigy passa a constituir a empresa Biogalência.
1937	Bristol	EUA	1,99	Em 1957 o Bristol comprou o Laboratório Prava (nacional).
1937	Abbott	EUA	2,48	O laboratório Recordatti (Itália) comprou o Prava (nacional) em 1957. Em 1980 o Abbott comprou o Pravaz — Recordatti.
1938	Lorenzini	Itália	1,17	—
1938	Dagusa	Alemanha	1,09	Entre 1980 — 1981 adquiriu o Labofarma (estrangeiro).
1940	Organon	Europeu	0,95	—
1940	Climax	Nacional	0,70	—
1941	Merck Sharp & Dohme	EUA	2,85	—
1941	Sandoz	Suíça	1,77	—
1944	Medicamentos Fontoura	Nacional	0,76	—
1946	Lafi-Usafarma	EUA	1,82	Tanto o laboratório Lafi como o Usafarma foram fundados em 1946. O primeiro foi comprado em 1967 pela Revlon (EUA) e o segundo, em 1971, foi comprado pela ICN (EUA). Em 1980 o Lafi comprou o Usafarma.
1946	Laboratil	EUA	0,82	O Laboratil (nacional) foi comprado em 1980 pelo Searle (EUA).
1946	Sanofi Pharma	França	0,65	Comprado o laboratório Mioy (Nacional) em 1980.
1943	Sintofarma	Nacional	1,16	—
1949	Fontoura-Wyeth	EUA	2,45	Fundação através associação com o grupo Fontoura.
1950	De Angeli	Itália	2,04	Provavelmente associou-se ao Boehringer & Cia entre 1981 — 1982.
1950	Carlo Erba	Itália	1,22	—
1951	Hoechst	Alemanha	3,18	Em 1969 comprou o laboratório Haemo Derivados.

Origem do Capital e Ano de Instalação dos 50 Maiores Laboratórios Farmacêuticos Brasil

1981				
Ano de Instalação	Empresas	Origem do Capital	Participação no mercado (%)	Observações
1952	Lepetit/Astra	EUA	2,67	O Astra (Suécia), fundado em 1937, foi comprado pelo Lepetit (grupo Dow Chemical) em 1980; ainda em 1980 o Lepetit comprou o laboratório Richardson Merrel — Moura Brasil (EUA).
1952	Pfizer	EUA	1,69	—
1953	Squibb	EUA	2,05	—
1953	Farmasa	Nacional	0,81	—
1954	Upjohn	EUA	1,61	—
1954	Berlimed	Alemanha	1,50	—
1954	Byk-Prociens	Alemanha	0,95	Em 1969 o Byk comprou o laboratório Prociens (nacional).
1955	Parke Davis	EUA	1,12	Em 1955 o Parke Davis se instalou no Brasil e o Warner (EUA) em 1961. A associação Parke Davis/Warner ocorreu provavelmente entre 1979 — 1980. Em 1982 o laboratório Aché (nacional) comprou o Parke Davis/Warner.
1955	Wellcome	Inglaterra	0,97	Em 1980 o Wellcome arrendou marcas do ICI — Farma (Inglaterra).
1956	Boehringer & Cia	Alemanha	1,87	Em 1972 comprou o Quimiofarma (nacional).
1957	Syntex	EUA	0,99	Em 1968 comprou o Laboral (nacional); em 1972 o Instituto Pinheiros (nacional); em 1981 o A.H. Robins (EUA).
1957	Knoll	Alemanha	0,71	—
1957	Searle	EUA	0,71	Comprou o sintético (nacional) em 1967; Laboratil (nacional) em 1980; e o Andrômaco (Espanha) em 1982.
1958	Merrel-Moura Brasil	EUA	2,46	Fundado através compra do Moura Brasil (nacional) em 1958. Comprado em 1980 pelo grupo Dow Chemical (Lepetit).
1958	Smith-Kline	EUA	1,10	Comprou o Enila Lutécia (nacional) em 1973 e o Allergan — Look (EUA) em 1979.
1958	Zambon	Externo	0,64	—
1960	Ayerst	EUA	1,02	—
1960	Lederle	EUA	0,80	—
1961	Aché	Nacional	2,15	O Aché comprou o Novoterápica (Itália) em 1978. (O Novoterápica (nacional), por sua vez, foi vendido ao Bracco (Itália) em 1961). O Parke Davis/Warner foi comprado pelo Aché em 1982.
1961	Mead Johnson	EUA	1,01	Provavelmente ao ano de sua fundação no Brasil o Mead Johnson comprou o Endochimica em 1960.
1962	Elli	EUA	2,10	—
1963	Beecham	Alemanha	0,64	Em 1972 o Beecham comprou o Maurício Villela (nacional).
Total			82,60	
(Indústria Farmacêutica no Brasil/Medicamentos essenciais)				

QUADRO 04
Consumo "Per Capita" de Medicamentos
no Brasil e em outros Países

Unidade: US\$/habitante

País	Valor
Alemanha Ocidental	106,77
França	92,38
Suíça	91,38
Bélgica	86,51
Japão	82,32
Argentina	76,30
Suécia	65,30
Estados Unidos	63,00
Itália	54,82
Espanha	47,68
Inglaterra	46,25
Holanda	41,80
Canadá	37,51
Austrália	36,45
África do Sul	20,61
Coreia do Sul	16,75
Irã	16,43
México	14,11
Brasil	12,35
Índia	1,35

Fonte: ABIFARMA

(Indústria Farmacêutica do Brasil/Medicamentos Essenciais)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — João Castelo — Alberto Silva — João Lobo — Carlos Alberto — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Lourival Baptista — José Ignácio Ferreira — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Derval de Paiva — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação da redação final do Projeto de Resolução nº 116, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

De acordo com decisão anterior do Plenário, a Presidência incluiu em Ordem do Dia, para que os Srs. Senadores deliberem sobre o prosseguimento ou não da tramitação, projetos de lei do Senado que se encontram sobrestados, há diversos anos, aguardando proposições anunciadas pelo Poder Executivo e que, até a presente data, não foram encaminhadas ao Congresso Nacional.

Assim sendo, se o Plenário deliberar pelo prosseguimento da tramitação dessas matérias, as Comissões emitirão pareceres definitivos sobre as mesmas e elas serão, oportunamente, incluídas em Ordem do Dia para exame do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 1970
(De autoria do Senador Ruy Carneiro)

Cria o Serviço Nacional Obrigatório e dá outras providências.

Andamento:

6-8-70 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

25-4-73 — Lidos em Plenário os Pareceres nºs 34-CCJ e 35-CSN, solicitando o sobrestamento da matéria a fim de aguardar projeto do Executivo disciplinando o assunto.

9-5-79 — Aprovados em Plenário os pareceres citados, a matéria teve seu estudo sobrestado.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da tramitação do projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria continuará em sua tramitação normal.

O Sr. Benedito Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. BENEDITO FERREIRA (PDS — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, seria para dirigir a V. Exª um apelo, visto que, segundo fui informado, o projeto Mauro Benevides teria sido aprovado na Câmara dos Deputados com emendas, sujeito pois à nova apreciação no Senado. Queria endereçar à Mesa um apelo, que sei seria subscrito por todo o Senado, no sentido de que fosse incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, e estou informado que teríamos sessão extraordinária, para a apreciação dessa matéria, porque sabe V. Exª que o Brasil espera que o Congresso Nacional regulamente esse capítulo da Constituição há 16 anos.

Era este o apelo, Sr. Presidente, que eu gostaria de consignar junto a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Em resposta à proposição de V. Exª, a Mesa esclarece o seguinte: o projeto em questão chegou ontem, dia primeiro, ao Senado Federal e já foi distribuído às comissões competentes. Para que a matéria venha a ser examinada pelo Plenário é necessário que as Lideranças enderecem requerimento de urgência nesse sentido.

Este o esclarecimento que a Mesa tem a prestar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1975
(De autoria do Senador Adalberto Sena)

Proíbe o uso dos passeios públicos do Distrito Federal e dá outras providências.

Andamento:

9-4-75 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça, do Distrito Federal e de Economia;

16-4-75 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Parecer pela constitucionalidade e juridicidade;

5-6-75 — Aprovado na Comissão do Distrito Federal. Parecer pelo sobrestamento do projeto, a fim de aguardar o Código de Posturas do Distrito Federal;

6-6-75 — Lidos em Plenário os Pareceres nºs 134-CCJ e 135-DF.

19-6-75 — Aprovado em Plenário o Parecer nº 135, de 1975-DF, a matéria ficou sobrestada.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da tramitação da matéria queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto prosseguirá o seu curso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 3:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 1979
(De autoria do Senador Orestes Quêrcia)

Acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Andamento:

21-3-79 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

23-5-79 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Parecer pela constitucionalidade e juridicidade.

23-8-79 — Aprovado na Comissão de Legislação Social, com voto vencido dos Senadores Humberto Lucena e Franco Montoro. Parecer pelo sobrestamento da matéria, a fim de aguardar o projeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho.

10-9-79 — Aprovado em Plenário o Requerimento nº 314, de 1979, concedendo o sobrestamento solicitado.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento de sua tramitação queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria seguirá o seu andamento normal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 4:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 1979
(De autoria do Senador Nelson Carneiro)

Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de substituir a forma mensal de pagamento de salários pela forma quinzenal.

Andamento:

19-4-79 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

16-5-79 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Parecer pela constitucionalidade e juridicidade.

7-6-79 — Aprovado na Comissão de Legislação Social. Parecer pelo sobrestamento da matéria, a fim de aguardar o projeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho.

22-6-79 — Aprovado em Plenário o Requerimento nº 213, de 1979, concedendo o sobrestamento solicitado.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da tramitação do projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria continuará em sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Matéria em tramitação normal.

Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 852, de 1983, de autoria do Senador Martins Filho, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei da Câmara nºs 236, de 1983 (nº 6.064/82, na Casa de origem), e 198, de 1983 (nº 803/83, na Casa de origem), que dispõem sobre a realização de concursos públicos e determinam outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Vai-se proceder à verificação requerida. (Pausa.)

A Presidência verifica a inexistência de quorum em plenário para deliberação.

Nos termos regimentais, irá suspender a sessão por alguns minutos para convocar ao plenário os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17 horas e 25 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 35 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Está reaberta a sessão.

Persistindo a falta de número em plenário, a Presidência se dispensa de proceder à verificação solicitada.

A votação do requerimento fica adiada.

Em razão disso, não serão submetidos a votos as matérias constantes dos itens de 6 a 10, Requerimento nº 867/83 e Projetos de Lei do Senado nºs 139/80, 280/80, 21/83 e 127/82, que estão em fase de votação, ficando sua apreciação adiada para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Passaremos, então, ao item II.

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1983, de autoria do Senador Passos Pôrto, que institui o 1º de outubro como o "Dia Nacional do Vereador", tendo

PARECER, sob nº 1.064, de 1983, da Comissão — de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão. Encerrada esta, o projeto é considerado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado

Redação do vencido para o segundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1983, que institui o 1º de outubro como o "Dia Nacional do Vereador".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o 1º de outubro instituído como o "Dia Nacional do Vereador".

Parágrafo único. Nesse dia, as Câmaras e Prefeituras Municipais poderão promover iniciativas que comemorem a efeméride.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira, por cessão do nobre Senador Alberto Silva.

O SR. BENEDITO FERREIRA (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho em mãos, Sr. Presidente, alguns dados, números e anotações que espero, analisados por V. Exª e pelos Srs. Senadores, possamos juntos, porque sei, é propósito de todos os membros desta Casa, encontrarmos um caminho, uma saída para este emaranhado cipal econômico e social pelo qual nos enveredamos, e parece-me cada vez mais complicado.

Em pronunciamentos anteriores, Sr. Presidente, tenho verberado o nosso desregrado consumismo, a nossa imoderação nos gastos, na ânsia de possuirmos e desfrutarmos de todos os bens que a ciência vai produzindo e colocando à disposição do mercado, mesmo que tal com-

portamento comprometa o futuro das gerações vindouras e roube a nossa tranquilidade que, a cada instante, vai desaparecendo.

A insegurança entre nós já vai se acentuando de maneira tal que, até mesmo a solidariedade e o companheirismo na estrada, entre motoristas que paravam para socorrer um colega, já está difícil e, se for à noite, é absolutamente impossível essa atitude tão simpática e, até pouco tempo, tão natural.

Nos grandes centros, a população está se armando, comprando armas e contratando vigias, trancas nas portas e grades nas janelas, cada vez mais procurando habitar apartamentos, desconfiando de tudo e de todos, e o que é pior, cada vez acreditando menos na Lei e na Justiça.

Tantus são as infringências às normas legais, tantos são os delitos e crimes que, como por um passe de mágica, toda a estrutura de manutenção da ordem ficou superada, impotente, obsoleta, ao ponto de já se propor cometer mais crimes para coibir os atuais, que seria a instituição legal da pena de morte entre nós. Seria como que a sociedade, coletivamente, para ressair-se de lesões cometidas contra um dos seus membros, resolvesse cometer mais crimes para justificar ou para ressair-se.

Na realidade, Sr. Presidente, vamos caminhando para dificuldades que estão a exigir cada vez mais um posicionamento e, mais do que isso, um redirecionamento, que eu diria uma profunda reeducação coletiva, para assim, Sr. Presidente, não termos que nos socorrer em medidas que sabemos não resolver o problema de criminalidade em lugar algum, como é o caso da pena de morte, e que nos submeteria, a exemplo do que ocorre com os povos que a adotaram, àquela preocupação da injustiça irreversível de se penalizar um semelhante com a pena capital e, posteriormente, descobrir-se que a sociedade assassinou um inocente.

Mas, de tudo isso, Sr. Presidente, nesta reeducação, eu tenho assinalado com muita insistência que nós, que compomos o Governo, com menor responsabilidade talvez por sermos o Legislativo, por termos menores acessos às decisões, nós que temos as funções mais normativas, apesar de até aqui desprovidas até do poder de fiscalização, cabe a todos nós, em todos os escalões do Governo — Legislativo, Executivo e Judiciário —, um posicionamento para essa urgente reeducação, essa modificação de hábitos e costumes que vai cada vez mais, e aceleradamente, nos levando para a insegurança e para a intranquilidade total.

Muitas vezes, Sr. Presidente, nesse ciclo do materialismo exaltado, envolvidos por essa onda, onde o ter sobrepõe o ser, temos-nos descuidado, temos-nos esquecido de que, em realidade, além do verbo, além da educação, por certo, para os educandos, de maior valia, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, seriam os exemplos edificantes. E os exemplos edificantes, lamentavelmente, vão ficando cada vez mais raros.

O comodismo, a pouca resistência do Governo, e aí nesse aspecto nós somos os maiores responsáveis às chamadas pressões populares, muito têm contribuído — e eu diria até contribuído decisivamente — para o agravamento das tensões, o agravamento da insatisfação, em parte por muitas necessidades realmente insatisfeitas, mas, mais das vezes, necessidades criadas, fomentadas e, até de certa forma, acalentadas por aqueles que não querem soluções para os nossos problemas, mas os querem agravados. Aqueles que eu tenho adjetivado aqui, como os chamados distributivistas ideológicos que exigem e pressionam, numa orquestração constante, para que se distribua, para que se permita ao nosso trabalhador, desqualificado profissionalmente, que se lhe conceda condições de pagar tudo aquilo que deseja adquirir e mais aquelas necessidades criadas pelo realejo daqueles que querem fomentar o descontentamento, as necessidades criadas pelos meios de comunicação de massa, e o fermento da discórdia, da revolta, vai medrando e caminhando, como já estamos aceleradamente, para os sa-

ques, os saques lamentavelmente não só compreendidos, mas até mesmo defendidos e estimulados por aqueles que deveriam mais censurá-los, mais combatê-los, porque um dos pecados capitais.

No entanto, o que temos visto, Sr. Presidente, são muitas vezes príncipes purpurados na Igreja, altos dignitários da Igreja justificando e, como disse, acalentando e defendendo e, conseqüentemente, estimulando o saque, a pretexto de que haveria, no Brasil, uma distribuição de renda ímqua, patrocinada pelo Governo, com o que atingem o segundo objetivo, o de indispor o cidadão com a ordem, com o regime, e a justificar o saque, ostensivamente, afirmam que o povo tem direito a saquear porque está com fome.

Ora, Sr. Presidente, é verdade que há desequilíbrio, existem desníveis efetivamente odiosos, porque sabe V. Exª ser a pobreza dificilmente defensável, a não ser, evidentemente, quando adotada filosoficamente, religiosamente, quando aqueles que querem desvestir-se das coisas materiais abraçam a pobreza: é uma posição respeitável. Mas a pobreza onde haja desperdício, onde haja ostentação, realmente ela é indefensável.

Mas, Sr. Presidente, com lentes de aumento, com outro propósito que não o de fazer com que ele seja cada vez mais o descontentamento, distorcem os números, mutilam as estatísticas e num, total desapeço à verdade, verberam e condenam, como se realmente tal situação viesse ocorrendo no Brasil...

Ultimamente, ante a crise que se abateu não só sobre o Brasil, como sabe V. Exª, mas quase como que com a exaustão da nossa capacidade, inicialmente de um desenvolvimento auto-sustentado, transpostos os limites da fase de industrialização para substituição de importações, continuamos, é verdade — aí o nosso grande pecado — estimulando o êxodo rural, trazendo para nossas cidades pessoas que lá produziam, até mesmo em grande parte em regime de subsistência, mas produziam algo, com recursos próprios e, quando muito, exigindo investimentos em cruzeiros. Mas nós, Sr. Presidente, descuidadamente embarcados nessa canoa de generosidade inconseqüente e irresponsável, na expectativa de um desenvolvimento que não sofreria solução de continuidade, mesmo sabendo que, já então com a crise do petróleo, deveríamos nós, pequenos e quase insignificantes produtores de petróleo ante o nosso consumo, moderarmos a demanda, disciplinarmos o consumo. Mas não, Sr. Presidente, Nós, Governo e povo, e o Governo não poderia efetivamente comportar-se diferente porque ele não veio para governar o Brasil de outro planeta, de outro continente ou de outro país brasileiro também. Logo contraditório, como contraditório temos sido todos nós.

Mas, antes de orientarmos os dólares emprestados, porque exausta a nossa poupança interna, no afã de mantermos o desenvolvimento que experimentamos realmente por uma série razoável de anos, e antes de moderarmos os nossos gastos, as nossas despesas, como se fôssemos um povo de um patamar muito alto de renda per capita, fomos fomentando e até mesmo orientando as poucas poupanças internas, e até mesmo as tomadas no exterior a juros caros, para custear o consumismo, para fomentar o utilitarismo, para criar empregos na área urbana que, sabe V. Exª, segundo estudos aprofundados da Organização das Nações Unidas, exigia-se, e creio que ainda se exige, em que pese a valorização do dólar, o investimento na ordem de 15 mil dólares para a criação efetiva ou a criação de um emprego efetivo na área urbana.

E quando com 1/12 desse montante criar-se-ia, como creio que ainda cria, o emprego na zona rural. Mas não, Sr. Presidente, nós precisávamos urbanizar, nós precisávamos sair daquela condição humilhante de povo provedor de matérias-primas, de um povo agrícola, para sermos um povo urbano. A qualquer preço, a qualquer custo, mesmo que isso viesse custar até a honra e a dignidade nacional. Como hoje propõe, inadvertidamente, até

mesmo homens de bem, o culote como alternativa, propõe a moratória unilateral, como se o Brasil, de repente, a exemplo de seu povo, tivesse perdido o juízo. E mais do que isto, tivesse perdido a compostura e a dignidade como Nação.

Pois bem, Sr. Presidente, cometemos muitos erros, pecamos muito, é verdade, mas em termos de distribuição de renda, que tem embasado a falácia, que tem embasado o tumulto na área urbana, o descontentamento e agitação, até mesmo, a desobediência civil, seu fulcro está no engodo usado não pelos adversários do Governo, por aqueles que combatem o Governo com lealdade, preocupados com o destino maior do País, querendo corrigir nossos desacertos como Governo, e patrioticamente nos combatem, mas usados por aqueles que estão interessados na derrubada do regime. Estes, cada vez mais, vão fomentando o descontentamento.

Ainda há pouco, eu ouvia do grande empresário e ilustre Senador Cid Sampaio, naquela tribuna — S. Ex.^a vítima de falácia, vítima do minta, minta, minta, porque alguém sempre acredita — que mais de 50% dos nossos assalariados receberiam até um salário mínimo.

Ora, Sr. Presidente, não estivessem tão fartamente publicadas, entre nós, as estatísticas, não estivesse o IBGE publicando e oferecendo de graça as estatísticas, teria cabimento o homem público, o empresário, qualquer um de nós, enfim, qualquer homem do povo que buscasse a verdade, fazer assertivas desse tipo, senão como vítima da mentira bem industriada.

Aqui está, Sr. Presidente, neste calhamaço, e eu não vou penalizar V. Ex.^a nem os nobres Srs. Senadores, folheando-o.

O Sr. José Fragelli — Não apoiado!

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, eu tenho aqui dados que corroboram estas afirmações mal alinhavadas que venho aqui fazendo.

O Sr. José Fragelli — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Pois não.

O Sr. José Fragelli — Senador Benedito Ferreira, se há algo que tem se destacado dos pronunciamentos de V. Ex.^a, em primeiro lugar, é essa paciente e exaustiva pesquisa que V. Ex.^a sempre faz antes de pronunciar seus discursos. V. Ex.^a tem feito mais do que discursos, pronunciamentos. V. Ex.^a tem dado aulas e orientações para quem queira segui-las, para todos nós, mesmo para aqueles pequenos empresários rurais como eu, mas que desejam dar a sua colaboração amanhã, se possível através do seu voto nesta Casa, para projetos realmente construtivos e para as mudanças que desejamos sejam feitas. Os discursos de V. Ex.^a constituem um roteiro, a meu ver, hoje, indispensável para dar, a cada um e a todos, a ilustração que deve ter para se pronunciarem e decidirem com conhecimento de causa. Os pronunciamentos de V. Ex.^a, acima de tudo, são pronunciamentos conscientes, porque são muito bem fundamentados nas estatísticas, no estudo de todos os aspectos das questões que V. Ex.^a aborda.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador José Fragelli, recolho como fruto da generosidade de V. Ex.^a para com seu modesto colega essa sua manifestação que, devo confessar, realmente me gratifica sobremaneira. Até mesmo porque, sabe V. Ex.^a, não fôssemos vaidosos, não fôssemos, apesar da censura do sábio Salomão, vítima da vaidade, nada mais do que vaidade, tudo vaidade, dificilmente faríamos vida pública neste País...

O Sr. José Fragelli — Não é só da vaidade, mas da consciência também.

O SR. BENEDITO FERREIRA — A verdade é que me gratifica sobremaneira e me encoraja a continuar tentando, modestamente, trazer alguma contribuição ao de-

bate, principalmente neste momento em que todos nós estamos, assim, como que possuídos de uma pressa, parece-me até vítima de aspectos ideológicos. Talvez porque, inadvertidamente, os nossos teólogos cristãos, querendo maior reflexão dos homens, querendo levar os homens ao Criador, à época dos homens mais sensíveis do que intelectivos, entenderam insistir no dogma do fim dos tempos, que seria o Século XX o final do mundo, e talvez vítima dessa angústia de que já é chegada o fim dos tempos, o ano 2000.

De sorte que parece-me, este aspecto teológico da questão contribui para que todos estejamos possuídos dessa angústia de querermos queimar etapas, de querermos realizar tudo no menor espaço de tempo.

A par dessa pressa que vimos assinalando, há também o egoísmo exaltado, em tudo querer possuir e desfrutar, como que estivessemos na hora final e, por isso, preocupados em aproveitar. Aproveitar, lamentavelmente, sob o aspecto material que cada vez mais e mais vai-nos levando a sair da condição da vida interior da vida espiritual e tornarmos-nos empedernido materialista. Mas por essa razão, Senador José Fragelli, pretendo com o estímulo generoso de V. Ex.^a continuar, trazendo, aqui, esses nossos trabalhos numa tentativa de contribuir, de alguma forma, para que encontremos uma saída para este emaranhado como já adjectivei ainda há pouco em que nos encontramos. Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de assinalar um dos pontos que eu aliás, me referi ainda há pouco, abordado pelo Senador Cid Sampaio, lamentavelmente, ausente. Mas, eu já havia interrompido, tantas vezes, S. Ex.^a na Tribuna ele já tão advertido pela Presidência, dada a exigência do prazo que lhe fora concedido, não pude fazê-lo.

Mas, aqui, eu tenho desordenadamente neste pedaço de papel, mas, constante do bojo do trabalho que aqui trazemos. Em 1960, talvez o ponto alto do primeiro ciclo do desenvolvimento industrial em nosso País. Porque há até alguns que imaginam que esse ciclo teria nascido no Brasil a partir de 1930. Mas eu quero entender que não, Sr. Presidente. Em realidade, até mesmo a chamada classe média veio a surgir no Brasil, nessa fase, nesse período de modernização da nossa economia que teve o seu ponto alto, creio, em 1960. Mas naquela época, Sr. Presidente, nós tínhamos uma população economicamente ativa de 48 milhões, ou seja, população acima de 10 anos de idade, ou mais. Para uma população total de 70 milhões, 119 mil, em números redondos. Tínhamos Sr. Presidente, àquela altura, uma divisão realmente curiosa. Dos 19 milhões, 943 mil, 895 empregados, — empregados aqui, Sr. Presidente, subentende-se pessoas efetivamente ocupadas da população economicamente ativa. Porque aqui estão os empregadores, os autônomos, os profissionais liberais e etc. Mas naquela altura, vejamos V. Ex.^a o quanto a nossa economia estava vinculada ao setor primário, ao setor agrícola. Nós tínhamos nesses empregos denunciados pelo IPHA, população economicamente ativa, ocupada de 1960, 50,3% na zona rural e só 49,97% na zona urbana. E atentem bem Srs. Senadores, tínhamos no Brasil, naquela época — em que pese a grande incidência de trabalhadores rurais, e sabem V. Ex.^a o quanto nós remuneramos mal a mão-de-obra e como um todo a economia rural; até um salário mínimo em 1960, nós tínhamos 21,5% dos assalariados; e em 1980, após o chamado achatamento de renda, a má distribuição de renda, em que pese termos crescido a nossa população economicamente ativa para além de 10 anos de 48 milhões em 1960 para 88 milhões em 1980, numa população total de 119 milhões, chegamos em 1980 com 20,8% contra 21,5% em 1960 de pessoas nesta faixa salarial.

Mas vejamos a mobilidade, além desse extraordinário incremento na criação de empregos, aspecto que eu abordo com maior profundidade neste nosso trabalho, vejamos bem V. Ex.^a, na faixa salarial de um a dois salários mínimos, tínhamos, em 1960, 7,3% dos assalariados; já em 80 atingimos 14,9%. Vejamos V. Ex.^a a mobilidade à medida em que vão crescendo as faixas salariais. De dois

a três salários mínimos, tínhamos, 6,8% do total dos assalariados. Aqui, há um fato curioso. Em que pese o grande incremento, a grande incorporação de mão-de-obra feminina, que é realmente um aspecto extraordinário de nossa população economicamente ativa, além do inusitado número de menores de 10 a 14 anos incorporados no ano de 80 à força de trabalho que atingiu, em número redondos, 3 milhões, 190 mil, verificamos, aqui, que na faixa salarial de 2 a 3 salários mínimos tivemos 0,5% negativos. Ou seja, caiu de 1960, que era 6,8% para 6,3%. Mas já na faixa seguinte, no patamar superior, de 3 a 5 salários mínimos, temos fartamente compensada essa inclinação da curva; ela se torna ascendente de maneira extraordinária. Tínhamos 4,1%, na faixa de 3 a 5 salários mínimos, em 1960, e chegamos a 5,0, ou seja, 0,9% a mais; de 5 a 10 salários mínimos, atentem bem Srs. Senadores, tínhamos 1,3% dos assalariados; já em 80, tínhamos 3,7% dos assalariados.

A estatística do IBGE àquela época não consignava faixas salariais acima de 10 salários mínimos ela ia de 5 a 10, mas, já na de 80 nós registramos o seguinte, na faixa de 10 a 20 salários mínimos nós tínhamos 1,5% dos assalariados e, acima de 20 salários mínimos, tínhamos 0,7% dos assalariados.

Não bastasse essa indicação teríamos, aqui, aquilo que realmente deve preocupar os governantes, porque pior que o subemprego, que não é o caso, seria o desemprego, seria o não rendimento algum.

Em relação à população economicamente ativa que era de 48 milhões de brasileiros que tinham idade acima de 10 anos em 1960, tínhamos, destes, 58,4% que não tinham rendimento algum, eram os chamados fora da força de trabalho. E esse índice de 58,4% sem rendimento cai para 46,2% em 1980.

Vale dizer que tínhamos um rendimento de 41,6% em 60 e, com rendimento, passamos a ter 53,9% em 1980.

Ora, Sr. Presidente, falar-se pois no Brasil que há deliberação e propositadamente, por parte do Governo, o objetivo de promover a concentração de renda com o intuito de prejudicar o nosso assalariado é, no mínimo, uma estultice. Até porque, Sr. Presidente, criticaram tanto, impiedosamente tem-se malhado como um judas, em todas as esquinas, o nosso chamado modelo econômico.

Ora, Sr. Presidente, existem distorções graves. Estamos produzindo uma coisa híbrida, não como uma deliberação maquiavélica das nossas autoridades econômicas e monetárias. Mas, muito mais por defeito congênito da nossa espécie. Esse defeito congênito de querer dar um jetinho, como se a Economia não fosse uma ciência exata. Como se fosse permitido, em economia, estar dando jetinho em números.

Ora, Sr. Presidente, é verdade e V. Ex.^a o sabe: uma soma só é legítima se ela corresponder, com fidelidade, a todos as parcelas que a compõem. E, não há milagres, Sr. Presidente, esse milagre no sentido do deboche com que quiseram desativar e minimizar o nosso desenvolvimento, que os números estão aí a retratar. Mas, agora, querem exigir do Governo um milagre teológico, o milagre teológico da multiplicação dos pães — eu diria que querem omelete, sem quebrar os ovos. O que é impossível, Sr. Presidente, imaginar que se possa criar emprego, sem investimento. E, sabe V. Ex.^a que o homem não cria. Quem cria é a natureza, é Deus. O homem, quando muito, descobre, faz a agregação de fatores e chega a um determinado resultado. Mas criar do nada só Deus. Mas querem que façamos o milagre de criar emprego num País sem investimentos — ou, então, investir com dólares emprestados e depois não ter que pagar. Mas o grave de tudo isso, Sr. Presidente, a razão desse nosso trabalho, o fundamento principal não é até convencer os homens do PMDB. Porque, hoje, os governos estaduais estão vivendo, na própria pele, as agrúrias e as dificuldades de dirigir um povo contraditório como somos todos nós. Estão, como que assim, numa reviravolta do feitico contra o feiticeiro, recolhendo aquilo que semearam, aque-

las promessas vãs de criar milhões de empregos e propiciar salários justos, régios — como, por exemplo, esta fantasia inserida no texto da nossa Constituição que eu já tenho referido tantas vezes. A fantasia de dar a um operário desqualificado — porque sabe V. Ex^a e sabem os Srs. Senadores, que o salário mínimo é um dever do Estado em decretá-lo. É um ato de tutela, porque está legislando salário com o mínimo que se pode pagar a um incapaz, a uma pessoa incapaz profissionalmente e, por isso, precisa ser tutelado pelo Estado. Nessa mania de tutelar, paternalista, estamos agora, através de leis, estabelecendo relações de trabalho, não mais pela lei da oferta e da procura; não mais permitindo que sejam os desiguais tratados como desiguais. Não. Usamos legislar, neste País de tantas contradições, de profundas e arraigadas contradições, já estabelecemos parâmetros legais para nivelar os desiguais, para nivelar aquele que dá um índice de produtividade naquilo que faz, um índice dez, por exemplo, e aquele, que é incapaz ou porque é malandro, dá um índice 5. Mas, por imposição legal, como se a Economia fosse uma ciência que tivesse moral, nós nos permitimos o absurdo de legislar, estabelecendo, repito, lavando para uma vala comum a remuneração em todas as escalas salariais. Mais do que isso, insatisfeitos, estamos, reiteradamente, legislando por quanto a empresa é cominada, por força de lei, a dar ao seu colaborador, não aquilo que ele realmente produz, não aquilo que ele vale, mas, por força de lei, possa ou não a empresa, possa ela dar mais, ela é cominada a dar menos, pode ela dar menos, mas é cominada a dar mais, um reajuste salarial arbitrariamente estabelecido através do INPC.

Mas, Sr. Presidente, essa minha fala, que já vai além dos limites que eu tinha estabelecido previamente para mim, tem um objetivo, Sr. Presidente: é chamar a atenção dos Srs. Senadores, que honrando-me com a sua preciosa atenção, em debruçando-se, com a seriedade que caracteriza a todos nós desta Casa, sobre a publicação que será feita no *Diário do Congresso*, com o consentimento de V. Ex^a, porque eu encaminharei à taquígrafia, para dar como lido, no seu todo. Eu espero, Sr. Presidente, possamos nós, com as luzes dos mais experimentados, encontrarmos, pelo menos, uma tênue luz, nessa escuridão que está sendo amaldiçoada pelos pregoeiros do desânimo, fomentando o ódio, maliciosamente transferindo para o Governo, como se fora o Governo uma entidade sobrenatural que tudo pode e que não faz porque não quer, como se o Governo fosse capaz de gerar recursos. É o próprio Governo do Brasil, contraditoriamente, parece-me que, em determinado instante, imaginou-se capaz desse milagre. E, quando foram descobrir que só a iniciativa privada, só a economia, de modo especial no Brasil, a iniciativa privada gera riquezas, gera recursos. Mas, o Governo, imaginando, em determinado instante da vida nacional, fosse ele capaz de obrar milagres, o milagre da multiplicação dos recursos, começa a sacar contra o futuro, como que a emitir cheques para que as futuras gerações os paguem. E aí estão as ORTN; aí está essa parafernália de papéis que atua como captadora de recursos, captadora de poupança para setores de resposta mais rápida da economia, para atividades efetivamente reprodutoras de riquezas. Mas, qual o quê, Sr. Presidente! Desgraçadamente, têm sido as nossas poupanças captadas pelo Tesouro, muito mais para custear um padrão de vida artificial que, através do chamado sobre-salário, que aqui estão enumerados, para determinados segmentos da população economicamente ativa, significam, hoje, e V. Ex^{as} vão-se espantar, como eu, em determinadas faixas da pirâmide salarial, mais do que, por incrível que pareça, do que o chamado salário nominal.

Sr. Presidente, eu dizia, ainda há pouco dias, que, através do tal orçamento monetário, essa figura extracongressual, essa figura intocável da administração, o Governo generosamente já tinha dado três trilhões e seiscentos bilhões de cruzeiros para subsidiar o trigo, assim

como o petróleo, porque não se deve falar a verdade para o povo. Deve ser permitido se duplicar o consumo de petróleo, como ocorreu no Brasil, de 1972 a 1979, quando todos os países interromperam o consumo. Mas não devemos falar a verdade para o povo. Não devemos cobrar o preço real, temos que mentir, e mentindo, Sr. Presidente, para cortejar, para sermos bonzinhos, fomos mentindo, e o buraco aí está, aberto.

Mas nós precisamos dar trigo, porque este é consumido pelo homem da cidade. O homem da cidade faz barulho, faz ruído, ele grita, incomoda, ele inferniza o ouvido das autoridades, então vamos subsidiar o trigo. Mais, do que isso, Sr. Presidente, mais do que isso nós precisamos criar os preços políticos dos alimentos.

E eu chamo a atenção dos Srs. Senadores para esse levantamento, esse é o mais grave de todos, Sr. Presidente: é que a população de Brasília e a do Rio de Janeiro consomem cereais, em média, 45% mais barato do que a população do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sabem os Srs. Senadores que estes três Estados produzem 2/3 dos grãos nacionais, mas os malditos dos preços políticos, os subsídios dados pelos cofres públicos na comercialização, para bajar o Rio de Janeiro e Brasília, fazem com que aqueles que produzem os grãos nestes três Estados comam mais caro 35 a 45% do que aqueles a milhares e centenas de quilômetros de distância, mas mais próximos e, conseqüentemente, mais ouvidos pelo Governo.

São esses paradoxos, Srs. Senadores, são essas contradições...

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^a um breve aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Com muito prazer.

O Sr. José Fragelli — Talvez também por isso, mas talvez não apenas por isso, porque estejam mais perto do Governo, as populações de Brasília e do Rio de Janeiro. Mas, acho que é porque esses subsídios são dados ou esses preços políticos são manipulados pela burocracia que dirige o País e que é a que mora no Rio de Janeiro e a que mora em Brasília. Falamos tanto em tecnoburocracia, que já é outra coisa, mas essa burocracia ou tecnoburocracia é essa que, na verdade, dirige o País, e é ela que estabelece esses preços políticos, porque é ela que vai consumir mais do que os outros em Brasília e no Rio de Janeiro. E nós, dos Estados rurais, das regiões produtoras, temos que pagar aquilo que essa população burocrática ou tecnocrática de Brasília, do Rio de Janeiro e acho que de São Paulo também, consome. Não é de agora, Sr. Senador, quando era Governador, V. Ex^a se lembra muito bem disso...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Para a felicidade de Mato Grosso.

O Sr. José Fragelli — ... o Governo Federal diminuiu o ICM da carne de 15 para 5%, para baratear o produto nos grandes centros, tirando renda dos Estados. Àquela época, o meu Estado perdeu 25 milhões de cruzeiros, hoje é ridículo falar em 25 milhões de cruzeiros, mas naquele tempo o orçamento todo de Mato Grosso era de 170 milhões de cruzeiros, todo o orçamento do Estado, portanto, é fácil ver quanto representavam 25 milhões, para dar carne mais barata para o povo de Brasília, do Rio de Janeiro, dos grandes centros, os Estados subdesenvolvidos produtores de alimentos tiveram que perder 10% da sua renda, indenizada, em parte, pelo Governo Federal, que, aliás, atrasava nos pagamentos dessa coisa toda. Então, nós, na verdade, somos dirigidos pela burocracia nacional que manda. Quando Deputado Federal, recorde-me de um projeto que aumentava as alíquotas do Imposto de Renda e, despidoradamente, este mesmo projeto criava uma gratificação proporcional para o funcionalismo do Imposto de Renda. Veja V. Ex^a, o povo passava a pagar mais Imposto de Renda, e a classe buro-

crática do Imposto de Renda passava a perceber, sobre a arrecadação, determinados percentuais. Não é preciso dizer mais e nem menos para ver que quem manda neste País é a burocracia. Lembro-me que subi à tribuna da Câmara e disse: "Os Parlamentares, Deputados e Senadores, pensam que legislam mas não legislam porque, na verdade, quem legisla neste País é a alta burocracia, agora qualificada de tecnoburocracia". A verdade é esta.

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex^a tem toda a razão, até porque, e tenho enfatizado muito aqui, o quanto nós mesmos, Legisladores, temos despreço pela legislação. Parece que até mesmo nós não levamos a sério o que fazemos. Nós temos, por exemplo, uma lei congressual — se não me falha a memória é a de nº 2.795, de 1956 —, lei, Ex^a que isentava e isenta porque ela está em vigor, este é o ponto mais grave, veja V. Ex^a o nosso desrespeito ao legislar, o nosso despreço àquilo que fazemos aqui no Legislativo. Foi uma lei congressual — repito — sancionada pelo Executivo, publicada, regulamentada, e nunca posta em prática. E o que dizia essa lei? Essa lei isentava e isenta — ainda hoje porque em vigor, não revogada — todo o combustível de petróleo consumido na agropecuária do Brasil.

Vê, V. Ex^a que a agricultura e a pecuária desde 1956, tudo o que produzem, tudo o que consomem para produzir, em matéria de petróleo, deveria ser, no mínimo, uma redução superior a 50%, porque sabe V. Ex^a o quanto significam os impostos de importação, o imposto único sobre o petróleo, o que representam na formação do preço final do precioso líquido.

Pois bem, a agricultura não faz passeata, a agricultura não faz greve, fazem greve os camponeses, esses camponeses da reforma agrária que estão por aí. Mas, os lavradores, os que produzem, os que trabalham, os que têm culos nas mãos, estes não fazem passeata, não fazem greves porque estão ocupados.

O Sr. José Fragelli — E quando eles fecham as estradas com os seus tratores, as autoridades mandam os tanques do exército para abrir as estradas.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Realmente, V. Ex^a tem razão. Em todo caso, precebe-se aí que nós somos agricultores tão despreparados para a agitação e para a baderna, que fazemos greve de maneira errada, porque queremos interromper o tráfego numa rodovia federal. Mas, isso realmente vem em socorro porque não temos treinamento para fazer bagunça, mas os camponeses, o pessoalzinho dessa nova reforma agrária que está por aí, esses, realmente, sabem fazer baderna. Daí por que essa invenção...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, eu gostaria de enfatizar o chamado preço político, que, se ele fosse endereçado a determinados segmentos menos favorecidos da população, seria até compreensível e justificável, mas esse índice invariável de 35% a 45% beneficia àqueles que ganham até um salário mínimo, e no mesmo percentual, entre 35% e 45% vai até às camadas superiores a vinte salários mínimos. O estudo do INDEF, que é um estudo de despesa familiar, realizado pelo IBGE, é uma pesquisa que ausculta até o resto de alimentação que é jogado fora em cada um dos domicílios pesquisados, chega a esses mínimos detalhes, daí a sua confiabilidade. E dessa pesquisa que resultou esses dados, os custos das alimentações, na 1ª região, que é o Rio de Janeiro, e na 6ª, que é Brasília, e na 3ª região, que compreende os citados Estados produtores do Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Tantas são as infringências às normas legais, tantos são os delitos e crimes que, como por um passe de mágica, toda a estrutura de manutenção da ordem ficou superada, impotente, obsoleta, ao ponto de já se propor cometer mais crimes para coibir os atuais, que seria a instituição legal da pena de morte.

Sabemos, Sr. Presidente, que a solução não é esta, e pretendo que a única solução, a única saída será uma profunda reeducação coletiva, fundada na moral cristã e ininterruptamente movida por exemplos edificantes da parte dos líderes políticos e religiosos, especialmente dos investidos de autoridade.

A fórmula é bem simples, Sr. Presidente, mas nós os humanos, e particularmente os brasileiros, gostamos de complicar as coisas. A receita foi, é e continuará eternamente sendo a verdade, nada mais e nada menos que a verdade, a verdade que, conhecida e praticada, liberta e tranquiliza.

Bem sei, Sr. Presidente, que não estou dizendo nada de novo, diria até que todos nós estamos cansados de saber que o único caminho para sobrevivermos como civilização é a verdade vivida e praticada em toda a sua plenitude. Mas, por outro lado, não sei se por masoquismo, ou por qual razão, o certo é que temos vivido na base da tapeação, da mentira disfarçada e até mesmo ostensiva, especialmente quanto ao nosso padrão de conforto que de há muito já extrapolou a nossa real capacidade de pagamento, e vem, como oportunamente irei demonstrar, sendo financiado com poupanças externas, com dólares a juros proibitivos.

De um lado, a pouca resistência do Governo às chamadas "pressões populares", muitas vezes forjadas em gabinetes atupetados e com ar condicionado, induzidas e orquestradas pelo realce da demagogia de uns e a boa fé de muitos mas, invariavelmente, exacerbadas pela turma do "quanto pior, melhor".

A pouca — e ultimamente quase nenhuma — resistência governamental às "pressões" tão acariciadas pelos "religiosos de vanguarda" já nos levaram ao extremo do absurdo, a exemplo do que já falei aqui recentemente, e vale repetir agora: este ano, até setembro, além de todos os incríveis programas distributivistas que têm sido implementados pelo Governo Federal, só de subsídios diretos já foram despendidos três trilhões e seiscentos e oito bilhões de cruzeiros, para atender ao insaciável desfrute das nossas populações urbanas, e falta-nos saber o quanto mais será despendido ainda neste último trimestre do ano.

Fazendo eco e coro a alguns economistas estrangeiros, destacando-se entre tantos, Galbraith e Myrdal, nas suas condenações à pobreza, muitos de nós, até mesmo pessoas da melhor qualificação mas ao lado dos agitadores e oportunistas, defaldaram a bandeira da condenação da pobreza como se esta estivesse chegando ao Brasil naqueles dias, sobre forma de uma peste importada, e não uma realidade de um subcontinente muito novo, onde tudo estava e muito ainda está por fazer, especialmente instruir e educar o seu povo, para não continuarmos a ser presas fáceis desses modismos que tanto mal nos têm feito.

Du denúncia orquestrada, da verberação desatinada a "nossa pobreza" precisava render algo, este algo, Sr. Presidente, foi e tem sido a condenação do modelo econômico, "desumano e concentrador", condenando a pobreza e ao mesmo tempo exigindo melhor distribuição de rendas, mas não aceitando, sequer, discutir o planeja-

mento familiar, aliás, o controle de natalidade e mesmo o simples planejamento familiar foi, à época, uma espécie de "Judas para ser malhado" todos os dias e todas as horas até que os chamados "paraísos do proletariado" passaram, ostensivamente a fazer, com punho de ferro, o controle da natalidade, ou melhor, praticamente proibiram a procriação humana para, assim, atenderem melhor as suas populações fatigadas do Estado patrão e proprietário que lhes nega tudo, até mesmo a liberdade!

Sendo a pobreza algo indefensável, a não ser quando adotada por princípios filosóficos ou religiosos, especialmente onde haja desperdícios, abrigados por esta simpaticíssima bandeira, passaram a condenar os ricos, os que pouparam e poupam para fazerem a riqueza reproduzir, no realce e na bem afinada orquestração, foram difundindo e impregnando os menos favorecidos pelo sentimento de repulsa e do ódio aos que possuem patrimônio, como se, de repente, ter, possuir patrimônio, fosse algo imoral, com o que cumpriam e cumprem o mandamento do grande "profeta" do materialismo, de que o "lucro é furto".

Aproveitando-se diabolicamente da verdadeira "enxurrada" de bens e utilidades que a ciência e a tecnologia foram colocando à disposição da nossa gente que não podia e ainda grande parte, compra sem poder, tendo as suas necessidades de um lado e a vaidade de outro, aguçadas pela propaganda, angustiados e desorientados, diabolicamente vale repetir, foram, continuaram e cada vez mais continuam industriando na nossa gente simples, levando-a a responsabilizar os empregadores, e posteriormente, o Governo, pelos seus pequenos rendimentos, que não lhes permite pagar tudo o que desejam comprar, pelas suas dificuldades que, sempre existiram e sempre existirão visto, decorrerem, antes e sobretudo da nossa desqualificação profissional e baixa produtividade, como também da nossa incapacidade de poupar, a exemplo de outros povos como é o caso do Japão semi-feudal e massacrado, não faz muito tempo, pela 2ª Guerra Mundial, mas tendo em cada cidadão um operário voltado para o trabalho como se proprietários das fábricas, hoje ocupa lugar privilegiado entre as grandes potências.

Exigindo, pressionando sob todas as formas, contando com os fartos e ótimos meios de comunicação de massa, foram ganhando terreno e a classe política, as lideranças autênticas foram se demitindo ou demitidas dando lugar a "líderes", autênticos cortesãos da vontade popular, os poucos resistentes, calados pelos ruídos da "Orquestra" reivindicatória, e o Governo combatido nas suas convicções do que seria melhor para o futuro do País, foi cedendo, foram surgindo os programas para todos os tipos e todos os gostos, distribuindo, distribuindo até a exaustão, acanharam-se os recursos ao erário, vamos aumentar os impostos, quando acabar, novamente, tornamos a aumentar e assim chegamos até aqui.

Mas, Sr. Presidente, se não há mal que dure para sempre, e nem bem que não se acabe, de tudo o que se fez para atender os reclamos do nosso povo, mesmo conduzidos maliciosamente em alguns casos, temos que convir

em favor da verdade que, muita coisa boa foi realizada em favor da nossa gente e que em última análise, foi altamente proveitosa para o próprio desenvolvimento do País.

Sem destacar aspectos positivos ou negativos nos chamados Programas Governamentais que tiveram, e tem ainda em vista uma melhor distribuição de renda e que na realidade funcionam como um sobre-salário, até mesmo para quem não precisa em alguns casos, vejamos os mais notáveis pela ordem cronológica arbitrária em que os coloquei:

- I — Programa de Integração Nacional — Proterra
- II — Programa de Alimentação Escolar e Nutrição
- III — Alimentação dos Trabalhadores
- IV — Formação de Mão-de-Obra
- V — Programa de Integração Social — PIS.
- VI — PASEP
- VII — MOBRAI.
- VIII — Central de Medicamentos
- IX — PROMORAR
- X — Crédito Educativo
- XI — Programa Nacional de Habitação
- XII — Previdência Social — Nos níveis de atendimento que iremos ver mais adiante.
- XIII — Transportes Urbanos de Massa.
- XIV — Educação (nos níveis que iremos ver mais adiante)
- XV — Saúde e Saneamento
- XVI — Alimentos Subsidiados nos grandes Centros Urbanos (conforme iremos ver)
- XVII — Bolsas de estudo para filhos de trabalhadores

E assim por diante, mas o certo, Sr. Presidente, é que, somente nos programas aqui alinhavados, O Tesouro Federal, dispendeu em 1980, 45, 42%, do total da despesa da União, ou seja, Cr\$540.965.105,00 (quinhentos e quarenta bilhões novecentos e sessenta e cinco milhões, cento e cinco mil cruzeiros), valendo lembrar que são recursos orçamentários e não subsídios pelo orçamento monetário, como o já citado, pago este ano, para Petróleo, Trigo etc.

Nesta esteira do distributivismo que nos contagiou e que tanto mal nos tem feito pelo irrealismo do nosso sistema de vida, vale salientar e enfatizar as isenções de impostos e os chamados incentivos fiscais para desenvolvimento de atividades econômicas e regiões, que montaram em 1980, cerca de Cr\$185.000.000,000 (Cento e oitenta e cinco bilhões de cruzeiros).

Para retratar o quanto tem funcionado bem o distributivismo entre nós, e quanto esta "moda" nos custa caro sob todos aspectos, bastaria ter em vista que, nos diversos programas de incentivos a economia, somente em isenções e reduções de impostos sobre importação, o Tesouro Federal renunciou no primeiro semestre deste ano US\$ 1.097.061.000 — Hum bilhão e noventa e sete milhões e sessenta e um mil dólares, quase um trilhão de cruzeiros ao câmbio atual, aqui está um quadro em que são pormenorizados os itens beneficiados.

IMPORTE EFETIVAS, SEGUNDO OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO, IMPOSTO CALCULADO, IMPOSTO PAGO, VALOR DA REDUÇÃO, ALÍQUOTA
 VALOR NORMAL E EFETIVAMENTE COBRADO - 1983 (1º SEMESTRE)

VALOR TOTAL: 1.072.051

REGIME DE TRIBUTAÇÃO	VALOR CIF (A)	%	IMPOSTO CALCULADO (B)	IMPOSTO PAGO (C)	VALOR DA REDUÇÃO (D-E)	ALÍQUOTA EFETIVA (F/G)	DESCR. MIN. 30	VALOR CIF (H)	IMPOSTO CALCULADO (I)	IMPOSTO PAGO (J)	VALOR DA REDUÇÃO (K-L)	ALÍQUOTA EFETIVA (M/N)	VALOR TOTAL (O)
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	652.671	27	176.301	3.615	172.686	670	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	642.671	176.301	3.615	172.686	670	2.2. 1.101/71
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	97.211	21	20.429	1.949	18.480	621	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	97.211	20.429	1.949	18.480	621	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	36.777	22	8.074	701	7.373	550	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	36.777	8.074	701	7.373	550	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	403.834	25	101.455	31.771	69.684	328	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	403.834	101.455	31.771	69.684	328	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	110.812	24	26.590	198	108.822	420	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	110.812	26.590	198	108.822	420	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	252.294	23	58.023	1.636	190.657	761	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	252.294	58.023	1.636	190.657	761	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	104.416	40	41.775	5.115	36.660	302	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	104.416	41.775	5.115	36.660	302	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	130.032	42	54.621	0	54.621	318	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	130.032	54.621	0	54.621	318	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	231.208	22	50.865	0	231.208	456	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	231.208	50.865	0	231.208	456	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	121.530	39	47.391	0	121.530	317	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	121.530	47.391	0	121.530	317	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	84.072	27	0	0	84.072	0	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	84.072	0	0	84.072	0	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	870.764	28	243.088	372.088	0	81,5	REGIME DE TRIBUTAÇÃO NORMAL	870.764	243.088	372.088	0	81,5	
TOTAL	3.099.821	24,4	1.513.152	46.071	1.097.061	415	TOTAL	3.099.821	1.513.152	46.071	1.097.061	415	

Valor das reduções nos impostos sobre importações efetivas, segundo os regimes de tributação. 1º Semestre de 1983.

O Programa de redução de impostos nas importações, isentos no quadro, referem-se a mercadorias importadas no valor CIF (Custo, seguro e frete), que aparecem no quadro com seus respectivos títulos e valores na coluna (A) por um valor total de US\$ 3.099.821.000 (três bilhões, noventa e nove milhões, oitocentos e vinte e um mil dólares).

O imposto calculado, US\$ 1.513.152.000, para tais programas foi reduzido Cr\$ 1.097.061.000, sendo somente pago US\$ 416.091.000, (27,50%) do total.

Foram beneficiados os seguintes programas:

1 - PROGRAMA S/ PRODUÇÃO US\$ 426.868.000

P/ Exportação

BENFIES
 CIEC

2 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - US\$ 43.840.000

. C.D.I.
 . G.E.M.I.
 . Construção Naval

3. PROGRAMA P/ o DESENVOLVIMENTO REGIONAL - US\$ 18.973.000

. SUDENE
 . SUDAN

4. Programa S/ Acordos Internacionais - US\$ 130.614.000

. GATT
 . ALAIC - ALAD
 . PEC
 . CAMPOS

5. BENS DE INTERESSE ECONÔMICO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS US\$ 49.832.000

. Instituições Científicas
 . Educação Diplomática e Assistência Social
 . União - Estados - Municípios - DF. - Autarquias
 . Sementes e Fertilizantes
 . Partes e Peças de Manutenção
 . Bens de Interesse p/ o Desenvolvimento

6. ZONA FRANCA DE MANAUS - US\$ 190.459.000

7. CARTEIRA DE FINANCIAMENTO (CPA - APT. 7º) US\$ 33.040.000

8. TRANSPORTES - US\$ 41.321.000

. RFF - SA
 . Navegação Aérea

9. ENERGIA — US\$ 23.425.000

- . Petrobrás S/A
- . Energia Elétrica
- . Itaipu Nacional
- . Programa Nuclear

10. OUTROS — US\$ 38.821.000

Indústria Cinematográfica, Telefone, Rádio e

TV.

- . Papel de Imprensa
- . Outras Leis e Benefícios Fiscais

11. ALÍQUOTA ZERO NA — 0

12. FECHAMENTO DO PRINCIPAL — 0

13. TOTAL DA REDUÇÃO — US\$ 1.097.061.000

Tais benefícios que amparam os itens anteriores estão especificados no D.L. 1.189/71 — Dec. 76.063/75 — Dec. 83.061/79 — Dec. 62.898/68 — Dec. 63.633/68 — Dec. 64.897/68 — Dec. 62.897/68 — Lei 1.815/53 — D.L. 1.522/77 — D.L. 1.450/76 e D.L. 1.630/76

Um outro dado, Sr. Presidente, e que de certa forma escamoteia a verdade, são os chamados subsídios implícitos à Agricultura e até mesmo os subsídios denominados explícitos destinados a mesma, em realidade, tem retornado com "juros e correção monetária" para a popu-

lação da área urbana, através dos preços pagos ao agricultor e através do que ele paga pelo que compra.

Este ano, por exemplo, mesmo com a profunda modificação no sistema de crédito rural, com a aplicação parcial das novas taxas e correção monetária, as autoridades monetárias já destacaram para suplementação das taxas cobradas, um trilhão e duzentos bilhões de cruzeiros.

Para caracterizar o que afirmamos, Sr. Presidente, trago aqui elementos, dados, números e valores levantados pelo IBGE, através do ENDEF onde, matematicamente, fica provado o subsídio governamental a alimentação, especialmente, os cereais para as populações do Rio de Janeiro e de Brasília.

QUADRO COMPARATIVO DE DESPESAS ALIMENTARES
ENTRE AS REGIÕES I E VI COM A REGIÃO III
Até 1 S.M.

Despesas	Reg. I Rio	Reg. VI DF	Reg. III PR. SC. R.S.	% III/I	% III/VI
Alimentação	49,00	42,38	59,86	+22,16	+41,24
• Cereais e derivados	11,51	9,04	16,35	+42,05	+80,86
• Tubérculos, raízes e similares	2,26	0,99	3,68	+62,83	+271,71
• Açúcares e derivados	2,75	1,45	3,22	+17,09	+22,06
• Leguminosas e oleaginosas	5,00	4,76	7,51	+50,20	+57,77
• Legumes e verduras	2,48	1,40	2,31	-7,36	+65,00
• Frutas	1,09	0,59	0,83	-31,32	+40,67
• Carnes e pescados	7,00	6,11	8,73	+24,71	+42,88
• Ovos, leite e queijos	2,64	2,33	2,77	+2,97	+18,88
• Óleos e gorduras	4,64	2,87	6,86	+47,84	+139,02
• Bebidas e diversos	4,55	3,08	5,41	+18,90	+75,64
• Alimentação fora de domicílio	5,03	9,75	2,19	-129,68	-253,88

QUADRO COMPARATIVO DE DESPESAS ALIMENTARES
ENTRE AS REGIÕES I E VI COM A REGIÃO III
1 a 2 S.M.

Despesas	Reg. I Rio	Reg. VI DF	Reg. III PR. SC. R.S.	% III/I	% III/VI
Alimentação	48,48	42,06	57,15	+17,88	+35,87
• Cereais e derivados	11,19	9,05	15,35	+37,17	+69,61
• Tubérculos, raízes e similares	1,92	0,99	2,92	+52,08	+95,95
• Açúcares e derivados	2,54	1,32	2,98	+17,32	+125,75
• Leguminosas e oleaginosas	4,27	4,07	5,69	+33,25	+39,80
• Legumes e verduras	2,84	1,57	3,10	+9,15	+97,45
• Frutas	1,02	0,72	1,03	+0,98	+43,05
• Carnes e pescados	8,99	6,01	9,47	+5,33	+57,57
• Ovos, leite e queijos	3,02	2,42	3,78	+25,16	+56,20
• Óleos e gorduras	4,12	2,80	6,17	+49,17	+120,35
• Bebidas e diversos	3,32	2,82	4,28	+28,91	+51,77
• Alimentação fora de domicílio	5,25	10,29	2,38	-120,58	-332,35

**QUADRO COMPARATIVO DE DESPESAS ALIMENTARES
ENTRE AS REGIÕES I E VI COM A REGIÃO III
De 3 A 5 S.M.**

Despesas	REG. I Rio	REG. VI DF.	REG. III PR. SC. R.S.	% III/I	% III/VI
Alimentação	38,72	35,67	42,50	+9,76	+19,14
• Cereais e Derivados	7,49	7,62	9,02	+20,42	+18,37
• Tubérculos, Raízes e Similares	1,05	0,83	2,18	+107,62	+162,65
• Açúcares e Derivados	1,18	1,13	1,79	+51,69	+58,41
• Leguminosas e Oleaginosas	2,16	2,19	2,23	+3,24	+1,83
• Legumes e Verduras	2,31	1,78	2,54	+9,95	+42,70
• Frutas	1,17	0,98	1,44	+23,07	+46,94
• Carnes e Pescados	9,80	8,15	10,53	+7,45	+29,20
• Ovos, Leite e Queijos	2,82	3,25	4,11	+45,74	+26,46
• Óleos e Gorduras	2,60	2,52	3,71	+42,69	+47,22
• Bebidas e Diversos	2,17	1,91	2,92	+34,56	+52,88
• Alimentação fora do Domicílio	5,96	5,31	2,03	-193,60	-161,58

**QUADRO COMPARATIVO DE DESPESAS ALIMENTARES
ENTRE AS REGIÕES I E VI COM A REGIÃO III
De 5 a 7 S.M.**

Despesas	REG. I Rio	REG. VI DF	REG. III PR. SC. R.S.	% III/I	% III/VI
Alimentação	34,80	30,64	35,22	+1,20	+14,95
• Cereais e derivados	6,08	5,81	6,83	+12,33	+17,55
• Tubérculos, raízes e similares	0,90	0,70	1,63	+81,11	+132,85
• Açúcares e derivados	0,95	0,95	1,41	+48,42	+48,42
• Leguminosas e Oleaginosas	1,75	1,50	1,43	-22,37	-4,89
• Legumes e verduras	2,00	1,52	2,18	+9,00	+43,42
• Frutas	1,25	1,11	1,31	+4,80	+18,02
• Carnes e pescados	9,41	7,20	9,01	-4,43	+25,14
• Ovos, leite e queijos	2,46	2,81	3,70	+50,40	+31,67
• Óleos e gorduras	2,19	1,96	2,79	+27,39	+42,35
• Bebidas e diversos	1,93	1,58	2,50	+29,53	+58,23
• Alimentação fora do domicílio	5,89	5,51	2,43	-142,38	-126,75

**QUADRO COMPARATIVO DE DESPESAS ALIMENTARES
ENTRE AS REGIÕES I E VI COM A III
De 7 a 10 S.M.**

Despesas	Reg. I Rio	Reg. VI DF	Reg. III PR. SC. RS.	% III/I	% III/VI
Alimentação	28,89	24,91	28,81	- 0,28	+ 15,65
• Cereais e derivados	4,44	4,48	5,26	+ 18,47	+ 17,41
• Tubérculos, raízes e similares	0,70	0,67	1,12	+ 1,60	+ 67,16
• Açúcares e derivados	0,78	0,75	1,07	+ 37,18	+ 42,66
• Leguminosas e oleaginosas	1,30	1,05	1,00	- 30,00	- 5,00
• Legumes e verduras	1,76	1,50	1,76	0	+ 17,33
• Frutas	1,28	1,10	1,16	- 10,34	+ 5,45
• Carnes e pescados	8,14	6,43	7,79	- 4,49	+ 21,15
• Ovos, leite e queijos	2,30	2,44	3,21	+ 39,56	+ 31,56
• Óleos e gorduras	1,75	1,64	2,09	+ 19,43	+ 27,44
• Bebidas e diversos	1,79	1,30	2,08	+ 16,20	+ 60,00
• Alimentação fora do domicílio	4,65	3,55	2,26	- 105,75	- 57,08

**QUADRO COMPARATIVO DE DESPESAS ALIMENTARES
ENTRE AS REGIÕES I E VI COM A III
De 10 a 15 S.M.**

Despesa	Reg. I Rio	Reg. VI DF	Reg. III PR.SC.RS.	% III/I	% III/VI
Alimentação	23,28	18,52	20,79	- 11,97	+ 12,26
. Cereais e derivados	3,06	2,98	3,32	+ 8,49	+ 11,41
. Tubérculos, raízes e similares	0,53	0,48	0,73	+ 37,73	+ 52,08
. Açúcares e derivados	0,56	0,52	0,75	+ 33,92	+ 44,23
. Leguminosas e oleaginosas	0,85	0,70	0,58	- 46,55	- 20,69
. Legumes e verduras	1,36	1,17	1,26	- 7,93	+ 7,69
. Frutas	1,08	0,82	0,97	- 11,34	+ 18,29
. Carnes e pescados	6,69	5,16	6,15	- 8,78	+ 19,18
. Ovos, leite e queijos	1,89	1,96	2,37	+ 25,39	+ 20,92
. Óleos e gorduras	1,22	1,14	1,36	+ 11,47	+ 19,30
. Bebidas e diversos	1,45	1,17	1,65	+ 13,79	+ 41,02
. Alimentação fora do domicílio	4,58	2,41	1,65	+ 177,57	- 46,06

Com a preocupação de não alongar-me muito neste item, destaquei, por mais chocantes, a região produtora de cereais, ou seja, a que produz seguramente 2/3 do todo nacional que são os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para comparar os preços pa-

gos pelos consumidores, no local em que são produzidos os cereais com as áreas que mais pressionam o Governo, que são Brasília e Rio de Janeiro.

Temos, então, segundo o ENDEF do IBGE, que a primeira região compreende o Rio de Janeiro, a 6ª (sexta)

região o DF e a 3ª (terceira) região, compreende os Estados produtores já mencionados.

Tomando-se a despesa com alimentação dos assalariados a partir de 1 S.M. e até 10 a 15 S.M., teremos:

ESTUDO PUBLICADO EM 1978 PELO IBGE

Faixa Salarial	Despesas com alimentação — Regiões			Variações %	
	I	VI	III		
Até 1 S.M.	49,00	42,38	59,86	III/I + 22,16	III/VI + 41,24
De 1 a 2 S.M.	48,48	42,06	57,15	III/I + 17,88	III/VI + 35,87
De 3 a 5 S.M.	38,72	35,67	42,50	III/I + 9,76	III/VI + 19,14
De 5 a 7 S.M.	34,80	30,64	35,22	III/I + 1,20	III/VI + 14,95
De 7 a 10 S.M.	28,89	24,91	28,81	III/I - 0,28	III/VI + 15,65
De 10 a 15 S.M.	23,28	18,52	20,79	III/I - 11,97	III/VI + 12,26

Especificamente quanto aos preços de cereais, vejamos:

Faixa Salarial	RIO I	DF VI	DESPESAS COM CEREAIS		Variações %
			Par. S1ª	Cat. RGS - III	
Até 1 S.M.	11,51	9,04	16,35	III/I + 42,05	III/VI + 80,86
De 1 a 2 S.M.	11,19	9,05	15,35	III/I + 37,17	III/VI + 69,61
De 3 a 5 S.M.	7,49	7,62	9,02	III/I + 20,42	III/VI + 18,37
De 5 a 7 S.M.	6,08	5,81	6,83	III/I + 12,33	III/VI + 17,55
De 7 a 10 S.M.	4,44	4,48	5,26	III/I + 18,47	III/VI + 17,41
De 10 a 15 S.M.	3,06	2,98	3,32	III/I + 8,49	III/VI + 11,41

Aí está, Sr. Presidente, o resultado das "pressões de base", levando-nos ao absurdo do resultado obtido pelo Estudo Nacional de Despesa Familiar, os residentes na fonte de produção, no caso, os próprios produtores, pagando pelo que produzem muito mais caro do que os consumidores privilegiados pelo "preço político" a centenas ou milhares de quilômetros de distância.

Temos aí um caso dos "iguais mais iguais que os outros" o que é, diga-se de passagem, o objetivo maior dos distributivistas e comandantes das pressões ao Governo, promover e inculcar em nossa gente o sentimento de injustiça, e tanto quanto possível, nos levarem a fornecer-lhe "a corda com que irão nos enforcar".

O alarido, o verdadeiro estardalhaço, a quase "imolação" do Governo pelo encarecimento da alimentação em decorrência da escassez — e esta em função da continuada seca do Nordeste — e do perecimento de milhões

de toneladas de grãos com as enchentes nos Estados do Sul, fizeram tanto barulho e tanta "propaganda" da ameaça de fome, com a diabólica intenção de insuflar os desempregados e os permanentes desocupados, ao saque das mercearias e supermercados.

Quanto a presença de aproveitadores, baderneiros e "organizadores" dos saques, tal situação ficou extrema de dúvidas, mas, de qualquer forma, deram mais um grande passo na "grande caminhada" no sentido de gerar insegurança na população, desinteresse dos que produzem e economizam, em continuar a fazê-lo e o que é pior, testaram os dispositivos de segurança e repressão e lograram êxito nesta etapa, como que, preparadora para o futuro: sabemos e melhor do que ninguém, sabem agora as autoridades responsáveis pela segurança em São Paulo, que o projeto de saques, de "quebra-quebras" foi bem elaborado para ter vários desdobramentos, o que

lhes faltava era o estopim para acender a "bomba" e para tal fim lembremo-nos dos protestos pela exportação de uma pequena parte (20%) dos excedentes de milho que vínhamos acumulando nos armazéns, foi vendido a preço de mercado com a entrada antecipada dos dólares, mas faltou esclarecimentos do Governo e aconteceu a enchente que destruiu 3 milhões de toneladas.

E, Sr. Presidente, quem de boa fé esperaria ou iria prever as enchentes que destruíram o milho maduro pronto para ser colhido?

A respeito de alimentos, trago aqui, Sr. Presidente, um quadro que espelha a evolução dos preços da alimentação a partir de 1977, levantados em São Paulo, pelo Instituto de Economia Agrícola, e onde não constatamos os "preços políticos" nos gêneros de primeira necessidade, vejamos:

VALOR NOMINAL DO CUSTO DA CESTA DE MERCADO ANUAL E MENSAL, SALÁRIO MÍNIMO MÉDIO E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DA CESTA DE MERCADO, 1977/1982

Ano	Total anual da cesta de mercado (Cr\$)	Taxa média mensal geométrica (%)	Valor médio mensal da cesta de mercado (A) (Cr\$)	Salário mínimo médio mensal (B) (Cr\$)	relação A/B
1977	20.206,46	2,0	1.638,87	993,60	1,7
1978	27.783,33	3,0	2.315,28	1.408,80	
1979	43.407,15	6,2	3.617,26	2.142,80	1,7
1980	81.354,96	6,2	6.779,58	4.220,00	
1981	157.071,89	5,1	13.089,32	8.596,00	1,5
1982	291.522,92	6,0	24.293,58	16.208,00	1,5

+1.342%

+1.532%

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Produto de origem Vegetal	Frutas	Hortaliças	Macarrão	Raízes e Tubérculos	Outros Produtos	Subtotal
Açúcar	Banana	Tomata	Óleos	Batata	Maizena	Produtos de Animal
Arroz	Laranja	Alface	Pão	Outros (Batata doce)	Massa de tomate	Carnes
Café	Outras (13 prod.)	Outras (18 prod.)	e mandioca	Goiabada	Suina	Bovina
Cebola						Aves
Farinhas (4 prod.)						Outros (linguiça, banha, toucinho)
Feijão						Laticínios
						Leite
						Outros (manteiga, queijo)
						Ovos
						Subtotal
						Total

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

Constata-se, então, que com o rendimento de 1,7 S.M., vigente, adquiriu-se em São Paulo, em 1977, a chamada cesta de mercado, suficiente para a alimentação de uma família durante um mês.

Em 1978, precisou-se de 1,6 S.M. e em 1979 voltamos ao patamar de uma cesta equivalente a 1,7 S. M. vigente.

No entanto, a partir de 1980 até o final de 1982, naturalmente em função das boas safras e a "generosa" comercialização governamental, permitiu uma queda e manutenção do nível de pagar-se a cesta de mercado com 1,5 S. M. vigente no período.

Embora muito tardiamente, mas até que enfim, os nossos governantes voltaram as vistas para o maior e mais crônico problema da agro-pecuária, que seria, aliás, para qualquer atividade econômica, que é o lucro, e por falta de lucro direto, e haverem todos os nossos governos, sistematicamente, conceder todos os benefícios possíveis e impossíveis ao homem da cidade, todos os chamados sobre-salários, todos os meios sanitários, educacionais, enfim, tudo aquilo que viemos enumerando e para a agricultura o "ópio" o engodo do crédito subsidiado, mal distribuído, atendendo cerca de 20% dos produtores muitas negociatas aos espertalhões e pretexto

para achatar os preços nas colheitas, especialmente para os desassistidos e pelo crédito rural, o resultado aí esta, favelas e mais favelas e um mercado de trabalho saturado de mão-de-obra desqualificada.

Mas, voltemos novamente para os chamados sobre-salários dos habitantes da área urbana.

Vejamos o que éramos e o que somos em matéria de ensino no Brasil, cuja evolução economista de marca, como é o caso de Carlos Langoni, considera o nível, o número e o sistema aqui adotados, representar para o brasileiro, um sobre-salário na ordem de 40%, aqui estão os números, vejamo-los:

ENSINO — 1º GRAU
Nº de unidades escolares

Ano	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1960	454	41.595	44.624	9.265	95.938
1970	772	54.491	80.544	9.672	145.479
1980	1975	65.282	144.273	13.166	222.721

Matrícula nas unidades escolares

Ano	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1960	28.339	3.995.923	1.611.998	767.131	6.403.991
1970	64.362	8.645.057	4.815.165	1.049.429	14.604.013
1980	239.927	13.318.486	5.737.891	2.852.505	22.148.809

2º Grau
Nº de unidades escolares

Ano	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1960	93	1.014	154	2.777	4.038
1970	101	1.899	355	3.679	6.034
1980	120	2.780	496	3.828	7.224

Matrículas nas unidades escolares

Ano	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1960	20.286	312.297	23.851	630.055	986.489
1970	53.028	447.268	50.323	452.766	1.033.385
1980	86.876	1.326.011	98.280	1.312.377	2.823.544

EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO.
1964 — 1970 A 1980

Ano	Nº de cursos oferecidos	crecimento anual
1964	1.257	
1970	2.166	7,1
1971	2.620	21,0
1972	3.124	19,2
1973	3.216	2,9
1974	3.374	4,9
1975	3.602	6,8
1976	3.744	3,9
1977	3.753	0,2
1978	3.769	0,4
1979	3.939	4,5
1980	4.079	3,6

3º GRAU — SUPERIOR

Cursos existentes	
1960	1.236
1970	2.620
1980	4.394
Nº de alunos matriculados	
1960	101.581
1970	561.397
1980	1.377.286

**EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR
SEGUNDO A NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
DAS INSTITUIÇÕES —
1972 A 1980**

Anos	Natureza das Instituições				Dependência Administrativa					
	Universidade	%	Isoladas e Federações	%	Públicas	%	Particulares	%	Total	%
1964									28.944	
1972	34.106	-	24.172	-	32.438	-	25.840	-	58.278	-
1973	35.600	4,3	29.987	24,0	34.100	5,1	31.487	21,9	65.587	12,5
1974	41.981	17,9	33.950	13,2	40.974	20,2	34.957	11,0	75.931	15,8
1975	46.031	9,6	37.355	10,0	46.195	12,7	37.191	6,4	83.386	9,8
1976	49.431	7,3	35.813	4,1	45.680	-1,1	39.564	6,4	85.244	2,2
1977	55.270	11,8	38.380	7,2	50.258	10,0	43.392	9,7	93.650	9,9
1978	55.183	-0,2	38.746	1,0	49.402	-1,7	44.527	2,6	93.929	0,3
1979	63.325	14,7	40.469	4,4	57.675	16,7	46.119	3,6	103.974	10,5
1980	68.000	7,3	42.000	3,7	62.000	7,4	48.000	0,4	110.000	5,9

**EVOLUÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES
1964 — 1970 a 1980**

Anos	Universidades			Isoladas e federações			Total		Total
	Públicas	Particulares	Total	Públicas	Particulares	Total	Públicas	Particulares	Genal
1964									126.405
1970	164.651	79.562	244.13	50.426	161.495	211.921	215.077	241.057	456.134
%	36,1	17,4	53,5	11,1	35,4	46,5	47,1	52,9	100
1971	192.224	93.778	286.007	64.349	224.659	289.008	256.573	318.437	575.010
%	33,4	16,3	49,7	11,2	39,1	50,3	44,6	55,4	100
1972	212.859	107.077	319.936	79.487	389.380	292.341	416.341	416.975	709.316
%	30,0	15,1	45,1	11,2	43,7	54,9	41,2	58,8	100
1973	231.329	125.551	356.880	89.734	373.879	463.613	321.063	499.430	820.493
%	28,2	15,3	43,5	10,9	45,6	56,5	39,1	60,9	100
1974	249.717	142.840	392.557	96.488	408.155	504.643	346.205	550.995	897.200
%	27,8	15,9	43,7	10,7	45,5	56,2	38,6	61,4	100
1975	270.000	156.000	426.000	106.000	435.00	541.000	376.000	591.000	967.000
%	27,9	16,1	44,0	11,0	45,0	56,0	38,9	61,1	100
1976	311.709	180.198	491.907	83.901	466.664	550.565	395.610	646.862	1.042.472
%	29,9	17,3	47,2	8,0	44,8	52,8	37,9	62,1	100
1977	345.786	197.386	543.172	82.730	511.168	593.898	428.516	708.554	1.137.070
%	30,4	17,4	47,8	7,3	44,9	52,2	37,7	62,3	100
1978	391.562	241.022	632.584	96.405	538.570	634.975	487.967	779.592	1.267.599
%	30,9	19,0	49,9	7,6	42,5	50,1	38,5	61,5	100
1979	390.348	240.865	631.303	99.640	567.388	667.028	490.078	808.253	1.298.331
%	30,1	18,5	48,6	7,7	43,7	51,4	37,7	62,3	10
1980	392.000	250.000	642.000	101.000	602.000	703.000	493.000	852.000	1.345.000
%	29,1	18,6	47,7	7,5	44,8	52,3	36,7	63,3	100

**EVOLUÇÃO DAS CONCLUSÕES DE GRADUAÇÃO
POR ÁREA DE CONHECIMENTO
1964 — 1974 A 1980**

Área de conhecimento	1964	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980(*)
Ciências Exatas e Tecnológicas		26.360	28.700	30.903	34.523	38.628	41.467	45.000
Ciênc. Profis. de Biológ. e Saúde		21.578	22.600	23.604	25.024	26.300	27.714	29.500
Ciênc. Agrárias		3.00	3.300	3.317	4.403	4.642	5.483	6.500
Ciênc. Humanas		80.301	85.900	88.257	96.125	106.397	118.031	130.000
Letras		16.456	14.000	15.250	13.989	12.317	13.937	14.000
Artes		2.483	3.100	4.627	5.509	6.066	5.782	6.000
TOTAL.....	19.687	150.178	157.600	165.958	179.573	194.350	212.414	131.000

1980 (*) — Dados estimados

Em 1960, período em que desfrutávamos uma já acentuada prosperidade no Brasil, especialmente comparado aos anos anteriores, tínhamos nos antigo curso primário, 6.403.991 alunos matriculados em todas as nossas escolas, conforme quadro nº 16-A. Em 1970 chegávamos, ao hoje, chamado ensino de 1º grau, com 14.604.013 matriculados e em 1980, atingíamos 22.148.809 alunos matriculados.

Em 1960, tínhamos 95.938 unidades escolares destinadas ao 1º grau e em 1980, chegamos a 222.721 unidades escolares.

No secundário ou 2º grau atual, evoluímos de 4.083 unidades escolares em 1960 para 7.224 em 1980 e em termos de matrículas partimos de 986.489 em 1960 e alcançamos 2.823.544 em 1980.

Em matéria de Ensino Superior, área mais sensível e a mais onerosa em termos econômicos e da qual mais se ressentia o processo de desenvolvimento que se desencadeava, tínhamos, em 1960, 1.936 cursos com 101.581 matriculados com um reduzido corpo docente em grande parte com formação precária e que perfazia 28.944, em 1964, quando então, os cursos oferecidos já eram 1.257 e o número de matrículas chegou a 126.405. Resultava todo este quadro na conclusão de cursos no total de 19.687 formados em nível superior em 1964.

Em 1980, naturalmente, com um gigantesco esforço governamental e dispendendo recursos de ajudas e empréstimos externos, com 4.079 cursos implantados e em funcionamento, com um corpo de 110.000 docentes, bem mais qualificados em termos de pós-graduação, mestrado e doutorado, elevamos as nossas matrículas para

1.345.000 universitários com as conclusões anuais, já atingindo 150.178 formados em Nível Superior/ano.

Muito embora atendendo de 20 a 30% de alunos das faixas de rendimentos mais baixos o que significa uma injustiça social gritante pois, o correto, o certo mesmo, seria, o ensino superior ser pago pelos que podem fazê-lo em benefício dos que não dispõem de recursos e consequentemente, poderíamos oferecer maior número de oportunidades a todos ou no mínimo, não utilizaríamos poupanças externas com juros caros para custear o ensino superior.

Algumas tentativas, mesmo tímidas já foram ensaiadas pelo governo para corrigir esta gritante anomalia, especialmente quanto aos chamados restaurantes de preços simbólicos nas universidades, quando se fala no ajustamento, também simbólico nos preços das refeições ali servidas, o País todo é mobilizado para impedi-lo.

Os distributivistas, os defensores da "justiça social" se arregimentam e juntos aos 70 a 80% dos "coitadinhos" (leia-se abastados) ameaçando céus e terra, fazem o governo ceder e recuar e com isto, vamos dando razão aos que combatem o governo com seriedade, querendo nos induzir ao acerto com críticas construtivas e o recuo do governo tem favorecido, sobremaneira, aos objetivos dos que buscam o "quanto pior melhor".

Tenho, aqui, também, Sr. Presidente, os quadros que demonstram um outro tipo de sobre-salário que é ação do Ministério da Previdência Social cuja evolução, como iremos analisar a seguir, surpreende e, ao mesmo tempo, gratifica a quantos deram um pouco de si em favor da Previdência entre nós, mas cujos gastos vêm extrapolando de muito a sua efetiva capacidade de pagamentos, e

exigindo uma participação cada vez maior do erário para o seu custeio.

Tanto é que, em 1980, somente o dispêndio orçamentário do Tesouro para a Previdência foi na ordem de cento e quarenta bilhões de cruzeiros, vejamos.

Em 1960, com uma população de 70.967.000, tínhamos filiados aos antigos Institutos que compunham a Previdência Social, 5.575.072 contribuintes ativos e 1.215.876 aposentados representando 10,98 da população total, e representando 39,06% em relação aos 19.943.895 componentes da População Economicamente Ativa Ocupada.

Em 1980, graças a extraordinária melhoria nos atendimentos da Previdência Social, especialmente após a unificação, já contávamos com 7.900.933 aposentados e 23.782.216 contribuintes ativos, representando 26,60% em relação à população total de 119.070.000, e o que é muito significativo, 67,17% em relação aos 47.166.287 elementos ocupados na força-trabalho.

Como resultado do direcionamento dos Recursos da Arrecadação da Previdência exclusivamente para os interesses dos segurados e o Governo federal, tendo finalmente assumido os seus encargos de acordo com a legislação, pagando o custeio da máquina administrativa da Previdência, o povo, os trabalhadores e empresários passaram a conferir e procurar para contribuir e os resultados foram muito além do que se poderia esperar.

Tal o gigantismo da assistência médica e farmacêutica como também, a assistência hospitalar e odontológica que os desassistidos passaram a ter com a morulização ali implantada que os números de 1980, sugerem desperdícios e abusos, vejamos:

**QUADRO COMPARATIVO DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO,
ASSOCIADAS À PREVIDÊNCIA SOCIAL, BENEFÍCIOS,
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR.**

(ANOS 1960 1980)

Item	1960	1980	% (60/80)
1. População	70.967.000	119.070.865	67.77(+)
2. Associados à Previdência Social	5.575.072	23.782.216	326.58(+)
3. Benefícios da Previdência Social (Pensão Ap.)	1.215.876	7.900.933	549.81(+)
4. Assistência Hospitalar e Médica	4.268.522	191.504.625	4.386.4(+)
5. Assistência Odontológica	—	34.159.554	100.0(+)
6. Tratamentos Especializados (*)	8.066.861	90.436.158	1.021.0(+)

(*) Pequenas cirurgias, fisioterapia, radioterapia, curativos, vacinas, outros.

**QUADRO Nº 4
PREVIDÊNCIA SOCIAL — ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR**

Item	Assistência Social					
	1960			1980		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1. Internações hospitalares	664.096	—	—	11.753.451	9.562.121	2.191.33
2. Consultas médicas	3.604.420	—	—	179.751.174	160.208.137	19.534.03
3. Exames de patologia clínica	—	—	—	51.511.700	49.451.904	2.059.79
4. Consultas odontológicas	—	—	—	34.159.554	24.998.728	9.160.82
5. Exames radiológicos	—	—	—	12.822.301	12.476.477	345.82
6. Exames especializados (*)	—	—	—	6.142.688	—	—
7. Tratamentos especializados (**)	8.066.861	—	—	90.436.158	—	—
Total	12.335.377	—	—	386.577.026	—	—

(*) Anatomia Patológica — Eletrocardiograma — Eletroencefalograma — Endoscopia — Medicina Nuclear — outros.

(**) Pequenas Cirurgias — Fisioterapia — Radioterapia — Hemoterapia — Curativos — Vacinas — outros.

No primeiro quadro, já vimos a relação entre contribuintes e aposentados de 1960 e 1980, transpostos os dados de 1960 de assistência médica, hospitalar, internação mais os atendimentos ambulatoriais para o quadro seguinte, temos atendimentos de 1960, 12.335.377 e em 1980 os atendimentos atingiram 386.577.026, significando 16,25 atendimentos/ano para cada contribuinte, enquanto em 1960, os atendimentos atingiram, 2,21/ano para cada contribuinte.

O maior indicador de melhorias de vida no País, em decorrência dos sobre-salários, através da assistência médico-farmacêutica, hospitalar e odontológica nos últimos anos, é sem dúvida, a elevação da expectativa de vida.

A expectativa de vida no Brasil era de:

52,3 anos na década 1950/1960

54,9 anos na década 1960/1970

58,8 anos no período 1970/1975

61,3 anos no período 1975/1980.

Por outro lado, se mantidos até o final deste ano o fluxo de subsídios pagos pelo orçamento monetário, no caso, excluídos os direitos, constantes do orçamento fiscal, iremos ultrapassar a cifra dos cinco trilhões de cruzeiros, o que representará uma distribuição per capita de cem mil cruzeiros para cada um dos que tem rendimento neste ano, um sobre-salário para cada um dos 50 milhões da

pop. econ. ativa ocupada, quando todos nós sabemos que o Governo, a exemplo da população, mas cada vez mais pressionado e cada vez menos resistente vai cedendo contra o futuro, emitindo ORTN para custear gastos que o Tesouro Nacional não arrecada e em consequência, não pode pagar.

É preciso, é mais que urgente, Sr. Presidente, é questão de vida ou morte para o País, compreendamos de uma vez para sempre, o Governo fabrica dinheiro ou ORTN sem lastro mas, quem produz faz ou gera recursos é a economia e esta mais que combatida, saqueada por tributos, impostos cada vez mais escorchantes e juros com correção cambial e/ou monetária; portanto, se a nossa gente não se libertar da falsa "justiça social" do criminoso distributivismo, dos gastos além da nossa capacidade real, não vejo saída para sairmos das terríveis dificuldades em que nos encontramos.

Possuídos por ideais generosos, é verdade, mas, absolutamente irrealistas, visto que em país nenhum do mundo vive-se senão na base da receita familiar, no entanto, aqui no Brasil, violentando todas as regras e leis da economia, o constituinte inseriu no texto da Carta Magna, o salário mínimo bastante para a manutenção do operário sem profissão e de sua família.

A generosidade, até mesmo as boas intenções dos nossos legisladores, lamentavelmente, tem-se prestado aos

agitadores, tanto é que, o mencionado Art. 165, tem sido usado para inculcar os sentimentos de frustração nos trabalhadores menos qualificados, com a adesão dos mais bem situados, pelo não desfrute daquilo que o seu real poder aquisitivo não pode pagar, vão inoculando o ódio contra o patrão e contra o patrimônio do mesmo, daí, em grande parte, depredações e a nossa baixa produtividade, daí o desamor ao trabalho cada vez mais acentuado entre nós.

Já é comum ouvir-se de trabalhadores desqualificados, de que o Governo não obedece a Constituição e, para agradar os patrões, decreta o salário mínimo abaixo do que determina a "Lei Maior" etc, por esta razão, ele não se esforça, não "dá duro" no trabalho, porque está sendo roubado.

Com a fixação desta nobre aspiração no texto da Constituição, de certa forma, legitimamos a falácia dos distributivistas, dos pregoeiros da "Justiça Social" que está nos levando ao despenhadeiro do gastar, do consumir o que não temos e cada vez mais, verificamos descontentamentos com o Governo ao qual, maliciosamente, se atribui poderes ilimitados, inclusive de gerar recurso para custear tudo e a todos.

Não conseguindo a sublevação da ordem no meio rural, conforme confessou-se derrotado o Cap. Lamarca, como também os guerrilheiros do Vale da Ribeira e Ara-

guia, voltam a agitar o problema da Reforma Agrária, fazem-no mais, fazem-no sem os lavradores, porque os que efetivamente trabalham a terra não têm tempo ou vocação para a burocracia das passagens, mas fazem-na com os "camponeses" agitadores urbanos que querem única e exclusivamente intranquilizar os que trabalham efetivamente pretendem turbar os domínios, a propriedade das glebas com invasões organizadas e com isto desorganizar a produção agro pastoril e, conseqüentemente, nos levarem a fome generalizada.

Por outro lado, aí estão os exemplos, tivemos a colonização da Transamazônica na qual o INCRA deu tudo, terra desmatada, casa, assistência de todos os tipos inclusive 6 meses de salários, além da garantia de frete gratuito da produção para os centros de consumo e, com tudo isto, voltaram para as origens, para as cidades de onde foram levados de avião.

Mais recentemente, tivemos o exemplo de São Paulo, onde, após promoverem invasões em glebas particulares e governamentais já com destinação, foram, pelo governo estadual, colocados em outra área e de lá as notícias dos jornais configuram a mesma situação da Transamazônica.

Na verdade, Sr. Presidente, os que realmente querem terra para trabalhar estão lá na gleba e não nas cidades e para os que efetivamente, querem trabalhar o INCRA, o GETAT como também todo o Governo, vem titulando a preços simbólicos, preços que nem sempre pagam as despesas de demarcação e medição para os que podem pagar e, gratuitamente, para os que alegam falta de recursos.

Vejamos o quadro que retrata o volume dos títulos referidos.

TITULAÇÃO BRASIL

Até 1977
Nº Doc. 174.739
Área 9.308.800 ha.

Em 1978
Nº Doc. 21.805
Área 1.718.700 ha.
Em 1979
Nº Doc. 23.023
Área 2.530.200 ha.
Em 1980
Nº Doc. 100.282
Área 8.387.200 ha.
Em 1981
Nº Doc. 114.885
Área 9.431.900 ha.
Em 1982
Nº Doc. 223.027
Área 12.729.682 ha.

Total
Nº Doc. 657.761
Área 44.106.482 ha.

Como se vê, somente na gestão do INCRA e do GETAT até 1977 foram expedidos 174.739 títulos e já em 1982 atingiamos 657.761 títulos de propriedade expedidos.

O problema agrário Sr. Presidente, a exemplo de qualquer outra atividade econômica é um só, a justa remuneração, o lucro e tal entendimento já vigora até mesmo nos chamados "paraisos do proletariado".

No caso brasileiro, pela imensidão do nosso território e em decorrência da colonização aqui implantada, muita terra para poucos interessados, vem sendo disciplinado e resolvido aos poucos é verdade, mas indiscutivelmente, falar-se em invadir terras de particulares ou mesmo fazê-las como vem ocorrendo com patrocínio dos "justiceiros" e dos "zelosos" líderes dos direitos humanos é no mínimo, provocação.

Vejamos o quadro a seguir que retrata a situação das terras sob o domínio de particulares a partir de 1920.

Inculcam o sentimento de frustrações nos trabalhadores menos qualificados, com a adesão dos mais bem situados, pelo não desfrute daquilo que o seu real poder aquisitivo não pode pagar, vão inoculando o ódio contra o patrão e contra o patrimônio do mesmo, daí, em grande parte, depredações e a nossa baixa produtividade, daí o desamor ao trabalho cada vez mais acentuado entre nós.

Em 1920 todas as propriedades ocupavam 175.104.675 ha. e em 1980, 369.587.872 ha. pouco ou nada significando ante a nossa imensidão territorial pertencente aos Municípios, Estados e à União, mas não querem terra bruta coisa alguma, quizessem, aí está o Ministério de Assuntos Fundiários, estimulando e amparando os que ocupam terras públicas e titulando, nas condições que já vimos, interessa-lhes muito é a anarquia a fome a compulsão social!

Aguçando, estimulando e até mesmo criando novas "necessidades" na nossa gente, através das "denúncias" a pobreza e condenações do modelo econômico, criando uma dualidade curiosa em que o Governo tudo pode e não faz porque não quer, é dominado pelos ricos, e, no final, o rico é ruim, é mau, é desonesto, é usurpador e o pobre é o bom, é honesto etc., enfim, possuir com esforço próprio é pecaminoso, a virtude está no não possuir através do economizar e sim recebido das mãos do Governo, mesmo que através de escorchantes tributos ou confiscos, mas, de qualquer forma, vão, conquistando espaços e dominando consciências dos menos avisados e levando-os à desobediência civil generalizada.

A deterioração de comportamento, a esta altura, Sr. Presidente, já vai muito longe e cada vez mais vão ousando os agitadores, tanto que já é muito comum a alguns príncipes purpurados da Igreja, publicamente considerarem justas as invasões e os saques que vem sendo realizados, ao mesmo tempo em que, veementemente, condenam a repressão, a ação das autoridades e do Governo.

ESTABELECIMENTOS RURAIS E SUA EXPLORAÇÃO

	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Estabelecimentos	648.153	1.904.589	2.064.642	3.337.769	4.924.019	4.993.252	2 5.167.578
Áreas Ha.	175.104.675	197.720.247	232.211.106	249.862.142	192.145.466	323.896.082	369.587.872
Áreas Médias	270,16 HA.	103,80 HA.	112,047 HA.	74,85 HA.	59,73	64,86 HA.	71,52 HA.
Áreas Cultivadas	3,79%	9,52%	8,22%	11,49%	11,55%	12,35%	12,35%
Áreas das Lavouras	6.642.057	18.835.430	19.095.057	28.712.209	33.983.796	40.001.358	49.185.302
Permanentes (Lavouras)		5.961.770	4.402.426	7.797.488	7.984.068	8.385.395	10.497.307
Temporárias (Lavouras)		12.873.660	14.692.631	20.914.721	25.999.728	31.615.963	38.687.995
Pessoal Ocupado		11.343.415	10.996.834	15.633.985	17.582.089	20.345.692	21.109.890
Rebanho Bovino	31.986.681	34.392.419	44.600.159	56.041.307	78.562.250	101.673.753	117.755.923
Rebanho Ovino	7.013.678	9.285.118	13.065.706	14.275.569	17.643.044	17.486.559	
Rebanho Suíno	14.396.834	16.839.192	22.970.814	25.579.851	31.523.640	35.151.668	32.569.586
Rebanho Caprino	4.160.240	6.520.353	6.957.945	7.820.285	5.708.993	6.709.428	

NUMERO DE PROPRIEDADES RURAIS E RESPECTIVAS ÁREAS MÉDIAS

Área HA.	%	1980 Nº Propriedades	Tamanho da Áreas
8.994.718	2,43	2.603.573	c/ 3,50 HA.
64.456.452	17,44	2.015.821	c/ 32,00 HA.
126.936.136	34,35	489.303	c/ 259,00 HA.
105.655.536	28,59	45.906	c/ 2.301,00 HA.
63.545.030	17,19	2.410	c/ 26.367,00 HA.
369.587.872	100,00	5.157.016	
Sem declaração de área		10.562	
		5.167.578	

Com 648.153 propriedades rurais em 1920, ocupando uma área total de 175.104.675 ha., 1.094.589 mil propriedades em 1940, ocupando 197.720.247 ha., em 1960 já com 3.337.642 propriedades ocupando uma área de 249.862.142 ha., chegamos em 1980 com 5.167.578 propriedades ocupando 369.587.872 ha.

A evolução da nossa agricultura, especialmente em termos de ampliações de área, indica um aproveitamento ótimo visto que acompanhou o crescimento do número de propriedades e das áreas que foram sendo transferidas para o domínio de particulares.

Em 1920, ocupávamos da área total de 6.242.057 ha. ou 3,79% com lavouras em 1960, ocupando 19.095.057 equivalente a 11,49% da área e em 1980, como demonstrado, mesmo com extraordinário crescimento excepcional em números de propriedades e área global em mãos de particulares, tendo-se em vista o longo período de descapitalização a que vem submetido o setor rural, mesmo assim, em 1980, a área cultivada cobria 49.185.302 ha., correspondendo a 13,30% da área total. Pelo crescimento do nosso rebanho pecuário como um todo, mas de modo particular o bovino, verifica-se que, em termos de aproveitamento da área total, seja em lavoura ou pastagens, a situação é muito boa. O rebanho bovino que era de 31.986.681 cabeças em 1920, e 56.041.307 em 1940, atinge 117.755.923 cabeças em 1980.

Com a legislação vigente penalizando de maneira enérgica os latifúndios improdutivos, sem dúvida, teríamos que chegar ao índice de aproveitamento verificado em 1980, contudo se levarmos em conta a baixa remuneração que se vem dando ao setor agropecuário nos últimos anos, teremos que creditar, na realidade, o desempenho alcançado a uma vocação quase atávica do homem brasileiro para o amanho da terra.

Nos informa ainda, o quadro em exame, talvez também em função do sistema de tributação ou talvez por serem numericamente poucas, as grandes propriedades de centenas de milhares de ha., tão utilizados pelos "distributivistas" nas estardalhaços em favor da "reforma

agrária" para os "camponeses", naturalmente, porque para os lavradores já vem sendo implantada e com muito sucesso desde 1964.

A relação percentual do número de propriedades e os números das respectivas áreas, indicam 2,4% da área total para 50,29% das propriedades, pequenas glebas ou chácaras na periferia das capitais, voltadas para os hortigranjeiros e lazer; 7,44% da área para 38,94% das propriedades ou glebas de pequenos produtores 34,35% da área distribuída para 9,45% de propriedades de pequeno porte 28,59% da área distribuída para 0,89% de grandes propriedades, usinas de açúcar e álcool, criadores de gado e grandes lavouras e, finalmente, 17,19% da área para 0,43% para os grandes projetos de reflorestamento agroindustriais e agropecuários na Amazônia e no Centro-Oeste.

Sr. Presidente, Trago aqui, uns dados levantados no ano passado, pelo IBGE, através do ENDEF que é, inequivocamente, o mais metódico trabalho de pesquisa da benemérita Federação, cujos resultados irão nos demonstrar, a par da substancial melhoria no padrão de vida do nosso povo, também os sobre-salários que se vêm pagando, sob as mais variadas formas, aos que trabalham e, finalmente, caracteriza os exageros e as consequências da ação distributivista dos pregoeiros do desleixo, da desesperança e do descontentamento.

Aqui está a situação encontrada nos domicílios do País em 1982, e comparada à situação existente no Brasil em 1960.

DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS

	1960	1982	
Domicílios			
Totais	13.475.472	27.401.345	103,34%
Rurais	6.924.688	7.157.831	+202%
Urbano	6.550.784	20.243.514	
Próprio	7.739.077	16.967.496	
Alugados	3.027.210	6.123.510	

Cedidos	2.709.185	4.303.888
Sem Declar/	0	6.451
Com abastecimento de água		
Rede Geral	2.833.622	16.837.692
Poço ou nascente	4.465.030	6.651.500
Outras Formas		
abast.	6.176.820	3.912.153
e sem decl/		
C/fogão a gás	2.467.257	25.559.939
C/fogão a carvão	717.838	0
C/fogão a lenha	8.258.243	0
C/fogão a óleo x quer.	395.768	0
Sem declar.	0	1.841.406
e outros		
Instalação Sanitária		
Esgoto	6.862.327	21.883.935
Sem declar.	0	5.517.410
e outros		
Iluminação Elétrica	5.209.987	20.845.316
Outros e sem declar.	0	6.556.029
Geladeira	1.530.712	15.758.984
Não tem e não declarou	0	11.642.361
Moradores Permanentes:		
Urbanos	31.593.254	87.672.562
Rurais	37.575.184	35.532.312
Totais Mor.	69.168.438	123.204.874

DOMICÍLIOS SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE E RENDIMENTOS DOS HABITANTES

— 1982 —

Faixa Salarial	Total Geral de Pessoas	Total Geral de Imóveis	Nº de Imóveis próprios	Pessoas Residentes em Imóvel próprio	Nº de Imóveis Alugados	Pessoas Residentes Em Imóvel Alugado	Nº de Imóveis Cédulas	Pessoas Residentes Em Imóveis Cédulas	Nº de Imóveis Sem Declaração	Pessoas Residentes Em Imóveis S/Declaração
Até 1 S.M.	20.773.282	5.470.159	3.398.861	13.330.190	603.103	913.472	1.466.706	5.523.482	1.489	6.138
+ 1 a 2 S.M.	27.790.363	6.227.475	3.643.027	17.144.032	1.277.112	4.723.092	1.306.159	5.917.025	1.177	6.214
+ 2 a 3 S.M.	40.993.871	8.677.469	5.256.817	26.102.008	2.344.917	9.593.028	1.073.153	5.289.096	2.582	9.793
+ de 3 S.M.	30.882.401	6.597.181	4.430.648	21.383.649	1.796.117	7.672.419	369.829	1.823.120	587	3.213
Imóveis s/ Declaração		189.487	122.873		35.166		31.136		312	
Imóveis s/ Rendimento		239.574	115.270		67.095		56.905		304	
Pessoas s/ Rendimento	799.547			413.107		219.828		164.484		2.128
Pessoas s/ Declaração de Rendimentos	905.957			619.206		155.196		129.995		1.560
Totais	122.145.421	27.401.345	16.967.496	78.992.192	6.123.510	24.277.035	4.303.888	18.847.202	6.451	28.992

Com uma população total em 1960 de 69.168.438 de moradores permanentes dos quais 31.593.254 residindo em 6.550.784 habitações urbanas e 37.575.184 morando em 6.924.688 habitações rurais, chegamos em 1982, com 123.204.874 moradores permanentes destes, 87.672.562

em 20.243.514 em casas e apartamentos nas cidades, e 35.532.312, morando em 7.157.831 casas na zona rural.

Temos, então, que com um crescimento global de 78,12% na população residente, no mesmo período, tivemos um crescimento de 2,92% nos domicílios da zona ru-

ral, enquanto na área urbana tivemos um incremento de 209,02% no número de domicílios, mas, o mais importante a ser destacado, é que, em 1960 tínhamos 7.739.077 domicílios habitados pelos proprietários e chegamos a 1982 com 16.967.496 como propriedade dos residentes, o

que equivaleu a um aumento de 119,25% no número de proprietários.

Tendo 2.833.622 domicílios abastecidos com água encanada em 1960 chegamos a 16.837.692 em 1982, equivalendo a 83,81% dos domicílios urbanos, enquanto em 1960 o índice era de 43,24%.

Em matéria de instalação sanitária (esgotos) a melhoria atinge níveis espetaculares, visto que, em 1960, tínhamos 6.862.327 domicílios dotados deste benefício e, no entanto já em 1982 atingíamos a cifra de 21.883.935 equipados com instalações sanitárias.

Na parte de instalação elétrica, partindo de 5.209.987 em 1960, época em que as nossas indústrias trabalhavam em turnos alternados por falta de energia, chegamos a 1982 com 20.845.316 domicílios plenamente atendidos, o que supera em 601.802 a totalidade dos domicílios urbanos e nos permite avaliar o grande volume de propriedades rurais que passaram a contar com este benefício.

Um outro equipamento domiciliar de grande utilidade e até de grande sentido econômico é sem dúvida, o refrigerador, a geladeira doméstica. Tínhamos em 1960, somente 1.530.712 domicílios possuindo geladeiras e em 1982, constata, 15.758.984 famílias desfrutando deste confortável e mais que útil eletrodoméstico.

Como a retratar a nossa substancial melhoria de padrão de vida e ao mesmo tempo a nossa incontida capacidade para o desperdício idiota, evoluímos de 2.467.257 fogões a gás em 1960 para chegarmos a 25.559.939 residências, usando fogão a gás em 1982, o que significa que, tendo 7.157.831 domicílios na zona rural, destes somente 1.141.406 não utilizam o gás de petróleo importado, quando têm à porta e de graça, a lenha, que termina apodrecendo.

Contando em uso, no ano de 1982, 22.642.846 aparelhos de TV para uma população residente de 123.204.874, tínhamos em relação ao todo, 1 televisor

para cada 5,44 brasileiros. Por outro lado, se tomarmos o mesmo número de televisores existentes em relação aos 20.845.316 domicílios urbanos e rurais que possuem iluminação elétrica, teremos 1,09 aparelho de TV por domicílio.

Cotejando-se os 9.416.672 autos de passeio que tínhamos em uso em 1982 com os 20.243.514 domicílios, teríamos 1 auto para cada 2,15 domicílios, ou então, 1 auto de passeio para cada 9,31 habitantes da área urbana.

No entanto, se atribuímos a totalidade dos chamados comerciais leves, que eram 1.803.793 aos 35.532.318 residentes na zona rural, teríamos 1 veículo para cada 197 habitantes, ou ainda, 1 para cada 3,96 domicílios.

Para uma idéia melhor do que significa o automóvel para um país em desenvolvimento como o Brasil, trago aqui um quadro que espelha a frota nacional de veículos, como também um outro, comparando-nos a países cujas rendas se assemelham à nossa.

Aqui estão:

FROTA NACIONAL DE VEÍCULOS, POR ANO DE FABRICAÇÃO

Tipo		Total 1982	até 1973	Ano de fabricação								
				1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Autos de	Passeio	9.032.462	2.649.976	739.110	710.920	800.240	749.800	877.510	846.496	729.339	434.103	494.652
Autos Fab.	Estrang.	176.665	117.956	21.192	9.721	5.997	6.093	8.407	1.370	720	—	—
Autos não	identif.	207.545	62.572	12.793	10.602	12.099	16.355	20.943	25.320	25.911	—	—
SUB	TOTAL	9.416.672	2.830.504									
Comerciais	Leves	1.803.793	415.761				48.388	50.371	199.381	316.741	260.527	289.459
13.463		73.141	76.581				12.244	11.807	10.336	8.690	11.960	13.142
Transp.	Coletivos	140.995	46.145	7.147	8.488	11.036	88.034	81.563	76.194	65.670	77.105	54.312
Transp.	Cargas	1.049.392	390.007	68.770	72.398	75.339						
TOTAL		12.410.852										

FROTA MUNDIAL DE AUTOMÓVEIS

Brasil	1978	1979	1980	1981	1982
Renda per capita	US\$ 1.523	US\$ 1.570	US\$ 1.625	US\$ 1.555	
Auto p/ hab	13,76		11,06	10,60	9,93
População	116.393.000	118.000.000	119.070.000	122.162.000	123.204.074
Chile					
Renda per capita	US\$ 7/2	US\$ 1.520	US\$ 1.612	US\$ 1.648	
Auto p/ hab	32,6	28,2	24,5	22,4	
População	10.957.000	10.918.000	11.104.000	11.294.000	
México					
Renda per capita	US\$ 1.244	US\$ 1.540	US\$ 1.868	US\$ 1.963	
Auto p/ hab.			16,7		
População			67.405.700		
Grécia					
Renda per capita	US\$ 3.209				
Auto p/ hab.	12,5	11,2	11,0	10,60	
População	9.300.000	9.400.000	9.700.000	9.700.000	

Com uma renda per capita decrescendo de maneira acentuada em 1980, quando ainda conseguimos atingir US\$ 1.652, tínhamos um veículo para cada 11,06 habitantes e em 1982 para cada 9,31 habitantes. Ora, se em 1981 só tínhamos atingido US\$ 1.555 per capita, tudo indica que em 1982 a nossa renda foi menor ainda em face da recessão que vem sofrendo a nossa economia.

Valendo notar que países com problemas semelhantes aos nossos e níveis de renda per capita mais ou menos iguais, contudo, por serem mais previdentes, já voltaram ao patamar de índices crescentes, e, apesar da crise, como é o caso do Chile e México, contentaram-se em ter

um número bem menor de conforto, tendo o Chile em 1981 uma renda de US\$ 1.688, tinha um auto para 22,4 habitantes, ou seja, com renda maior limitaram-se à metade do que tínhamos. O México, com uma renda maior, atingindo US\$ 1.868 em 1980, tinha um auto para cada 24,5 habitantes.

Somente a Grécia, com uma renda de US\$ 3.209, o que correspondia ao dobro da nossa, tinha em 1980 um auto para cada 10,60 habitantes, igual quantidade que tínhamos no Brasil, mas, vale repetir, com uma renda que correspondia mais do dobro do que obtínhamos naquele ano.

Resalte-se, do quadro que espelha a "frota nacional de veículo", o extraordinário crescimento do número de ônibus para transporte coletivo, que eram 46.145 em 1973 e atingem 140.995 em 1982.

Na área do transporte de cargas, tínhamos 390.007 caminhões em 1973 e chegamos a 1.049.392 em 1982.

É importante assinalar especialmente, para retratar a nossa irrefreável vocação para gastarmos o que não é nosso e não podemos pagar, em 1973, quando eclodia a crise do petróleo, tínhamos em uso 2.830.504 autos de passeio e, no entanto, mesmo com o gigantesco agrava-

mento da crise do petróleo e os seus terríveis efeitos entre nós, como demonstrado, chegamos em 1982 com 9.416.672 autos, ou seja, quase 3,5 vezes do que tínhamos nove anos antes.

Enquanto os países de economias mais consolidadas em face da crise do petróleo frearam e reduziram o consumo, as nossas autoridades, caracterizando mais uma vez a nossa pouca resistência às pressões dos distributivistas, permitiram dobrássemos as nossas importações de petróleo, partindo de 29.287 (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e sete mil) metros cúbicos em 1978, para atingirmos 55.504 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e quatro mil) metros cúbicos em 1979, enquanto sangrávamos o País com emissão de ORTN para subsidiar o consumo de petróleo, fomos encilhando uma formidável dívida externa. Aqui está, Sr. Presidente, o quadro que retrata as citadas importações de petróleo:

**PETRÓLEO BRUTO PROCESSADO,
SEGUNDO A ORIGEM
1972/81.
PETRÓLEO BRUTO PROCESSADO
(1.000m³)**

Anos	Total	Nacional	Importado
1972	38009	8.722	29.287
1973	45.239	9.00	36.239
1974	47.633	9.776	37.837
1975	51.804	9.004	42.800
1976	54.922	9.457	45.465
1977	56.048	9.554	46.494
1978	62.408	9.628	52.780
1979	65.617	9.113	55.504
1980	63.156	10.206	52.950
1981	60.904	10.963	49.941

Sem pretender, Sr. Presidente, nem mesmo de longe ignorar, deixar de reconhecer ou mesmo querer minimizar o volume de pobreza que desgraciadamente perdura entre nós, mas tão-somente colocar as coisas nas suas reais proporções e que aprofundi a minha atenção nos dados do ENDEF, sobretudo no aspecto de equipamentos domiciliares mais notáveis e dos quais foi possível uma comparação com o existente em 1960, para termos uma idéia objetiva quanto aos efeitos do desenvolvimento do período em relação ao padrão de vida brasileiro.

É este cotejo, Sr. Presidente, fazia-se necessário e urgente, em face da pregação constante dos distributivistas de que os pobres ficaram mais pobres e os ricos ficaram cada vez mais ricos, portanto, pelo que vimos até aqui, a verdade não está com os pregadores da agitação e do descontentamento, mas vejamos a situação das rendas dos habitantes dos domicílios pesquisados.

Como se vê, Sr. Presidente, sob a faixa de até 1 SM nível de renda considerado pelos técnicos do Banco Mundial como faixa da pobreza no Brasil, temos 20.773.282 patrícios nossos, habitando 5.470.159 domicílios urbanos e rurais, sendo que do total dos domicílios, 3.398.861, são de propriedade dos moradores, 603.103 são alugados, 1.466.706 são cedidos, e finalmente, 1.488 domicílios não têm declaração, acima da chamada linha da pobreza c/ rendimentos de 1 a 2 SM verificamos 27.790.363 residentes em 6.227.475 domicílios dos quais 3.643.027 são próprios, 1.277.112 são alugados, 1.306.159 são cedidos e finalmente 1.177 domicílios são habitados sem declaração a respeito de condição de locação.

Na faixa chamada nível médio ou classe média, com rendimento mensal de mais de 2 a 5 SM temos 40.993.871 residentes, em 8.677.469 domicílios, dos

quais, 5.256.817 são próprios, 2.344.817 são de aluguel, 1.073.153 cedidos e 2.582 que não declararam as condições da ocupação.

Para a chamada classe alta, de rendas acima de 5 SM encontramos 30.882.401 pessoas residindo em 6.597.181 habitações e destas, 4.430.648 pertencentes aos moradores, 1.796.117 alugadas, 369.829 cedidas e 587 sem declaração sobre as condições da locação.

Seja pelo número de domicílios, 10.433.849 (38,07%) do total, sob as designações de alugadas, cedidas e sem declaração os quais abrigando, 43.153.229 almas, levamos a pensar numa efetiva subestimação da renda dos declarantes, mas de qualquer forma, como a corroborar a idéia da subestimação de rendimentos, bastaria ter em vista que, 13.692.730 residências construídas na área urbana a partir de 1960 destas, 4.474.000 foram financiadas através do BNH e do sistema brasileiro de poupança e empréstimos, além das aplicações de mais de um (1) trilhão de cruzeiros, através do RECON, para financiar materiais de construção.

Não satisfeito com os dados do ENDEF, mais que auspiciosos, sem nenhuma dúvida para os que preocuparam-se sinceramente e querem uma solução sensata e justa para os mais que indesejáveis desníveis acentuados de vida da nossa gente, busquei outros métodos de pesquisas e outros sistemas de informações, vejamo-los com os números que retratam os anos de 1960 e 1980.

Aqui temos um quadro que retrata as populações totais, Pop. Economicamente Ativas totais (10 anos e mais idade) a população efetivamente ocupada e os rendimentos por faixas salariais nos 2 períodos, anos de 1960/1980.

**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE
E VALOR MÉDIO SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL,
POR SEXO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
E O RENDIMENTO MÉDIO MENSAL
(1960 E 1980)**

Situação de Domicílio e Rendimento Médio Mensal	Total Geral	ANO ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS EXTRATIVAS			1960 ATIVIDADES URBANAS		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Totais	48.828.654	24.965.618	23.218.677	1.756.941	23.863.036	17.391.936	6.471.100
Até 1/2 SM	4.788.174	3.046.507	2.752.353	294.154	1.741.667	547.845	1.193.822
+ de 1/2 a 1 SM	5.705.774	3.864.073	3.694.654	169.419	1.841.701	1.296.337	545.364
+ de 1 a 2 SM	3.585.504	1.217.505	1.198.504	19.001	2.367.999	1.994.623	373.376
+ de 2 a 3 SM	3.259.538	1.106.821	1.089.548	17.273	2.152.717	1.813.294	339.423
+ de 3 a 5 SM	1.955.740	664.093	653.729	10.364	1.291.647	1.087.977	203.670
+ de 5 a 10 SM	649.165	79.898	78.727	1.171	569.267	537.120	32.147
+ de 10 a 20 SM	—	—	—	—	—	—	—
+ de 20 SM	—	—	—	—	—	—	—
Sem rendimentos	28.509.690	14.874.622	13.635.070	1.239.552	13.635.068	9.916.413	3.718.655
Sem declaração	385.069	122.099	116.092	6.007	262.970	198.327	64.643
Inativos C/rend.	1.215.876	—	—	—	—	—	—
Pop. trabalhando	19.943.895	9.978.897	9.467.515	511.382	9.964.998	7.277.196	2.687.802
% Total Geral	40,82%	—	—	—	—	—	—

**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE
E VALOR MÉDIO SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL,
POR SEXO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
E O RENDIMENTO MÉDIO MENSAL —
(1960 e 1980)**

Total	ANO 1980						(%)	(%)
	ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS EXTRATIVAS			ATIVIDADES URBANAS			Do total	Do total
Geral	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Geral 1960	Geral 1980
88.149.948	27.024.896	14.010.094	13.014.802	61.125.052	29.444.496	31.680.556	100,0	100,0
7.710.534	3.495.152	2.163.111	1.332.041	4.215.382	1.438.214	2.777.168	9,8	8,8
10.570.316	4.102.669	3.534.788	567.881	6.467.647	3.406.608	3.061.039	11,7	12,0
13.204.513	3.051.765	2.815.766	235.999	10.152.748	6.640.226	3.512.522	7,3	14,9
5.539.320	785.038	740.872	44.166	4.754.282	3.593.740	1.160.542	6,8	6,3
4.852.129	521.243	497.409	23.834	4.330.886	3.331.786	999.100	4,1	5,0
3.245.335	234.161	224.944	9.217	3.011.174	2.391.504	610.670	1,3	3,7
1.384.700	80.069	77.840	2.229	1.304.631	1.120.707	183.924	—	1,5
659.440	42.999	42.428	571	616.441	575.885	40.556	—	0,7
40.746.017	14.654.032	3.876.108	10.777.924	26.091.985	6.870.335	19.221.650	58,4	46,2
237.644	57.768	36.828	20.940	179.876	75.491	104.385	0,6	0,3
7.779.229								
47.166.287	12.313.096	10.097.158	2.215.938	34.853.191	22.498.670	12.354.521		
53,51%								

Examinando o Quadro nº 37-A, temos a seguinte situação:

Em 1960 tínhamos 1.215.876 aposentados e pensionistas permanentes.

Em 1980, 7.779.229 aposentados e pensionistas permanentes.

Como se vê, em 1960 sobre uma população de 70.119.071 habitantes, encontramos 19.943.895 com rendimentos, sendo 52,59% até 1 S.M., 17,98% de 1 a 2 S.M., 26,16% de 2 a 5 S.M., e somente 3,26% dos rendimentos acima dos 5 S.M., significando que, em 1960, somente 40,82%, da população economicamente ativa tinha rendimentos ou então, só 28,43% da população total tinha rendimentos.

Em 1980 para uma população geral 119.070.865 habitantes e uma população economicamente ativa de 88.149.948, tínhamos 47.166.287 com rendimentos, já aí, revelando um perfil bem melhor, ou seja, 39,61% sobre a população geral e 53,51% sobre a população economicamente ativa, e o que é muito significativo, em termos de distribuição de rendas visto, que, em 1960, 59,18 da população economicamente ativa não tinha rendimentos e em 1980 este percentual caiu para 46,38.

Por outro lado, dos 52,59% que em 1960 percebiam só até 1 S.M., em 1980 este percentual caiu para 38,76%, e subindo para 28% os 17% que ganhavam de 1 a 2 S.M., embora decrescendo de 26,16% para 22,03% os que ga-

nhavam de 2 a 5 S.M., elevou-se de 3,26 para 11,21% os que recebiam acima de 5 S.M.

Examinados os rendimentos, abrangendo-se os inativos com rendimentos, no caso os aposentados e pensionistas permanentes, iremos ter um perfil acentuadamente melhor em 1980, vejamos, em 1960, somados os 19.943.895 ativos com rendimentos aos aposentados e pensionistas, chegaremos a 21.149.771 o que correspondeu a 30,16% em relação a população geral de 1960 e em 1980 com 47.166.287 ativos com rendimentos acrescidos dos 7.779.229 aposentados e pensionistas, perfazendo 54.945.516, saltamos dos 30,16% de 1960 para 46,15% em relação a população total de 119.070.865 habitantes.

COMENTÁRIO SOBRE POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Tomando-se o número dos ativos ocupados mais os aposentados e pensionistas de 1960, como vimos, temos 21.149.771 pessoas com rendimentos, o que significou 43,31% sobre a população economicamente ativa, total, que era de 48.828.654 pessoas.

Em 1980, somados os ativos ocupados aos pensionistas e aposentados chegamos a 54.945.516 pessoas com rendimento para uma população economicamente ativa total de 88.149.948, elevando de 43,31% (de 1960) para 62,33% o percentual das pessoas acima de 10 anos e mais idade com rendimento.

Valendo notar que o crescimento populacional geral no período foi de 69,81% enquanto a população economicamente ativa cresceu 80,52% e o que é mais significativo, além da substancial elevação dos rendimentos para os patamares superiores, foi o incremento verificado no número das pessoas com rendimento nos 20 anos comparado que atingiu 159,80%, ou seja, de 2 vezes o índice de crescimento populacional.

Com a substancial elevação dos padrões de rendimentos fomos obrigados para melhor ordenamento e compreensão dos comparativos, entre os anos de 1960 e 1980, tivemos que englobar nos totais da coluna de acima de 5 S.M., todos os rendimentos acima de 10 S.M. como também os acima de 20 S.M., segundo o anuário IBGE, que compulsamos, em 1980, os ganhos acima de 5 S.M., estavam assim distribuídos.

3.245.335 de 5 a 10 S.M.

1.384.700 de 10 a 20 S.M. e

659.440 acima de 20 S.M. totalizando

5.289.475 o que representa, de fato, 11,21% sobre o total de rendimentos de 1980, comprimidos na "camisa de força" da coluna de "acima de 5 S.M."

Um outro dado muito representativo em relação a coluna de rendimento de até 1 S.M. é o volume de menores de 10 a 14 anos, cerca de 3,2 milhões dos quais 40%, frequentam escola e trabalhos simultaneamente, vejamos.

BRASIL 1970/1980
POPULAÇÃO DE MENORES DE
10 A 14 ANOS

Brasil	1960	1970	1980	1960/80
Menores de 10 a 14 anos	8.573.877	10.463.900	13.549.663	558,03
Fora da escola e do trabalho	4.943.080	1.467.039	650.384	- 658,02
Exclusivamente no trabalho	463.600	555.633	1.924.052	= 315,02
Simult./esc. e trab.	145.721	178.933	1.273.668	= 774,04
Só freqüentando esc.	304.476	8.262.795	9.701.559	+221,08

Com 609.321 menores, em 1960, freqüentando escola e trabalho simultaneamente, verificamos para o mesmo caso, 3.197.720 em 1980, o que significou um incremento na ordem de 355,32% no aproveitamento de menores no mercado de trabalho.

Retratando o quadro acima uma diminuição de 125,57 no número de menores fora da escola e do trabalho e um

aumento de 17,42% no número dos que só freqüentam a escola.

Por outro lado, como veremos mais adiante, além do grande aproveitamento da mão-de-obra da mulher no mercado de trabalho, temos o significativo número de 3.197.720 assalariados em 1980, menores com idade de

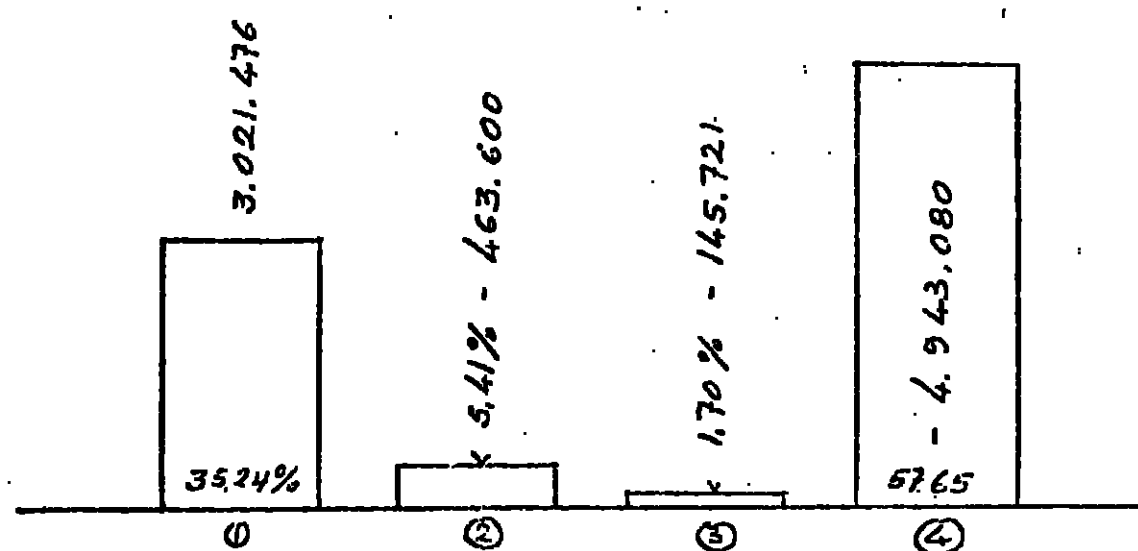
10 a 14 anos, dos quais 39,84% freqüentam escola e trabalho simultaneamente, fatos estes que demonstram mais um aspecto positivo na melhoria que vimos, apontando nos rendimentos da população.

Aqui estão 3 quadros, inclusive com gráficos para nos dar uma idéia melhor, quanto ao ingresso de menores no mercado de trabalho nos últimos 20 anos.

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE FILHOS, POR
SITUAÇÃO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR E DE ATIVIDADE
POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS — 8.573.877 — ANO 1960

1. Só freqüentando a escola	35,24	3.021.476
2. Exclusivamente trabalhando	5,41	463.600
3. Simultaneamente escola-trabalho	1,70	145.721
4. Fora da escola e do trabalho	57,65	4.943.080
	100,00	8.573.877

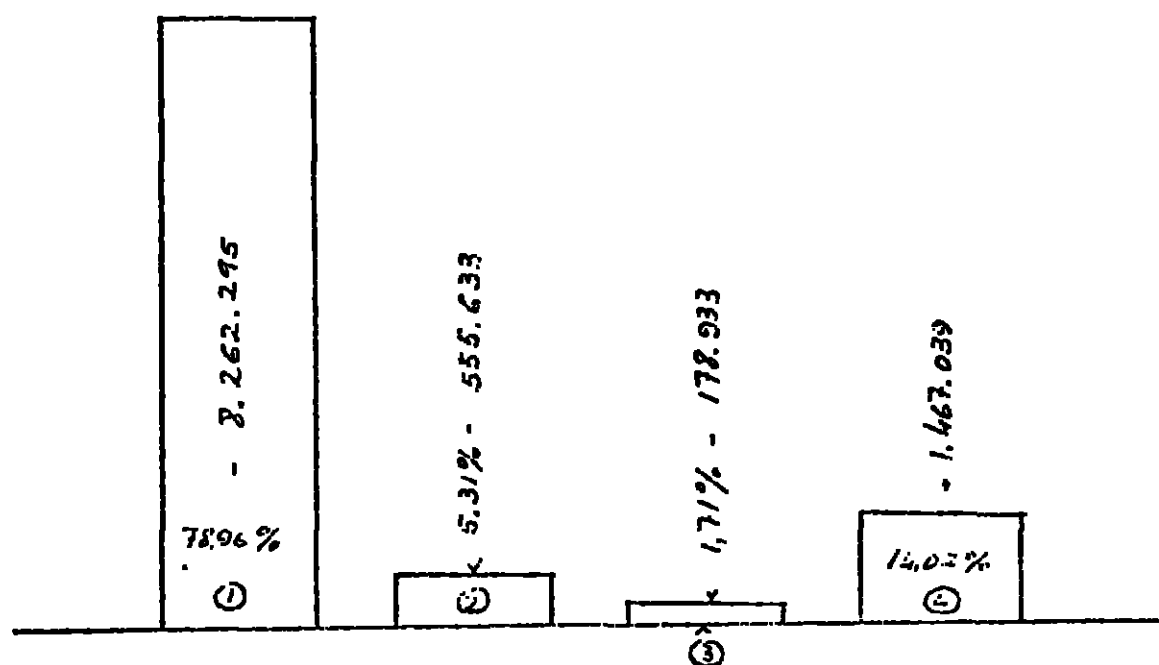
— GRÁFICO —



DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE FILHOS, POR
SITUAÇÃO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR E DE ATIVIDADE
POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS — 10.463.990 — ANO 1970

1. Só frequentando a escola	78,96%	8.262.295
2. Exclusivamente trabalhando	5,31%	555.633
3. Simultaneamente escola-trabalho	1,71%	178.933
4. Fora da escola e do trabalho	14,02%	1.467.039
	100,00%	10.463.900

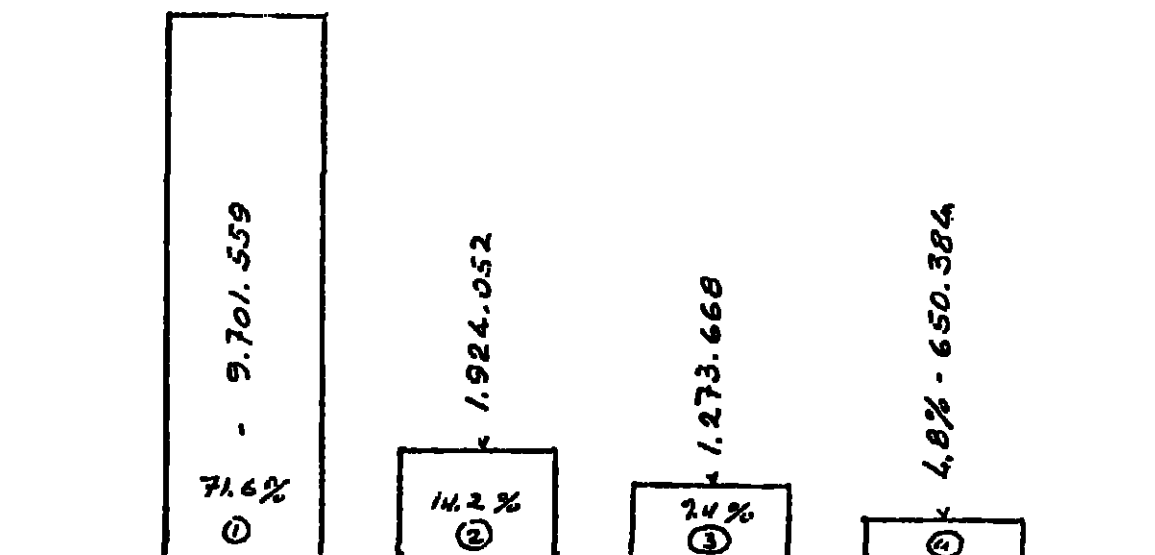
— GRÁFICO —



DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE FILHOS, POR
SITUAÇÃO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR E DE ATIVIDADE
POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS — 13.549.663 — ANO 1980

1. Só frequentando a escola	71,6%	9.701.559
2. Exclusivamente trabalhando	14,2%	1.924.052
3. Simultaneamente escola-trabalho	9,4%	1.273.668
4. Fora da escola e do trabalho	4,8%	650.384
TOTAL	100,0%	13.549.663

— GRÁFICO —



Além da acentuada incorporação de menores na força de trabalho, como demonstrado, façamos a seguir um exame comparativo abrangendo os níveis salariais urbano e rural no aproveitamento das mulheres na força de trabalho nos dois setores e nos anos em exame, teremos que, na faixa de até 1/2 S.M., em 1960 tínhamos nos dois setores um total de 4.788.174 e destes, 1.487.976 do sexo feminino; em 1980, com 7.710.534 no total tínhamos, 4.109.209 mulheres o que correspondeu a um incremento de 176,00%.

Ganhando mais de 1/2 até 1 S.M em 1960 tínhamos, no total, 5.705.774, sendo 714.783 mulheres e em 1980 o número se elevava para 3.628.920, significando, 40% de aumento.

Com rendimentos de 1 a 2 S.M, em 1960, tínhamos 3.585.504 e destes somente 392.377 mulheres e em 1980 num total de 13.204.513 as mulheres já participavam

com 3.748.521, significando um ingresso de 855% a mais de mulheres.

Englobando as faixas de 2 a 5 S.M, tínhamos um total de 5.215.278 assalariados em 1960 e destes só 570.730 mulheres e em 1980 com um total de 10.391.258 as mulheres alcançam o número de 2.227.642, mais 290% de mulheres para esta faixa salarial.

Para a faixa de 5 a 10 S.M, em 1960, tínhamos um total geral de 649.165 e destes somente 33.318 mulheres; em 1980 com 3.245.335 no total as mulheres atingiam 628.887, significando mais 1.787,5% de mulheres, as quais, como se vê, vão ocupando cada vez mais, as faixas dos salários maiores.

Somando as 2 faixas que de 10 a 20 S.M e a de acima de 20 S.M que não figuravam nas estatísticas de 1960, vejamos então, o que tivemos em 1980, num total de 2.044.140 assalariados nas citadas faixas, as mulheres atingiam 227.280.

Uma avaliação que dará um idêia do quanto melhoramos em termos de mercado de trabalho e do aproveitamento e valorização do trabalho da mulher e o fato de que, em 1960, tínhamos o aproveitamento de 511.382 mulheres na agricultura e 2.687.802 mulheres empregadas na economia urbana, significando 16,04% sobre o total geral de empregados, que eram 19.943.895. No entanto, em 1980, a participação das mulheres no volume assalariado atingiu 30,89% sobre um total geral de 47.166.287, isto porque, em 1980, tínhamos 2.215.938 mulheres na agricultura e 12.354.521 mulheres, trabalhando nas atividades urbanas.

Por outro lado, para uma visão mais panorâmica da extraordinária melhoria no padrão de rendimentos e, ao mesmo tempo, uma melhor distribuição de renda, especialmente, para a mão-de-obra feminina que foi incorporada no período de 1960/80, vejamos o quadro que se segue:

1980 — Total Geral — Renda Mensal			Total Geral — 1960 — Renda Mensal		
Até 1/2 SM	7.710.534 X 0,50 =	3.855.267,0	4.788.173 X 0,50 =	2.394.086	
Até 1 SM	10.570.316 X 0,75 =	7.927.737,0	5.705.774 X 0,75 =	4.279.330	
+ de 1 a 2 SM	13.204.513 X 1,50 =	19.806.769,5	3.585.504 X 1,50 =	5.378.256	
+ de 2 a 3 SM	5.539.320 X 2,50 =	13.848.300,0	3.259.538 X 2,50 =	8.148.845	
+ de 3 a 5 MS	4.852.129 X 4,00 =	19.408.516,0	1.955.740 X 4,00 =	7.822.960	
+ de 5 a 10 SM	3.245.335 X 7,50 =	24.340.012,5	649.165 X 7,50 =	4.868.737	
+ de 10 a 20 SM	1.384.700 X 15,00 =	20.770.500,0	—	—	
+ de 20 SM	659.440 X 20,00 =	13.188.800,0	—	—	
	47.166.287	123.145.901,0	19.943.895	32.892.215	
	= 2,61 SM		= 1,65 SM		
1980 — Mulheres — SM/ Renda Mensal			Mulheres/SM/1960/Renda Mensal		
Até 1/2 SM	4.109.209 X 0,50 =	2.054.604,5	1.487.976 X 0,50 =	743.988,0	
Até 1 SM	3.628.920 X 0,75 =	2.721.690,0	714.783 X 0,75 =	536.087,0	
+ de 1 a 2 SM	3.748.521 X 1,50 =	5.622.781,5	392.377 X 1,50 =	588.565,0	
+ de 2 a 3 SM	1.204.708 X 2,50 =	3.011.770,0	356.696 X 2,50 =	891.740,0	
+ de 3 a 5 SM	1.022.934 X 4,00 =	4.091.736,0	214.034 X 4,00 =	856.136,0	
+ de 5 a 10 SM	628.887 X 7,50 =	4.716.652,5	33.318 X 7,50 =	249.885,0	
+ de 10 a 20 SM	186.153 X 15,00 =	2.792.295,0	—	—	
+ de 20 SM	41.127 X 20,00 =	822.540,0	—	—	
	14.570.459	25.834.069,5	3.199.184	3.866.401,0	
	= 1,77 SM		= 1,21 SM		
Participação das mulheres no nº de emprego			1960 (%)	1980 (%)	Variação (%)
Participação das mulheres na massa salarial			16,04	30,89	= 92,60
			11,76	21,15	= 80,00

Como se vê, em 1960, para 19.943.895 pessoas trabalhando, eram pagos 32.892.215 salários mínimos, o que corresponde a 1,65 salários mínimos per capita. Em 1980, para 47.166.287 pessoas que trabalhavam, rendeu o total de 123.145.901 salários mínimos, equivalendo, já aí, 2,61 salários mínimos per capita mensais.

Mas, como salientando, o que retrata com fidelidade melhor e maior participação na renda, é o que se verifi-

cou no período, em relação a mão-de-obra feminina, também em termos quantitativos.

Com 3.199.184 mulheres trabalhando e percebendo 2.866.401 salários mínimos, por mês, em 1960, o que correspondia a 1,21 salários mínimos mensal per capita e uma participação na massa salarial mensal na ordem de 11,76%. Já em 1980, vamos encontrar 14.570.496 mulheres, participando ou recebendo 25.834.069,5 salários mínimos mensais, equivalendo a 1,77 salários mínimos

per capita mensal e participação de 21,15% na massa mensal total de salários, valendo ressaltar, que a participação de mulheres, no número de empregos cresceu em relação a 1960, em 355%.

Outro fator que induz a subestimação da renda real é o sistema de vida no meio rural, com larga faixa de produção para subsistência (autoconsumo), mas mesmo sem termos como apropriar a subestimação de renda, vejamos:

**PARTICIPAÇÃO DO SETOR RURAL: MASSA SALARIAL
NÚMERO DE EMPREGADOS; APROPRIADA NOS ANOS 1960—1980**

Faixa salarial	1960		1980		1960		1980			
	Nº de assalariados empregados	Fator	Nº de salários	Nº de assalariados empregados	Fator	Nº de salários	% Empreg.	% Salár.	% Empreg.	% Salár.
							30,53	12,41	28,39	10,12
							38,72	23,62	33,32	17,82
Até 1/2 SM	3.046.507	0,50	1.523.253	3.495.152	0,50	1.747.576	12,20	14,88	24,78	26,51
De 1/2 a 1 SM	3.864.073	0,75	2.898.054	4.102.669	0,75	3.077.001	11,09	22,55	6,38	11,37
De 1 a 2 SM	1.217.505	1,50	1.826.257	3.051.765	1,50	4.577.647	6,65	21,65	4,23	12,07
De 2 a 3 SM	1.106.821	2,50	2.767.052	785.038	2,50	1.962.595	0,81	4,89	1,90	10,17
De 3 a 5 SM	664.093	4,00	2.656.372	521.243	4,00	2.084.972	—	—	0,65	6,96
De 5 a 10 SM	79.898	7,50	599.235	234.161	7,50	1.756.207	—	—	0,35	4,98
De 10 a 20 SM	—	—	—	80.069	15,00	1.201.035				
+ de 20 SM	—	—	—	42.999	20,00	859.980				
Total	9.978.897	—	12.270.233	12.313.096	—	17.267.013	100,00	100,00	100,00	100,00

Relação 1,23 SM "per capita"

Em 1960, a faixa de até 1 SM; 6.892.580 de assalariados, absorvia 69,25% de todo o trabalho, e, este, participava tão somente em 36,03% dos salários.

Relação 1,40 SM "per capita"

Em 1980, observa-se uma melhoria ou deslocamento para a faixa superior, mas mesmo assim tivemos 61,71% na faixa de até 1 SM e participando a mesma, somente com 27,94% sobre os salários.

Na classe de 01 a 02 salários mínimos, a duplicação da renda e no número de participantes, de 02 a 05 ocorreu

elevação dos assalariados para patamares mais altos, na faixa de 03 a 05 foram mantidos os percentuais,

notando-se o mesmo equilíbrio na faixa de 05 a 10 salários mínimos, ressaltando as faixas de 10 a 20 e de mais de 20 salários mínimos, que anteriormente não existiam.

Observa-se ainda um crescimento de 23,38% na mão-de-obra rural no período de 1960/80, com o que temos:

A) — Mão-de-Obra Agrícola —

B) — Mão-de-Obra Agrícola —

Incremento da Mão-de-Obra 1960/80

1980 — 12.313.096

1960 — 9.978.897

2.334.199 ou

23,38%

Para uma compreensão melhor da participação rural na massa mensal de salários e mão-de-obra empregada, vejamos os números a seguir:

	1980	%	1960	%
Empregos totais	47.166.287	100,00	19.943.895	100,00
Empregos Rurais	12.313.096	26,11	9.978.897	50,03
Emp. Urbanos	34.853.191	73,89	9.964.998	49,97
Salários Totais	123.145.902	100,00	32.892.215	100,00
Salários Rurais	17.267.013	14,02	12.270.223	37,30
Salários Urbanos	105.878.889	85,98	20.621.892	62,70

Vê-se, pois, que em 1960, utilizando 50,03% da mão-de-obra, recebeu 37,30% dos salários mínimos. Em 1980,

com 26,11 da mão-de-obra, participa só em 14,02% dos rendimentos.

A seguir, examinaremos o quadro que espelha toda a evolução e mobilidade das faixas salariais no período de 1960/1980.

PARTICIPAÇÃO DA PEA POR FAIXAS SALARIAIS NA RENDA TOTAL POR SALÁRIOS MÍNIMOS

Classe de Renda	1960			1980		
	PEA — Renda —	48.892.215 S.M. 32.892.215 S.M.		PEA — Renda —	88.948 123.145.901 S.M.	
	Renda em S.M.	PEA Pop. %	% Renda	Renda em S.M.	PEA Pop. %	% Renda
Até 1/2 S.M.	2.394.086	9,80	7,28	3.855.267	8,75	3,13
1/2 a 1	4.279.330	11,69	13,02	7.927.937	11,99	6,44
1 a 2	5.378.256	7,34	16,35	19.806.769	14,98	16,08
2 a 3	8.148.845	6,68	24,77	13.848.300	6,28	11,25
3 a 5	7.822.960	4,00	23,78	19.408.516	5,50	15,76
5 a 10	4.868.737	1,33	14,80	24.340.012	3,68	19,77
10 a 20				33.959.300	2,32	27,58
	32.892.215		100,00	123.145.901		100,00

1960			Classificação	1980			Classificação
SM	PEA %	Renda %		PEA %	Renda %		
1/2	9,80	7,28	Indigente	8,75	3,13	Indigente	
1/2 a 1	11,69	13,01	Pobre inferior	11,98	6,44	Pobre inferior	
1 a 2	7,34	16,35	Pobre	14,98	16,08	Pobre	
2 a 3	6,68	24,77	Média inferior	6,28	11,25	Média inferior	
3 a 5	4,00	23,78	Média	5,50	15,76	Média	
5 a 10	10,68	48,55		11,78	27,01	Média Alta	
+ 10	1,30	14,80	Média alta	2,32	27,58	Alta	

Do quadro que retrata a participação da População Economicamente Ativa, por faixas salariais na renda total por salários mínimos, entre os anos de 1960 e 1980, temos uma redução substancial em termos dos percentuais da PEA, que figuravam na faixa indigência, ou seja, 9,80% em 1960 para 8,75 em 1980. No entanto, em termos relativos (%) sobre a renda, aparentemente os ganhos individuais seriam menores em 1980, o que não ocorreu, porque a unidade é invariável, sempre 1/2 salário mínimo.

Na faixa de até 01 SM, em 1980, tivemos um ligeiro aumento no percentual, o que poderia indicar concentração de renda, mas entendo, conforme observações já feitas, decorre das acentuadas incorporações de menores e mulheres na PEA ocupada.

No entanto, na faixa de 01 a 02 SM, verifica-se, praticamente, o dobro dos participantes em 1980, 14,98% contra 7,34% em 1960, o que explica-se pela quase triplificação da PEA de 1980 sobre a de 1960, na faixa de mais de 02 a 03 SM. é favorecida a PEA de 1960, com um percentual de 6,68% para 6,28% em 1980, e a partir da faixa de 03 a 05 SM, e 05 a 10 SM, que somadas, abrigavam 5,33% dos assalariados na PEA de 1960, encontramos

9,18% da PEA de 1980 na faixa de 10 a 20 SM, que inexistia em 1960.

Dirão os distributivistas, mas houve concentração de rendas, os ricos estão mais ricos. É verdade, Sr. Presidente, os ricos ficaram mais ricos, mas graças a Deus, não poderão dizer, ante os números que os pobres ficaram mais pobres, visto que, em realidade, além da quase triplificação da PEA ocupada em 1960 para 1980, 47.166.287 contra 19.943.895, efetivo aumento de 136,50% enquanto o incremento populacional no período foi 69,81%. Logo o crescimento na PEA nos níveis a que atingimos só seria possível com a incorporação de menores, menores estudantes e das mulheres até então marginalizadas na força-trabalho remunerado. Por acréscimo, além dos quase incontáveis sobre-salários, os salários indiretos que inexistiam até 1960 não apareceram e são considerados nas nossas estatísticas.

Por fim, pelos números e de maneira mais simples poderemos demonstrar que a partir de 1960, se os ricos ficaram mais ricos, muitos indigentes foram tirados daquela condição, muitos pobres passaram para médios e muitos passaram para ricos, vejamos, comparando os percentuais remunerados da PEA de 1960 com o de 1980.

	1960	%	1980	%
Até um salário mínimo	10.493.948	52,61	18.280.850	38,76
01 a 02 salários mínimos	3.585.504	17,99	13.204.513	28,00
02 a 05 salários mínimos	5.215.278	26,15	10.391.449	22,03
Mais de 05 salários mínimos	649.165	3,25	5.289.475	11,21
	19.943.895	100,00	47.166.287	100,00

Temos que o 52,61% de até 01 SM, em 1960, foram reduzidos para 38,76 em 1980 e a redução, os 13,85% foram promovidos para as camadas superiores, 10,02% na imediata de 01 a 02 SM, que eram 17,98% em 1960 e passaram para 28,00% em 1980, dos 26,15% que percebiam de 02 a 05 SM em 1960, somente 22,03% não foram promovidos em 1980, os restantes todos foram elevados para a faixa acima dos 05 SM.

Bendita concentração de rendas, Sr. Presidente, que nos permitiu até 1980, absorver toda a mão-de-obra que existia disponível, mesmo crescendo desordenadamente como temos crescido em termos populacionais, ao ponto de entre 1960 a 1980, o nosso contingente humano ter aumentado na forma que se segue:

- A) — 02 vezes ao total da população da Argentina;
- B) — 02 vezes ao total da população do Canadá;
- C) — 4,5 ao total da população do Chile;
- D) — 3,5 ao total da população da Venezuela;
- E) — 3,5 ao total da população da Austrália;
- F) — 0,9 vezes ao total da população da França;
- G) — 0,9 vezes ao total da população da Grã-Bretanha;
- H) — 0,8 vezes ao total da população da Alemanha;
- I) — 0,9 vezes ao total da população da Itália;

E apesar de absorvermos todo este crescimento até 1980, de lá para cá, o que é que temos assistido, Sr. Presidente, senão a uma crescente onda de desemprego que decorre, em parte crise mundial que nos visita, mas em termos objetivos, terão que convir com o bom senso, não tem havido e não haverá criação de empregos sem capitalização, sem investimentos e o que gera capitalização, senão a acumulação do lucro? Sem concentração de rendas?

Empregos novos sem concentração de rendas, Sr. Presidente, pressupõe milagre teológico na acepção da palavra, seria pretender "omelete sem quebra de ovos" ou estancamos o consumismo desordenado exportador de divisas e moderamos, pelo menos o furioso distributivismo entre nós, ou então, vamos aguardar a piedade dos céus para que chova pão e mel no Brasil.

Para se ter uma idéia das dificuldades até aqui transpostas para propiciar empregos ao enorme contingente humano que estava marginalizado do mercado de trabalho e aos novos que nasceram após a fase de modernização da nossa economia, e o quanto nos resta fazer em termos de capitalização e os consequentes investimentos, vejamos um estudo que aqui trago da área de empregos e salários do MT que espelha a evolução e a modalidade da PEA de setores e explicar a nossa impotência para atender satisfatoriamente a quantos trabalham e legitimamente aspiram um melhor padrão de vida.

Veremos como e porque tem sido difícil ao governo coordenar as nossas contradições congênicas, as decorrentes das grandes transformações que temos sofrido, como também atender à orquestração do distributivismo, desta fábrica de angústias que não busca soluções, pelo contrário, cinkamente nos impede a capitalização de poupanças internas e nos remetem para os empréstimos externos para financiar a criação de empregos e subempregos que, em última análise, está mais provado, é bem melhor que o desemprego puro e simples em que nos mantinham, quando no governo, muitos dos distributivistas de hoje; aqui está:

QUADRO 1
CARACTERÍSTICAS DA EVOLUÇÃO DA PEA BRASILEIRA POR SETOR DE ATIVIDADE
1950-1980

Setor de Atividade	1950		1960		1970		1980*	
Econômica	PEA	% PEA	PEA	% PEA	PEA	% PEA	PEA	% PEA
Agrícola	10.252.839	59,90	12.276.908	53,96	13.087.521	44,28	13.109.415	29,93
Secundário	2.427.364	14,18	3.012.604	13,24	5.424.362	18,35	10.674.977	24,37
Terciário	4.231.947	14,72	6.683.035	29,38	9.674.957	32,73	17.873.618	40,81
Outras Ativ.	205.212	1,20	777.481	3,42	1.370.384	4,64	1.255.815	2,87
TOTAL	17.117.362	100,00	22.750.028	100,00	29.557.224	100,00	43.796.763**	100,00

FONTE: Censo Demográfico — FIBGE.

* Tabulações Avancadas do Censo Demográfico de 1980.

** Inclusive as 682.938 pessoas que estão procurando trabalho.

QUADRO 2
CARACTERÍSTICAS DA EVOLUÇÃO DA PEA BRASILEIRA POR SETOR DE ATIVIDADE
1950-1980

Setor de Atividade	1950		1960		1970		1980*	
Econômica	PEA	% PEA	PEA	% PEA	PEA	% PEA	PEA	% PEA
AGRÍCOLA	10.252.839	59,90	12.276.908	53,96	13.087.521	44,28	13.109.415	29,93
SECUNDÁRIO	2.427.364	14,18	3.012.604	13,24	5.424.362	18,35	10.674.977	24,37
Ind. Transf.	1.608.309	9,39	1.954.227	8,59	3.241.861	10,97	6.858.598	15,66
Ind. Const.	584.644	3,42	781.237	3,43	1.719.714	5,82	3.151.094	7,19
Out. Ativ.								
Ind.	234.411	1,17	277.140	1,22	462.787	1,56	665.285	1,52
TERCIÁRIO	4.231.947	24,72	6.683.035	29,38	9.674.957	32,73	17.873.618	40,81
Com. Merc.	958.509	5,60	1.486.797	6,54	2.263.539	7,66	4.111.307	9,39
Prest. Serv.	1.672.802	9,77	2.745.958	12,08	3.626.494	12,27	7.089.709	16,18
Trans. e								
Comunic.	689.319	4,03	1.047.433	4,60	1.226.713	4,15	1.815.541	4,15
Social	398.673	2,33	689.943	3,03	1.405.870	4,76	3.044.909	6,95
Adm. Públ.	512.644	2,99	712.904	3,13	1.152.341	3,89	1.812.152	4,14
OUTRAS ATIV.	205.212	1,20	777.481	3,42	1.370.384	4,64	1.255.815	2,87
TOTAL	17.117.362	100,00	22.750.020	100,00	29.557.224	100,00	43.796.763**	100,00

FONTE: Censo Demográfico — FIBGE.

* Tabulações avançadas do Censo Demográfico de 1980.

** Inclusive as 682.938 pessoas que estão procurando trabalho.

O problema do emprego em qualquer país se torna prioritário, quando o crescimento econômico é insuficiente para garantir a absorção de mão-de-obra que procura o mercado de trabalho. O crescimento demográfico não é um fenômeno somente brasileiro. Todos os países do mundo enfrentam o problema de criar novos empregos ou de garantir o nível de emprego. Não se trata de uma tarefa fácil por si mesma, já que não envolve a participação de todos setores responsáveis pelas decisões de investimento no País. A preocupação com o emprego exige a conscientização de sua importância para o equilíbrio da sociedade.

O crescimento econômico na sua dinâmica transformativa altera a estrutura da mão-de-obra disponível através do tempo. Com o aperfeiçoamento de um setor moderno, com melhores salários, localizado na zona urbana com o seu conjunto de serviços que a caracterizam, cria-se uma tendência secular de movimentação da população da zona rural para a zona urbana. Todo país que experimenta um processo de crescimento registra modificações na composição da mão-de-obra disponível. O Brasil não escapa à regra.

As informações dos quadros 1 e 2 dão uma idéia geral de como se deu esta transformação estrutural na composição da mão-de-obra. Num período de 30 anos, entre 1950 e 1980, a População Economicamente Ativa (PEA) na Agricultura, passa de um total de 10.252.839 para 13.109.415. No mesmo período, em termos relativos, a PEA passa de uma população que representa 60% da PEA agrícola, para uma que representa apenas 30%. Trata-se de uma modificação estrutural importante. No setor Secundário essa modificação se deu no sentido inverso, ou seja, a PEA no Setor Secundário, em termos absolutos, passa de 2.427.364 em 1950, para 10.674.977 em 1980. Em termos relativos, houve um aumento na participação percentual da PEA no Setor Secundário, passando de 14,18% em 1950, para 24,37% em 1980. No Setor Terciário, a PEA passa de 4.231.947 em 1950, para 17.873.618 em 1980, significando uma mudança em termos relativos, de 24,72% em 1950, para 40,81% em 1980. Assim, a maior percentagem, bem como o maior contingente da PEA brasileira se encontra no Setor Terciário.

Em outras palavras, a PEA na Agricultura está longe de dobrar entre 1950 e 1980, mas no Setor Secundário,

mais que quadruplica no mesmo período. O mesmo aconteceu no Setor Terciário. Estas informações indicam que a PEA brasileira passou, nos últimos 30 anos, de uma PEA basicamente localizada na zona rural para uma PEA tipicamente urbana. O crescimento da PEA no Setor Serviços está em torno dos 324% entre 1950 e 1980. Trata-se de uma mudança estrutural com sérias implicações em termos de política de emprego, formação de mão-de-obra e a política social em geral.

A ociosidade urbana é diferente da ociosidade rural, já que na Zona Urbana existe um maior grau de dependência entre as pessoas. O desemprego urbano cria uma situação muito difícil para as famílias e para as pessoas, uma vez que na Zona Urbana é quase impossível o auto-consumo ou a produção para subsistência. O emprego é que garante as condições de sobrevivência. Portanto, esta mudança estrutural cria, em termos de emprego, uma necessidade maior de ocupações disponíveis. Nestes termos, um país onde grande parte da população está na Zona Rural, sofre uma menor pressão sobre o mercado de trabalho do que um país, cuja maioria da PEA está na Zona Urbana, como é o caso do Brasil.

Outros aspectos desta mudança estrutural também podem ser facilmente observados nos Quadros 1 e 2, entre os quais destacamos que, em 1950, a Agricultura tinha uma PEA duas vezes e meia maior do que a do Setor Terciário. Em 1980, esta situação inverte-se com o Setor Terciário, apresentando uma População Economicamente Ativa mais elevada. Em 1950, o Setor Agrícola tinha quatro vezes e meia mais trabalhadores do que o Setor Secundário, mas em 1980, este excesso era menor do que uma vez e meia.

Se quisermos examinar com mais detalhes essa mudança estrutural no período compreendido entre 1950 e 1980, podemos destacar no Setor Secundário, a Indústria de Transformação e a Indústria de Construção Civil, que se modificaram violentamente. A primeira passando, em 1950, de uma PEA de 6.858.598, representando 15,66% do total. A segunda, mais que quadruplica sua PEA, passando de um total de 584.644 em 1950, para um total de 3.151.094, em 1980. No Setor Terciário, o item de Prestação de Serviços se sobressai, ao lado do item Comércio de Mercadorias, apresentando as parcelas que aumentaram mais significativamente, no sentido de dar ao Setor Serviço a primeira posição, em termos de absorção de mão-de-obra. O item Prestação de Serviços cresce de 1.672.802, em 1950, para 7.089.709 em 1980, o que equivale a uma mudança de participação na PEA total de 9,77% para 16,18%. O item Comércio de Mercadorias, mais do que quadruplica a PEA.

Por fim, tendo em vista as mesmas informações, observamos que a PEA mais do que dobra nos 30 anos compreendidos entre 1950 e 1980. A PEA apresentou um crescimento razoável com um aumento médio geométrico anual de 3,18%.

Esta visão geral sobre a PEA deixa claro que nestes últimos 30 anos houve uma crescente pressão sobre a disponibilidade de empregos. O tipo de composição da PEA que se consolidou com o Setor Terciário, congregando cerca de quarenta por cento desta população reflete, entre outros aspectos, o esforço para absorver a mão-de-obra disponível. Este crescimento do Setor Terciário não pode ser explicado somente pelo crescimento do Setor Secundário. No caso brasileiro, houve um crescimento do Setor Terciário, independente do Setor Secundário, já que a liberação da mão-de-obra do Setor Agrícola superou a capacidade de absorção do Setor Secundário, fazendo com que o Estado assumisse um papel importante no que se refere ao aproveitamento da mão-de-obra existente. Além disso, o crescimento da desigualdade da renda fez com que as disparidades dos salários condicionassem o aparecimento de um mercado de prestação de serviços superdimensionado para a realidade brasileira.

Para se ter uma idéia mais completa do mercado de trabalho, é interessante examinar a PEA nos seus aspec-

tos gerais mais relevantes. Nesse sentido, examinaremos a PEA por sexo, a PEA por Faixa Etária, a PEA ocupada e procurando emprego, a PEA por Região e Setor de Atividade e a PEA formal e informal. Em cada um desses aspectos, podemos vislumbrar características do mercado de trabalho de suma importância para ações de curto ou de longo prazo, tanto em termos de Política de Emprego como de Formação de Mão-de-Obra.

Quando examinamos a PEA por sexo, observamos alguns aspectos de grande relevância para um melhor entendimento do Mercado de Trabalho.

Não há dúvida que a sociedade brasileira se alterou ho que se refere ao trabalho da mulher. Os quadros 3, 4 e 5, ilustram como foi a alteração da População Economicamente Ativa desde 1960, segundo o sexo. Em 1960, eram 18.673.167 milhões de homens contra 4.076.861 milhões de mulheres. Em 1970 eram 23.391.777 homens contra 6.165.447 mulheres. Em 1980, 31.757.833 para 12.038.930 mulheres. Estas informações mostram que o total de mulheres de 1960 para 1980 quadruplicou, ao passo que de 1970 a 1980, quase dobrou. Nestas duas décadas, as alterações culturais, o aumento da pobreza fez

com que a mulher começasse a participar do mercado de trabalho de uma maneira mais intensa e efetiva.

Da observação desta participação na força de trabalho, conclui-se que o crescimento desta participação foi eminentemente urbano, basta observar que no Setor Urbano de 1970 a 1980, o número de mulheres mais que dobrou, passando de 4.907.788 para 10.013.890. Dentro do Setor Urbano, destacamos outros serviços como item básico responsável por esta duplicação.

QUADRO 3
BRASIL — 1960
PEA

Setor e Ramo de Atividade Econômica	Total		Homens		Mulheres	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
RURAL*	12.408.299	54,5	11.179.959	59,9	1.228.340	30,1
URBANO	10.341.729	45,4	7.493.208	40,1	2.848.521	69,9
Indústria	2.809.317	12,3	2.315.331	12,4	493.986	12,1
Comércio	1.486.797	6,5	1.315.966	7,0	170.831	4,2
Outros Serviços	6.045.615	26,6	3.861.911	20,7	2.183.704	53,6
TOTAL	22.750.028	100,0	18.673.167	100,0	4.076.861	100,0

FONTE: Censo Demográfico de 1960 — FIBGE.

(*) Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Atividades Extrativas.

QUADRO 4
BRASIL — 1970
PEA

Setor e Ramo de Atividade Econômica	Total		Homens		Mulheres	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
RURAL*	13.090.358	44,3	11.832.699	50,6	1.257.659	20,4
URBANO	16.466.866	55,7	11.559.078	49,4	4.907.788	79,6
Indústria	5.295.427	17,9	4.659.535	19,9	635.892	10,3
Comércio	2.263.539	7,7	1.893.152	8,1	6,0	
Outros Serviços	8.907.900	30,1	5.006.391	21,4	3.901.509	63,3
TOTAL	29.557.224	100,0	23.391.777	100,0	6.165.447	100,0

FONTE: Censo Demográfico de 1970 — FIBGE.

(*) Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

QUADRO 5
BRASIL — 1980

Setor e Ramo de Atividade Econômica	Total		Homens		Mulheres	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
RURAL (Agric.)	13.109.415	29,93	11.376.454	35,82	1.732.961	14,39
URBANO	29.804.410	68,05	19.790.520	62,32	10.013.890	83,18
Indústria	10.674.977	24,37	8.885.952	27,99	1.789.025	14,86
Comércio	4.111.307	9,39	2.941.586	9,26	1.169.721	9,72
Outros Serviços	15.018.126	34,29	7.962.982	25,07	7.055.144	58,6
TOTAL	43.796.763	100,00	31.757.933	100,00	12.038.930	100,00

FONTE: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 — FIBGE.

(*) Inclusive os 590.859 homens e 292.079 mulheres que estão procurando trabalho.

Este fenômeno de crescimento da PEA feminina urbana dá ao mercado de trabalho uma característica muito interessante, ou seja, aumenta o contingente de jovens no mercado de trabalho pois as mulheres mais idosas têm restrições de outra natureza; aumenta, portanto, o total de pessoas com menos conteúdo de capital humano, ensejando medidas especiais para viabilizar a formação profissional destes grupos. Além destes problemas de capital humano, também é possível observar o crescimento

feminino nas áreas de profissão liberal como advogados, professores, engenheiros, com uma remuneração razoável e nas áreas de empregada doméstica, faxineira e prestação de serviços em geral com uma remuneração menor.

Uma característica muito importante sobre as mulheres, e que tem sérias consequências para a administração de mercado de trabalho, é a constatação da existência de um total de cerca de 32 milhões de mulheres em idade de

trabalhar, mas que se encontram fora da População Economicamente Ativa. O Quadro 6 mostra a distribuição deste contingente de mulheres por Regiões de PNAD. A Região Nordeste com 9.682.225 de mulheres, São Paulo com 6.535.852 de mulheres, o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com 5.181.145 destacam-se como as regiões onde este fenômeno é mais acentuado. Em termos relativos, entre 62,81% e 79,94 das mulheres estão fora da PEA nas diversas regiões da PNAD.

QUADRO 6
PESSOAS QUE ESTÃO NA FORÇA DO TRABALHO E FORA DA PEA
1980

SEXO	REGIÃO	R 1 RJ	R 2 SP	R 3 PR,SC,RS	R 4 MG,ES	R 5 NE	R 6 DF	R 7 NORTE, MT, GO	TOTAL
	ABSOLUTO	1.350.697	2.333.798	1.779.540	1.562.998	3.414.011	112.118	1.143.467	11.696.757
HOMENS	% EM RELAÇÃO A FORÇA DE TRABALHO/ HOMENS	31,11	24,22	24,75	27,60	28,83	27,06	26,18	26,92
	ABSOLUTO	3.236.919	6.535.952	5.181.145	4.420.629	9.682.255	280.167	3.319.136	32.656.428
MULHERES	% EM RELAÇÃO A FORÇA DE TRABALHO/ MULHERES	69,72	67,22	71,21	76,91	76,19	62,81	79,94	73,06
	ABSOLUTO	4.587.616	8.869.650	6.960.685	5.983.627	13.096.266	392.275	4.462.603	44.353.185
TOTAL	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DA	51,06	45,82	48,12	52,44	53,34	45,59	52,38	50,32

FONTE: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 — FIBGE.

Estas características do mercado de trabalho sobre a presença feminina exigem, por parte das autoridades governamentais, uma certa preocupação no sentido de mantê-las empregadas sem a discriminação por um lado e o aviltamento salarial pelo outro. A existência de uma enorme força de trabalho feminina fora da PEA exigirá das autoridades uma mudança em suas metas de formação profissional, procurando oferecer maiores oportunidades de treinamento do sexo oposto.

A PEA, estudada segundo a faixa etária, pode complementar a informações sobre a sua composição por setores econômicos, qualificando-a para fins de treinamento ou formação profissional.

Uma PEA envelhecida é muito rígida em termos de treinamento, mas é, relativamente, mais qualificada em termos de tecnologia existente, uma vez que o treinamento no trabalho é de suma importância na qualificação da mão-de-obra. Uma PEA mais jovem é menos rígida em termos de treinamento, mas é menos qualificada em termos da tecnologia existente, devido a pouca experiência adquirida. A composição etária tem grande importância na determinação de outras características. A composição etária tem grande importância na determinação de outras características da sociedade, tais como o grau de mobilidade de seus membros, a produtividade e o grau de desigualdade das rendas das pessoas, etc.

Do ponto de vista de uma política de emprego a composição etária da população é importante para o estabelecimento de uma política de formação de mão-de-obra que possa gerar o maior retorno, em termos econômicos. Além disso, é muito importante, quando do estabelecimento de incentivos para a criação de ocupações. Se as pessoas que estão procurando emprego, na sua maioria, são menores de 18 anos, o tipo de criação de emprego que se deve incentivar será diferente se a maioria que procura emprego tiver uma idade acima dos quarenta anos. Não há dúvida de que a informação da idade deve ser complementada, também, com outras informações de formação profissional, experiência no trabalho, etc.

As informações do quadro 7, complementadas pelas figuras 1 e 2, dão-nos uma idéia, ainda que limitada, da composição etária da PEA no Brasil em 1980. Dada a população por faixa etária, outra informação importante é o percentual de pessoas de cada faixa que faz parte da PEA, isto é, uma taxa de ocupação por faixa etária. Tanto o quadro 6 como as figuras 1 e 2 indicam que a taxa de ocupação é menor para idades inferiores a 19 anos e para idades superiores a 49 anos. As demais faixas etárias têm uma taxa de ocupação entre 62,2% e 66,2%. A faixa dos 25 a 29 anos apresenta a maior taxa de ocupação, uma vez que das 9.709.453 pessoas da população, 6.426.853 fazem parte da PEA. Em termos absolutos, esta faixa

etária com maior população congrega 14,7% do total da PEA. Cumulativamente, observamos que 71,9% da População Economicamente Ativa tem no máximo 39 anos.

A taxa de ocupação da população apresenta-se de acordo com as características esperadas, isto é, uma taxa de ocupação menor para os jovens e para os velhos. Os jovens, por causa da educação e por falta de experiência, têm mais dificuldade em arranjar emprego, além disso, certos problemas institucionais, como prestar serviço militar os tornam menos procurados pelas empresas. Os velhos, em virtude da aposentadoria e da depreciação do seu capital humano, ou ainda pela concorrência de grupos mais jovens na oferta da mão-de-obra. Estas condições observadas graficamente mostram uma curva que cresce com a idade, atinge um máximo e decresce.

Por outro lado, a percentagem de pessoas da população com 10 anos ou mais, fora da PEA por faixa etária, decresce com o aumento da idade, atinge um mínimo e depois volta a crescer a partir dos 49 anos, sugerindo um gráfico em forma de "U", como é o caso da figura 2.

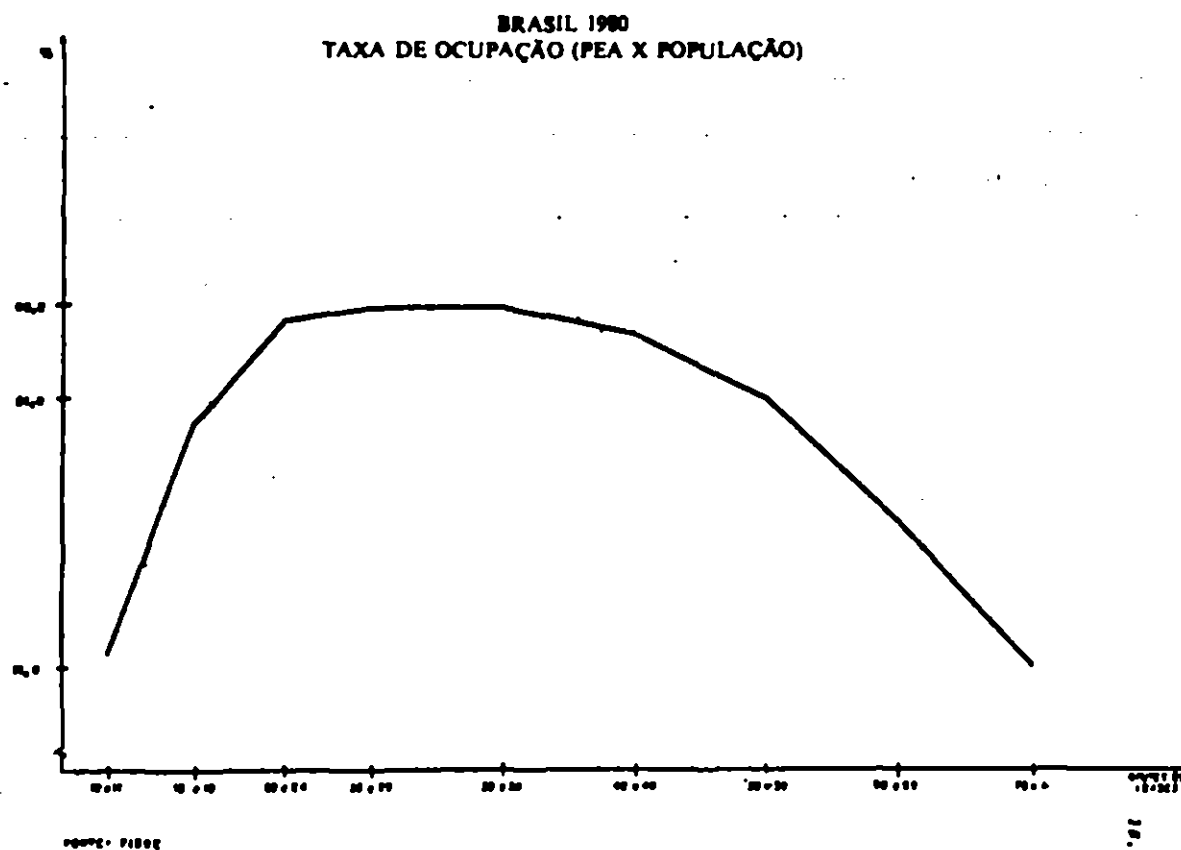
As informações mostram que a PEA é relativamente jovem, já que 71,9% não tinham mais de 39 anos em 1980. A percentagem das pessoas fora da PEA representa uma relação em forma de "U" com a idade das pessoas.

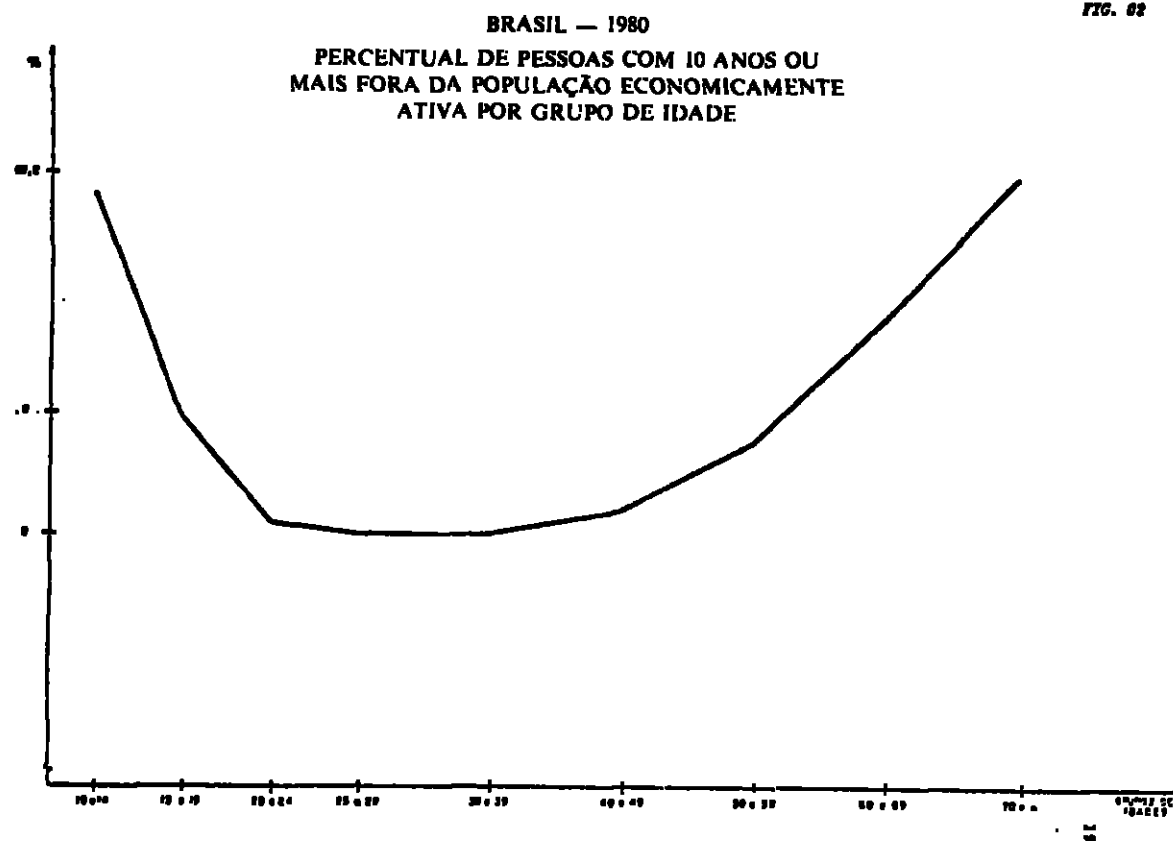
QUADRO 7
POPULAÇÃO PEA POR GRUPOS DE IDADE
Brasil — 1980

Grupos de Idade	População 1/		PEA (total)		
	Valores Absolutos a	Valores Absolutos b	Em Rel. a Pop. Por Grupo c=b/a	% Em Rel. a Pop. Total d=b/b (Total)	% Acumulado em Relação a Pop. Total
10 a 14 anos	13.486.157	1.922.218	14,3	4,4	4,4
15 a 19 anos	13.153.608	6.340.969	48,2	14,5	18,9
20 a 24 anos	11.555.946	7.417.420	64,2	16,9	35,8
25 a 29 anos	9.709.453	6.426.853	66,2	14,7	50,5
30 a 39 anos	14.220.223	9.404.664	66,1	21,4	71,9
40 a 49 anos	10.357.454	6.441.324	62,2	14,7	86,6
50 a 59 anos	7.438.975	3.855.135	51,8	8,8	95,4
60 a 69 anos	4.765.385	1.998.666	33,5	3,7	99,1
70 ou mais	2.957.086	349.061	11,8	0,8	99,9
Idade Ignor.	69.387	40.453	58,3	0,1	100,0
Total	87.713.674	43.796.763	49,9	100,0	100,0

Fonte: Tabulações avançadas do Censo Demográfico de 1980 — FIBGE.

1/ População Presente.





No Brasil, as pessoas ocupadas e as procurando emprego compõem a PEA. Para 1979, o Quadro 8 mostra que os dois atributos estão disponíveis por faixa etária e podem assim, enriquecer a nossa informação sobre as características da PEA. As faixas etárias com as menores percentagens de pessoas ocupadas são de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos. A primeira, com 94,4% de pessoas ocupadas, correspondendo a 404.590 pessoas procurando emprego. A segunda, com 95,4% de pessoas ocupadas, correspondendo a 344.784 pessoas procurando emprego.

O número de pessoas da PEA procurando emprego decresce com a idade, tanto em termos absolutos como em termos relativos. Tal evidência sugere que o problema de desemprego no Brasil está fortemente ligado a entrada na força de trabalho, já que mais de 60% das pessoas procurando emprego têm idade entre 15 a 24 anos. Apesar do desemprego em 1979 ser caracterizado como um problema de absorção de novos contingentes de mão-de-obra, isto não nega a existência de pessoas com idade acima de 49 anos procurando emprego.

Estas informações sugerem em termos políticos de emprego, a necessidade de dedicar uma especial atenção à criação de empregos para jovens entrando no mercado de trabalho. Além disso, como se trata de jovens, é necessário treiná-los adequadamente a fim de que possam ser mais rapidamente absorvidos. Esta informação estrutural é muito importante, já que nos mostra um caminho para estabelecer prioridades na geração de novos empregos.

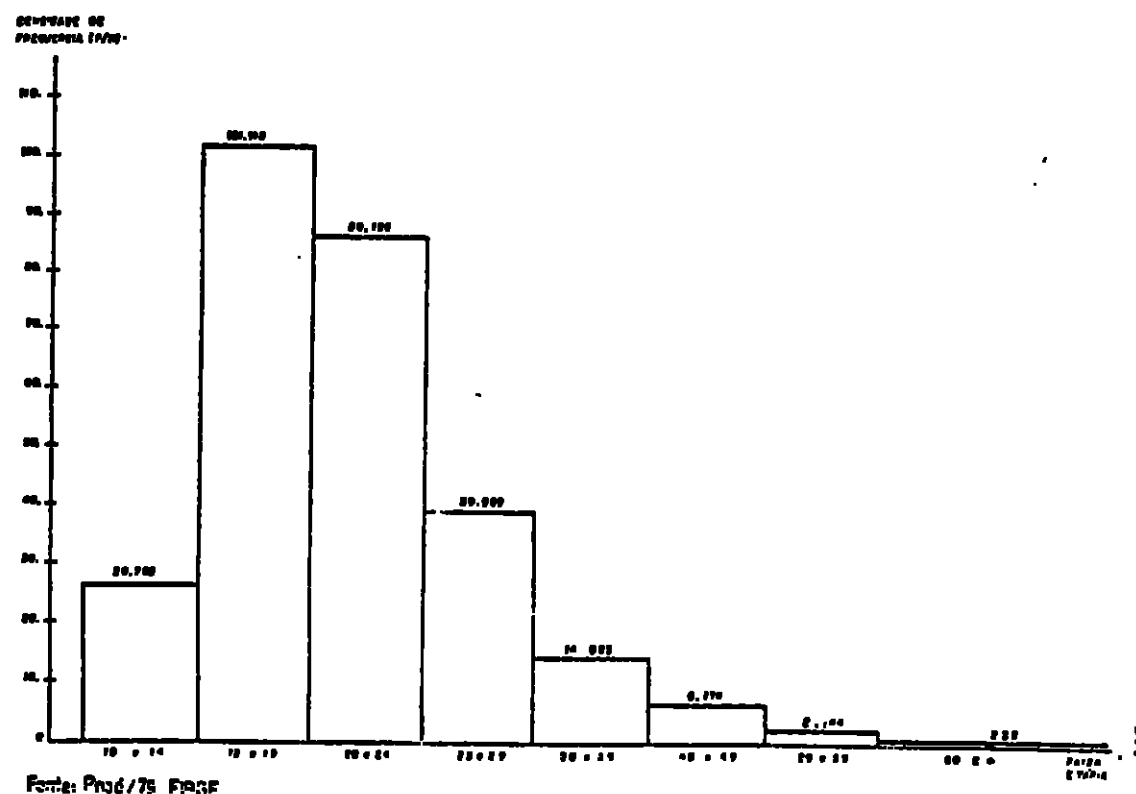
QUADRO 8
POPULAÇÃO*, PEA* E PEA PROCURANDO TRABALHO*
POR GRUPOS DE IDADE
Brasil — 1979

Grupos de idade	População		PEA			PEA Procurando Trabalho			
	Números absolutos	Números absolutos	% Em relação a pop. (p/grupos)	% Em relação a PEA total	% Acum. em relação a PEA total	Números absolutos	% Em relação a PEA p/grupos	% Em relação a PEA proc. trabalho	% Acum. em rel. a PEA proc. trab. total
	(1)	(2)	3=2/1	4=2/(2 tot.)	5=4 acum.	(6)	7=7/2	8=6/(6 tot.)	9=8 acum.
10 a 14 anos	14.501.909	3.040.886	21,0	6,7	6,7	107.131	3,5	8,6	8,6
15 a 19 anos	13.042.563	7.202.736	55,2	15,9	22,6	404.590	5,6	32,3	40,9
20 a 24 anos	10.918.244	7.482.349	68,5	16,5	39,1	344.784	4,6	27,7	68,6
25 a 29 anos	8.828.605	6.068.597	68,7	13,4	52,5	158.019	2,6	12,7	81,3
30 a 39 anos	13.344.000	9.208.033	69,0	20,3	72,8	140.825	1,5	11,3	92,6
40 a 49 anos	10.111.852	6.648.345	65,7	14,6	87,4	61.744	0,9	5,0	97,6
50 a 59 anos	6.854.467	3.832.220	55,9	8,4	95,8	21.435	0,6	1,7	99,3
60 e mais	6.783.499	1.925.727	28,4	4,2	100,0	8.351	0,4	0,7	100,0
TOTAL	84.385.139	45.409.893	53,8	100,0	—	1.246.879	2,7	100,0	—

FONTE: PNAD 1979 — FIBGE.
Excluiu-se as pessoas com idade ignorada.

BRASIL — 1979
PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS PROCURANDO TRABALHO POR FAIXA ETÁRIA (TODOS OS SETORES)

FIG. 03



A participação espacial e setorial da PEA indica certas características do Mercado de Trabalho que não podem ser esquecidas nas tomadas de decisões de curto e longo prazo.

A região com maior PEA é a Região Nordeste (BA, PE, SE, AL, RN, CE, MA, PI), com 11.453.960 pessoas.

O Estado de São Paulo atinge cerca de 10.489.622 pessoas na PEA. A Região Sul (PR, SC e RS) apresenta um contingente de 7.304.281. Por outro lado, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo totalizam 20 milhões de trabalhadores, quase a metade de toda a PEA. São Paulo, por sua vez, congrega cerca de 2/4 da PEA total. Todos estes dados são para 1980.

Sob a ótica dos setores de atividades destaca-se o setor terciário, com 19.129.433 pessoas, seguido do Setor Primário é a Região Nordeste com um total de 5.628.796, seguida da Região Sul, com 2.532.636. O Distrito Federal, com 11.245 e o Rio de Janeiro com 184.870 destacam-se como os menores contingentes no Setor Primário.

QUADRO 9
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE
1980

Sector de Atividade Região	Primário	Secundário	Terciário	Total
R. R. Janeiro	184.870	1.197.409	2.878.462	4.396.191
R. São Paulo	1.312.524	3.988.368	5.046.927	10.489.622
R. Paraná, S. Catarina, R. Sul	2.532.636	1.767.627	3.107.506	7.504.281
R. Minas Gerais e Esp. Santo	1.800.482	1.236.361	2.265.560	5.428.119
R. Nordeste	5.628.796	1.711.824	3.823.844	11.453.960
R. Distrito Fed.	11.245	81.924	364.676	468.133
R. Norte, M. Grosso e Goiás	1.638.862	691.464	1.642.458	4.056.457
TOTAL	13.109.415	10.674.977	19.129.433	43.796.765

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 — FIBGE. Incluídas as pessoas que estão desempregadas.

QUADRO 10-1
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA REGIÃO EM RELAÇÃO AO SETOR DE ATIVIDADE
1980

Setor Ativ. Região	Primário	Secundário	Terciário	Total
R ₁ Rio de Janeiro	1,4	11,2	15,0	10,0
R ₂ São Paulo	10,0	37,3	26,5	23,9
R ₃ Paraná, Sta. Cat. R.G. Sul	19,3	16,5	16,2	17,1
R ₄ Minas Gerais e Esp. Santo	13,7	11,6	11,8	12,4
R ₅ Nordeste	43,0	16,0	20,0	26,2
R ₆ Distrito Federal	0,1	0,8	1,9	1,1
R ₇ Norte, Mato Grosso e Goiás	12,5	6,5	8,6	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 — FIBGE.

QUADRO 10-2
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO SETOR EM RELAÇÃO AO TOTAL DA REGIÃO
1980

Setor de Atividade Região	Primário	Secundário	Terciário	Total
R ₁ Rio de Janeiro	4,3	28,1	67,6	100,0
R ₂ São Paulo	12,7	38,5	48,8	100,0
R ₃ Paraná, Sta. Cat. R.G. Sul	34,2	23,9	41,9	100,0
R ₄ Minas Gerais e Esp. Santo	34,0	23,3	42,7	100,0
R ₅ Nordeste	50,4	15,3	34,3	100,0
R ₆ Distrito Federal	2,5	17,9	79,6	100,0
R ₇ Norte, Mato Grosso e Goiás	41,3	17,4	41,3	100,0
Total	30,5	24,9	44,6	100,0

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 — FIBGE.

São Paulo destaca-se como a Região de maior PEA no Setor Secundário, com cerca de 4 milhões de pessoas. O Distrito Federal e as Regiões Centro-Oeste e Norte aparecem com os menores contingentes de mão-de-obra no Setor Secundário. As demais regiões oscilam entre 1.197.409 (RJ) e 1.767.627 na Região Sul. São Paulo surge novamente como a região de maior PEA alocada no Setor Terciário com cerca de 5.046.927 pessoas, aproximadamente 1/4 de toda PEA deste setor. O Nordeste é o segundo contingente de PEA no Setor Terciário, com 3.823.844. O Distrito Federal com apenas 364.676 pessoas nesse setor. Em todas as regiões o Setor Terciário supera os dois primeiros setores em termos de PEA, com exceção do Nordeste em que o Setor Primário tem quase o dobro de pessoas do Setor Terciário. A Região Centro-Oeste apresenta um certo equilíbrio com o Setor Primário se aproximando do Setor Terciário.

O Quadro 10-2 permite-nos ressaltar que o Setor Terciário é aquele que congrega a maior porção da População Economicamente Ativa em todas as Regiões. O Nordeste é a única exceção com 50,4% da PEA no Setor Pri-

mário. O Rio de Janeiro e o Distrito Federal apresentam a menor participação do Setor Primário e em contrapartida aos maiores percentuais da PEA no Setor Terciário.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que o Brasil é um País terciarizado em função do crescimento progressivo da urbanização. Além disso, estas informações são relevantes na análise do mercado de trabalho brasileiro, que pela sua magnitude se divide em vários mercados de trabalho com características muito diversas. Não se pode pensar no mercado de trabalho brasileiro como algo homogêneo. Estas informações são úteis para mostrar sua complexidade.

Outro aspecto do Mercado de Trabalho que não pode ser esquecido é o seu caráter formal e informal. A importância dessa distinção para a implementação de políticas é muito grande.

O Mercado Formal pode ser sucintamente definido como o mercado regulamentado, ou seja, sob a égide da lei. Esse mercado repercutirá os efeitos das regulamentações diretamente, já que é regulamentado. Nesse mercado, tanto o trabalhador como a empresa estão com-

prometidos institucionalmente com o poder. Em geral, a dimensão desse mercado é relevante para se ter uma ideia da repercussão de determinadas medidas tomadas pelo governo nas diversas áreas que afetem o mercado de trabalho. Nesse mercado, a ideia de empresa e de emprego tem um sentido bem definido e estável. Em geral, o Mercado Formal se identifica com o Capitalismo já bem desenvolvido com um certo grau de produtividade que permite a regulamentação dos agentes econômicos.

O Mercado Informal é entendido como o mercado não regulamentado, ou seja, a deriva da lei. Nesse mercado, nem as empresas nem os trabalhadores são protegidos, ambos existem em condições pré-capitalistas de produção, onde as regras são estabelecidas apenas pelos agentes econômicos em função da oferta e da demanda. Portanto, as regulamentações feitas para o mercado de trabalho nem sempre afetam esta parte do mercado. Em geral, a informalidade desse mercado está associada a baixos níveis de produtividade, baixos níveis de salários, pobreza, falta de assistência tanto para as empresas como para os indivíduos.

Esse mercado também pode ser entendido como um estágio no desenvolvimento do capitalismo. A diversidade de situações de um Mercado Informal nos impede de caracterizá-lo cabalmente. Dependendo da ótica utilizada para descrevê-lo, temos diferentes ideias sobre o mesmo mercado. Apesar de nesse mercado prevalecer a instabilidade de emprego, de produção, de salários, ele existe como um meio caminho entre estar ocupado e desocupado. Em muitos casos, diz-se que nesse mercado é mais correto falar-se em subemprego do que em emprego propriamente dito.

A experiência nos mostra que o mercado informal cresce com a desaceleração da economia e se reduz ou estabiliza com crescimento econômico. Na desaceleração, muitos que perdem seus empregos formais engrossam as fileiras do mercado informal como uma estratégia de sobrevivência. O Mercado Informal pode ser visto como um *second best* para os desempregados do setor formal nos momentos de desaceleração cíclica ou conjuntural.

Nos países em desenvolvimento não há como evitar a existência destes dois tipos de mercado, já que se torna difícil transformar uma economia ou uma sociedade não regulamentada numa sociedade regulamentada de uma hora para outra sob pena de inibir certos tipos de atividades que de uma maneira ou de outra cumprem um determinado papel social. Num processo de desenvolvimento, algumas partes do Setor Informal acabam se formalizando.

Nestas condições, os formuladores de Política Econômica e em particular os formuladores de política de emprego precisam ter sempre uma ideia, ainda que aproximada, da magnitude dos dois mercados e se possível do mecanismo de interação entre ambos nos momentos de mudanças na atividade econômica.

No nosso caso, observamos no quadro 11 que a magnitude do Setor Informal no período de 1976 a 1980 oscilou entre 38,4% e 41,7% da PEA. Trata-se de uma parcela muito grande e que não pode ser esquecida em qualquer análise de mercado de trabalho.

Em termos absolutos, o Mercado Informal em 1976 congregava cerca de 14 milhões de trabalhadores e em 1980, utilizando os dados do Censo Demográfico, estimamos que 18.254.184 estariam no mercado informal. Estes totais demonstram a importância desses mercados. Existem países que têm uma PEA menor do que o Mercado Informal Brasileiro. Daí a sua grande importância. O Mercado Informal significa baixa renda, baixa produtividade, instabilidade, falta de assistência, pobreza, formar pré-capitalistas de atividades econômicas. O número de pessoas que vivem em função desse mercado certamente se aproxima dos 60 milhões de indivíduos.

No caso brasileiro, o Mercado Informal é uma verdade doida que precisa ser enfrentada com realismo e cora-

gem. Para esse mercado, falta quase tudo. É como se tivéssemos dois Brasis. Um Brasil regulamentado nos moldes do mais moderno capitalismo, outro Brasil não regulamentado, marginal com formas pré-capitalistas de atividades. A convivência destes dois Brasis, no curto prazo é necessária e imprescindível, uma vez que eles se complementam no que se refere ao emprego.

Não se pode eliminar a pobreza, a baixa produtividade instantaneamente. É necessário um longo processo de crescimento, a fim de que se possa ir formalizando o mercado informal, transformando certas formas de subemprego e estratégias de sobrevivência num emprego formal estável e bem remunerado com todas as garantias e benefícios sociais.

QUADRO 11
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA — FORMAL E INFORMAL

Período PEA	1976	1977	1978	1979	1980
PEA Total (100,0)	37.413.815 (100,0)	38.916.565 (100,0)	40.479.674 (100,0)	42.105.566 (100,0)	43.796.763 (100,0)
PEA Formal	23.039.428 (61,6)	23.746.888 (61,0)	23.769.644 (58,7)	25.465.446 (60,5)	25.542.579 (58,3)
PEA Informal	14.374.387 (38,4)	15.169.677 (39,0)	16.710.010 (41,3)	16.640.120 (39,5)	18.254.184 (41,7)

Fonte: FIBGE — Censo Demográfico 1970.
Tabulações Avançadas do Censo 1980

1/ Foram considerados integrantes do mercado informal todos os empregados sem carteira de trabalho e mais os autônomos e os empregadores cujo rendimento médio mensal não ultrapassa dois salários mínimos.

O problema do emprego em qualquer país, em qualquer economia de mercado ou estatal tem sua solução fundada no crescimento econômico e este é refreado ou acelerado na medida em que o nível de investimentos acompanha o desenvolvimento.

No nosso caso um particular, com um crescimento demográfico acelerado, somando-se as muito recentes e muito profundas alterações na estrutura da economia, praticamente voltada para o setor primário até 1950, quando a agricultura detinha 59,90% do emprego, para ingressarmos mais aceleradamente no setor secundário, na forma com que o fizemos, na ânsia de recuperar o tempo perdido, promovemos uma alocação desordenada da mão-de-obra do campo para a cidade, cujos resultados negativos foram absorvidos e compensados, na fase da substituição de importações, pelos manufaturados protegidos por artifícios legais.

Superada a fase inicial, de desenvolvimento auto-sustentado, mercado cativo e em expansão poupanças internas somadas as reservas de divisas externas, mantidas e ampliadas as vantagens oferecidas a mão-de-obra na área urbana, foi mantido e acelerado o fluxo rural urbano, e, aí, começando a aparecer os primeiros problemas para absorção de toda a mão-de-obra desqualificada que passou a pressionar o Mercado.

Com o atendimento das necessidades prioritárias do mercado interno de manufaturas e já com uma agroindústria mais bem aparelhada, iniciamos as primeiras incursões no mercado internacional, constatando-se a necessidade de nos aparelharmos melhor, em termos de equipamento e tecnologia mais avançada, de altos custos e que extrapolavam as nossas disponibilidades de capital, nos levando, ao socorro de poupanças externas que obtínhamos a juros razoáveis compatíveis com os ganhos que experimentávamos com a prosperidade da economia nacional e exportação de manufaturados.

Experimentando índices invejáveis de crescimento num período relativamente longo, multiplicamos os nossos esforços e investimentos, com recursos próprios e externos, para a implantação de uma infra-estrutura de energia e transportes com vistas ao desenvolvimento eco-

nômico auto-sustentado, eis que, somos surpreendidos, no caso, como vimos, a surpresa foi mundial, surpreendidos pela crise do Petróleo que num curto espaço de tempo multiplicou os seus valores, nos atingindo de cheio ante a nossa extrema dependência de energia líquida, para o nosso transporte, como também para os equipamentos industriais, ainda não atendidos suficientemente pela energia elétrica hidráulica, cujos projetos ainda se encontravam em elaboração e uns poucos em fase de implantação.

Concomitantemente a elevação brutal dos juros e a escassez de dólares para empréstimos a longo prazo.

Enquanto os desenvolvidos, nossos compradores — fornecedores, especialmente de empréstimos pararam para "Arrumar a casa" adaptarem-se a nova realidade mundial, nós os otimistas crônicos e que sempre temos o "Jeitinho" para tudo, continuamos não só com os grandes investimentos na infra-estrutura e na própria estrutura de produção mas, mais, muito mais no consumismo e utilitarismo e o que é pior continuamos alimentando o êxodo rural.

Trazendo para cidades para gastarmos o equivalente a 15.000 US\$ emprestados para criar um emprego urbano para ser desempenhado pelo braço rural, desqualificado para as atividades urbanas enquanto este mesmo braço, e a família que com este veio para as cidades, poderiam ser empregados, e bem remunerados na agricultura com um décimo dos investimentos.

Quanto ao consumismo desnecessário e absurdo basta lembrar novamente o petróleo que tivemos que importar.

Quanto ao endividamento interno e externo da economia como um todo e o governamental, lembraríamos os números, os milhões de empregos na área urbana, que exigiam além da infra-estrutura e estrutura da urbanização como também os 14 milhões de moradias nas cidades e todos os equipamentos de conforto destes domicílios construídos e equipados no período.

No entanto, Sr. Presidente, os adversários do regime e muitos dos democratas que fazem oposição ao governo, este ilaqueados na sua boa-fé, mas os primeiros, os dis-

tributivistas ideológicos, diabólicamente, inflamam ressentimentos nos menos avisados, os quais frustrados pelo buxo poder aquisitivo e pelo desemprego, doutrinados e massificados contra o patrão e contra o governo, vão os distributivistas ideológicos, repito, convencendo o "povão" de que o endividamento interno e externo não lhes beneficiou ou ao País e por esta razão não há como se lhes exigir qualquer sacrifício e o desemprego é causado pelo desvio do dinheiro e por isto é-lhes legítimo o saque a depredação desrespeito e a desobediência total as leis e a ordem.

A este respeito, endividamento interno e externo, os quantitativos e suas destinações, oportunamente, trarei para este Plenário no bojo de um levantamento que estou ultimando.

Finalmente, nesta etapa de hoje, para a qual espero a reflexão dos correligionários e dos homens de bem da oposição, nada esperando dos distributivistas ideológicos, porque lhes conheço suficientemente e sei os objetivos que perseguem.

Até mesmo porque, Sr. Presidente, os que combatem o "Bom combate" de oposição ao Governo, pretendendo a correção dos nossos desajustes, estão hoje, vivendo na própria carne as agruras, as dificuldades dos governantes porque a frente de muitos governos Estaduais e importantes prefeituras de todo o Brasil.

Estão no governo, muitos que, inadvertidamente, fizeram coro, aplaudiram e estimularam o distributivismo, prometeram criação de milhões de empregos e altos salários e agora, numa espécie de reviravolta "o feitiço virou contra o feiticeiro" — já estão lutando como governantes com as greves, com os desempregos, com os saques, com o descontentamento do povo, enfim com a intranquilidade e com a insegurança que pouco ou muito para tudo isto contribuíram.

Sr. Presidente, concluo, enfatizando a minha preocupação de que este nosso trabalho, a exemplo do outro que a este seguirá, e do outro que estou concluindo as pesquisas e que versará sobre o problema do endividamento interno e externo, na busca angustiada que antes, Sr. Presidente, para saber, para demonstrar a nossa gente onde está o dinheiro que o nosso País deve. Porque, em verdade, os agitadores já estão, por todas as formas e meios, tentando convencer os menos avisados, que as dívidas do País, que as dívidas da economia brasileira, que as dívidas dos tesouros estaduais, federais e municipais, não seriam compromisso da gente brasileira, que o povo não está obrigado a cometer nenhum sacrifício, porque essa dívida não foi feita com o seu consentimento ou em seu benefício.

É uma falácia criminosa, Sr. Presidente, mas que está induzindo o povo ao descontentamento, agitação, desobediência e ao saque.

Daí por que, Sr. Presidente, com o consentimento de V. Exª e dos Srs. Senadores, oportunamente, trarei ao conhecimento da Casa a segunda etapa ou o chamado segundo capítulo, como prefiro, deste trabalho que acabo de ler.

Muito obrigado a V. Exª. (Muito bem!) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia de ontem, no Instituto Rio Branco, o Senador Albano Franco proferiu uma palestra sobre as perspectivas econômicas brasileiras, sob o ponto de vista empresarial. Pela importância da matéria abordada, gostaria de solicitar de Vossa Excelência que considerasse como lido, para que conste dos Anais do Senado, o pronunciamento feito pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
PASSOS PORTO EM SEU DISCURSO:**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
AS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS BRASILEIRAS
UMA VISÃO EMPRESARIAL**

**Palestra do Senador Albano Franco
Instituto Rio Branco**

Novembro 1983

Exm^{as}. Srs. Embaixadores
Exm^o. Sr. Embaixador
Diretor do Instituto Rio Branco
Exm^{as} Senhores Membros do Corpo Docente do Instituto Rio Branco
Minhas Senhoras
Meus Senhores
Senhores Alunos

Foi com grande satisfação que aceitei o honroso convite para vir ao Instituto Rio Branco falar sobre as perspectivas econômicas brasileiras dentro de uma visão empresarial.

Desde os meus primeiros contactos como dirigente sindical com o Ministério das Relações Exteriores, há mais de uma década, firmei convicção que, a cada dia se solidifica, sobre o relevante, operoso e eficaz papel que desempenha o Itamaraty na defesa dos interesses do Brasil, tanto no relacionamento bilateral entre países, como nos organismos internacionais de que participamos.

No desempenho da Presidência da Confederação Nacional da Indústria tenho, seguidamente, a oportunidade de testemunhar o quanto de talento, de inteligência, de cultura e de trabalho incansável dão exemplos marcantes os nossos diplomatas, dentre os quais destaco para exemplificar o Chanceler Saraiva Guerreiro, o Secretário-Geral Ministro João Clemente Baena Soares, o Ministro Paulo Tarso Flexa de Lima, Chefe do Departamento de Promoção comercial e tantos outros, que, na Secretaria de Estado, na chefia de missões junto aos governos de dezenas de países, honram as tradições do Itamaraty.

Não é fácil ser diplomata de um país em vias de desenvolvimento, pobre ainda, embora futuroso, em um mundo conturbado pelo confronto das grandes potências, e em processo de desequilíbrio econômico generalizado.

E, no entanto, não se pode na conjuntura tão adversa, senão louvar a ação do Itamaraty, e deplorar que a ela não se tivesse recorrido com mais frequência e intensidade, porque se assim houvesse ocorrido, melhores seriam os termos de tantos e cada vez maiores compromissos que o Brasil vem assumindo no âmbito do relacionamento financeiro internacional.

I — A Economia Brasileira no Período Recente

A crescente interdependência econômica entre as nações não permite que se analise o desempenho da economia brasileira sem que se incorpore uma avaliação da economia internacional.

Os anos de 1982 e 1983 foram neste sentido particularmente singulares na medida em que se observaram o esgotamento de determinados mecanismos institucionais que foram responsáveis nos anos 60 — 70, pela intensificação de crescentes fluxos de comércio e capital entre países. Esta obsolescência institucional, acompanhada por políticas macroeconômicas inspiradas em esquemas analíticos de reduzida consistência, pelo agravamento da situação dos países devedores e por profundas transformações na estrutura de produção delimitaram o cenário internacional enfrentado pelo Brasil no corrente ano.

É importante observar-se que este quadro não surge de forma inesperada. Ele representa a culminância de eventos que já vinham se desenvolvendo, e que de certa forma, eram previsíveis.

Neste sentido, uma avaliação realista há de incorporar o fato de que a presente crise internacional não se identi-

fica com variações de curto prazo no nível de atividade sendo ao contrário, um período de ajuste estrutural que envolve tanto a estrutura de produção quanto mecanismos institucionais que regulam o funcionamento da sociedade.

A economia brasileira recebeu a influência dos eventos de 1982 através da retração da oferta no fluxo de recursos externos (e elevação dos seus custos), da queda dramática das relações de troca e de crescentes dificuldades quanto à colocação de produtos no mercado internacional. Destes efeitos, a crise que se abateu no sistema bancário privado internacionalmente pode ser considerada como a de maior importância, sendo talvez impróprio, associá-la exclusivamente às crises do México e Argentina sem observar, que tal crise é uma manifestação direta da recessão internacional e da crescente incapacidade dos países devedores honrarem os seus compromissos.

A redução da oferta de empréstimos que se fez sentir de forma mais intensa no último trimestre de 1982 — quando virtualmente ocorreu uma paralisação dos empréstimos — tem relação com o aumento do grau de "expousure" dos principais países devedores e com a retração dos bancos de médio porte como supridores de fundos dos grandes bancos emprestadores.

Desde a reunião de Toronto, o Sistema Financeiro Internacional privado intimidado pelas incertezas crescentes, reduziu o seu papel de financiador, indicando que por si só, não teria capacidade de reciclar a dívida dos países devedores. Assim, torna-se mais evidente a importância do fortalecimento e agilização de novos canais institucionais de financiamento (BID, FMI, etc.).

Neste aspecto, o sentido das mudanças em curso parece mostrar que em face da rigidez da oferta de fundos privados, o Sistema de Financiamento Oficial (FMI e emprestadores de última instância como o FED) deverão adquirir crescente importância, quer como financiadores, quer como participantes de soluções tentativas no sentido de restaurar o papel do sistema financeiro privado como financiador dos países devedores.

No processo de ajustamento orientado no sentido de fazer frente aos problemas cambiais, o setor industrial brasileiro tem sido particularmente atingido. Nos últimos três anos, a persistência de taxas de juros reais em níveis superiores a 30% inviabilizou a realização de novos investimentos e contribuiu para novas reduções no nível de produção corrente; a contenção dos gastos públicos ao diminuir as encomendas ao setor privado referendou tais tendências, enquanto os controles crescentes sobre as importações determinaram dificuldades adicionais e criaram pressões sobre os preços industriais.

O impacto da recessão sobre o setor industrial pode ser ilustrado pela comparação entre os dados de produção da indústria de transformação entre o 1º semestre de 1980 e o 1º semestre de 1983. Neste período, a produção global da indústria sofreu uma queda de — 20,60%, enquanto a produção global da indústria de bens de capital reduziu-se em — 43,76%, a de bens duráveis — 22,21%, a de não duráveis — 5,01% e a de intermediários — 5,01%.

Com base em informações parciais, estima-se que a queda do PIB em 1983 em relação a 1982 situe-se em torno de — 5,0%. Tal resultado é particularmente preocupante, na medida em que revela que pelo terceiro ano consecutivo, a economia brasileira desempregou trabalhadores e empobreceu aqueles que ainda se mantêm em seus postos de trabalho.

II — O processo de renegociação e as perspectivas para 1984.

Diante do quadro internacional e dos anúncios relativos à política macroeconômica a ser desenvolvida no próximo ano, não é possível estabelecer cenários marcadamente distintos do ano de 1983 tal avaliação repousa em análises sobre o comportamento da economia internacional incorporados nos boletins informativos do FMI e OECD e na última carta de intenções do Brasil ao FMI.

Com base nestas avaliações, cujos fundamentos são aqui apresentados de forma superficial, importa definir uma estratégia que permita reduzir a gravidade de um novo ano em que o nível de atividade deve apresentar reduzidas possibilidades de recuperação.

No sentido de evitar que após mais um período de queda do produto e da absorção de mão-de-obra venhamos a nos perguntar se ao final de mais um ciclo de recessão estaremos em situação diferente do final de 1983, cumpre orientar a política econômica brasileira em direção à definição do seu horizonte de planejamento além do fechamento contábil das contas externas.

A dimensão e universalização do problema de pagamentos revela a imprescindível necessidade de se estabelecer uma visão estratégica de renegociação da dívida no longo prazo com base na cooperação internacional. O estrito cumprimento do pagamento da dívida externa nos termos e prazos presentemente acordados, conduzirá a substancial transferência de recursos reais para os países credores em um período relativamente curto.

Tal alternativa, marcadamente assimétrica, localiza o ônus do ajustamento primordialmente nos países devedores a velocidade de ajustamento requerida nessa estratégia, compromete a estrutura econômica e social desses países e, por consequência, abre possibilidades para uma ruptura mais significativa nas relações internacionais entre credores e devedores.

A superação de tais cenários catastróficos requer a incorporação da visão de responsabilidade mútua de credores e devedores quanto ao processo de ajustamento. Com efeito, não pode o debate internacional sobre a questão da dívida externa global, prescindir da identificação dos elementos exógenos às economias endividadas, que comprometeram a sua capacidade de servir o serviço da dívida acumulada. A direção e o rigor das políticas macroeconômicas dos países industrializados, em especial a dos EUA, determinaram severos limites à capacidade de pagamento dos países devedores através da elevação da taxa de juros internacional e da retração da demanda de importações por parte destes países. Sob tal política, o ajustamento básico dos países devedores concentra-se no corte de importações. Para a economia brasileira, tais efeitos refletem-se diretamente no nível da atividade industrial em função dos requisitos de importação de bens de capital, matérias-primas e insumos energéticos necessários ao desenvolvimento da atividade produtiva.

A manutenção de uma capacidade mínima de importação, revela-se portanto, fundamental, para a estabilidade econômica e política dos países devedores. É em busca deste grau de liberdade capaz de fornecer condições para que os países endividados possam realizar o seu ajustamento em um período de tempo em que seja factível a reorganização da sua estrutura de produção via aumento de exportações e diminuição de importações compatível com a manutenção do nível de emprego, que se faz necessária a reavaliação ampliada do problema da dívida internacional.

Infelizmente, as estruturas institucionais hoje existente revelam-se incapazes para lidar com tal problema. A natureza da crise internacional exige uma reavaliação da aplicação simultânea das políticas de ajustes do FMI a nível global.

O FMI apresenta elevada experiência em ajustes de liquidez para países com dificuldades temporárias de balanço de pagamentos, não estando devidamente preparado para o ajuste de problemas de liquidez em países que sofreram desequilíbrios estruturais permanentes. Como já advertiu Henry Kissinger, o problema básico é que as condições do FMI não podem funcionar se aplicadas ao mesmo tempo em muitos países, particularmente de recessão global.

As soluções para a crise de pagamentos internacional passa necessariamente pelo reconhecimento de que a fixação de novos prazos e condições para o pagamento da

dívida, é fundamental tanto para a estabilidade dos países devedores, quanto dos credores. Não há como escapar de uma avaliação sócio-política para a compreensão dos problemas da dívida global. Os estreitos limites do possível terminarão por criar, na ausência de propostas consistentes para o reescalonamento, condições de desequilíbrio capazes de afetar, de forma profunda a estabilidade do sistema financeiro internacional.

As condições capazes de interferirem no desvio deste cenário, exigem uma ampliação da cooperação intergovernamental capaz de estabelecer o reescalonamento da dívida em um horizonte de tempo mais amplo, a recuperação da economia internacional e a maior coordenação das políticas macroeconômicas dos países industrializados.

O balizamento desta estratégia deve estar vinculado à recuperação interna dos instrumentos de política econômica. Os desajustes internos desenvolvidos nos últimos anos, foram de tal intensidade, que não será possível se readquirir o controle pleno sobre a política econômica, sem que seja realizadas importantes reformas de natureza institucional.

A interdependência da administração interna da economia ao problemas do setor externo, vincula, no entanto, alternativas de política econômica doméstica ao processo de renegociação da dívida. Tal relação transparece de forma direta por meio dos acordos de ajuste interno estabelecidos com o FMI e por via indireta, através dos efeitos do risco cambial sobre as ações internas dos agentes econômicos.

Por esta avaliação, é imprópria a opção usualmente formulada, de que a estratégia mais racional residiria em ajustarem internamente a economia, para que posteriormente, alterássemos o processo de negociação externa com uma maior base de credibilidade.

Infelizmente, os graus de liberdade para a economia brasileira não são tão amplos: a capacidade de crescimento da economia tem sido limitada pelas metas de geração de superávits de balança comercial, localizadas especialmente no rígido controle das importações. Por este processo de ajuste, marcadamente assimétrico, por não envolver ajustamentos por parte dos credores, o Brasil estará de forma prematura, transferindo, nos próximos anos, recursos reais para o exterior.

O significado desta observação é que a reorganização interna da economia apresenta-se diretamente vinculada à reorganização externa. Na ausência de um processo de renegociação distinto do atual, serão exatamente os limites impostos à capacidade de se exercer na plenitude a administração da política econômica doméstica, que criarão as condições para rupturas e cenários não previstos.

A identificação desta interdependência não significa nos vincularmos a uma atitude imóvel, dependente do que venha a ocorrer em termos de recuperação da economia internacional e reformas do sistema financeiro. O Brasil, possui internamente, restrições suficientemente fortes em termos de absorção de emprego, manutenção do tecido social e preservação da estrutura industrial para justificar mudanças de orientação de política econômica.

A nível doméstico, a principal prioridade deve estar vinculada à recuperação dos instrumentos de política econômica, de forma a restaurar a capacidade do Estado exercer o controle sobre as políticas monetária e fiscal. Nesta direção, é oportuna a reavaliação do sistema institucional que permite a existência de ativos e passivos em moeda estrangeira. A incerteza cambial que nos deve acompanhar nos próximos anos e a perspectiva de manutenção de políticas ativas de desvalorização do cruzeiro, inviabilizam a presente armação institucional em que o tesouro emite títulos com correção cambial e as empresas privadas e públicas têm as suas dívidas contraídas

pela resolução 63 e Lei 4.131 corrigidas de acordo com a evolução do câmbio.

Por este sistema, inexistem condições para uma reorganização da estrutura de financiamento público e para a redução da taxa de juros, na medida em que ante o risco cambial, as empresas endividadas em moeda estrangeira antecipam o pagamento das suas dívidas, pressionando o mercado doméstico de crédito.

A complexidade das ações políticas necessárias à reorganização da economia brasileira sugere que um programa de recuperação econômica deva estar vinculado a uma ampla base consensual a nível interno. Um programa mínimo deve ser desenvolvido a partir dos seguintes pontos básicos:

- a) Renegociação dos prazos e condições da dívida externa;
- b) Recuperação dos instrumentos de política econômica através da atuação sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira;
- c) um programa de defesa do nível de emprego;
- d) redução da aceleração da inflação através de uma política de abastecimento e rendimentos;
- e) retomada do investimento privado via redução da taxa de juros real;
- f) reorganização das estruturas de financiamento público e privado;
- g) definição de uma política de investimentos públicos plurianual;
- h) definição de uma política de exportação de manufaturados e substituição de importações articulada a uma nova política industrial consistente com o equilíbrio do setor externo.

Este programa não deve se resumir, no entanto, a uma reorganização e reforma de instrumentos. O restabelecimento do estado de confiança e a crença na isonomia do processo de alocação de perdas são requisitos para que a direção da ação da política econômica não sofra desvios, em função da reação contrária dos agentes econômicos.

Ao concluir esta exposição aproveito para firmar que a iniciativa privada tem ainda um lugar destacado na vanguarda da construção do nosso desenvolvimento econômico, político e social, sendo um instrumento de realização internacional dos mais legítimos anseios do país que, pelas suas potencialidades, aspira e haverá de ocupar uma posição realmente significativa no cenário mundial.

Nossa afirmação de interesse, no continente americano e no mundo, passa pela via hábil do Itamaraty, em cujos quadros funcionais, os alunos do Instituto Rio Branco, tendo aprendido a cultivar as tradições e a utilizar os modernos instrumentos que a ciência põe a serviço do homem, continuarão prestando ao Brasil, com patriotismo e honestidade, os meritorios serviços que fazem os nossos diplomas alvos da admiração e da gratidão do povo brasileiro.

Muito obrigado (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o falecimento ocorrido ontem, em Aracaju, do Doutor Marcos Ferreira de Jesus, desapareceu, aos 90 anos de idade, um autêntico, estimado e respeitado homem público que, no decorrer de sua trajetória política, administrativa e cultural, prestou os mais assinalados serviços a Sergipe.

Prefeito de Aracaju, Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa em 1946 e Constituinte, teve oportunidade de conhecê-lo melhor, como colega e parlamentar assíduo que se caracterizava pelo seu alto senso de responsabilidade e dedicação aos interesses do povo sergipano.

Em todas as áreas e setores onde desenvolveu as suas atividades, através de uma longa, digna e fecunda existência, Marcos Ferreira de Jesus se destacou como Deputado Federal, Secretário-Geral do Governo, Presidente da Caixa Econômica Federal de Sergipe e Delegado Federal da Saúde.

No plano cultural, Marcos Ferreira de Jesus, membro da Academia Sergipana de Letras — da qual foi fundador — evidenciou as suas aptidões intelectuais, e conhecido talento, inclusive como sócio fundador do Instituto Histórico de Sergipe e da Aliança Francesa.

Homem de rara sensibilidade, sempre atento aos interesses e exigências do bem-estar social, foi grande a sua participação nas áreas filantrópicas e culturais de Sergipe, razões pelas quais tornou-se um dos mais atentos líderes da comunidade maçônica, tendo sido várias vezes eleito venerável de Loja Maçônica Capitular Cotigüiba.

Sergipe lamenta o desaparecimento de um dos seus melhores valores humanos.

Não poderia, portanto, deixar de manifestar o meu profundo pesar ao registrar, nesta breve comunicação, o falecimento de Marcos Ferreira de Jesus, ao mesmo tempo em que me associo às homenagens que lhe estão sendo tributadas pelo povo sergipano, e, sobretudo, à tristeza e consternação de sua digna família.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Ministério da Fazenda, através de sua Delegacia no Estado da Paraíba, fez divulgar Edital de Concorrência Pública mediante o qual anuncia a licitação, no próximo dia 1º de dezembro, em João Pessoa, das obras de construção do Edifício-sede dos Órgãos Fazendários na capital do Estado da Paraíba.

Iniciativa do Ministério é bem recebida no Estado pela contribuição que trará certamente ao melhor desempenho das atividades da Fazenda Nacional em novo ambiente, à altura do nível dos seus servidores e da expectativa da população contribuinte.

Decerta a obra, cujo valor é estimado em Cr\$ 1,5 bilhão, representará um incremento ao desenvolvimento urbano de uma cidade cujo crescimento acelerado, superior a 4,0% ao ano, reflete a elevada convergência demográfica que vem definindo o perfil das capitais nordestinas como polos de adensamento populacional em função das atividades produtivas ali nucleadas.

Seria desejável que a política de obras do Governo Federal na construção de edifícios públicos levasse em conta também essa realidade. Todavia, como é exemplo o caso de que damos notícia, as decisões adotadas para conduzir essa política espelham as inúmeras distorções que têm mutilado a estratégia de desenvolvimento do País, tornando-a instrumento do centralismo governamental como contração da enorme concentração do capital e da renda nas empresas metropolitanas, em detrimento das Regiões e dos Estados menos desenvolvidos.

Em comunicado dirigido ao Senhor Ministro da Fazenda e demais autoridades responsáveis pela obra, o Sindicato da Indústria de Construção Civil de João Pessoa denuncia a discriminação contra as empresas construtoras do Estado e da Região contida em cláusulas do Edital de Concorrência publicado pela Delegacia do Ministério da Fazenda na Paraíba.

Com efeito, tal como estão redigidos, os itens e alíneas da cláusula 2.2.2.3, notadamente as alíneas "a" e "g" do documento, estipulam parâmetros de capacidade às empresas participantes que não somente excluem a totalidade das construtoras locais e regionais como praticamente individualizam a futura construtora permitindo associar

sua imagem à de uma empresa privilegiada com o aparente monopólio dessas grandes obras.

Vale destacar o texto das alíneas apontadas pelo Sindicato. Conforme a alínea "a", somente serão habilitadas à licitação empresas que comprovem terem "(duas) obras edificadas em estrutura de concreto armado com área mínima de 6.500 m² cada uma e pelo menos 6 pavimentos cada, com as características do prédio a ser construído, dotadas de sistema central de ar condicionado, elevadores, subestação transformadora mínima de 500 KVA e grupo gerador de no mínimo 100 KVA". E, segundo a alínea "g", que a edificação realizada disponha de "instalações de central de ar condicionado e ventilação artificial, em um único edifício, com carga térmica de 200 toneladas de refrigeração".

Trata-se portanto de inegável discriminação contra as empresas pretendentes à licitação que se consideram excluídas por condições que além de não definirem por si a capacidade técnica da concorrente comprometem definitivamente o caráter competitivo do procedimento adotado para contratação da obra. Quem se detiver no exame do Edital de Concorrência verificará que as construtoras locais ou regionais têm plena condição de atender a todas as exigências formuladas quanto à capacidade jurídica, regularidade fiscal, e idoneidade financeira qualificando-se, igualmente, do ponto de vista técnico, se excluídas as normas casuísticas, as quais, além das restrições mencionadas, exigem que estas se tenham verificado no espaço temporal dos 3 anos imediatamente anteriores à concorrência.

Em acórdão recente, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba considerou irregular uma licitação semelhante promovida por empresa estatal sob controle do Governo daquela unidade da Federação. Arrimando-se em decisões e na melhor doutrina, o Tribunal de Contas acolheu denúncia encaminhada por deputado estadual do PMDB para reconhecer a ilegalidade da inserção em Edital de Concorrência de qualquer cláusula que lhe retire a competitividade, caracterizada pela discriminação para com os demais concorrentes.

O episódio objeto desta denúncia é um testemunho candente do estilo de governo fruto do centralismo autoritário instaurado no País. Em nome da eficiência as decisões passam a ser tomadas a partir de uma lógica cujo exercício termina por comprometer duplamente os objetivos do desenvolvimento e a própria lisura dos atos administrativos. A sombra dessa estratégia florescem no País negócios ilícitos que defraudam o Estado e desacreditam seus agentes perante a sociedade.

Infelizmente a ampliação do espaço de participação dos poderes representativos e da imprensa tem permitido que denúncias como a que ora formulamos despertem as autoridades dessa letargia prolongada cujo desenlace pode tornar-se o desfecho final das instituições na voragem da insatisfação popular.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi da localidade de Santo Antônio do Rio das Mortes, uma cópia do abaixo-assinado de centenas de lavradores e lavradoras daquela localidade membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felix do Araguaia, em Mato Grosso e que será enviado ao Sr. Dr. Paulo Yokota, Mui Digno Presidente do INCRA.

Nesse documento afirmam os posseiros que após muita luta, conseguiram que o Governo desapropriasse uma área, aquela em que vivem e trabalham, com o fim de se praticar a Reforma Agrária.

A agitação, a luta dos posseiros e fazendeiros vem de 1973, mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, somente, ago-

ra em 1983 há esperança de se chegar a bom termo, quanto a situação dos posseiros que venceram a causa, na Justiça, diante do julgamento a eles favorável do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Os posseiros reivindicaram do INCRA na época dos demarques quanto ao assunto, em 1980 e enviaram ao Presidente do INCRA as seguintes exigências:

"Quando em outubro de 1980 fomos condenados a sermos despejados pelo 1º Cartório de Barra do Garças, nós enviamos para o Senhor um abaixo-assinado exigindo: 1º) a total desapropriação da área; 2º) respeito do módulo rural da área de 22 alqueires; 3º) vação livre para criação dentro; 4º) não pagar a terra nem suas demarcações, porque já tinha sido pagas por nossos gastos no processo judicial, na perícia e nas viagens a Brasília e Barra do Garças".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizem os representantes dos posseiros, em 1983 que:

"Agora chegam uns títulos provisórios e para recebê-los está na fala do próprio documento que temos que: 1º) pagar as despesas da demarcação; 2º) acatar toda a programação do INCRA na área; 3º) considerar nulo o processo judicial que teve em cima desta terra e por conseguinte os direitos que ganhamos de receber a terra demarcada sem pagar.

Ora, Senhor Presidente, fomos nós mesmos que fizemos as picadas e nem temos o suficiente para comprar o comestível para viver com as nossas famílias.

Por isso, nós, os abaixo-assinados, nos sentimos obrigados a não assinar esses títulos provisórios. E denunciamos mais uma vez a atitude do INCRA que sempre tenta fazer as coisas sozinho sem acordo com ninguém.

Sentimos que essas condições nos documentos não fazem parte de título e por isso não podemos receber".

Faço um apelo Senhor Presidente, Senhores Senadores, para que o INCRA, não prejudique mais os posseiros, aceite as exigências dos mesmos e traga a paz àquela região tão tumultuada pelas lutas entre posseiros e empresários e que não levam a nada. Esse apelo é extensivo ao Sr. Ministro Danilo Venturini.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trago a esta Casa o apelo de prefeitos mineiros das regiões Leste e Nordeste do Estado, que, reunidos no mês passado em Governador Valadares, debateram os problemas e as dificuldades de seus municípios, com o objetivo de buscar soluções adequadas e efetivas para o seu desenvolvimento.

Foi elaborado naquele conclave um documento denominado "Carta de Valadares", no qual diagnosticam o quadro atual daquelas cidades e reivindicam medidas urgentes às principais autoridades do Estado e do País.

Os prefeitos entendem que a atual crise só terá chance de ser vencida através da "municipalização dos recursos gerados nos próprios municípios, aumentando de maneira considerável a sua participação nos tributos federais".

Argumentam com muita propriedade que as pequenas cidades e as cidades-pólos necessitam de maior volume de recursos para melhorar a infra-estrutura urbana, estancando o fluxo migratório hoje dirigido aos grandes centros urbanos.

Entre as principais reivindicações destacam-se o aumento de 20% para 30% da participação municipal na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e distribuições aos municípios da quota de 30% do FINSOCIAL neles arrecadados.

Pela sua importância, Sr. Presidente, leio a mensagem daquelas lideranças comunitárias de meu Estado:

"CARTA DE VALADARES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
General João Baptista de Oliveira Figueiredo

Excelentíssimo Senhor Governador de Minas Gerais
Dr. Tancredo de Almeida Neves

Excelentíssimos Membros do Congresso Nacional

Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Os prefeitos das regiões Leste e Nordeste de Minas Gerais, reunidos em Governador Valadares em 13 e 14 de outubro de 1983, representando 16% da população do Estado, considerando que são os responsáveis diretos pela manutenção de um clima de paz social nesta vasta área, a mais desassistida pelos governos do Estado e da União nos últimos 20 anos, decidem elaborar este documento, cujo objetivo é levar às lideranças de Minas e do Brasil a urgente necessidade do fortalecimento imediato dos municípios.

É incontestável que toda a ação produtiva de um País se dá no Município e que o Estado e a União são apenas formas jurídicas, hoje totalmente dissociadas do cidadão. A grave crise econômica e social que vivemos originou-se na fuga do homem do campo, na migração desregrada em busca dos parques fabris, fazendo com que o Brasil tenha hoje uma economia que funciona às avessas, atendendo aos interesses de uma minoria. O setor terciário da economia se agiganta e se assemelha àqueles dos países mais desenvolvidos. O setor industrial foi implantado à custa de sacrifícios da população e com base no gradativo endividamento externo brasileiro. O setor primário ficou relegado a um segundo plano, apresentando-se falsas "safras recordes", quando mais de 40 milhões de brasileiros passam fome.

As cidades sofrem pela inexistência de infra-estrutura adequada à vida, enquanto os campos foram abandonados pela ausência de uma política firme de apoio à agricultura e à pecuária. Enquanto nos últimos 20 anos a economia nacional cresceu em 400%, os rendimentos do trabalho perderam 40% de seu valor real. A crescente dependência externa se deve a descuidos de uma política econômica-financeira, que não levou em conta que um País necessita, antes de exportar, alimentar, educar, dar saúde e vestir ao seu povo.

A Nação deve viver em função do município, que é onde moram as pessoas, onde criam seus filhos, onde desenvolvem suas atividades econômicas. A Nação, hoje, está morrendo no município, tornando fantasia a assertiva de que o município é a "célula-mãe" de uma Pátria. O sistema tributário vigente incentiva os rendimentos de capital, que nada produzem e penaliza os rendimentos do trabalho, quando deveria incentivar as atividades produtoras, gerando mais empregos e evitando a fome e a miséria.

A atual crise advém do centralismo, das decisões de cúpula sem ouvir as bases, praticando-se uma política tributária que asfixia os Estados e os Municípios. A reforma tributária de 1965 foi, ao longo dos anos, alterada ao sabor do interesse único de centralizar recursos e diminuir a autonomia dos Estados e dos Municípios, fazendo com que os prefeitos se transformassem em mendigos à porta dos Palácios.

Na prática desta política centralizadora, tanto o Estado como a União passaram a apropriar, de forma absurda, ilegal e inconstitucional de recursos que cabem aos municípios, numa tendência que precisa urgentemente ser estancada e revertida.

O centralismo esvaziou os campos, implantou a fome para um terço da população brasileira, criando esta insustentável situação de crescimento das tensões sociais. Cabe aos Prefeitos, no âmbito de seus municípios, tentar deter o "inchamento" das cidades, reordenando seu crescimento, buscando formas de atender às necessidades básicas de seus municípios como saúde, educação, serviços de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, através dos escassos recursos de seu orçamento deficitário.

Tanto o Estado como a União obrigam os municípios a assumir encargos que não são seus, sob a forma de convênios que retiram, em média, de 22 a 25% dos seus já poucos recursos. Desde o pagamento de aluguéis para Juizes, Promotores de Justiça, autoridades militares e órgãos dos governadores do Estado e da União, até a retenção de recursos que, por lei, deveriam ser imediatamente repassados, os municípios são compungidos a manter funcionários para o funcionamento de várias entidades governamentais, quando não são obrigados a reter parcelas de suas cotas de ICM e do FPM para pagamento de serviços ou manutenção de órgãos estaduais e federais.

A União e o Estado não têm competência constitucional para legislar ou regulamentar impostos municipais, através de decretos-lei, resoluções ou portarias, mas isso vem ocorrendo cada vez com mais frequência e com efeitos cada vez mais danosos na realimentação da crise econômica, financeira e social.

Os prefeitos da região Leste/Nordeste de Minas Gerais, independentemente de suas filiações político-partidárias, estão convictos de que o Brasil só tem chance de vencer a atual crise através da municipalização dos recursos gerados nos próprios municípios, aumentando de maneira considerável a sua participação nos tributos federais e estaduais.

Somente a agricultura poderá dar ao Brasil tranquilidade interna, pois é preciso, antes de tudo, matar a fome dos brasileiros, única forma de diminuir a tensão social. E a agricultura só existe no município, exigindo-se, portanto, que os recursos a ela destinados sejam repassados às prefeituras.

As pequenas comunidades rurais precisam receber os confortos modernos, para que as famílias se fixem nos campos. Os recursos para o estímulo à produção agrícola não podem deixar de contemplar o Erário Municipal, para que os prefeitos possam evitar a fuga do homem rural, dando-lhes um mínimo de condições para viver com dignidade.

As pequenas cidades e as cidades-pólo necessitam de recursos para melhorar a infra-estrutura urbana, evitando assim que o fluxo migratório, hoje direcionado para as regiões metropolitanas, seja contido e até revertido.

Baseados no acima exposto vimos apresentar, respeitosamente, aos Senhores Presidentes da República e Governador do Estado de Minas Gerais, ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, as resoluções discutidas e aprovadas no 1º Encontro de Prefeitos das Regiões Leste e Nordeste de Minas Gerais, enfatizando o seu imediato estudo e a urgente concretização das medidas que abaixo são relacionadas:

1 — Que todos os órgãos federais e estaduais existentes nos municípios sejam mantidos, *in totum*, pela União e pelo Estado.

2 — Que seja aumentada a participação dos municípios no Fundo de Participação dos Municípios, de 10,5% neste ano, para 20% já a partir de 1984.

3 — Que seja derogado o dispositivo legal que autoriza os municípios a pagar parte dos aluguéis de Juizes, Promotores de Justiça e outras autoridades.

4 — Que suba de 20% para 30% a participação municipal na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), e que, de imediato, sejam repassados aos municípios também os juros e correção monetária recebidos dos contribuintes nesse imposto, o que estranhamente não acontece.

5 — Que não haja tratamento diferenciado para os municípios, seja por parte do Estado ou por parte da União, levando em conta a filiação partidária dos Prefeitos.

6 — Que o INCRA repasse, imediatamente, os 20% do Imposto Territorial Rural (ITR) retidos indevidamente nos últimos 5 anos, com juros e correção monetária.

7 — Que a CEMIG repasse diretamente às Prefeituras, mensalmente através do Banco do Brasil ou outro estabelecimento bancário, a parte do Imposto Único Sobre Energia Elétrica (IUEE) que cabe aos municípios, que hoje vem sendo retido, sem correção monetária, para pagamento somente no ano seguinte, em forma de ações pelo valor nominal, quando essas ações estão cotadas na Bolsa de Valores por até 1/4 de seu valor.

8 — Que seja vedado aos Estados, seja por Decreto do Governador ou por Resoluções da CEFEC, declarar "Situação de Emergência" aos municípios sem ouvir os prefeitos, uma vez que essa atitude reduziu em 90%, somente neste ano de 1983, a receita de ITR de 111 (cento e onze) municípios do Estado de Minas Gerais.

9 — Que sejam municipalizados os recursos para o setor Saúde, objetivando dar aos municípios condições de atender adequadamente a população pobre.

10 — Que os municípios participem com uma quota de pelo menos 30% dos recursos neles arrecadados pelo FINSOCIAL.

11 — Que haja participação de 20% para os municípios na arrecadação das Loterias Estaduais e de 10% na Loteria Federal e nos Testes da Loteria Esportiva e da Loto, que os Estados também sejam contemplados com 10% da receita da Loteria Federal, da Loteria Esportiva e da Loto.

12 — Que sejam concedidos aos municípios os mesmos benefícios que ampararam os motoristas de táxi, para compra de máquinas e equipamentos em impostos e financiados pela Caixa Econômica Federal, vedando-se o benefício para veículo não utilitários.

13 — Que seja extinto o DNER e todos os seus imóveis, equipamentos, recursos materiais e financeiros, sejam repassados aos DERs, racionalizando-se assim a assistência às estradas, diminuindo os custos do governo com a existência estrúxula de dois organismos que desempenham a mesma tarefa e, por isso mesmo, a desempenham mal; que 60% do Fundo Rodoviário Nacional sejam repassados aos DERs, obrigando-se esses a complementar as ações municipais no sentido de ampliar e melhorar a rede viária dos municípios e, conseqüentemente, dos Estados.

14 — Que sejam dotadas às Associações Micro-Regionais de Municípios de pelo menos três técnicos da SUPAM — Superintendência de Articulação com os Municípios — da Secretaria de Estado do Planejamento, ou técnicos da SAREM, objetivando dar infra-estrutura de planejamento aos municípios associados.

Exmos. Senhores, estas medidas apresentadas foram por nós consideradas de fundamental importância para que possamos readquirir, no mínimo, a autonomia que é preconizada para os Municípios na própria Constituição da República, e ao mesmo tempo nos manifestamos preocupados com o agravamento do clima de tensão social latente no País,

comprometendo-nos a trabalhar, independentemente de nossas filiações partidárias, para a dinamização da economia de nossos municípios, no objetivo último de oferecer a Minas e ao Brasil, a nossa parte de trabalho para manter a paz e a ordem, com justiça social.

Governador Valadares, 14 de outubro de 1983.
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Todas as vezes que venho a esta tribuna, para falar a respeito das necessidades mais prementes do meu Estado, faço questão de repetir, até mesmo enfaticamente, que o Amazonas é uma realidade diferente dentro do contexto geofísico, geoeconômico e geoantropológico do nosso País, em decorrência das suas peculiaridades, das suas características próprias.

Estado em cujo território a água tem a predominância de quase dois terços, aproximadamente, o Amazonas precisa ser encarado de maneira realmente apropriada e particular, considerando que os seus problemas têm uma tipicidade só conhecida daqueles que vivem o seu dia-a-dia dramático e angustiante, numa ambiência marcada pelas dificuldades mais pungentes, pelos obstáculos mais terríveis para cuja remoção torna-se necessário um grande somatório de esforços por parte do Governo Federal, dentro do entendimento de que, para salvar o Amazonas da *déchéance* total, é preciso legislar de modo específico, é preciso orçamentar verbas específicas, como se fora uma terapia de emergência para a qual torna-se obrigatório o uso de recursos extremos.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero me referir ao problema do cooperativismo agrícola no Amazonas, atualmente em vias de desaparecer de uma vez por todas, tendo em vista o estado de insolvência em que encontra pela falta absoluta da sustentação financeira que, como é fácil compreender, representa a garantia de sobrevivência de um organismo daquela natureza.

As cooperativas agrícolas, no meu Estado, têm uma função sócio-econômica de mais alta relevância como repassadoras dos recursos financeiros indispensáveis à atividade primária, ainda desenvolvida de maneira rudimentar, quase toda ela sob a forma de agricultura de várzea, na dependência, portanto, do fluxo cíclico das águas.

Assim, apelo aos Exm^{as} Srs. Ministros Amaury Stabile, da Agricultura, e Mário Andreazza, do Interior, no sentido de que, tal qual vem sendo feito para ajudar ao Nordeste, destinem recursos financeiros do FINSOCIAL às cooperativas do Amazonas objetivando a que, com esse auxílio indispensável, possam elas atender aos reclamos justos dos nossos pequenos produtores, presentemente todos em estado de inadimplência junto às instituições creditícias, tanto quanto as próprias cooperativas que, em razão dessa penúria, não têm condições de sair em socorro daqueles produtores, cuja atividade é de fundamental importância para a subsistência da população amazonense.

Se o Nordeste sofre sob o fenômeno da seca, o Amazonas padece sob o flagelo das enchentes, responsáveis por desastres sociais os mais inclementes e de conseqüências as mais funestas e mais trágicas.

Que os Exm^{as} Srs. Ministros da Agricultura e do Interior, sentindo toda a extensão desse drama, de existência tão antiga, possam se sensibilizar, conhecendo como conhecem as realidades do Amazonas, e destinar os recursos financeiros de que carecem as cooperativas agrícolas amazonenses para que elas não desapareçam, provocando o colapso total da nossa incipiente atividade primária, tão dependente dos serviços de sustentação advin-

dos do cooperativismo, num Estado em que o homem, por si mesmo, não terá nunca condições de sobrevivência, em razão das peculiaridades já sobejamente aludidas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Derval de Paiva.

O SR. DERVAL DE PAIVA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente Srs. Senadores:

Todos nós sabemos que o Brasil é o país no mundo que tem a maior extensão de terras agricultáveis não utilizadas ou subutilizadas. Além das terras temos grande contingente de mão-de-obra subempregada ou relegada ao abandono. Porque isto ocorre, Sr. Presidente? Terra e trabalho, como ensina a economia, são dois fatores básicos de produção. O terceiro fator básico é o capital, consequência automática da utilização racional dos dois primeiros.

As providências econômicas do atual Governo estão conduzindo ao desmantelamento da atividade no setor agrícola. Não existe programação possível para os empresários do setor rural, momento no Brasil Central. Segundo líderes empresariais, a política de crédito rural é extremamente errática e inconsistente, com mudanças constantes e ineficazes, o que traz insegurança para o setor.

O VBC — Valor Básico de Custeio — é tão irrisório que não serve de parâmetro para os empresários. Serve, isto sim, de parâmetro para aferir a eficiência de nossas autoridades econômicas quanto à sua política agrícola. O que não só é desanimador, é incompatível com os objetivos de resgatar nossa Nação da grave crise que vive.

Para termos uma idéia, o crédito concedido tendo como referência o valor básico de custeio não cobre 20% dos custos. Em contrapartida os agentes financeiros penhoram 100% do valor da produção.

Vejam o caso da soja — 50% do financiamento da cultura desta leguminosa foi suficiente apenas para a compra de sementes, 95% dos produtores do Centro-Oeste são de médio a grande porte. Este ano o agricultor está com o solo preparado e sem recursos para o término do plantio. Não existe qualquer previsão de suporte aos pequenos produtores, e os grandes e médios produtores são jogados à lona sofrendo um permanente processo de descapitalização. Desta forma, como é que o Governo deseja engajar a livre empresa na expressão de nossa atividade econômica?

Este ano tivemos uma queda na safra americana de grãos de 80 milhões de toneladas. Com uma política agressiva de crédito rural, poderíamos ocupar no mercado internacional a lacuna aberta pelas dificuldades de ordem climática que a agricultura americana sofreu. O que ocorreu? Pelo contrário, as condições de crédito no Brasil foram agravadas, como se houvesse o intento de proteger a hegemonia americana no mercado internacional de grãos. Com triste ironia se este é o objetivo, o Governo Federal deve comunicar o fato aos agricultores brasileiros, para que estes não prejudiquem os parceiros norte-americanos do Governo brasileiro.

Outro fato curioso, Srs.: Apenas 5% dos produtores foram beneficiados pela recente alta dos produtos agrícolas. Os outros 95% entregaram os lucros oriundos da alta para os intermediários. E quem é o maior intermediário dos produtos agrícolas no Brasil? É precisamente o Governo Federal. Ora, Srs., o setor agrícola nacional não poder arcar com o ônus dos equívocos de gerência financeira do Governo Federal, de exclusiva responsabilidade de nossas autoridades econômicas.

O Governo Federal é veemente na acusação às oposições, dizendo que estas só sabem criticar, mas não propõem alternativas concretas de ação.

Então, Srs., vamos às sugestões.

1. Que o Governo Federal libere para os plantadores do Centro-Oeste da soja, como ocorre no Sul.

2. Que o Governo Federal antecipe a verba de fevereiro alocada para o plantio de milho imediatamente. Desta forma, os plantadores de milho poderiam comprar sulfato de amônia que é o fator de aumento de 20% na produtividade desta cultura.

3. Além de nova sistemática de financiamento, que o Governo Federal crie mecanismos diferenciados de crédito para o Brasil Central, que por ser área de fronteira agrícola tem um custo de plantio por hectare bem superior aos custos dos agricultores da Região Sul, que têm menos despesas devido a proximidade de fontes de insumo e dos mercados consumidores, além de terem o solo já adequado a culturas por muitos anos de plantio e estar o Sul aparelhado da infra-estrutura necessária à prática de uma agricultura de grande capacidade de retorno. Por tais motivos é que a agricultura em áreas de fronteira necessita atenção prioritária do Governo.

4. Criação da UPA — Unidade de Padrão Agrário, vinculada aos custos dos insumos, combustíveis e implementos agrícolas, análogo à ORTN, o que paria às autoridades econômicas um instrumento realista nos cálculos dos valores de financiamento à agricultura.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil importa arroz, feijão, milho, leite, carne e estará importando algodão a curto prazo se prevalecer a atual orientação de política agrícola. Tal situação é inaceitável e menos que se queira a inviabilização total de quaisquer atividades econômicas em nosso País. Apelamos para o Governo Federal para que tenha uma postura patriótica com relação às nossas graves necessidades de viabilização dos empresários agrícolas no País.

Por oportuno, apelamos igualmente para o Banco Central do Brasil, no sentido de que baixe, promova, urgentemente, instruções para todos os agentes financeiros que operam em crédito rural na área da Amazônia, sobretudo para os municípios incluídos pelas cartas circulares do Bacem, de números 945/83 e 955/83, datadas de 13 de outubro de 10 de novembro. Determinando retroatividade, por ser de direito, para os mutuários que contrataram custeios agrícolas, antes da vigência das cartas circulares acima referidas, ajustando-as às taxas de juros. Por iniciativa do próprio agente financeiro e dando ciência ao cliente mutuário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Quando se está encerrando a sessão legislativa de 1983, desejo manifestar minha profunda gratidão a todos os nobres colegas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que, na memorável noite de 23 de novembro, aprovaram a proposta de emenda à Constituição que vincula nunca menos de 13 por cento do orçamento da União e 25 por cento dos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Depois do insucesso de uma proposta minha, que estabelecia vinculação semelhante e, ao ser colocada em votação em 1976, viu-se rejeitada por falta de quórum, foi desvanecedor para mim presenciar a manifestação inequívoca de vontade deste Congresso Nacional em incluir essa determinação em nossa Carta Magna. Nada menos do que 55 senadores e 360 deputados estiveram presentes, após todo um dia de sessões extenuantes, para aprovar a emenda que injetará novos recursos à nossa sofrida educação nacional, garantindo escola a milhões de crianças, de jovens, que hoje estão fora dela ou a frequentam por períodos extremamente curtos.

Deixo que o exame dos efeitos da emenda seja feito pela mais qualificada, dentre todos os brasileiros, para opinar a respeito deles: a Ministra da Educação e Cultura, Professora Esther de Figueiredo Ferraz, que afirmou,

em entrevista dada a 1º de dezembro aos Sistema Brasileiro de Televisão, ser a data de aprovação da emenda "uma espécie de 13 de maio que deve figurar no nosso calendário nacional". Considero extremamente feliz essa comparação com a data em que se aboliu a escravidão, pois na verdade o Congresso Nacional deu nesse dia um grande passo para libertar um grande número de brasileiros da escravidão da ignorância, dos grilhões do analfabetismo.

Disse mais a eminente Ministra da Educação. Ao declarar ao Sistema Brasileiro de Televisão que vários fatos importantes para a educação aconteceram nas últimas semanas, asseverou que "o mais importante deles foi a aprovação da proposta de emenda constitucional apresentada pelo Senador João Calmon que estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de 13 por cento e pelos estados, Distrito Federal e Municípios, de no mínimo 25 por cento da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Esse percentual, mais elevado — e assim mais adaptado às exigências da moderna sociedade — supera inclusive o já fixado pela nossa democrática Constituição de 1946, lembrada pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz em sua entrevista. Traduz algo, além disso, de essencial para a compreensão do atual processo político brasileiro: a consciência, que o Congresso retoma, de sua própria força.

Mostrou a Ministra da Educação que, ao aprovar a emenda, "parece que todo o mundo entendeu que não basta apenas dizer que a educação é a prioridade das prioridades, mas que deveria ser também refletida em termos orçamentários". Foi o que fez o Congresso, naquele inesquecível dia 23 de novembro, dia em que, ao aprovar duas emendas constitucionais contra toda a expectativa dos que ainda procuram tolher as iniciativas partidas dos parlamentares, voltou a colocar-se como Poder.

A batalha não está terminada, porém. O Congresso prosseguirá no rumo de sua reafirmação. E está nesse caminho a luta para que a determinação que aprovou seja efetivamente cumprida, superando as ardilosas manobras e os jogos contábeis dos que ainda não compreenderam que novos tempos chegaram. Incorporo ao texto deste pronunciamento, para que figure nos Anais do Senado a relação dos parlamentares que se fizeram presentes naquele inesquecível 23 de novembro para dar seu sim à causa da educação no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOÃO CALMON EM SEU DISCURSO:

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Aderbal Jurema — Líder do PDS.

Humberto Lucena — Líder do PMDB.

Roberto Saturnino — Líder do PDT.

Iris Célia — Mário Maia — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Milton Cabral — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Votaram "sim" 55 Srs. Senadores.
Está aprovada no Senado.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

— Nelson Marchezan — Líder do PDS.
— Freitas Nobre — Líder do PMDB.
— Bocayuva Cunha — Líder do PDT.
— Celso Peçanha — Líder do PTB.
— Irma Passone — Líder do PT.

Acre

João Mello — PMDB.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Roraima

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Arildo Teles — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Délio dos Santos — PDT; Demissar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macêdo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castor Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juares Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccharini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB;

Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zazur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Pedro Novais — PMDB; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraná

Carneiro Arnaud — PMDB; Edmo Tavares — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Eglécio Ferreira Lima —

PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leir Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Subóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabbardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Votam "SIM" 360 Srs. Deputados. Está aprovada na Câmara.

Aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1983, em segundo turno, a Presidência convocará oportunamente sessão conjunta solene para promulgação da matéria ora aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tive o prazer de participar da comitiva oficial que acompanhou o Presidente João Figueiredo em sua visita à África.

2. Pude, assim, testemunhar o êxito inofismável dessa viagem, que alcançará, sem dúvida, repercussões duradouras no relacionamento internacional do Brasil, consolidando e expandindo nossa presença no grande continente africano, em favor da paz e da cooperação internacionais.

3. Verifiquei de maneira tangível o apreço e mesmo a admiração, que o nosso País merece no exterior, pela ação diplomática direta do Presidente da República, pelo trabalho constante do Ministério Saraiva Guerreiro, de sua dedicada equipe de assessores e dos nossos Embaixadores que, em todos os quadrantes, atuam, incansavelmente, na defesa dos interesses do Brasil.

4. Pude, também, Sr. Presidente, constatar a perfeita compreensão que os países africanos têm do Brasil e de sua política exterior. Ninguém nos vê com temores ou desconfiança. Ninguém duvida da coerência e da legitimidade de nossos propósitos. Todos nos vêem como país exemplar em nossa conduta internacional, em nossa defesa da cooperação igualitária, em nosso espírito de independência autêntica.

5. Devo ressaltar o papel desempenhado, pessoalmente, pelo eminente Presidente João Figueiredo nesse contexto. Dotado de qualidade inatas para os contatos internacionais, o Presidente Figueiredo, por sua franqueza

za e objetividade, pelo seu espírito aberto e cordial com seus interlocutores, aos quais expressa com clareza os propósitos da ação brasileira e as bases em que propomos a intensificação do diálogo entre os povos. Impressionou-me particularmente a alocução presidencial em Guiné-Bissau, quando do balcão do Palácio do Governo dirigiu-se diretamente ao povo guineense revelando toda a sua dimensão de estadista e alcançando franca consagração.

6. A orientação da política externa do Governo do Presidente Figueiredo, sob a serena condução do Ministro Guerreiro, torna o Chefe de Estado brasileiro líder natural do movimento dos países que, como o Brasil, empenham-se na construção de um mundo mais justo e pacífico e na conquista do direito inalienável do desenvolvimento.

7. O êxito desta viagem deve ser medido na projeção histórica que ela encerra. Ela vem coroar anos e anos de esforços diplomáticos de aproximação, caracterizados inclusive pelas viagens que o Ministro Guerreiro realizou, pessoalmente, àquele continente, desbravando caminhos, estabelecendo fontes de entendimento, esclarecendo mal-entendidos, firmando progressivamente nossa imagem como país confiável como parceiro adequado e realista, como país interessado na busca de empreendimentos positivos e mutuamente vantajosos.

8. Históricas também serão as repercussões dessa viagem. Pela primeira vez um Presidente do Brasil transpôs o Oceano Atlântico para estabelecer contatos de nível maior com os nossos amigos africanos. Esse gesto, oportuno e seguro, encerra em seu significado, a demonstração da plena confiança na extraordinária potencialidade do relacionamento afro-brasileiro e abre as portas de uma fase de cooperação e entendimento ainda mais concreta e profícua nos campos político e econômico. Foi com prazer que testemunhei que esse espírito de abertura e confiança é plenamente correspondido por nossos amigos.

9. A acolhida proporcionada ao Presidente Figueiredo e à nossa comitiva foi sempre extremamente calorosa e amigável. Em todos os países visitados, independentemente de suas orientações internas no campo político-social, independentemente de suas dimensões físicas e econômicas, independentemente de suas antigas vinculações às diferentes potências colonizadoras, pudemos todos perceber o respeito que merece o nosso país, a compreensão e a confiança em nossas atitudes e o desejo constante de aprofundar as suas relações com o Brasil. Foram inúmeras as demonstrações de afeto e amizade que recebemos, assim como as manifestações de reconhecimento e de concordância com as linhas básicas de nossa atuação internacional.

10. Com efeito, o que mais motiva os países africanos a conosco dialogar e cooperar é a dimensão de independência e de equilíbrio que irradiamos internacionalmente. As lideranças dos países visitados reconhecem-nos como legítimos porta-vozes e executores de uma política externa desimpedida, que atende diretamente aos interesses do progresso e da concórdia, sem rivalidades mexquinhas.

11. Conhecem perfeitamente a nossa atuação e a aceitam. Aceitam-na e valorizam-na. Conhecem perfeitamente e respeitam o fato de sermos, a um só tempo, país do Ocidente e país do Terceiro Mundo. Entendem e admiram o nosso desejo de dialogar e de cooperar com todos sejam de qualquer região ou de qualquer nível de desenvolvimento relativo.

Foi para mim um prazer especial ter verificado concretamente o respeito, a compreensão e a confiança que nosso país desperta, internacionalmente, fato que tantas vezes passa despercebido aos olhos dos brasileiros.

12. Esses resultados foram obtidos, em grande medida, graças a nossa capacidade de compreender as lutas das nações africanas contra o racismo, o colonialismo e a dominação; e de apreciar, em seu valor real, o espírito

soberano com que a África deseja projetar-se, sem o paternalismo de quem quer que seja, sem submeter-se a condição de satélite ou de área de influência de interesses estrangeiros.

13. Chamou-me particular atenção o vigor da consciência africana, que encontra expressão nítida no caráter profundamente arraigado e sincero, do repúdio às manifestações do racismo e, sobretudo, à prática institucionalizada da discriminação racial, caracterizada pelo sistema sul-africano do *apartheid*.

14. Esta é uma questão que afeta a própria essência da identidade africana, na qual o sentido de justiça une-se à sabedoria política para determinar uma posição de inequívoca oposição à violentação do direito à igualdade racial e para requerer que o Brasil, exemplo de democracia racial e interessado em assegurar as bases sólidas que fundamentam nossa sociedade, mantenha firme sua política de condenação ao racismo sistematizado, ainda em vigor na África do Sul.

15. Se grandes foram o êxito e a importância dos aspectos políticos globais ligados à viagem do Presidente João Figueiredo à África, não foram eles menores no que concerne ao relacionamento específico do Brasil com cada um dos países visitados.

16. A Nigéria é um país que se destaca na África, por seu dinamismo, sua potencialidade, seu grande contingente populacional. Nosso relacionamento já é intenso, tendo atingido as trocas comerciais, em ambos os sentidos, o patamar de 1,5 bilhão de dólares em 1981.

17. Também no campo cultural são muitos os laços que nos unem e que tiveram expressão concreta no diálogo travado com a comunidade negra de origem brasileira que retornou a Lagos, no século passado, na reconquista de sua liberdade, ocasião em que o Presidente Figueiredo e todos nós, brasileiros e nigerianos, fomos tomados de viva emoção.

18. O Presidente Sheul Shagari, recém-releito para novo período presidencial, demonstrou vivo interesse em expandir as relações com o Brasil, nos mais diversos aspectos, consciente da complementaridade existente entre as economias dos dois países e da afinidade de seus interesses. Em consequência da visita, a cooperação agrícola e agro-industrial será dinamizada, assim como será estimulada a exportação de produtos industriais brasileiros e a participação de nossas firmas fornecedoras de serviços, contra um aumento das vendas de petróleo nigeriano ao Brasil. Importantes considerações foram dispensadas à necessidade de superar a falta de liquidez que atinge o nosso intercâmbio, através de medidas como o estabelecimento de mecanismos de crédito recíproco, que visam a normalizar e revigorar as nossas mútuas trocas comerciais.

19. Também nas áreas da petroquímica, da eletricidade, da produção mineral, serão revigorados os nossos entendimentos e, no setor da cooperação industrial-militar, terá lugar todo um conjunto de atividades, envolvendo desde a preparação de quadros até a modernização do equipamento militar nigeriano, através da compra de material, cooperação técnica e empreendimentos conjuntos específicos.

20. Trata-se de uma clara demonstração do vigor de nossa capacidade industrial, neste campo, e da confiança na atitude positiva e fraterna do Brasil com relação ao continente africano. Não é estranha, ao desejo nigeriano de cooperação militar, a política que temos desenvolvido com relação ao Atlântico Sul, afirmando ser esta uma área afeta, primordialmente, aos interesses dos países em desenvolvimento que o margeiam, devendo, por isso, ser mantido a salvo de tensões forâneas e servir, exclusivamente, ao intercâmbio pacífico entre as nações. O Atlântico Sul deve ser visto como elemento da cooperação horizontal e igualitária entre a América Latina e a África e não como cenário de confrontações, que visem a dividir nossos países em blocos hostis.

21. Também no Senegal obtiveram-se excelentes resultados, capazes de colocar em novo patamar os vínculos bilaterais entre os dois países. Particular importância tiveram os entendimentos destinados a superar a limitação das compras senegalesas no Brasil, através de contratos que permitirão a aquisição de ácido fosfórico e a coordenação da comercialização internacional de fosfatos, além do desenvolvimento de projetos, no Senegal, que contarão com a participação de firmas brasileiras no setor de infra-estrutura, de serviços e de produção mineral.

22. O Presidente Abdou Diouf, hábil condutor dos interesses de seu país, sabendo aliar a moderação ao dinamismo, deu mostras de perfeita compreensão da necessidade de elevar os laços entre os nossos países, a níveis compatíveis com as perspectivas reais, que se abriram com a visita do Presidente Figueiredo.

23. Nosso relacionamento com a Argélia, por outro lado, já revelava alto grau de diversificação, reflexo do progresso de ambas as nações. A visita presidencial produziu resultados concretos no campo econômico, através da participação brasileira em inúmeros projetos argelinos de desenvolvimento, abrangendo a área dos transportes, sobretudo o ferroviário; de infra-estrutura, principalmente no que concerne à construção de barragens da siderurgia, com a compra de produtos e equipamentos brasileiros e nossa participação em obras de desenvolvimento desse setor naquele país. Também serão promovidas as compras argelinas de produtos agrícolas do Brasil, sempre na linha da diversificação comercial, que tanto nos interessa a nós, quanto a nossos parceiros.

24. O Presidente Chadli Benjedid tem sabido conduzir seu país, com precisão, nos assuntos internacionais, como o defensor destacado do não-alinhamento em sua expressão autêntica. Através de sua diplomacia moderada, pragmática, coerente e firme, a Argélia é um país em ascensão, que supera suas proporções propriamente africanas e que dá grande realce à cooperação entre os países em desenvolvimento em sua política exterior. A visita do Presidente Figueiredo a Argel foi, particularmente, oportuna diante da próxima realização do congresso da Frente de Libertação Nacional Argelina, quando serão lançadas as novas diretrizes nacionais, as quais darão ênfase à promoção da cooperação Sul-Sul.

25. Foi notável o clima de congracamento que caracterizou a visita presidencial a Guiné-Bissau e Cabo Verde. As profundas identidades culturais e afetivas, que impregnaram nosso relacionamento, revelam-se a cada momento e, por vezes, de maneira até surpreendente, como na ocasião em que um grupo de caboverdianos cantou, para nós, uma música tradicional de seu país, na qual se diz que todos os caboverdianos têm o Brasil no peito e que Cabo Verde é um pedaço pequenino do Brasil.

26. É preciso que tenhamos a noção concreta da importância de nosso País para esses nossos vizinhos do outro lado do mar, como irmãos de verdade, que tanto se orgulham com as nossas realizações.

27. São eles, Cabo Verde e Guiné-Bissau, pequenos países de expressão portuguesa, cuja importância transcende em muito suas dimensões físicas. Cabo Verde, por sua elite intelectual e por suas características próprias de país insular, estrategicamente localizado e vivamente interessado no diálogo pan-africano, tem grande capacidade de irradiação política dentro e fora da África.

28. Guiné-Bissau é um país em que, com recursos relativamente reduzidos, pode-se demonstrar, com nitidez, que a cooperação horizontal prestada pelo Brasil é eficaz e igualitária, o que terá efeito multiplicador em toda a África. Através dos entendimentos mantidos poderemos adensar mais ainda, ali, a nossa cooperação, sobretudo no campo agrícola, através de nossa participação em projetos de desenvolvimento, que contam, também, com financiamento multilateral.

29. É hora de concluir esta já longa exposição, que faço com orgulho, Sr. Presidente. Minha participação na

comitiva oficial do Presidente Figueiredo renovou minha confiança em nossa capacidade de atuação internacional, tão bem conduzida por Sua Excelência.

30. Tal confiança aumenta ainda por que sei que as indispensáveis medidas de acompanhamento, concretização e evolução dos acordos, compromissos e entendimentos a que chegamos já estão sendo tomadas com relação a todos os países visitados, através das reuniões de nossas comissões mistas bilaterais e do intercâmbio de missões de especialistas em diversas áreas específicas.

31. São essas as razões que me levam a considerar a visita de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República à África, como um êxito de proporções históricas. São essas as razões pelas quais me permito congratular-me, com ele e com o Ministro Guerreiro, pelo acerto de suas iniciativas e pela segurança com que o Brasil se desenvolve nos complexos caminhos da política internacional, sempre em defesa da paz, da cooperação e da afirmação crescente de nossa independência e nossa identidade nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 119, de 1983, de autoria do Senador Itamar Franco, que extingue o § 3º do artigo 77 do Regimento Interno do Senado Federal; e 120, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que altera disposições regulamentares atinentes às comissões de inquérito.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

De acordo com o disposto no Regimento Interno, as matérias serão despachadas às Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária, a realizar-se, às 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.063, de 1983), do Projeto de Resolução nº 116, de 1983, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 288.037.264,28 (duzentos e oitenta e oito milhões, trinta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte oito centavos).

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

Ata da 226ª Sessão, em 2 de dezembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Sr. Raimundo Parente.

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Cêlia — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvidio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Carlos Alberto — Dinarte Mariz

— Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Cumarigo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Nº S/31, de 2 do corrente mês, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Penal nº 276-0, do Distrito Federal, do qual consta a decisão de inconstitucionalidade do art. 1º da Resolução nº 13, de 4 de maio de 1983, da Câmara dos Deputados, na parte em que deliberou sustar o processo criminal em curso no STF, contra o ex-Deputado Domingos Antonio de Freitas Diniz, designado nos autos da citada Ação como Domingos de Freitas Diniz Neto.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 889, DE 1983

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1983 (nº 1.480/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, do Grupo-Outras atividades de Nível Superior, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 1983. — Aloysio Chaves — Humberto Lucena.

REQUERIMENTO Nº 890, DE 1983

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 272, de 1983, que dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 1983. — Aloysio Chaves, Líder PDS. — Humberto Lucena, Líder PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Os requerimentos lidos serão apreciados após a Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Passa-se à

ORDEM DO DIA Ítem único

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.063, de 1983), do Projeto de Resolução nº 116, de

1983, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 288.037.264,28 (duzentos e oitenta e oito milhões, trinta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte e oito centavos).

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Resolução nº 116, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$288.037.264,28 (duzentos e oitenta e oito milhões, trinta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte e oito centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 288.037.264,28 (duzentos e oitenta e oito milhões, trinta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte e oito centavos), correspondentes a 120.088,02 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 2.398,55 (dois mil, trezentos e noventa e oito cruzeiros e cinquenta e cinco centavos), vigente em outubro/82, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, com fiança a ser prestada pelo Banco do Estado de São Paulo S/A — BANESPA, destinada ao término de obras que permitirão a melhoria e ampliação de diversas entidades hospitalares sem fins lucrativos, naquele Estado, obedecidas as condições administrativas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 889, lido no Expediente de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1983.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Aprovado o Requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1983 (nº 1.480/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências (dependendo de pareceres das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças).

Solicito ao nobre Sr. Senador Hélio Gueiros o parecer da Comissão de Serviço Público Civil.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De iniciativa do Senhor Presidente da República, nos termos do art. 51, da Constituição, vem a exame desta Casa, depois de examinado e aprovado pela Câmara dos Deputados, projeto de lei, alterando a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, e dando outras providências.

Quando do seu envio à Câmara dos Deputados, se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do DASP, esclarecendo que "Atendendo a que foram cumpridas todas as formalidades concernentes ao assunto, inclusive a comprovação de disponibilidade orçamentária por parte do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, órgão interessado, a matéria mereceu manifestação favorável da Secretaria de Planejamento, conforme Aviso/GM/Nº 477, de 12 de maio de 1983.

Entretanto, face o tempo decorrido, o anteprojeto de lei foi restituído pelo Gabinete Civil da Presidência da República e este Departamento, para atualização, através do Aviso nº 227, de 27 de maio do corrente ano."

O projeto, vazado em 6 (seis) artigos, estabelece que a Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, Código NS-913 — ou LTNS-913, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, e que se refere a Lei nº 5.645, de 1970, fica alterado de forma a que mediante progressão funcional ou outras formas legais de provimento, os engenheiros florestais do Serviço Público possam ascender até a classe final.

Determina que os servidores atualmente posicionados nas referências NS-1 a NS-4 ficam automaticamente localizados na referência NS-5, inicial de Classe A.

Considerando que, ressalvada a nova posição de referência, não será alterada a retribuição dos demais ocupantes da categoria, os quais permanecerão na mesma referência de vencimentos ou salários; e que os seus efeitos financeiros não retroagirão, somos, no âmbito desta Comissão pela aprovação do projeto em exame.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao Senador José Fragelli, para proferir o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PMDB — MT. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Sr. Senadores:

Na forma regimental, vem a exame da Comissão de Finanças o Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo, que altera a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.

A Mensagem Presidencial de faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do DASP, que destaca:

"Pela Exposição de Motivos DASP nº 283, de 10 de novembro de 1981, foi submetida à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei consubstanciando proposta no sentido de ser alterada a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

2. Atendendo a que foram cumpridas todas as formalidades concernentes ao assunto, inclusive a comprovação de disponibilidade orçamentária por parte do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, órgão interessado, a matéria mereceu manifestação favorável da Secretaria de Planejamento conforme Aviso GM/Nº 447, de 12 de maio de 1983.

3. Entretanto, face o tempo decorrido, o anteprojeto de lei foi restituído pelo Gabinete Civil da Presidência da República a este Departamento,

para atualização, através do Aviso nº 227, de 27 de maio do corrente ano."

Tramitando na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado em Plenário, após receber pareceres favoráveis das Comissões Técnicas daquela Casa do Congresso Nacional.

A modificação legal proposta visa a possibilitar aos engenheiros florestais do Serviço Público a progressão funcional.

No que diz respeito ao aspecto financeiro, vale ressaltar que os efeitos financeiros da Lei se darão a partir de sua publicação.

Estando comprovada a existência de recursos orçamentários no IBDF, para atender as providências contidas no projeto, nada temos a opor à sua aprovação.

Face as razões apresentadas, manifestamo-nos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Os pareceres são favoráveis. Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 269, DE 1983

Nº 1.480/83, na Casa de origem

De iniciativa do Senhor
Presidente da República

Altera a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, fica alterada na forma do anexo desta lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, código NS-913 ou LT-NS-913, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, fica alterada na forma do anexo desta lei.

Parágrafo único. O preenchimento dos cargos ou empregos da classe especial e das intermediárias far-se-á mediante progressão funcional ou outras formas legais de provimentos.

Art. 2º Os servidores atualmente posicionados nas referências NS-1 a NS-4 ficam automaticamente localizados na referência NS-5, inicial da classe A.

Art. 3º Ressalvado o disposto no artigo anterior, não será alterada a retribuição dos demais integrantes da categoria, que permanecerão na mesma referência de vencimento ou salário, ainda que essa referência venha a situar-se em classe inferior à atual.

Art. 4º A nova estrutura não prejudicará a tramitação e a solução de pedidos de transferência e movimentação de servidores, apresentados até a data de vigência desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto a seus efeitos financeiros.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº , de de de 198)

Grupo	Categoria Funcional	Código	Referências de Vencimento ou salário por classe
Outras Atividades de nível superior			
(NS-900 ou LT-NS-900)	e) Engenheiro Florestal	NS-913 ou LT-NS-913	Classe Especial — NS-22 a 25
			Classe C — NS-17 a 21
			Classe B — NS-12 a 16
			Classe A — NS-5 a 11

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 890, de 1983, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 272, de 1983.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 272, de 1983 (nº 2.715/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente (dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores).

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros para proferir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O projeto sob exame, ordinário do Poder Executivo, disciplina a concessão da permanência no País, aos estrangeiros registrados provisoriamente.

A medida foi aprovada na outra Casa legislativa, com emendas apresentadas pela sua douta Comissão de Constituição e Justiça.

As referidas emendas procuram reabrir prazo para beneficiar estrangeiros ainda em situação irregular; simplificar a concessão de permanência aos filhos menores daqueles que tenham obtido o registro permanente e, finalmente, estabelecer normas quanto a procedimentos administrativos.

A matéria não encontra óbices quanto ao aspecto jurídico-constitucional e, no mérito, como assinala o Exmº Sr. Ministro da Justiça, na Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, vem solucionar o grave problema dos estrangeiros registrados provisoriamente, sem deixar de resguardar os interesses nacionais.

Diante do exposto somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Saldanha Derzi, para proferir o parecer da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. SALDANHA DERZI (PMDB — MS. Para proferir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 424, de 21 de novembro de 1983, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional projeto de lei visando a possibilitar a obtenção de visto de permanência definitiva no País aos estrangeiros portadores de registro provisório.

A Exposição de Motivos, subscrita pelo Sr. Ministro da Justiça, esclarece que desde o advento da Lei nº 6.815, de 1980, vem o governo baseando a política de imigração no princípio da "proteção da mão-de-obra nacional" e por conseguinte, estabelecendo critérios seletivos capazes de evitar um ingresso indiscriminado de alienígenas.

O Estatuto dos Estrangeiros, adotado em 1980, vetou a regularização do imigrante vivendo clandestinamente no País. Referido diploma legal, entretanto, atento ao fato de que existiam inúmeras pessoas nestas condições, facultou ao Poder Executivo firmar acordos "com os Estados de que sejam nacionais os estrangeiros que estejam em situação ilegal no Brasil... por força dos quais tal situação seja regularizada". No ano seguinte adotou-se providência legal permitindo a "regularização provisória dos estrangeiros em situação ilegal" (Lei 6.964 de 9-12-81) tendo em vista a demora na conclusão dos acordos internacionais que viriam a dispor definitivamente sobre o assunto.

Surpreendentemente, segundo informa a Chancelaria, nenhum Estado, até o momento, manifestou interesse em firmar ajuste com a mencionada finalidade. Daí a iniciativa ora sob exame. Sr. Presidente, cujo escopo é propiciar aos estrangeiros registrados provisoriamente a obtenção de visto de permanência definitiva.

Resalte-se que os beneficiários potenciais do projeto já se encontram plenamente integrados no mercado de trabalho, razão pela qual não cabe fazer qualquer exigência quanto à atividade profissional. Por outro lado, como bem observa o signatário da Exposição de Motivos, "... a grande maioria desses estrangeiros é geradora de empregos com suas pequenas empresas comerciais e industriais".

A proposição insere-se no contexto de um tradicional espírito hospitaleiro que sempre marcou a postura brasileira em relação aos que para aqui vieram colaborar no nosso desenvolvimento. De resto, cumpre acrescentar que não seria justo, nem humano, deportar inúmeras famílias que há tantos anos se encontram em território nacional, contribuindo para o progresso e a prosperidade da Nação.

No âmbito da competência regimental desta Comissão, nada há que possa ser oposto à iniciativa, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Os pareceres são favoráveis. Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 272, DE 1983
(Nº 2.715/83, na Casa de origem)**

De iniciativa do Senhor
Presidente da República

Dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estrangeiros beneficiados pelo registro provisório de que trata o art. 134 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981, poderão obter a permanência no País, observadas as disposições desta lei.

Parágrafo único. Concedido o registro permanente aos pais, os filhos menores de 21 anos receberão a permanência, independentemente de cumprirem as disposições do art. 2º desta lei.

Art. 2º Para pleitear a permanência, o estrangeiro formulará requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Federal de Justiça do Ministério da Justiça, instruído com os seguintes documentos:

I — cópia autenticada da carteira de identidade provisória expedida pelo Departamento de Polícia Federal;

II — declaração de que não se esquadra no inciso III do art. 6º desta lei;

III — atestado policial de antecedentes passado pelo órgão competente do lugar de sua residência no Brasil;

IV — atestado de saúde fornecido pelo órgão competente do Ministério da Saúde;

V — prova do exercício da profissão ou da posse de bens suficientes à manutenção própria e da família.

VI — comprovante do recolhimento de taxa correspondente ao maior valor de referência.

Art. 3º Verificada, a qualquer tempo, a falsidade ideológica ou material de qualquer dos documentos de que trata o artigo anterior, será declarada nula a concessão da permanência sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 4º Constitui infração punível com expulsão a declaração falsa em processo de concessão da permanência.

Art. 5º O requerimento de que trata o art. 2º desta lei deverá ser entregue nos Serviços de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Unidade da Federação em que residir o interessado, até o dia 31 de maio de 1984.

Parágrafo único. Durante o período em que estiver sob exame do Ministério da Justiça o requerimento, prorrogam-se os efeitos, para todos os fins, do registro provisório.

Art. 6º Não será concedida a permanência ao estrangeiro:

I — considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;

II — expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;

III — condenado ou processado em outro país por crime doloso passível de extradição segundo a lei brasileira;

IV — que não satisfaça as condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

V — que a requeira fora do prazo estatuído no art. 5º desta lei.

Art. 7º Concedida a permanência, o estrangeiro deverá registrar no Departamento de Polícia Federal no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação do ato no **Diário Oficial**, sob pena de caducidade.

Art. 8º Fica reaberto por 120 (cento e vinte) dias o prazo para que os estrangeiros em situação irregular no País possam utilizar-se das possibilidades do art. 134 da Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981.

Art. 9º Os estrangeiros em situação irregular no País, que ingressaram em território nacional no período, de 20 de agosto de 1980 a 9 de dezembro de 1981, pode-

rão obter registro provisório, nos termos do art. 134 da Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981, desde que o requeriram no prazo de 120 dias, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se o art. 133 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981, e as demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Esgota a matéria da pauta. — Concedo a palavra ao nobre Senador Saldanha Derzi.

O SR. SALDANHA DERZI (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Neste instante de imensa tristeza nacional, quando a Nação pranteia a morte desse homem extraordinário, por seu idealismo, caráter, austeridade e amor cívico, desse defensor inigualável e incansável da liberdade e da democracia, gostaria, associando-me ao sofrimento de todos os brasileiros, de lembrar as próprias palavras de Teotônio Vilela ao caracterizar sua força, sua coragem, seu impulso vital pelo mundo exterior: "Ora são poeiras da estrada, ora são galhos que caem em cima de mim, ora é o céu que se rasga, relâmpagos que me arrebatam... mas ninguém vai me impedir."

Realmente ninguém o impediu, nem a ira dos poderosos, nem a doença incurável que o atormentou em seus últimos anos, a se insurgir sempre, a batalhar sempre, no clamor de sua paixão, desde os tempos iniciais da política alagoana, quando se elegeu, em 1954, deputado estadual, contra os moínhos de vento que julgasse enterrar os destinos da Pátria, que percebesse nefastos ao interesse do povo.

Realmente ninguém o impediu a prosseguir seu caminho, na luta por seus ideais, seja na Vice-Governança de Alagoas, seja no Senado e, mais adiante, por todo o Brasil. Caminho que trilhamos juntos, fraternamente, apesar das muitas e naturais divergências, desde os tempos da União Democrática Nacional, caminho que o levou às fábricas e ao campo, às prisões e às universidades, a difundir seu canto, seu hino de amor às liberdades democráticas, a oferecer soluções para os problemas nacionais, a propugnar por condições melhores de renda e dignidade para o povo brasileiro.

Realmente ninguém o impediu, Teotônio. Nem hoje, quando desaparece o menestrel, mas não cessa o canto, o seu canto, que aflora aos lábios de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A família paraense comemorou o centenário de nascimento do Dr. Avertano Rocha, que nasceu em Belém do Pará, em 27 de outubro de 1883. Paraense de alta cultura, médico, bacharel em Direito. Professor, destacou-se nas duas profissões e brilhou como poeta, ensaísta, escritor e conferencista.

Mereceu o Prof. Raimundo Avertano Barreto da Rocha, entre as várias homenagens que recebeu a realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, na noite de outubro último, quando, com brilhantismo, o acadêmico Pedro José Martins de Mello proferiu a saudação que solicito seja transcrita para que conste dos Anais desta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GABRIEL HERMES, EM SEU DISCURSO:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

AVERTANO ROCHA: GLORIOSA PRESENÇA

Pedro José Martins de Mello
da Academia Paraense de Letras e
do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Não se trata de ver a vida de Goethe como Goethe a via, com a sua visão subjetiva, mas penetrando como biógrafo no círculo mágico de sua existência, para assistir ao tremendo acontecimento objetivo que foi a sua vida e da qual o próprio Goethe não era senão um ingrediente.

ORTEGA Y GASSET

Os jovens desejaram saber que personagem é esse, cuja memória se celebra, na passagem de seu centenário, como uma dívida histórica.

O panegírico não basta. Admirar é uma forma de compreender e toda a compreensão é um julgamento. Para não negar, nem exagerar, só se tomando as medidas à vida que se interpreta. E essa é tão complexa que tem de ser analisada nos seus traços fundamentais, pondo-se, de parte, outros aspectos expressos por sua variedade.

A totalidade biográfica, como a soma dos títulos de uma personalidade múltipla, excederia à dimensão deste trabalho.

O Homem

Do homem, pouco tenho a dizer. Criatura nossa, do nosso tempo, da nossa intimidade, de corpo inteiro, como se fosse presente.

E a figura humana não se apresta para um perfil movimentado. O homem normal pode ter uma história, mas perde o sabor da aventura, de um pitoresco que pudesse ser romancado.

Era Raymundo Avertano Barreto da Rocha o homem de talento e o homem de energia. Nasceu em Belém do Pará, a 27 de outubro de 1883, sendo filho do Prof. Antonio Gonçalves da Rocha e de dona Balbina Maria Barreto, filha do Senador do Império, Camilo José dos Santos Barreto e sobrinha do Alferes de Cavalaria, Antonio Loureiro Barreto, herói do movimento de 14 de abril de 1823, passo decisivo para a adesão do Pará à Independência, fato ocorrido em 15 de agosto subsequente.

Em pequeno, já demonstrava o ânimo. Curso o elementar no Colégio dos Santos Inocentes, sob a desvelada direção de seu virtuoso pai, mestre de peregrinas qualidades.

Estudante do Liceu Paraense, começou muito cedo, com notas distintas, a abrir seu caminho.

Ultimados os estudos em Belém, transfere-se para a capital da República nascente, onde frequenta o primeiro semestre da conceituada faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e toma um voo. Anos depois, bacharel-se em ciências jurídicas e sociais pela tradicional Faculdade de Direito do Recife. Único paraense de uma turma de setenta e oito concluintes, Barreto da Rocha obteve distinção e louvor em todas as disciplinas do currículo acadêmico, o que comprova outros atributos positivos. Para esse resultado, teriam que concorrer, tanto quanto a inteligência, o esforço e o método.

Com todo o potencial de grandeza, o Bacharel de vinte anos regressou a Belém, e viu-se nomeado, pelo Governador Augusto Montenegro, Segundo Promotor Público da Capital. Cintilante, sua passagem pelo Ministério Público: Subprocurador Geral do Estado, por duas vezes; Curador-Geral de Órfãos, Interditos e Ausentes e Massas Falidas e Procurador-Geral do Estado.

A figura humana de Avertano Rocha projeta-se de maneira acentuada, quando ele enverga as vestes do ad-

vogado. Mal saído da escola, enceta a carreira profissional que, por força do talento, conduziu-o ao sucesso. Sua inteligência, seu bom senso, aliados a uma sólida cultura, abriram-lhe o lugar que merecia. C...vado por Farias Brito e Augusto Meira, movimentou uma das bancas mais acreditadas de Belém.

Em plena maturidade, Avertano retoma o curso médico. Doutora-se pela Faculdade de Medicina e Cirúrgica do Pará. Sua tese — *Etiologia e Psico-Patologia do Tétano Mórbito* — merece aprovação unânime da banca examinadora. Obtém o grau máximo, além de distinção e louvor. E fazendo valer a vocação, foi médico o resto da vida. *Clinicou sem interrupção. Atraiado ainda e sempre pela mente humana, especializou-se em Psiquiatria, dedicando-se a esse campo da medicina.* (Jarbas Passarinho, *Discurso de posse*. Belém, RAPL, 1963, v. X)

Objetivou quarenta e um anos de sua existência no magistério. A cátedra paraense foi rica de revelações. Muitos professores poderiam rivalizar com expressões consagradas de outros centros de ensino. Avertano, um deles. Se os alunos não estudavam — seria raro — estudavam os mestres. Estes ensinavam a pensar, associando o espiritual ao material, conciliando o pensamento com as atividades úteis, contribuindo, enfim, para formar uma civilização de trabalho organizado.

Homem de letras, Barreto da Rocha emprestou valioso contributo ao augecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Ocupou a cadeira nº 35, tornando-se o patrono, em 1965. Com Orlando Lima e outros, fundou o Instituto Paraense de História da Medicina e Ciências Afins. Por dois períodos consecutivos, exerceu a presidência da Academia Paraense de Letras. Membro vitalício e perpétuo, detinha a cátedra nº 11.

Chefe de família exemplar, as vozes infantis afeiçoaram o Mestre Avertano. Casado duas vezes, a primeira com Alexandrina Vilar, de tradicional estirpe pernambucana, e a segunda com a Profª Raimunda de Macedo Barreto da Rocha, sua colega de magistério, teve prole numerosa. Das núpcias, dezesseis filhos, dentre os quais, sobressai-se o confrade Otávio Avertano, escudeiro indormido da memória de seu ilustre pai.

Poeta, ensaísta, escritor, conferencista, Avertano Rocha, de conversa agradável e atraente, era sociável, sem ser mundano. Conviveu, não foi um ensimesmado, nem o Só, nem o Eu, do nervoso Augusto dos Anjos.

Eis o retrato gizado de quem foi maior, como adiante se verá.

A Hora da Revelação

Se o positivismo dominava o espírito dos intelectuais do sul na antemã desta centúria, o monismo evolucionista, nas perspectivas de Spencer, Haeckel e Noiré, foi a expressão do naturalismo filosófico que, após os anos setenta até o último quartel do Século da História, animou o ambiente cultural do nordeste brasileiro em sucessivas irradiações partidas da Faculdade de Direito do Recife.

Na visão de Clóvis Beviláqua, a escola do Recife não era um rígido conjunto de princípios, uma sistematização definida de idéias, mas, sim, uma orientação filosófica progressiva, que não impedia a cada um investigar por sua conta e ter idéias próprias, contanto que norteadas cientificamente. (*História da Faculdade de Direito do Recife*. 2 v. Rio, Francisco Alves, 1927, v. 2, p. 121)

Ainda sobre a Escola, informa Clóvis: *Silvio Romero denominou Escola do Recife o brilhante movimento intelectual, que teve por teatro a cidade do Recife, que foi primeiramente poético, depois, crítico e filosófico, e, por fim, jurídico, sendo, em todos eles, figura preponderante Tobias Barreto, razão pela qual Spencer Vampré se inclinaria, atendendo, particularmente, à última fase, a preferir a denominação de escola de Tobias.* (op. cit., v. 2, p. 83)

De princípio, a Escola apresenta uma expressão literária na poesia hugoana de Tobias Barreto e Castro Al-

ves. Depois, encaminha-se pelas vertentes filosóficas do evolucionismo, do monismo, do kantismo e do positivismo, para, em seguida, culminar em sua expressão jurídica, social e econômica. Seu influxo foi significativo no país inteiro, notadamente no Nordeste.

Sem exageros, o meio jurídico nacional respira a atmosfera criada pela Escola do Recife. Dos seguidores, Beviláqua, autenticamente filho espiritual de Tobias, torna-se o jurista maior. Por sua pena equilibrada e sua palavra serena, a divulgação das idéias filosóficas trazidas a debate pelo polêmico fundador da Escola, tomaria um colorido todo especial. Por isso, dirá Araripe Júnior: *A obra de Tobias em suas mãos humanizou-se. A filosofia moderna saiu das regiões dos trovões e das tempestades para penetrar nos amenos vergéis da temperança e do amor. Clóvis Beviláqua imprimiu-lhe logo a serenidade de sua índole, e como Hermann Post, um dos seus melhores mestres, envolveu-a, por árdua que fosse, na clâmide de seu gênio artístico.* (Clóvis Beviláqua — Introdução a Clóvis Beviláqua — *Esboços e Fragmentos*. Rio, Laemmert, 1899, p. XV)

Avertano Rocha frequentou a Faculdade de Direito do Recife no início da quarta fase do movimento — que vai da morte de Tobias (1899) até o passamento de Sílvio Romero (1914) — e caracterizou-se pelo abandono da especulação filosófica. Os corifeus se dispersaram tanto geograficamente, quanto pela variação temática dos âmbitos de atuação e interesse dos sobreviventes. (Cf. Antônio Paim. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio, Saga, 1966. pp. 83-85)

Em tal ambiência, Barreto da Rocha consolidou a sua formação jurídica. Dos preceptores, Beviláqua, lente de Legislação Comparada e pai de Aquiles, o fraterno colega de turma, influiu funda e duradouramente em seu espírito, fato narrado pelo próprio Avertano, em *Clóvis Beviláqua*, matéria publicada em um dos jornais locais, presumivelmente em 1944, quando do falecimento do elaborador do Código Civil Brasileiro. Do artigo, vale transcrito o lance: *As lições de Clóvis Beviláqua eram de certo modo incomparáveis pela erudição que demonstrava o grande mestre, pelo seu método de exposição, pelo modo seguro de expor o seu raciocínio, pela meiguice de seu olhar, pelo tratamento ameno para com os seus discípulos; por tudo isso Clóvis Beviláqua maravilhava e instrua. Instruía e educava, por isso que, estudar a ciência jurídica, compreendê-la, interpretá-la nos seus rigorosos termos de ciência admiravelmente bela, não é bem o mesmo que pô-la em prática, amá-la, identificando-se com ela, como fazia Clóvis Beviláqua.*

A oportunidade de lançar-se, teve-a Avertano no Ministério Público do Pará. Uma criação de acontecimentos assinalariam-no como orador e combatente. Achou uma arma para realçar-lhe os méritos e viver em perigo, na expansão das reservas que lhe enriqueciam a mocidade luminosa e ousada.

Senhor de verbo ardoroso, desconhecendo o medo, primou pela palavra exata, pela síntese substancial, pela precisão, pela limpidez. Tudo medida e clareza, animando-o a oratória e a sentida espontaneidade da exposição. Abolira o verbalismo. O técnico da expressão estava presente. Nada de livresco, enciclopédico, sinuoso, abstrato ou desigual, da linguagem embandeirada ou carregada de uma erudição ociosa.

Era, por excelência, o argumentador. Nada de desarticulado ou incompleto; exuberante na réplica, sempre aberta e arrasadora. Essa forja levantava centelha e criava uma solidez poderosa. Agigantava-se sem precisar de encaixas, independente de gestos e de ruídos do demagogico.

Genuíno Promotor Público, proclama-o Aldebaro Klautau, (*Depoimento*. Belém, *o Estado do Pará*, edição de 28 de outubro de 1980)

Jurista de inesgotável recursos, seus pareceres, como estudos de consciência, são modelos no gênero, pela con-

ciência, pela valorização dos fatos, pela agudeza intelectual, pela propriedade. Mais firmeza do que movimento. Nada de barroco, de fumos de doutrina. Tudo objetivo e incisivo. Prevalcia o velho conceito: é melhor saber bem do que saber tudo.

Não se quebrava essa harmonia com enxertos luxuosos. Nada lhe faltava em extensão, nem em capacidade de raciocínio.

Imprimiu cunho pessoal aos seus trabalhos e não abandonou o espírito dialético. Servia-se das palavras para ser entendido e não para a arte de fabricar mistérios. Seu maior progresso, a tendência para simplificar.

Sob o *Domínio do direito*, entusiasticamente prefaciado por Fúrias Brito, e *Ensaio de processualística criminal*, mercedores das referências elogiosas do comedido desembargador Augusto Borborema, secundam a afirmação.

Uma Consciência Religiosa

Há uma consciência, a religiosa, que não pode ser débil. Reina a atração do absoluto, mas o verdadeiro fervor, o zelo místico frequenta poucos eleitos. O que se vê, até hoje, é uma onda de indiferença com o rótulo de religião. Antes a negação do que a fé mutilada. Ninguém é obrigado a crer. Dom de Deus, é uma fonte de amor de naturezas privilegiadas. Portanto, a crença deve ser total. Alguém se diz católico praticante, como se fosse admissível o catolicismo sem culto e sem observância dos mandamentos, sem piedade, sem devoção.

O homem é efêmero, transitório. O livro da sabedoria observa que ele deixa na vida um sulco idêntico ao de um barco, singrando as águas de um rio.

A passagem terrena de Avertano está pontilhada de religiosidade. Mais que esperança, havia fé. Fé vibrante e cálida, inteligente e soerguedora. Impida e firme, a iluminar-lhe a alma para as miradas do invisível. Fé de coração humilde que o fazia ajoelhar, amíde, ao pé da mesa sagrada e receber abrasadamente o pão da vida que dá vida ao mundo. Aquela fé indobrável e impávida que o levava à igreja na mais reverente desobriga dos deveres de crente fervoroso e atento.

Tirante o Cristo, Avertano, o homem recatado, jamais confessou a ninguém as horas agres levadas de roldão. Quem soube acaso das renúncias, dos sacrifícios, das necessidades, da pobreza, do autor de *Fragmentos Filosóficos*? Que corajoso e bravo que era! Passou do muito feito para o menos feito com belo destemor. E foi vivendo, vivendo e criando a penca de filhos, que eram tantos. Possuía a boca ternamente fechada por santa sobranceira. Sobranceira, hoje, que é o orgulho dos que lhe herdaram o nome.

Mestre Avertano pertencia à geração de 1900 e passou-a no Recife, *primeiro porto nacional destacado para o ocidente, esperando anelante as novas do velho mundo — no expressivo dizer de Sílvio Romero.* (Cf. *Provações e debates Contribuições para o Estado do Brasil Social*. Porto, Livraria Chardon, 1910. p. 350)

Seus colegas, todos acadêmicos, uns filósofos, outros juristas, outros literatos, outros poetas, ferravam discussões de aluir céus e terra. Nos quartos das repúblicas, engalinhavam-se os estudantes em polémicas ferventes. Dabatiam, horas a fio, temas de determinismo e livre arbítrio. Kant era citado com veneração e deslumbramento. Discorriam muito sobre categorias e *imperativo categórico*. Repetitiva e enfadonhamente, usavam o vocábulo *transcendental*. Socorriam-se de Espinosa, Rousseau e Schopenhauer. Cultivavam, ainda, as idéias de Spencer.

O pecado é belo, a violência é bela, tudo que afirma a vida é belo — a máxima que definiria, por si só, uma filosofia de viver.

Para mostrar superioridade, desdenhavam da religião. Aplaudiam Voltaire — o *sábio divino*, o monstro da ironia — sobre o sacrifício de Cristo: *É Deus crucificado a Deus para aplacar a cólera de Deus.*

E os poetas? Ah, não eram esquecidos! Fisguemos um deles, Antero de Quental, o poeta filósofo transcendental, cantando a Idéia, completamente despojado de lirismos e pieguices. Reconhecidamente ateu, os versos de Antero passaram a ser recitados pelos jovens de 1900. Admiravam-lhe a atitude negativista de Deus. Quental difundia o Não-ser, o Nada, o Nirvana, com fim único do homem pensante:

Já provamos os frutos da verdade...
Ó Deus grande, ó Deus forte, ó Deus terrível:
Não passa de uma vã banalidade!

O vate lusitano, também, negava ao Cristo, por não mais satisfazer a humanidade sedenta de luz. Indicava outra opção, outra fonte, além do Nazareno.

Pálido Cristo, a custo agora a tua mão tão doce
Incerta nos conduz...

e assim,

Força é pois ir buscar outro caminho!
Lançar o arco de uma nova ponte
Por onde a alma passe — e um alto monte
Onde se abra à luz o nosso ninho.

Doce e brando era o seio de Jesus.
Que importa? Havemos de passar, seguindo,
Se além do seio dele, houver mais luz!

Em meio a tanta descrença, em meio àquele caos de dúvidas e desespero, que bem refletia o estado de espírito de uma geração, Barreto da Rocha permaneceu na fé, sem um minuto de vacilação. Nascido numa família ferventemente católica, educou-se num colégio irrepreensivelmente católico. Esforçava-se para marchar dentro das vias comuns e seguras da perfeição cristã.

Pela vida toda, fiel ao seu credo, avesso à singularidade, não compreendia a mística extraordinária. Quando do transcurso do 93º aniversário do Ginásio Paraense (28 de julho de 1934), falando à mocidade estudiosa de nossa terra, mostrava o valor da prece:

De uma feita, disse-me virtuoso sacerdote da Arquidiocese do Pará, em cordial palestra:
— Quando me ordenei, meu amigo (e isto vai para mais de vinte anos), o meu desejo supremo, o maior ideal, era sair mundo afora, a converter os homens, pela palavra falada, pela palavra escrita. Se possível, desejaria converter as pedras... Hoje estou convencido que, reunindo os fiéis e rezando, um Padre Nosso, consigo efeitos benéficos e duradouros do que poderia conseguir com os meus longos discursos.
Esse sacerdote era cheio de sabedoria, quando falava assim.
Também eu, já vou descrendo da oratória.
A sociedade está sujeita ao ritmo das mesmas leis naturais que governam o cosmo. A cada época, o seu tipo padrão...

Realista por temperamento, gostava de enxergar as coisas com muita nitidez. Corria da bruma que deforma o contorno da realidade. Conduzido por esse bom senso, ele ia realizando seu projeto vital, pleno de decepções e provações, suportadas com superioridade.

Sofreu, com resignação, todo o rude trabalho do aperfeiçoamento moral, que aprouve a Deus confiar-lhe, para que merecesse a palma da vida eterna.

Mantinha em dias suas leituras piedosas. Imitação de Cristo — seu livro de cabeceira. Apascentava o espírito no prado fértil das Escrituras, mergulhando o olhar nas feições de Cristo que ele amava tanto. Compreendeu-lhe, no verdor dos anos, a voz cheia de encanto e a grandeza do brando: *Se alguém tem sede, venha a mim e beba. Quem crer em mim... das entranhas, rios de água viva lhe hão de jorrar.*

Avertano Rocha bebeu dessa água e ela se fez rio, a redundar-lhe do peito para banhar de conforto o olhar e o coração de seus descendentes, todos sedentos da verdade!

O dedicado condutor de tantas gerações pressentiu o dilúvio da *claridade eterna*. E manteve-se tranqüilo diante da morte. (Cf. A Província do Pará, edição de 29-10-60)

Bem-aventurados os que choram... Absorveu, na hora para tantos de tristeza, o significado dessa hemaventurança.

Resigna-se a essa expressão dos desígnios purificadores de Deus e aceita, confiante, a provação.

Lá distante, o coração acutilado de Otávio Avertano funde-se nesse mesmo sacrifício, unindo-os a dor da separação comum na mesma agonia.

Um ano após tão doloroso transe, Otávio recorda-o em comovido pobre canto:

Quando ele morreu, muitos falavam do professor, do amigo, ou do escritor... O filho que o amou por toda a vida, nada mais disse aos demais, apenas triste, chorou amargamente a sua morte. Orgulhoso do seu passado, sua memória cultivou em so lidão. Seu carinho guardou, sua ternura, suas palavras ficaram intactas no coração do filho que o amou...

A Posição Política

Quando Avertano nasce, em 1883, o Brasil vive, ainda em plena monarquia. Cinco anos depois, a Princesa Isabel promove a abolição da escravatura (1888).

Quando Avertano morre, em 28 de outubro de 1960, o Brasil já havia atravessado momentos decisivos de sua história: Primeira República, Revolução de 1930 e a Segunda República já dava sinais de sua deterioração. E as folhas de Belém, no dia seguinte, deploravam o acontecimento.

Aos setenta e sete anos, lutando pela sobrevivência, Avertano faleceu, sem definir, por questão etária, sua condição de professor catedrático de Economia Política de nossa Universidade, em face da integração a esta, da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará.

Em compensação, após o passamento, seu nome foi dado à antiga Rua de Bragança, onde residira, por largos anos, no número 140. Negrão de Lima, no Rio, inaugura, em Jacarepaguá, a Escola Avertano Rocha. E na *metrópole do nordeste* — Recife de seus amores — no bairro Cordeiro de Faria, à época em implantação, rasgaram vistosa avenida, perenizando-lhe o nome.

A posição política de Avertano é o reflexo de uma postura religiosa. Se houvesse mais fé haveria mais consciência. A vida social e política seriam beneficiadas por essa ética purificadora. Por tudo que aperfeiçoa o caráter e compõe a personalidade. Pelos valores espirituais que emergem de muitas origens.

Lutava pela criação de uma consciência política, mesmo como partidos vazios e emperrados a farejar circunstâncias. Reconhecia, por excelência, aos reguladores da conduta do cidadão, instrumentos de captação de princípios, falta de conteúdo para nutrir o espírito público e dirigir uma atividade que tem os destinos da pátria nas mãos, como detentora do exercício do voto, nas supremas decisões. Perguntava-se a si mesmo, como modelar o comportamento político por agremiações decadentes que abrigam, provisoriamente, candidatos com suporte financeiro, às vezes advindo de práticas da economia invisível, estranhos, portanto, ao seu ambiente, para engordar legendas? Ou, então, pactuam as mais contraditórias ligações decorrentes de acordos inconfessáveis, numa trégua manhosa, até passar a eleição? O oportunismo não tem incompatibilidades.

A consciência cívica de Avertano não endossava a atividade política, nas esferas mais viciadas, que se ceva na administração, absolve crimes e encobre escândalos. Até

inventar, por outro lado, entre nomes exponências, figuras hebdomadárias que só duram o bastante para certas aventuras.

Além do prestígio intelectual, Avertano revelava vontade própria e uma coleção de princípios norteadores de seu comportamento. Sua fibra batalhadora não fora atenuada no trânsito por ambientes neutros. Averso às conciliações cautelosas, nunca seria prisioneiro de certas conveniências.

Só admitia um compromisso, o preexistente, o constituído; o consagrado: a mística da legalidade. Só adiante da lei, tornava-se submisso. Seu controle era a disciplina legal. Ai, desapereciam as *naturezas voluntárias que tinham feito os heróis de Balsac e Stendhal*.

Toda revolução desdobra-se em duas etapas iniciais: o expurgo e a formação de novos quadros. A repressão pode ser uma atitude de defesa ou um ato punitivo. Há excessos. Prisões sem causa ou que se prolongam sem motivo. Para ser forte, é preciso ser justo. Dá-se, também, o que parece injustiça, até prova em contrário. Não se pune a ideia; a pena só se aplica ao crime. Não se perseguem princípios.

A Revolução de 1930 encontrou Avertano Rocha como Procurador Geral do Estado. E, por ela, viu-se demitido de tão relevantes funções e destituído da cátedra do Ginásio Paraense.

Se a Revolução de 30 quis impor a Avertano o traumatismo moral de quem passa a ignorar o seu destino, com ele, deu-se o contrário: ignorou-a, o governo do Estado perdeu a colaboração de um jurista de grande porte e as camadas populares ganharam um competente médico, em tempo integral e dedicação exclusiva.

Em Carballo, depararam-se-me, certa feita, as seguintes classes de profissões: *acolhidas e desacolhidas*, segundo coincidam ou não com o estilo existencial de um grupo humano. A de médico é uma das vocações *acolhidas* pela sociedade. A vocação de poeta ocupa um lugar intermédio entre elas. Por via de regra, os poetas, pelo menos no passado, eram considerados seres extravagantes, espécie de *outsiders*, de deslocados. A vocação do poeta não abriga ninguém. Desampara, até. Consoante a ótica de Carballo, a primordial missão do poeta é a de chamar a si a realidade total, ou seja, reabilitar a vigência das coisas preciosas que a sociedade, na sua estruturação do concreto, abandona nas margens do seu sistema. Qualquer bom artista é sempre um *outsider*, um deslocado. Se não for, desconfia-se de que não se trata de um artista verdadeiramente bom (Cf. Juan Rof Carballo, *Medicina y actividad creadora*. Madri, Revista de Occidente, 1964. p. 256/259).

Avertano, bom poeta, atendeu as duas. E seria bom médico, como seria bom jurista, como seria bom engenheiro ou em outra qualquer embocadura que tomasse, chegaria a porta seguro. Uma criatura que, depois de compor a comissão examinadora para a cátedra de Introdução à Ciência do Direito, da Faculdade de Direito do Pará, aceita o desafio de participar, como examinador também, a menos de quarenta e oito horas do concurso, da de Microbiologia, da Faculdade de Farmácia do Pará, destacando-se em ambas pro brilhante atuação, revela tudo. Os examinados — que ainda vivem e são profissionais de alto coturno — podem confirmar o valor excepcional de Avertano, tanto numa área do conhecimento humano, como noutra, por mais díspares que sejam.

Avertano não desconhecia o desamparo sócio-econômico. Como médico, assenhoreou-se do problema, e, mais do que ninguém, sublimou o momento de grande beleza do ato clínico: o relato dos padecimentos pelo doente, em resposta à cordialidade inquisidora do médico. O instante em que o abismo se abre ou não se abre, a verdade vem à tona ou não vem, se realiza ou não se realiza o encontro da aflição com a piedade. O médico, como tal, nem pode fechar as portas da alma, nem apagar a luz do entendimento. É todo o humano que o solicita a todas as horas: o que sofre, o que simula, o que

teme e o que desvaria. E só a graça de certa dimensão afetiva e mental permite corresponder eficientemente a tantos e tão diversos apelos.

O período do consulado Vargas, Avertano viveu-o alheado. Fora, absolutamente fora. Jamais tentou — mesmo com o permissivo legal que o amparava — a revisão do ato que o demitira sumariamente do cargo de Procurador Geral do Estado. Aldebaro Klautau, seu parente e amigo, desejou convencê-lo a tanto. Avertano dissimulou polidamente e não admitiu a hipótese. O caso mereceu o total despreço de suas atenções.

Com a queda do Estado Novo, Avertano volta à política. Participa ativamente de comícios. Prega as suas ideias. Pugna pela candidatura de Zacarias de Assunção ao governo Estadual. Filiado ao Partido Libertador, de Raul Pilla, seu amigo pessoal, vemo-lo depois debater-se na campanha pela eleição de Jânio Quadros à Presidência da República.

Filósofo, Avertano não ignorava que a liberdade — pão metafísico do homem — as mais das vezes haveria de conquistá-la na vida comunitária, porque toda e qualquer sociedade acaba por desumanizar o homem nas suas qualidades fundamentais.

Dai, a obstinação conquistadora do político libera. E, como Miguel Torga, neste passo do *Cântico do Homem*, exclamaria:

Livre não sou, que nem a própria vida
Mo consente.
Mas a minha aguerrida
Teimosia
É quebrar dia a dia
Um grilhão da corrente.
Livre não sou, mas quero a liberdade.
Trago-a dentro de mim como destino.

A Face Oculta

A contemplação do seu admirável perfil intelectual e moral, vemos que Raimundo Avertano Barreto da Rocha, cavaleiro das idéias de justiça e liberdade, com o entranhado fervor de um predestinado, entregou-se primeiro à causa do Direito, sem cobiçar prêmios ou pretender recompensas.

Consagrando sua vida, desde cedo, ao bem comum, não deserava os seus deveres cívicos e, assim, mereceu projetar-se na imortalidade e no reconhecimento de seus concidadãos, pelo permanente trabalho que desempenhou em favor dos interesses do Pará e do engrandecimento do Brasil.

Pelos atributos de caráter, pela sabedoria, pelos predicados morais, soube Avertano refletir, sem intermitência, a alma de seu povo, transpondo os umbrais e percorrendo os caminhos da carreira do magistério com a inconfundível marca do idealismo e do patriotismo que lhe compusera a fisionomia espiritual de homem público.

Pontificou na docência dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino da Capital. Ligado, sentimentalmente, ao Colégio Estadual Paes de Carvalho, é, no âmbito da Fenix Caixeiral Paraense, que Avertano firma-se como emérito educador. Diretor, por quase duas décadas, da Escola Técnica de Comércio, de tão prestimosa instituição educacional, ele sempre demonstrou acentuada solidariedade com a juventude que, antes de procurar conhecimento, procura futuro.

Concedeu à sua direção, um toque pessoal. Deixou, para trás, os reacionários, destituídos de sentimentos de renovação, pegados a uma política de educação usada e gasta. Deixou, também, no isolamento, a política de ambigüidade e confusão com as suas guinadas.

Foi nessa fase, adolescente ainda, numa manhã qualquer de um longínquo dia de fevereiro de 1945, que me aproximei de Avertano, sob a chancela de meu pai, seu admirador e amigo. O encontro se deu na Casa São Paulo, na confluência da João Alfredo e 7 de Setembro. Na ocasião, conheci outros dois homens admiráveis: Ar-

mando Corrêa Pinto, o infatigável presidente fenista, e Antonio Gonçalves Bastos, o mais completo professor de contabilidade da quadra. A partir de então, cultivei a amizade dos três até que Deus os levassem de nosso convívio.

Aquela altura, A Ramando, Avertano e Gonçalves Bastos tomavam as primeiras medidas para a criação de uma faculdade de economia, no Pará.

Com a inata dignidade e cultura, Avertano Rocha, espécie de um consultor geral confiável para os mais variados assuntos — jurídicos e humanos; políticos e econômicos — animava o projeto. Desfrutando de reconhecida autoridade, Avertano estava acima de tudo: uma instituição dentro da instituição fenista.

Foi árdua a batalha dos idealizadores: uma África ingloria, como gostava de dizer Avertano, ao caracterizar o dispêndio de energia em tarefas sobre-humanas.

Finalmente, sai a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará, mantida pela Fênix Caixaerial Parense. Avertano, por unanimidade de votos, é escolhido seu primeiro diretor.

Novas lutas são enfrentadas. Agora, os da Fênix, sempre respaldados na visão de Avertano, trabalham pelo funcionamento da Faculdade. Investem-se quase dois anos. Depois de marchas e contramarchas, o Governo Federal concede a autorização preliminar de funcionamento. Isso em 24 de maio de 1949. O decreto estabelece, em caráter excepcional, o início do Curso de Economia, em julho subsequente.

Os exames de habilitação ao primeiro ano, efetivados em junho de 1949, permitem a realização da aula inaugural, em primeiro de julho seguinte. Em belíssima solenidade, no salão nobre da sociedade mantenedora, Avertano profere-a. Subordina-a ao tema: *A importância dos estudos econômicos e a realidade brasileira*. Cabe a mim, pelo corpo discente, dizer algo. Discorro sobre a validade do curso para os jovens da Amazônia. É o primeiro a ser efetivado na região. Ao término da solenidade, Avertano me procura. Troca impressões sobre a minha fala e, com um cordial abraço, despede-se, afirmando-me haver apreciado o enfoque abordado.

Do curso, a primeira aula, deu-a Avertano Rocha, titular da cadeira de Economia Política. Distribuiu o programa, desbordou de seu conteúdo e estabeleceu, entre firme e suave, para espanto da turma, a regra do jogo, quanto à avaliação do rendimento acadêmico: dez para Deus; nove para os livros; oito para o docente e sete para o aluno distinto. Quando da aferição, benévolamente, não procedeu assim. Mas atingiu seu objetivo.

No decorrer do prefalado mês, surge o Centro Acadêmico 1º de Julho. Como seu presidente, estreito os laços de amizade com Avertano.

À época, certo, difícil, a condução dos destinos de um órgão de representação estudantil. Para reunir em uma das dependências da escola, era necessário peticionar ao Diretor, com antecedência mínima de oito dias, rogando-lhe a autorização para tal fim, declinando-se-lhe, por igual, o móvel da reunião. Às vezes, sofregamente, dirigia-me a ele e lançava-lhe meu desapontamento. Ouvia-me, compassivamente, e esclarecia que, nas horas do expediente, eu poderia, com os colegas, utilizar as salas de aula para os estudos. Isso ele me garantia; porém, mas para as reuniões do Centro, somente cumprindo o rito, pois sua decisão era passível de apreciação do Dr. Edgar Pinheiro Porto, rigorosíssimo no desempenho das funções de inspetor federal do MEC, junto à Faculdade.

Ingresso, no magistério superior, em 1955, com a responsabilidade de reger a disciplina História das Doutrinas Econômicas da citada unidade de ensino, sob a direção do Dr. Antonio Gonçalves Bastos. Avertano mostrava acentuado interesse pelo conteúdo do programático da minha cadeira. Por isso, daí para frente, ganhei um

extraordinário colega sempre disposto a refletir sobre a evolução da teoria econômica. É quando soube da origem de sua preocupação constante pela ciência de Say.

Remontava ao tempo de estudante de direito. Nesse particular, mais uma vez, a influência de Beviláqua se faz sentir. Não só dele, mas, por seu turno, do terceiro lente de Economia Política, Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães, considerado, por vários autores, o precursor da sociologia no Brasil.

Avertano Rocha, homem de idéias, com o domínio formal do melhor padrão literário, sempre expressou um liberalismo em que ressoavam as vozes eternas de todos os pensadores, desde os gregos, valorizadores da pessoa como fim do processo, necessariamente coletivo, de criação e aplicação do direito, do funcionamento do poder estatal e, enfim, da organização da sociedade, através dos pactos históricos de cada povo.

O Reconhecimento

Nestes dias escorregadios e de insegurança, nesses dias de cegueira e de perplexidade, precisamos exumar essas vidas edificantes como espelho tutelar.

Raymundo Avertano Barreto da Rocha é um nome que os pósteros retêm com seu instinto de seleção histórica. Uma forma espiritual alimentada pela fé, a irradiar-se, dentro de um século, elaborando a consciência de sua projeção imortal.

Evoco sua ascendência sobre meus passos, com emoção. Parece que estou a vê-lo, com um ar de tranquilidade e segurança de quem conhece sua senda, a repetir-se, a martelar nos corações, para que jorrassem as suas fontes mais puras.

Devo-lhe a generosa profecia de minhas contingentes ascensões; devo-lhe a palavra sempre amiga e de conforto em várias ocasiões de incerteza. Devo-lhe, porém, mais do que tudo, na oportunidade em que falo pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará, como seu intérprete, o que fez pelo Estado, o patrimônio espiritual que nos legou, sua gloriosa presença na galeria de paraenses ilustres.

Ouvimos, exultantes, as vozes de Belém, de minha terra, de sua terra natal, entoando os hinos do berço que lhe embalam a memória estremecida. Ouvimos, transfigurados em ritmos, os ecos de todos os sentimentos do torrão antigo, elevados às alturas infinitas, onde sua alma se debruça para abençoar nossa fidelidade aos seus ensinamentos e a valiosa lembrança de sua existência terrena, com cânticos, em lugar de lágrimas, com as alegrias festivas de sua bem-aventurança.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência convoca sessão extraordinária realizar-se hoje, às 18 horas e 46 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.061, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1983 (nº 128/82, na Câmara dos Deputados), que autoriza a adesão do Brasil à convenção que institui uma Organização Internacional de Metrologia Legal, concluída em Paris, à 12 de outubro de 1955, e emendada em 12 de novembro de 1963.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos)

Ata da 227ª Sessão, em 2 de dezembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Raimundo Parente

ÀS 18 HORAS E 46 MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — José Frugelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 891, DE 1983

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "b" do Regimento Interno, para o projeto de Resolução nº 113, de 1983, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Sumaré (SP) a elevar em Cr\$ 1.746.558.000,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e seis milhões quinhentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

Sala das Sessões, 30 de novembro de 1983. — Amaral Furian — Aloysio Chaves — Humberto Lucena.

REQUERIMENTO Nº 892, DE 1983

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "b" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 267, de 1983 (nº 945/83, na Casa de Origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Artífice de Confeção de Roupas e Uniformes, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 1983. — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Os requerimentos que vêm de ser lidos serão votados após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Passa-se à

ORDEM DO DIA Item único

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.061, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo

nº 7, de 1983 (nº 128/82, na Câmara dos Deputados), que autoriza a adesão do Brasil à convenção que institui uma Organização Internacional de Metrologia Legal, concluída em Paris, a 12 de outubro de 1955, e emendada em 12 de novembro de 1963.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, decluro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1983 (nº 128/82, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº . DE 1983**

Autoriza a adesão do Brasil à Convenção que institui uma Organização Internacional de Metrologia Legal, concluída em Paris, a 12 de outubro de 1955, e emendada em 12 de novembro de 1963.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a aderir à Convenção que institui uma Organização Internacional de Metrologia Legal, concluída em Paris, a 12 de outubro de 1955, e emendada em 12 de novembro de 1963.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 891, de 1983, lido no Expediente, de urgência, para o Projeto de Resolução nº 113, de 1983.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 113, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 968, de 1983), que autoriza a Prefeitura Municipal de Sumaré (SP) a elevar em Cr\$ 1.746.558.000,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES. Sob nºs 969 e 970, de 1983, das Comissões:

— **De Constituição e Justiça,** pela constitucionalidade e juridicidade; e

— **De Municípios,** favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Sobre a mesa, redação final que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 1.109, DE 1983

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 113, de 1983.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 113, de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de Sumaré (SP) a elevar em Cr\$ 1.746.558.000,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1983. — **João Lobo, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — José Lins.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.109, DE 1983

Redação final do Projeto de Resolução nº 113, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº . DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Sumaré, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.746.558.000,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Sumaré, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.746.558.000,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), correspondentes a 600.000 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 2.910,93 (dois mil, novecentos e dez cruzeiros e noventa e três centavos), vigente em janeiro/83, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada à execução do Projeto CURA I, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Achando-se em regime de urgência a matéria cuja redação final acaba de ser lida, deve esta ser submetida imediatamente à deliberação do Plenário.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo oradores, decluro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 892, de 1983, lido no Expediente, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 267, de 1983.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 267, de 1983 (nº 945/83, na Casa de ori-

gem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.)

Estando a matéria em regime de urgência e dependendo de parecer da Comissão de Serviço Público, e verificando-se a ausência temporária da maioria de seus membros, esta Presidência, nos termos do Regimento Interno, designa o Sr. Senador Hélio Gueiros como substituto eventual da referida Comissão, para proferir o parecer.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. para proferir parecer.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O projeto de lei sob exame, de iniciativa do Senhor Presidente da República, fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes e dá outras providências.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do DASP, que afirma:

"Pela Exposição de Motivos deste Departamento nº 45, de 4 de abril de 1983, foi submetido à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto consubstanciando proposta formulada pelos órgãos de pessoal civil dos Ministérios da Marinha, Aeronáutica e Exército no sentido de ser criada, no Grupo Artesanato, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo Decreto nº 72.336, de 5 de junho de 1973, a Categoria Funcional de Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes.

2. Em conformidade com o disposto do art. 4º da Lei nº 5.645, de 1970, e tendo em vista os estudos realizados pelos órgãos técnicos deste Departamento, toma-se necessária a edição do instrumento legal para adequar os cargos ou empregos que irão integrar a nova categoria funcional à escala de referência que estabelecerá os respectivos valores de retribuição.

3. A par disso, a retribuição ora proposta objetiva manter similitude com a já fixada para outras categorias de igual nível de complexidade e dificuldade.

4. Conforme ficou esclarecido no item 4 da Exposição de Motivos nº 45, de 4 de abril de 1983, a medida só se tornará efetiva após a necessária liberação dos recursos orçamentários próprios para Secretaria de Planejamento da Presidência da República."

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a matéria obteve pareceres favoráveis das Comissões Técnicas daquela Casa Legislativa, sendo após essas manifestações aprovada em Plenário.

Trata o projeto de estabelecer valores de retribuição para uma nova Categoria Funcional, criada nos termos da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Sob aspecto financeiro, devemos salientar que os estudos realizados no âmbito do DASP mostram que a retribuição proposta guarda similitude com as categorias de igual nível e atividade.

Prevê o artigo 5º do projeto que as despesas decorrentes da aplicação da Lei serão atendidas pelas dotações constantes do Orçamento da União e das autarquias federais.

A vista do exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Com a palavra o nobre Senador José Lins, para proferir parecer da Comissão de Finanças.

O SR. JOSÉ LINS (PDS-CE, Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De iniciativa do Sr. Presidente da República, nos termos do art. 51, da Constituição, vem a exame desta casa, após ter sido examinado e aprovado na Câmara dos Deputados, projeto de lei, fixando os valores de retribuição da Categoria Funcional de Artífice de Confecções de Roupas e Uniformes, e dando outras providências.

Quando do seu envio à Câmara dos Deputados, o projeto se fez acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do DASP, esclarecendo que "em conformidade com o disposto no artigo 4º da Lei nº 5.545, de 1970, e tendo em vista os estudos realizados pelos órgãos técnicos deste departamento, torna-se necessária a edição do instrumento legal para adequar os cargos ou empregos, que irão integrar a nova categoria funcional, à escala de referências que estabelecerá os respectivos valores de retribuição.

A par disso, a retribuição ora proposta objetiva manter similitude com a já fixada para outras categorias de igual nível de complexidade e dificuldade.

Conforme ficou esclarecido no item 4 da Exposição de motivos nº 045, de 4 de abril de 1983, a medida só se tornará efetiva após a necessária liberação dos recursos orçamentários próprios pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República".

A proposição, vazada em 6 (seis) artigos, estabelece que as classes integrantes da Categoria Funcional de Artífice de Confecções de Roupas e Uniformes, incluídas no Grupo — Artesanato — ART-700, designada pelo código-710, ou LT-ART-710, correspondem as referências de vencimento ou salário por classe, estabelecidas em anexo.

Estabelece que o ingresso na Categoria funcional far-se-á na classe inicial, mediante concurso público, no regime de legislação trabalhista, observadas as normas legais regulamentares pertinentes, exigindo-se habilitação legal equivalente à 4ª Série de ensino de 1º grau.

É que à categoria referida concorrerão preferencialmente, mediante opção por transposição, os ocupantes, em 31 de outubro de 1974, do cargo ou emprego de alfaiate e costura, não fazendo jus à diferença de vencimento ou salário com efeito retroativo.

Transcreve o art. 4º do projeto que ao servidor incluído na Categoria Funcional de Artífice de Confecções de Roupas e Uniformes, mediante transposição do respectivo cargo ou emprego, aplicar-se-á a referência de valor de vencimento ou salário igual ou superior mais próximo ao percebido na data da vigência do ato que o transpuser.

Considerando que as despesas decorrentes da sua aplicação serão atendidas pelas dotações constantes do Orçamento da União e das autarquias federais e nada vendo que o possa invalidar somos, no âmbito desta Comissão, pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Os pareceres são favoráveis.

Completada a instrução da matéria, passa-se a discussão do projeto em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 267, DE 1983 (Nº 945/83, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As classes integrantes da Categoria Funcional de Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes incluída no Grupo-Artesanato — ART-700, designada pelo código ART-710 ou LT-ART-710, correspondem às referências de vencimento ou salário por classe, estabelecidas no anexo desta lei.

Art. 2º O ingresso na categoria funcional far-se-á na classe inicial mediante concurso público, no regime de legislação trabalhista, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, exigindo-se habilitação legal equivalente à 4ª série do ensino de 1º grau.

Art. 3º À categoria de que trata esta lei concorrerão preferencialmente, mediante opção por transposição, os ocupantes, em 31 de outubro de 1974, do cargo ou emprego de Alfaiate e Costureiro, não fazendo jus à diferença de vencimento ou salário com efeito retroativo à data anterior à da vigência desta lei.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores que tenham sido aprovados em concurso público para ingresso na Categoria Funcional de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, na área de costura e alfaiataria.

Art. 4º Ao servidor que, mediante transposição do respectivo cargo ou emprego, for incluído na Categoria Funcional de Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes, aplicar-se-á a referência de valor de vencimento ou salário igual ou superior mais próximo ao percebido na data da vigência do ato que o transpuser.

Art. 5º A despesa decorrente da aplicação desta lei será atendida pelas dotações constantes do Orçamento da União e das autarquias federais.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRª EUNICE MICHILES (PDS — AM, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Implementado a 16 anos atrás o modelo da Zona Franca de Manaus, foi orientado para ser um suporte econômico e de integração de uma vasta Região, abrangendo toda a Amazônia Ocidental.

Até cerca de 15 anos atrás o Estado do Amazonas sofria o peso de uma completa estagnação econômica. O ato que criou a Zona Franca de Manaus, demonstrou a disposição do governo de, através de uma "medida heroica", acionar o desenvolvimento econômico daquela área.

Através de vantagens fiscais, empresários foram atraídos, ali colocando suas esperanças e seu trabalho.

Manaus que era em 1970 uma cidade de pouco mais de 150 mil habitantes hoje abriga perto de um milhão de habitantes. As indústrias ali instaladas geram mais de 50 mil empregos diretos, além de 15 mil no comércio e mais de 35 mil empregos gerados indiretamente: números que por si só atestam a importância da Zona Franca para aquela Região.

Neste momento, Senhores Senadores este modelo está ameaçado entre outros motivos pelas restrições cambiais e pelo contingenciamento às importações. A fim de permitir uma visão dessa realidade, é preciso registrar o impacto causado pela redução da quota que em 1982 era de US\$ 500 milhões, decrescendo no corrente ano para US\$ 400 milhões de dólares, o que representa a mesma quota de 1979; a situação está se tornando insustentável para o comércio e a indústria ali instalados e tende a agravar-se caso medidas urgentes não venham a ser adotadas. O modelo da Zona Franca criado pelo Decreto-lei nº 288 é eminentemente importador, o que o torna inteiramente dependente e afetado pelas medidas restritivas recentemente adotadas pelo Governo Federal. A grande indagação que permanece sem resposta é: qual será o destino da Zona Franca de Manaus?

Entendemos que o País todo vem atravessando momentos difíceis que exigem de cada brasileiro uma cota extra de sacrifício. É nosso dever nos desvencilharmos da carga dispensável ou supérflua se quisermos chegar salvos à outra margem, mas não podemos atirar o motor do barco às águas e as indústrias que se implantaram em Manaus são hoje o motor que impulsiona o desenvolvimento da Região.

Entendemos, repito, o esforço do Governo que busca "superavit" na balança comercial e que não tem medido esforços para resolver o grande problema da dívida externa; esse esforço inclui, é claro, restrições às importações mas não podemos esquecer que a situação de Manaus é peculiar e que o impacto dessas medidas restritivas vão esmagar a Zona Franca de Manaus.

Se as restrições atingem a outras indústrias fora da Zona Franca, seu impacto se dilui, pois as indústrias dependentes de componentes importados são em número reduzido enquanto que em Manaus essas empresas respondem por cerca de 80% da economia da Região.

Nosso modelo não suporta um processo recessivo. O polo econômico de Manaus precisa se consolidar e para isso é necessário que o Banco Central lhe dê um tratamento compatível com suas características próprias.

Nas recentes reportagens publicadas pelo Jornal de Brasília e tão bem escrita pelo jornalista José Osório Naves, trazem expressos os pontos de vista dos dirigentes de órgãos de classe, industriais e pelo Superintendente da SUFRAMA; as posições ali expostas deixam-me muito apreensiva visto que todas apontam para o risco de um colapso. Não podemos permitir que isso ocorra pois não é justo que o destino daquela Região seja relegada à sua própria sorte, e caso venha a ocorrer um desmoronamento desse modelo os custos e os sofrimentos serão incalculáveis para toda a área. Será pior do que o fim do ciclo da borracha no início do século.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº , DE de de 198)

Referências de vencimento ou salário dos cargos efetivos e empregos permanentes

Grupo	Categoria Funcional	Código	Referência de Vencimento ou Salário por Classe
Artesanato (ART-700 ou LT-ART-710)	Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes	ART-710 ou LT-ART-710	Especial
			Mestre
			Contramestre
			Artífice Especializado
			Artífice
			— NM 28 a 30
			— NM 23 a 27
			— NM 17 a 22
			— NM 13 a 16
			— NM 7 a 12

Queremos por outro lado reconhecer que muita coisa precisa ser melhorada e ajustada para que os objetivos reais da Zona Franca sejam alcançados.

O Parque Industrial que se instalou em Manaus, o fez movido por uma grande concentração de estímulos governamentais através, especialmente, da SUDAM e da SUFRAMA. Depois de 15 anos de instalação, os resultados obtidos são já bastante mensuráveis e embora reconheçamos que o processo está ainda em maturação os resultados obtidos estão muito aquém das expectativas iniciais, especialmente no que se refere a repercussão sobre o aparelho produtivo da região e em relação com a vocação regional.

Devemos lembrar que a preocupação com a integração das indústrias é hoje de caráter nacional, quando exige índice de nacionalização, quando deverá exigir índice de regionalização para evitar que os componentes usados tenham que atravessar o Brasil até a Zona Franca e depois voltar como produto final para serem comercializados nos grandes centros de consumo.

Dados da CEAG — AM — dão conta de que as indústrias usam um valor ínfimo de insumos básicos do Estado do Amazonas.

Reconhecemos, para finalizar, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que o modelo da Zona Franca de Manaus tem sido a alavanca que tem gerado progresso para o Amazonas, mas por outro lado, reconhecemos que estão havendo distorções que poderão gerar reflexos negativos para a economia e o desenvolvimento do Estado.

Estamos na metade do período de vigência da Zona Franca; creio que é a hora de avaliarmos os seus resultados e redirecionarmos sua política.

Acho oportuno sugerir ao Governo Federal a criação imediata de um Grupo de Trabalho de alto nível do qual participem além das autoridades da área Econômica, SUDAM, Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e do Comércio, representante da SUFRAMA, Centro de Indústrias do Amazonas, Associação Comercial de Manaus, Federação das Indústrias locais, Empre-sários etc., visando propor ao Poder Executivo a adoção imediata de medidas que a curto prazo permitam revitalizar e reorientar o modelo da Zona Franca de Manaus.

A nível de Congresso Nacional, propondo através do Projeto de Resolução nº que se instale uma Comissão Especial composta de Senadores e Deputados com o objetivo de estudar as causas da fragilidade do modelo da Zona Franca de Manaus. Isto diante da preocupação de todos os setores pela garantia da continuidade do processo de desenvolvimento daquela Região, procurando identificar as causas dos problemas ocorridos no passado e que vêm sendo projetados para o futuro, tornando o modelo da Zona Franca de Manaus sempre exposto e vulnerável às crises econômicas, ao mesmo tempo que sugira medidas no sentido de tornar os resultados da Zona Franca de Manaus mais efetivos e reais.

Fra o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª EUNICE MICHELES EM SEU PRONÚNCIAMENTO:

REQUERIMENTO Nº

Requeiro, ouvida a Casa e com fundamento no art. 75, alínea c, in fine, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Especial Mista, composta de 5 (cinco) Senadores e 5 (cinco) Deputados, para no prazo de 90 (noventa) dias avaliar os resultados da Zona Franca de Manaus bem como propor medidas de reorientação de sua política, examinando ainda os motivos e causas da fragilidade do Modelo da Zona Franca de Manaus.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 1983. — Eunice Michiles

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra à nobre Senadora Iris Célia.

A SRª IRIS CÉLIA (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, presto uma homenagem não muito especial, propriamente, mas digamos que essencialmente justa, a esse ser tão discutido, assunto polêmico: a Mulher.

A ela, chamada "sexo frágil", mas tão forte, e que tanto tem lutado com bravura indômita através dos tempos por uma posição digna, equitativa dentro da sociedade, dedico minhas palavras.

É difícil e delicada a tarefa de falar sobre a mulher e sua luta por um lugar ao sol, sem o amparo da coragem de enunciar os fatos e as idéias com desassombro e veracidade. O fato é que, hoje, podemos afirmar que ela possui uma participação expressiva no contexto social como pessoa, como gente: uma conquista que vem dos primórdios da civilização. Um sofrido gulgar de degraus. Uma espera ativa.

Atualmente as mulheres compõem mais de um terço da população economicamente ativa do mundo e 46% das mulheres entre 15 e 64 anos fazem parte da força total de trabalho mundial. Há, entretanto, todo um passado que delineia os passos da mulher em direção a um posicionamento digno como ser atuante e participe da sociedade.

As mulheres não permaneceram omissas ou passivas ao longo da história nacional. Na verdade, as pesquisas realizadas sobre a condição feminina demonstram que se tratou menos de um silêncio por parte das mulheres, do que do silêncio imposto pela reconstrução histórica, pela ausência de documentação ou sua presença em documentos e manuscritos de difícil acesso.

É interessante registrar a expansão de jornais editados por mulheres, ao final do século passado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entre eles, destaca-se "O Sexo Feminino" (de 1885 a 1890) dirigido pela Profª mineira Francisca Senhorinha de Mota Diniz, que trabalhou pelos direitos da mulher em prol da instrução feminina e pelo direito ao voto.

No começo do século, ocorreram as primeiras manifestações de operárias em consequência do processo de industrialização, que utilizava a mão-de-obra feminina nas piores condições. Inexistia uma legislação que protegesse os interesses da classe operária.

Surge, então, gloriosa, a figura de Berta Lutz que acompanhada por Olga Paiva, representaram, em 1919, o Brasil no Conselho Feminino Internacional da OIT. Tratava-se nada mais, nada menos, do que a mulher brasileira estabelecendo, mundialmente, pela primeira vez, um marco na sua luta pelo direito ao voto, que finalmente lhe foi assegurado, no Brasil, no ano de 1934.

A partir então, desta vitória, as emancipacionistas passaram a lutar por novos e não menos importantes objetivos, entre eles: maior acesso à educação; melhores oportunidades de trabalho; melhor remuneração. Em consequência, foi aprovado em 1934 o "Estatuto da Mulher".

Não podemos deixar de citar aqui, nomes outros de grandes personalidades femininas, mundialmente famosas, que contribuíram para a construção de um mundo melhor, como: Joana D'Arc, Anita Garibaldi, Ana Neri e tantas mais, que incompreendidas na sua época, hoje são valorizadas e reconhecidas como figuras de inegável valor.

A propósito, a mulher tem sido ao longo da sua história, incompreendida e subestimada. Para alguns povos, na antiguidade, o seu nascimento constituía uma infelicidade, e o chefe da família procurava compensá-lo com algum negócio rendoso, em que a filha atuasse como objeto ou mercadoria negociável.

A tradição religiosa sob a influência jansenista hoje reificada, estigmatizou a mulher como ser inferior. É conhecido o fato de que a mulher quando dava à luz ao filho, era proibida de ir à igreja durante o seu resguardo. Finda esta fase, poderia retornar ao seio da comunidade

religiosa, desde que fosse, antes, purificada pela bênção do sacerdote.

Já dizia São Tomáz que o homem foi feito à semelhança de Deus, mas não a mulher.

A Bíblia exclui especificamente as mulheres do sacerdócio. Trata-se, então, da dimensão particular do dom do sacerdócio decidido por Deus. E nessa decisão, ao que parece, a mulher está excluída.

No entanto, a Igreja, mais que qualquer outra instituição social, tem vivenciado e buscado alterações a este respeito. Atualmente, a doutrina Cristã concede à mulher, uma grande abertura no espaço social.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exª um aparte?

A SRª IRIS CÉLIA — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira — Eu costumo dizer que Deus, generosamente, por entender o tanto que eu gosto de mulher, me fez filho de mulher. E nós, os cristãos, somos realmente privilegiados, privilegiados em fazer justiça às nossas mães, em fazer justiça à Mãe da Humanidade, quando nós a entronizamos, como cristãos, na condição de Mãe de Deus, no altar que mais condiz com a importância da mulher para todos nós. É tão significativa, tão importante essa homenagem que a nobre Senador presta às mulheres que eu, hoje, já interferi tanto nos debates, eu que já me preparava até para buscar um remédio para minha garganta, não pude me conter e quis juntar as minhas palavras e os meus aplausos pela oportunidade do seu pronunciamento. A nobre Senadora aludiu, e iria muito longe se fôssemos enumerar o quanto a Humanidade, o quanto o homem, esse bicho bruto, afinal, teve atenuada a sua brutalidade e a sua condição de animalidade, no momento em que Deus, muito sabiamente, entendeu que não era bom que ele ficasse só. Por isso, fez-lhe uma companheira. E na sua sabedoria infinita, Deus teve a cautela de fazer com que a mulher, até pelo símbolo da matéria-prima, fosse o sustentáculo da estrutura do homem e, mais do que isso, a guardiã do seu coração, do seu sentimento, fazendo-a da costela do homem. No nosso caso, ainda há pouco, eu alinhavava alguns dados sobre a população economicamente ativa, e a presença da mulher brasileira no nosso desenvolvimento e no nosso progresso, é algo tão marcante e tão notável, sobretudo, nos últimos vinte anos que, realmente, impressiona. Veja bem, a mulher na população economicamente ativa em 1960, em 19 milhões e 990 mil lugares ocupados, elas tinham uma presença de 3 milhões e 700 mil lugares. Já agora, em 1980, elas ocupavam quase 13 milhões de lugares na força-trabalho efetivamente ocupada. Então, esse desempenho extraordinário que nós experimentamos, em termos de desenvolvimento, em termos de progresso no nosso Brasil, inquestionavelmente, devemos-lo, em grande parte, ao trabalho da mulher. Agora, o que é mais notável, e esse é o ponto realmente que eu queria chegar e ressaltar, é a presença da mulher nas faixas salariais mais altas. É notável, no trabalho intelectual, o quanto a mulher se iguala e até supera o homem, em que pese adjetivarmos, talvez até por elegância, a mulher como "sexo fraco". Mas como são fortes as mulheres! Como são fortes, ao ponto de suportarem, além de confortarem, os homens. Muito obrigado pela oportunidade que me concedeu.

A SRª IRIS CÉLIA — Quero agradecer, nobre Senador Benedito Ferreira, o aparte de V. Exª, que veio acrescentar ao meu discurso considerações espetaculares acerca da mulher, notadamente quando V. Exª se refere à mulher mãe de todos os homens, Maria Santíssima, a quem Deus entregou à Humanidade com tanto carinho. Naturalmente que o nosso espírito religioso, tradicionalmente devoto a essa mulher, à Mãe de Deus, à Mãe do Brasil, fica sensibilizado em ver V. Exª, um homem tão ocupado com os problemas que o cercam, ter esse carinho, essa particularidade, esse cuidado tão íntimo em re-

servar, no seu coração, o zelo e o amor pela Mãe de todos nós, Nossa Senhora. Que ela o proteja e o abençoe, como a todos os brasileiros.

Hoje, herdeira de um acervo de sofridas conquistas, a mulher vivencia situações diversas:

Notoriamente são precárias as condições de saúde no Brasil, a mulher, e significativamente a de condições menos privilegiadas, quando não é bem assistida nesse setor. É expressivo o número de doenças genitais de toda a espécie, o que ocorre graças ao parco atendimento público nesse sentido, e à notória falta de orientação, inclusive, no que se relaciona ao uso dos anticoncepcionais.

A mulher é transformada, pelos meios de comunicação de massa, em objeto, é dissecada no que do mais íntimo e inviolável que é o ser vivo dentro do seu útero, quando envolvida em campanhas abortivas.

É bom lembrar o que o mestre da Obstetrícia brasileira, Fernando de Magalhães, já definiu: "O embrião é um sujeito de direito e, pelo Código Civil, todo sujeito é uma pessoa. É um indivíduo, é alguém e, pelo Código Penal, matar alguém é crime". Lembramos ainda, "Holocausto de um Inocente" de Luiz Dias, referindo-se ao embrião:

"Não estais protegido contra o perigo,
Não estais isento de sofrer violências,
Não estais livre de mãos assassinas,
Não és tido como pessoa neste mundo pagunizado.
Não és respeitado nem pelos que julgam defender
a vida,
Não tens, enfim, assegurado o direito de existência".

Quanto ao engajamento da mulher na força de trabalho evidenciamos que segundo a OIT dois terços das horas de trabalho do mundo são representadas pela mão-de-obra feminina, recebendo somente 10% das rendas auferidas, num regime de subemprego, sendo responsável por 50% da produção de alimentos segundo informações da FAO.

Resultamos ainda que nos Países subdesenvolvidos há milhões de mulheres obrigadas a assumir as condições de chefe de família, com inteira responsabilidade econômica, financeira, e educativa dos filhos.

No Brasil, a partir de 1950, período em que a Nação assistiu a um rápido processo de crescimento econômico, acompanhado de industrialização e urbanização aceleradas, mostra que, se por um lado houve expansão nas oportunidades de emprego para o sexo feminino, de outra parte, essas oportunidades se limitaram a poucas ocupações, em geral no setor de serviços e, na maioria das vezes nos postos mais baixos da hierarquia ocupacional, onde as condições de trabalho, (entre elas) e os salários, não são os melhores.

Dados nos mostram ainda que, mais de 80% do contingente feminino ativo dedica-se a um pequeno número de ocupações, consideradas de baixa remuneração: empregadas domésticas, 27%, trabalhadoras rurais (9%), funcionárias públicas (8%) e costureiras (6%) etc.

Nota-se portanto, que embora tenha aumentado a participação da mulher na força de trabalho, persiste acirrada segregação ocupacional, com pequeno número de oportunidades de emprego.

No campo da microeconomia, mais especificamente na área industrial, a presença feminina, é hoje, bem menos expressiva do que já o foi. As evidências são muito claras no sentido de mostrar que, a transformação das empresas fabris modernas, constituiu uma fonte de expulsão da mão-de-obra feminina que, em geral foi se localizar em ocupações desenvolvidas a domicílio. Estas mulheres integram os imensos contingentes de costureiras, bordadeiras, serzeleiras e empregadas domésticas, que em 1975, atingiam mais de 50% da população feminina economicamente ativa. Evidências estas, de um fechar de portas para a mulher de baixa escolaridade, no tocante a mais uma oportunidade de emprego. Em 1940,

tínhamos no Brasil 65% da população feminina brasileira economicamente ativa atuando na indústria. Hoje este dado caiu para 30,8%.

Já no campo educacional, é notória a presença da mulher. No Brasil, em 1978, 86% dos integrantes do corpo docente do 1º grau, eram mulheres. A partir daí, se conclui que, apesar da baixa remuneração, é a mulher que, expressivamente, se dedica à tarefa de ensinar.

Na área da saúde, registra-se também, grande percentual de médicas e principalmente de enfermeiras. Eis por conseguinte, latente, a índole feminina, que respaldada na pertinácia, se destaca nessas duras árduas tarefas: educar e curar.

Na análise da participação do sexo feminino no mercado de trabalho estatísticas da ONU nos informam o futo de milhões de mulheres estarem sofrendo exaustão crônica o que é, em sua opinião um dos maiores problemas de saúde do mundo.

Quanto à Política, a mulher vem assumindo, paulatinamente nesse campo a sua posição.

A Srª Eunice Michiles — Permite-me V. Exª um aparte?

A Srª Iris Célia — Pois não, nobre Senadora.

A Srª Eunice Michiles — Senadora Iris Célia, creio que pelo menos eu desfruto, neste momento, de um privilégio no mínimo raro, uma Senadora apartando uma outra Senadora. Quero associar-me às suas palavras neste momento em que presta uma homenagem à mulher. Vejo, como V. Exª que a mulher, hoje, começa a disputar seu espaço, pois em todos os ramos da atividade humana está ela presente, ainda não com a força que esperamos dentro de pouco tempo ela possa alcançar, ainda sofrendo, aqui e ali, discriminações. Quando V. Exª citava o nome de Barta Lutz, lembrava-me de que, há mais de 50 anos, pelo trabalho daquela mulher extraordinária, conseguimos o direito de voto. Mas em matéria de política não progredimos muito. Nós ainda precisamos progredir muito, somos quase metade do eleitorado brasileiro e temos uma representação ainda numericamente insignificante. Acho que do nosso trabalho nesta Casa muita coisa poderá mudar. Gostaria, também de associar-me a V. Exª no momento em que se pronuncia contra o aborto. Associe-me inteiramente e para isto tenho lutado e por uma bandeira que é o planejamento familiar, aquela bandeira de levar a todas as mulheres, especialmente as de baixa renda, os recursos de informação para que as mulheres possam ter os filhos que acham ter condições de criar e alimentar. Nobre Senadora, os meus mais sinceros parabéns. Para terminar, gostaria de dizer que a mulher precisa ocupar um espaço muito maior no Poder Executivo brasileiro. Por exemplo, na Colômbia há, hoje, 4 ministras e todas as secretarias de ministérios, naquele país, estão na mão de mulheres, a exceção apenas das forças armadas. No Brasil, não temos sequer uma secretária de Ministério. Felizmente, temos uma ministra. Vejo por isso que ainda temos um longo espaço a percorrer. Tenho sugerido freqüentemente que a mulher ocupe lugares tais como a COBAL, SUNAB, COHAB. Quem é que entende de habitação, se não nós, quem é que entende de preços de compras de abastecimento. Nós entendemos. A nossa atividade milenarmente tem sido voltada para esse aspecto, para esse campo. Repetindo palavras, de uma política francesa, eu diria que, na medida em que um País não sabe aproveitar o trabalho da mulher, a mulher, perde. Mas, perde muito mais aquele País. Muito obrigado, Srª Senadora, por esta oportunidade.

A Srª Iris Célia — Quero agradecer o seu aparte, nobre Senadora Eunice Michiles e, neste momento, ressaltar a nossa presença notadamente como uma homenagem minha, a sua presença no Congresso Nacional, à primeira mulher que ascendeu ao Senado Federal, numa demonstração espetacular de abertura deste País. Demonstração de reconhecimento pelo valor da mulher. E

V. Exª tem procurado prestigiar essa dívida, correspondendo a essa confiança do povo brasileiro, notadamente do povo amazônica.

Estou também muito feliz pela a oportunidade que me foi dada. Juntas poderemos fazer algo, embora em pequena escala ainda mas, algo que seja como o plantar de uma semente, o despertar de uma consciência no nosso povo. Não de movimentos extremistas, mas de uma consciência de que a mulher tem poderes tão iguais quanto o homem; a mulher tem poderes, tanto quanto o homem, a mulher tem condições tanto quanto o homem de administrar, de representar, de orientar e de exercer todas as atividades da vida. Por isso ela tem obrigação de assumir, de estar presente. Neste sentido é a nossa luta, ao lado do homem, em igualdade de condições, em igualdade de poder lutar pelo desenvolvimento da nossa Pátria e da própria Humanidade em si.

Sr. Presidente, eu estava tecendo comentários sobre a expressão da mulher na vida política, como Deputadas, Senadoras, Prefeitas, Primeira-Ministra, pelo mundo afora. Neste particular temos o exemplo de Golda Meir que deixou à posteridade grande legado de importantes decisões e conquistas, seguida de outras. Na administração permitam-me citar a nossa querida Ministra da Educação, Professora Esther de F. Ferraz este monstro sagrado da Educação brasileira que tanto nos dignifica.

Participando de maneira expressiva na vida pública do País, qualitativamente, ainda que não quantitativamente, as mulheres, nestes últimos anos, estão criando entidades, procedimentos e espaços novos para a sua atuação.

A verdade é que a Mulher, esta criatura frágil fisicamente, talvez, mas um portento de coragem, apesar de todas as dificuldades encontradas ao longo da sua história, a despeito das explícitas ou mesmo discriminações sofridas, tem sobrepujado estas barreiras. Vem lutando, sem trégua, pelo direito de iguais oportunidades à luz da lei, da saúde, da educação e do trabalho.

Ela, que em 1962 ainda era considerada pelo Código Civil Brasileiro, relativamente incapaz, saiu à luta, em busca de trabalho, colaborando para o sustento da sua família, ombreando-se com o seu companheiro, não dividindo responsabilidade, mas sim, acumulando-as bravamente: esposa, mãe, dona-de-casa e trabalhadora do Brasil.

E a você mulher, que jamais desistiu, ofertamos o nosso caloroso aplauso; por você, merecidamente, reivindicamos neste momento:

- 1 — igualdade de chances em todos os setores da sociedade;
- 2 — instrução especificamente dirigida;
- 3 — melhores salários;
- 4 — maior assistência e orientação no campo da saúde;
- 5 — oportunidades generalizadas de empregos;
- 6 — creches para seus filhos, para que possam trabalhar des preocupadamente;
- 7 — A busca da paternidade responsável, com o respaldo de um maior amparo das autoridades e dos textos legais;
- 8 — Incentivo e apoio à pesquisa no tocante ao controle da natalidade, a fim de que métodos mais humanos e dignificantes, venham a ser descobertos e implantados, protegendo-a, na decisão sobre o que de mais belo e singular lhe foi concedido: a maternidade;
- 9 — Equiparação justa no seio dos nossos textos legais; e, finalmente, direito pleno à vida em sociedade a fim de evitar as veladas segregações e preconceitos.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite-me V. Exª mais uma observação?

A SRª IRIS CÉLIA — Pois não, nobre Senador Benedito Ferreira, com muito prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — Eu não sei bem. Mas, em realidade, me assusta o que vem ocorrendo nos Estados Unidos, onde a omissão dos homens, de um lado, e não sei se dizer a ousadia das mulheres do outro, mas, em decorrência da omissão dos homens, nós estamos verificando um fenômeno realmente muito triste nos Estados Unidos. Sobrecarregaram tanto as mulheres que aquela Nação, no fulgor do seu desenvolvimento, caminha, a exemplo de outras grandes civilizações que aí estão nas páginas da História, muito rapidamente para um esboçar. As notícias que eu tenho do número de mulheres enfartadas e com problemas de estômago pela ingestão continuada de aspirina é, realmente, uma coisa preocupante. E a aspirina é tomada na tentativa de evitar o infarto. Na realidade, observando estatísticas a respeito da economia americana sobre a localização da renda e do capital, nos Estados Unidos, tive uma informação realmente surpreendente: dos 20 milhões de acionistas da General Motors 4/5, em números redondos 16 milhões, eram do sexo feminino. Então, houve esse passar da responsabilidade, da administração da economia por comodismo talvez do homem americano, sobrecarregando a mulher, muito mais sensível pelos seus sentimentos, muito mais delicada. E conseqüentemente paga num preço muito mais alto pelas emoções, muito mais leal aos princípios, muito mais apegada aos valores espirituais como são as mulheres. Lembraríamos novamente, Maria, quando Cristo, tão carinhoso, tão amável com seus apóstolos ao ponto de lhes lavar os pés, Ele crucificado lá no madeiro, só Maria, só a mãe é que ali permaneceu ao pé da cruz, porque todos os seus amados apóstolos, possuídos pela fraqueza, inerente a sua condição de homens, desertaram, receiosos talvez de serem também imolados, ou por razões outras que as anotações bíblicas não noticiam. Mas, em verdade, essa lealdade da mulher, essa dedicação em ser mais coração e alma do que matéria, pelo menos nos Estados Unidos, não tem sido boa, sobretudo em termos de preservação daquele país. É verdade que, no Brasil, talvez por nosso sistema patriarcal, incorrigivelmente arraigado no Latim, o nosso legislador, por certo, por influência também do mundo não cristão — eu não diria pagão, mas do mundo não cristão — estabeleceu, nos nossos códigos, esse diferencial que, para muitos, poderia parecer uma minimização do valor da mulher. Mas, eu tenho para mim que a intenção real era proteger a mulher, antes de a pequenar. Mas, poderia, também, ser por influência, porque a própria Bíblia, no Velho Testamento e também no Novo Testamento, se refere ao homem e nunca à mulher. Nós sabemos que, no mundo mulçumano, com raríssimas exceções, mas na maioria dos países, as mulheres são quase como um animal doméstico. Não tem a mulher essa dignidade que tem entre nós, graças a Deus e para glória nossa de cristão, ela não desfruta esse conhecimento que, realmente, nós, cristãos, lhes tributamos. Daí porque eu sou um grande admirador do Senador Nelson Carneiro, apesar de divergirmos, visceralmente, em algumas aspectos, mas por S. Ex^a eu tenho um carinho todo especial, maior do que, muitas vezes, os menos avisados possam conceder, em virtude dos sérios atritos que nós já tivemos aqui nesta Casa mas, evidentemente, doutrinários, pela ótica que S. Ex^a tem quanto a determinados aspectos de direito de família. Mas, em realidade, não há como negar: o Senador Nelson Carneiro deverá ter no coração de cada um de nós e, de modo particular, das gerações atuais e futuras das mulheres brasileiras, um escaquinho todo especial, porque poucos, no Parlamento Nacional, da época em que me tem sido permitido acompanhar, poucos se pontificaram tanto com a preocupação com a família e, sobretudo, com a mulher. Até mesmo, porque, preocupar-se com a família, dizer-se preocupar com mulher, seria quase como que pleonasmo, porque não há família, como não há civilização, onde não há mulheres, desempenhando o seu magnífico papel de mães. E com essa observação que, mais uma vez, interfi-

ro nessa homenagem, justíssima, gratificante para todos nós, sobretudo nesse apagar de luzes desse período legislativo, tão conturbado e, lamentavelmente, tão pouco proveitoso, porque, meu Deus do céu, quanta coisa está nos restando fazer neste País, e que, lamentavelmente, a exigência do tempo, a nossa perda de tempo, muitas vezes, na periferia dos problemas, impediu-nos até aqui, de encontrar caminhos para tantas agruras, para tantas dificuldades que nos visitam e que nos infelicitam. Muito obrigado a V. Ex^a pela generosidade com que me ouviu.

A SR^a IRIS CÉLIA — O aparte de V. Ex^a integrará o meu discurso como realce.

A SR^a Eunice Michiles — Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a IRIS CÉLIA — Pois não.

A SR^a Eunice Michiles — Eu gostaria de lembrar, nobre Senadora, que a fragilidade da mulher é muito mais uma questão de aparência, porque, na verdade, as estatísticas provam que temos uma sobrevida de cinco anos. Estudos recentes demonstram que a mulher, mesmo submetida às mesmas pressões sociais que homem, ela não é tão acometida de enfema pulmonar, mesmo fumando como o homem, ela não é acometida da doença na mesma proporção, como também ela não é acometida de enfarte na mesma proporção, de maneira que o mito da fragilidade feminina, da inferioridade biológica é alguma coisa que está absolutamente superado. Acho que somos até superiores, biologicamente.

A SR^a IRIS CÉLIA — Muito obrigado. Deus queira que sejamos, realmente, um pouco fortes mesmo a esse ponto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste fim de tarde, de mandato, inclusive, em que reservei um momento de homenagem à mulher, à mulher brasileira, eu quero, também, ao mesmo tempo, prestar uma homenagem ao Congresso Nacional, notadamente ao Senado, em cujo ambiente eu permaneci, por dois meses e meio, em grande felicidade na minha vida. E muito tem a ver uma coisa com a outra. Não sei se me senti mais política, mais ativa, ou mais alguma coisa, mas sei que me senti mais mulher, mais mulher e mais mãe, talvez porque aqui eu tenha visto mais irmãos, muita fraternidade e muito amor, sobretudo, em tempo tão pequeno que passei, mas que pude apreciar momentos tão da intimidade da vida da família, como o aniversário de alguém, que comemoramos, e a morte, que choramos. Eu me senti muito mais fortalecida como pessoa humana. E, quando aqui cheguei, quando entrava no Plenário, tinha as pernas trêmulas e a cabeça atordoada só em pensar que eu iria permanecer algum tempo ao lado de pessoas cuja biografia, cujo currículo eu conhecia pelas televisões e pelos rádios, a eficiência de trabalho, a grande capacidade de trabalho de muitos homens e de uma mulher que aqui estava.

Não sei se deveria lembrar nomes, mas me preocupava em sentar perto do Aderbal Jurema, da Academia Brasileira de Letras, o Imortal. Mas, é verdade que eu vou ficar perto do Severo Gomes? E me disseram: "Vai ser colega dele". "Colega é demais!" Sufi a conversar com algumas pessoas e a indagar sobre cada um. O que era, o que fazia e como era. Lembro-me bem que perguntei a alguém: "Esse homem, Nilo Coelho, que é Presidente — a cujo discurso de posse eu assistira, com uma certa satisfação, pela televisão, ainda, quando criticavam tanto a tecnocracia, e sobrelevava a política, a importância e a liderança do político — quem é esse homem? Esse homem, realmente, ele fala com a gente?" "Fala, mas é muito sério. Repreendeu até um certo alguém, que provocou tumultos em Pernambuco, e prendeu Frei Caneca." Mas, quem são esses homens? No dia-a-dia e no convívio, eu pude ver que são mesmos e apenas homens: homens que cresceram, que sobrelevaram-se

nas atividades políticas e administrativas, mas não deixaram de ser gente, não perderam o sentido do amor, da solidariedade, da fraternidade. E é por isso que eles estão aqui, porque conseguiram ser queridos de todos e ser vistos pela comunidade. Até o Aderbal Jurema, que eu pensava no imortal da Academia, eu o vi quando fazia um galanteio para a Eunice. Ah! ele é tão simples assim!

Na simplicidade de todos vocês e na demonstração do poder do homem, do poder de fazer, de desenvolver, de intelectualizar, e às vezes até de representar, mas, sobretudo, de serem justos, é que também eu consolidei um tanto mais a minha personalidade de mulher, e mudei um pouco os meus pontos de vista extremistas. O homem e a mulher, na mesma dimensão, amando-se, constituem a essência da vida e da humanidade. Não podemos lutar por um lugar de destaque, nem de um lado, nem do outro, a mais um do que o outro, mas por um lugar de igualdade, para juntos caminharmos na construção de um mundo novo.

A nossa responsabilidade é tão imensa, sobretudo nesse momento em que o País, o nosso País e o mundo inteiro atravessam sérias dificuldades e problemas muito graves. E que não nos esqueçamos de que somos gente, que somos homem, e nos unamos nesse amor, porque somente o amor constrói e pode ser a grande arma na solução dos problemas e das grandes guerras. E neste momento em que homenageio a mulher, quero homenagear também os homens de todo o Brasil, sobretudo aqueles que aqui representam as famílias brasileiras. Que os Senhores continuem tendo a força de lutar, a coragem de falar, nos omissos não têm perdão, a coragem de falar pelo bem e pela verdade em favor do que é certo e do que é justo. Não se esqueçam daqueles que são menores, porque inferior não há ninguém, mas aqueles que dependem de nós, do nosso raciocínio e da nossa decisão. Aqueles que já tomaram que Deus os tenha. Os seus lugares jamais serão ocupados. Dizem que o lugar de um homem não pode ser ocupado em momento algum. O homem pode até ser substituído, mas homens como Nilo Coelho, como Iestônio Vilela, como tantos outros que aqui passaram e aqui tomaram na luta pelo cumprimento do dever, pela conquista do bem e da verdade, pelo desenvolvimento do País e da humanidade, pelo bem-estar de um povo, estes, não têm substituição e jamais terão os seus lugares ocupados. Que Deus os tenha num lugar sagrado e no santo regaço da eternidade, e que nós, cá na terra, vivamos felizes os seus exemplos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Está esgotada a lista de oradores.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Em regime de urgência — art. 371, b, do Regimento Interno)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 1983 (nº 1.479/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a reorganização da estrutura da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.108, de 1983, da Comissão.

— de Redação, oferecendo a Redação do vencido.

2

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.062, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1983 (nº 5/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre normas de treinamento de marítimos, expedição de certificados e ser-

viço de quarto, adotada durante a conferência diplomática realizada em Londres nos meses de junho e julho de 1978, sob os auspícios da Organização Marítima Inter-governamental — IMO.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 30-11-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, desejo, com base nas disposições do Regimento, protestar contra a falta de respeito que, durante toda a sessão desta noite, tem se verificado contra o Presidente da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Não me sinto como tal.

O SR. JOSÉ LINS — Quero pedir também a V. Ex.^a, quero propor ao Plenário, que sejam limitados, nesse caso de urgência, os pareceres, a 15 minutos. É o que proponho ao Plenário.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 30-11-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nem mesmo nos tempos da obstrução dos dois anos passados, em que um dos nossos colegas, praticamente, paralisava a ação do Senado, ouvimos tantos agravos, tantas injustiças, tantas grosserias com um colega na Presidência da Mesa, como hoje.

Eu realmente não entendo, Sr. Presidente, já que a boa vontade de toda a Casa para apreciar esta matéria é patente. Reconhecemos o direito daqueles que tentam obstruir a votação, mas não chegamos a aceitar os meios pelos quais o fazem.

Quero, Sr. Presidente, justificar a sugestão dos 15 minutos. Ela está baseada no art. 16 do Regimento Interno que fixa o prazo durante o qual os Senadores podem falar. Em cada caso, quando lhe assista esse direito, o art. 16, III, letra a, nº 2, regula a discussão das proposições de qualquer natureza.

Entendo, Sr. Presidente, que a meia hora aí prevista para o autor e para o relator da matéria deva ser reduzida quando se tratar de matéria em regime de urgência. Ora, normalmente a redução é de 50%, conforme se observa do Regimento Interno.

A minha proposta, que foi absolutamente pessoal, de concessão do prazo de 15 minutos para o relator proferir o seu parecer, nesta noite, é, portanto, absolutamente coerente com os termos do Regimento.

Agora, atendendo ao pedido de V. Ex.^a, Sr. Presidente, como Vice-Presidente da Comissão de Finanças, indico o Senador Almir Pinto para imitar o parecer dessa Comissão.

Éra o que tinha a dizer.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 30-11-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Economia se manifesta favoravelmente às Emendas nºs 1 e 3, e pela inconveniência, portanto, pela rejeição, da Emenda nº 2. É o nosso parecer.

ATO DO PRESIDENTE Nº 118, DE 1983

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Helion Moreira Silva, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 26 de outubro de 1983, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Senador Nelson Carneiro.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — **Moacyr Dalla**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 119, DE 1983

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do Disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Flórida Mariana Acioli Rodrigues, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 21 de outubro de 1983, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almir Pinto.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — **Moacyr Dalla**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 120, DE 1983

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Co-

missão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Draulci Ernanny de Mello e Silva Filho, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 18 de novembro de 1983, com lotação e exercício no Gabinete do Terceiro-Secretário, Senador Milton Cabral.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — **Moacyr Dalla** — Presidente do Senado Federal.

PORTARIA Nº 53, DE 1983

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 da Resolução nº 58, de 1972, Regulamento Administrativo do Senado Federal, resolve, designar os servidores Vicente Sebastião de Oliveira, Contador, Classe Especial, Referência nº 25, João Bosco Altoé, Contador, Classe Especial, Referência nº 25, e Francisco das Chagas Medeiros, Adjunto Legislativo, Classe Única, Referências nº 17, todos do Quadro Permanente, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão incumbida da Tomada de Contas dos Almojarifados do Senado Federal, relativa ao exercício de 1983.

2. A Comissão de que trata a presente Portaria fica incumbida de adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º da Portaria nº 50, de 1983, do Senhor Diretor-Geral.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1983. — **Alman Nogueira da Gama**, Diretor-Geral.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Reunião da Comissão Diretora,
realizada em 1º-12-83

Às dez horas do dia primeiro de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e três, reúne-se, em sua Sede, a Comissão Diretora do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presentes os Senhores Deputado Edison Lobo, Presidente; Senadores José Lins, Primeiro Vice-Presidente, e Humberto Lucena, Segundo Vice-Presidente; e Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, Secretário. Ausente, por motivo justificado, o Senhor Deputado Afrásio Vieira Lima, Tesoureiro. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos presentes o pedido de filiação formulado pelo Senhor Senador João Lobo, o que é aprovado. Prosseguindo, a Comissão resolve autorizar, nos termos do inciso VII do artigo 15 do Regimento Interno do Grupo, a confecção na firma "Relevo Araújo" de: a) 1000 (mil) cartões de natal, com envelopes, no valor de Cr\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil cruzeiros); e b) 1000 (mil) cartões de visita, em nome do Presidente do Grupo, no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros). Nada mais havendo a tratar, suspende-se a Sessão para que se lavre a Ata. Reabertos os trabalhos, às dez horas e trinta minutos, é a mesma lida e aprovada. Eu, Sebastião Rodrigues Jr., Secretário, lavrei a presente Ata, que irá à publicação.